



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

PEDRO PAULO DE MIRANDA ARAÚJO SOARES



MEMÓRIA AMBIENTAL NA BACIA DO UNA

**Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento
em Belém (PA)**

Porto Alegre
2016

PEDRO PAULO DE MIRANDA ARAÚJO SOARES

MEMÓRIA AMBIENTAL NA BACIA DO UNA

**Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento
em Belém (PA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Orientadora: Professora Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre
2016

PEDRO PAULO DE MIRANDA ARAÚJO SOARES

MEMÓRIA AMBIENTAL NA BACIA DO UNA

Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Banca Examinadora

Donald Robert Nelson (UGA)

Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA)

Ana Luiza Carvalho da Rocha (UFRGS e FEEVALE)

Patrice Schuch (UFRGS)

Cornelia Eckert (Orientadora)

Porto Alegre, 24 de março de 2016

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Cornelia Eckert que ao longo da pós-graduação me ensinou não somente como ser um antropólogo, mas também como ser um professor. Agradeço por cada orientação, pela leitura atenta de cada capítulo, pela paciência e pelos "puxões de orelha" que foram fundamentais para que eu mantivesse a disciplina e o foco no trabalho durante estes quatro anos de doutoramento.

Ao meu eterno orientador Flávio Leonel Abreu da Silveira, que foi fundamental para a minha formação e que me conduziu até a pós-graduação na UFGRS. Ele também foi o responsável pelas minhas primeiras pesquisas no mundo urbano belemense. Este trabalho constitui, sem dúvidas, um desdobramento daquelas primeiras etnografias realizadas por mim durante meus anos de iniciação científica sob a orientação do professor Flávio.

À minha família que me apoiou durante meus anos em Porto Alegre, que me ofereceu abrigo quando retornei a Belém e que foi meu alicerce emocional no ano que passei em Athens (GA), nos Estados Unidos. À Tia Mariazinha, uma das fundadoras da Comunidade Eclesial de Base na Mena Barreto, sem a qual eu não teria iniciado minha etnografia na Bacia do Una. Tia Mariazinha nos deixou repentinamente em agosto de 2015 e não pôde ver os resultados finais deste trabalho com o qual ela colaborou diretamente. À minha mãe pelo apoio incondicional e encorajamento ao longo desta jornada. Ao meu pai, que sempre serviu de exemplo e inspiração para mim. À minha avó, sempre amorosa, com as portas de sua casa abertas para mim nos momentos em que eu necessitava descansar e desanuviar a mente. Ao meu avô, que me ensinou a amar Belém. Ele me guiou não somente pelas ruas dessa cidade, mas também pela vida com seu exemplo, com seus ensinamentos e com sua paixão pelo conhecimento.

À minha namorada Karina, com quem compartilhei as inseguranças, frustrações e alegrias do processo de pesquisa. Agradeço pela leitura de vários capítulos, pelas sugestões e observações que me fizeram acreditar que eu estava no caminho certo. Agradeço por estar sempre ao meu lado, independentemente da distância física que eventualmente insiste em nos separar.

Aos amigos da Passagem Mena Barreto, que me acolheram com carinho e com quem convivi durante sete meses de trabalho de campo. Um obrigado especial à Dona Cristovina e sua família pelas tardes com café, pão, batata doce e macaxeira cozida, à Dona Lourdes e sua família pelas conversas e pela tapioca de domingo de manhã, à Dona Júlia e sua família pelo

olhar vigilante e zeloso dirigido a mim e à minha casa, qualidade pouco encontrada nos vizinhos de hoje em dia.

Agradeço ao Professor Doutor Donald Robert Nelson e aos demais amigos do Humans and Environmental Change Laboratory, no Departamento de Antropologia da Universidade da Georgia (University of Georgia – UGA). Mesmo estando longe de meu país e de minha família, me senti verdadeiramente acolhido e em casa durante o ano que passei junto a essas pessoas admiráveis.

A todos os interlocutores desta pesquisa, sem os quais este trabalho não teria sido possível. Aos que contribuíram direta ou indiretamente, aos que concederam entrevistas e aos que me receberam em suas comunidades com sorrisos, respeito e muita hospitalidade. Nair, Seu Evandro e sua família, Compadre Zeca e sua família, Dona Barroso e sua neta Andressa, Glória, Neide, Lourdinha, Seu Jorge Luís, Paula, Suely, Mariana, Cléia, Josi, Seu Alfredo, Dona Gatinha e sua família, além de técnicos e autoridades públicas como Eudirbe Araújo, Doutor Eduardo Pasetto, Manoel Dias e Amadeu Frade.

Agradeço a Antônio Carlos, Alexandre e à Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una, com quem mantive contato ao longo de todo o processo de pesquisa, participando de eventos, discutindo os resultados de meu trabalho e construindo juntos conhecimento sobre saneamento e drenagem em Belém e na Bacia do Una.

RESUMO

Historicamente, populações amazônicas são bem adaptadas aos regimes de cheias sazonais dos rios nas regiões de várzea, em grande parte através de estratégias de mobilidade para áreas mais altas e secas dos sítios disponíveis. No entanto, a sedentarização em centros urbanos alterou o relacionamento entre homem e água no contexto amazônico ribeirinho. Este relacionamento passou a ser mediado por políticas públicas de saneamento, drenagem e abastecimento de água, assim como pelas estratégias cotidianas de uma população migrante que se instala nas cidades em terrenos úmidos, baixos e próximos a cursos d'água. Esta pesquisa foi realizada na Bacia Hidrográfica do Rio Una em Belém (PA), uma área que abrange 20 bairros da capital paraense com uma grande diversidade socioeconômica e de arranjos entre cidade e natureza. As regiões mais pobres da Bacia do Una, em sua maioria, são aquelas que ainda sofrem com deficiências de saneamento, drenagem e outras formas de infraestrutura urbana. Este trabalho usa o conceito de memória ambiental para discutir sobre a relação entre a cidade e suas águas a partir da trajetória de sujeitos que se estabeleceram em terrenos baixos e alagáveis em função das chuvas e marés altas. Valoriza-se o ponto de vista desses sujeitos sobre as transformações de sua relação com um ambiente marcado pela presença das águas, sendo que suas trajetórias de migração e fixação no território estão ligadas aos processos de ocupação do solo e urbanização de Belém, principalmente no que diz respeito ao manejo dos recursos hídricos urbanos e saneamento da cidade. Na medida em que a cidade se transforma, imprimindo impactos significativos nos espaços de pertencimento de seus habitantes, estes também reconfiguram seus papéis enquanto atores políticos no cenário urbano. A etnografia realizada em Belém revelou que moradores da Bacia do Una descobriram a si próprios como cidadãos quando viram seus direitos violados em função de irregularidades e omissões em políticas públicas para saneamento, vias e drenagem. Assim, as transformações urbanas na Bacia do Una motivaram contatos de moradores com parlamentares, com lideranças comunitárias, com o poder judiciário e com planejadores, engendrando engajamentos políticos e mobilizando a memória na construção de narrativas que expressam injustiças e desigualdades urbanas.

Palavras-chave: Memória ambiental. Antropologia Urbana. Ecologia Política Urbana. Cidades amazônicas. Bacia do Uma.

ABSTRACT

Historically, Amazonian populations are well adapted to seasonal flooding regimes in the varzea region, in large part through mobility strategies. However, sedentarization in urban centers has changed the relationships of people with the rivers. This research was conducted at the Una Watershed, which covers 20 neighborhoods of Belém and presents itself as a myriad of socioeconomic and socioecological systems. Most of the poorest areas in the Una Watershed remain with no sanitation, drainage, and other equipments of urban infrastructure. Using the concept of environmental memory, this work explores changes in the ways that people understand and relate to the transformations of the environment and to public policies which generated massive impacts on riparian landscapes along the years. Environmental memory is manifest through narratives of migration, land cover, changes in livelihoods, work relations and leisure. This work focuses on issues such as urbanization, land occupation, urban sprawl, sanitization and production of inequalities – which are fundamentally environmental processes – from the perspective of the Una Watershed inhabitants. As the city changes, its inhabitants also change and reconfigure their role as political actors in the urban scenary. The ethnography carried out in Belém showed that the Una Watershed inhabitants discovered themselves as citizens when they saw their rights being violated because of oversight and corruption related to public policies on sanitation and drainage in Belém, which generated flooding and environmental degradation. For the Una inhabitants urban transformations motivated further rapprochement towards politicians, community leaderships, the Judiciary Power, urban planners, and policy makers, engendering political engagements and mobilizing the collective memory in the construction of narratives expressing injustice and urban inequalities.

Keywords: Environmental memory. Urban Anthropology. Urban Political Ecology. Amazonian towns. Una Watershed.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Belém e seus oigarapés.....	26
Figura 2 - Belém e suas bacias	27
Figura 3 - Bairros da Bacia do Uma.....	28
Figura 4 - O projeto de Gronfelts	42
Figura 5 - O Paraíso de Bates.....	47
Figura 5 - Jaber Barbalho negocia o Projeto Una com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).....	53
Figura 6 - Bairro da Matinha	54
Figura 7 - Igarapé São Joaquim anteriormente ao PMU	56
Figura 8 - Igarapé do Galo já retificado, porém anteriormente ao PMU.....	57
Figura 9 - Expectativas sobre o Projeto Uma.....	64
Figura 10 - Tempo de felicidade	72
Figura 11 - O acervo fotográfico de Dona Lourdes.....	73
Figura 12 - Antes do asfalto	77
Figura 13 - O olhar vigilante	78
Figura 14 - Caldeirada de peixe na casa de Dona Lourdes	79
Figura 15 - Seu Evandro.....	87
Figura 16 - Seu Jorge Luís e o Conjunto Santos Dumont	96
Figura 17 - Dona Barroso e a Nova Aliança	104
Figura 18 - Dona Gatinha e Comunidade Água Cristal.....	114
Figura 19 - Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. 2011	120
Figura 20 - Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval no Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. 2011	121
Figura 21 - Canal Antônia Nunes na Passagem Professora Antônia Nunes entre a Avenida Governador José Malcher e a Rua João Balbi, Bairro de São Brás, Sub-bacia I do Projeto Una. 2010.....	122
Figura 22 - Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. 2011	122
Figura 23 - Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. 2005	123
Figura 24 - Rua João Balbi entre Travessa 9 de Janeiro e Passagem Professora Antônia Nunes, Bairro do Umarizal, Sub-bacia I do Projeto Una. Área de influência do Canal Antônia Nunes. 2008	123

Figura 25 - Avenida Pedro Miranda nº 215, Vila Maria de Fátima entre Travessas Curuzu e Antônio Baena, Bairro da Pedreira, Sub-bacia IV do Projeto Una. Área de influência do Canal do Galo. 2013	124
Figura 26 - Alameda da Conquista, nº 51, Passagem 22 de Novembro, Travessa Antônia Baena, entre Avenidas Pedro Miranda e Marques de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Área de influência do Canal do Galo. 2013.....	125
Figura 27 - Passagem Professora Antônia Nunes entre a Avenida Governador José Malcher e a Rua João Balbi, Bairro de São Brás, Sub-bacia I do Projeto Una. Área de influência do Canal Antônia Nunes. 2012	126
Figura 28 - Casa de nº 05 da Vila Freitas, Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2005	127
Figura 29 - Casa nº 5, Vila Freitas, Travessa Antônio Baena entre Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval no bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2005	128
Figura 30 - Casa nº 1415, Rua João Balbi entre Travessa 9 de Janeiro e Passagem Professora Antônia Nunes, Bairro do Umarizal, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal Antônia Nunes. 2013	129
Figura 31 - Casa na Avenida Antônio Everdosa entre as Travessa Curuzu e Antônio Baena, Bairro da Pedreira, Sub-bacia IV do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2013	130
Figura 32 - Casa nº 402, Travessa Antônio Baena entre Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2013	131
Figura 33 - Casa nº 51, Alameda da Conquista, Passagem 22 de Novembro, na Travessa Antônia Baena, entre as Avenidas Pedro Miranda e Marques de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2013.....	132
Figura 34 - Comentários.....	138
Figura 35 - Trechos do documento de Glória.....	158
Figura 36 - Nomeação do Sr. Salvador Viana da Silva cargo público temporário na SESAN	187
Figura 37 - Alexandre (em pé à direita) e o Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém.....	197
Figura 38 - Convite encaminhado pelo gabinete da Vereadora Ivanize	196
Figura 39 - Comportas do Una	233
Figura 40 - Comunicado da COSANPA	254
Figura 41 - Baixadas de Belém	259
Figura 42 - Incidência de baixadas em Belém por bairro	260

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - A experiência etnográfica na Bacia do Una em 2013	116
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ALEPA	Assembléia Legislativa do Estado do Pará
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CMB	Câmara Municipal de Belém
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COFIS/Una	Comissão de Fiscalização dos Moradores da Bacia do Una
COHAB	Companhia de Habitação do Pará
CONGEB/Una	Conselho Gestor da Nova Bacia do Una
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRPP	Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros
DAGUA	Distrito Administrativo do Guamá
DASAC	Distrito Administrativo da Sacramenta
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FACEPA	Fábrica de Papel da Amazônia S.A
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMPBU	Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Uma
FMVAB	Fórum Municipal das Vítimas dos Alagamentos de Belém
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPAL	Indústria de Papel da Amazônia Ltda
ITEC	Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará
MPE	Ministério Público Estadual
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações não governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARU	Programa de Apoio à Reforma Urbana
PDGU/Una	Plano Diretor de Gestão Urbana Participativo da Nova Bacia do Una
PEA	Programa de Educação Ambiental
PEMB	Parque Ecológico do Município de Belém
PISA	Programa de Inclusão Socioambiental

PMU	Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una
PROMABEN	Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento
SEURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
SINPRO-PA	Sindicato dos Professores do Pará
STIUPA	Sindicato dos Urbanitários do Pará
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UNAMA	Universidade da Amazônia
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

PARTE 1

1	BELÉM NO TEMPO BANHADA DE ÁGUAS	35
1.1	Flor das Águas.....	36
1.2	Veneza dos Trópicos ou Paris n'América?	39
1.3	O Paraíso dos Naturalistas.....	45
1.4	O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Uma	52

PARTE 2

2	A(S) BACIA(S) DO UNA: UM MOSAICO DE TERRITÓRIOS E EXPERIÊNCIAS – PARTE.....	67
2.1	A entrada no campo de pesquisa no ano de 2013	67
2.2	Cafezinho na Mena Barreto.....	70
2.3	Dona Lourdes	70
2.3.1	O olhar vigilante	75
2.4	Os Heróis Míticos da São Benedito	82
3	A(S) BACIA(S) DO UNA: UM MOSAICO DE TERRITÓRIOS E EXPERIÊNCIAS (PARTE 2).....	89
3.1	Alexandre e a Vila Freitas.....	89
3.2	Antônio Carlos e a Passagem Antônia Nunes	92
3.3	A Triáde Problemática da Bacia do Una: Santos Dumont, Água Cristal e Nova Aliança	94
3.3.1	Seu Jorge Luís e a "Cuia" do Conjunto Santos Dumont.....	95
3.3.2	Dona Barroso e o Labirinto da Nova Aliança	101
3.3.3	Dona Gatinha e a Água Cristal	108

PARTE 3

4	A INCLEMÊNCIA DO INVERNO AMAZÔNICO	118
4.1	O Canal.....	120
4.2	A Rua	123
4.3	A Casa	127
5	O INVERNO ESTÁ CHEGANDO: ALAGAMENTOS E INUNDAÇÕES NA BACIA DO UMA	134
5.1	Primeiras Aproximações: os Enquadramentos de Inundações pela Mídia de Massas.....	134
5.2	Chove na Mena Barreto	139
5.3	As Chuvas e a Renaturalização do Urbano.....	142
5.4	O Cotidiano Alagado: Táticas e Estratégias para Lidar com o Retorno das Chuvas	151
5.5	A Construção Social dos Riscos na Periferia	156
5.6	A Ecologia Política dos Alagamentos em Belém	161

PARTE 4

6	POLÍTICOS, LIDERANÇAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: CIDADANIA NA BACIA DO UMA	171
6.1	“Uma Andorinha não Faz Verão, mas Duas Puxam uma Revoadá”: Alexandre e Antônio Carlos	172
6.2	A Comissão Temporária externa da ALEPA	176
6.3	O Silêncio das Lideranças Comunitárias	183
6.4	A Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Uma	188
6.5	O Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém	190
7	A BACIA DO UNA JUDICIALIZADA	201
7.1	A Ação Civil Pública Ambiental	202
7.2	Antecedentes	204
7.3	As Visitas Técnicas do MPE à Bacia do Una	207
7.3.1	A Primeira Visita Técnica: 05 de novembro de 2013.....	209
7.3.2	A Segunda Visita Técnica: 27 de novembro de 2013.....	214
7.3.3	A Terceira Visita Técnica: 03 de dezembro de 2013.....	219
7.4	Onde Está o Ministério Público	220

PARTE 5

8	A VOZ DOS ESPECIALISTAS	229
8.1	“Comporta é Bom ou é Ruim?”	230
8.2	“Não Podemos Transigir Tecnicamente”	236
8.3	O Olhar do Estado e Seus Agentes	240
8.3.1	A Prática da Técnica e a Técnica na Prática	240
8.3.2	O Olhar do Estado e as Representações Tecno-materiais da Cidade	246

CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	266
--------------------------	------------

ANEXO A - DVD com documentos técnicos e jurídicos sobre a Bacia do Una

- Ata de Reunião Extrajudicial do MPE-PA com o Governo do Estado do Pará, a Prefeitura Municipal e a COSANPA.
- Ata de Reunião entre técnicos da Prefeitura Municipal e a 1ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do MPE-PA.
- Ata de Reunião entre o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal para transferência de equipamentos da Bacia do Una.
- Reportagem do Jornal Diário do Pará do dia 30 de setembro de 2011.
- Diário Oficial da Câmara dos Vereadores dos dias 15, 16, 17, 18 e 19 de dezembro de 2014 – Resultados da CPI sobre o desaparecimento e mau uso dos equipamentos para manutenção das obras do Projeto Una.
- Programa de Inclusão Socioambiental – PISA.
- Relatório Informações Gerais sobre o Projeto Una.
- Relatório Final da Comissão Temporária Externa da Assembleia Legislativa do Pará para investigação de irregularidades e omissões no PMU.
- Sugestões de encaminhamentos para os trabalhos da Comissão Temporária Externa da Assembleia Legislativa do Pará.

INTRODUÇÃO

Esta tese de Antropologia tem por base uma experiência etnográfica vivenciada por mim na cidade de Belém, capital do estado do Pará, na região norte do Brasil. Belém é minha cidade natal, mas durante esta pesquisa pude vivê-la de outro modo. É verdade que esta tese representa a realização de um projeto pessoal e uma experiência de cidadania relacionada a um aspecto de Belém que causa estranhamento a visitantes e mesmo aos próprios habitantes da cidade: o saneamento.

Uma pesquisa realizada em municípios brasileiros em 2013 pelo Instituto Trata Brasil mostrou que em Belém apenas 8,1% das residências em Belém são atendidas pelo serviço de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. Conforme o mesmo instituto, Belém é a segunda pior capital do Brasil em termos de saneamento, ficando na frente apenas de outra capital da região amazônica, Macapá (AP). A ausência de esgotamento em Belém e em sua Região Metropolitana é sintomática do fato de que, historicamente, se convencionou utilizar os igarapés da cidade – agora transformados em canais – como destino não apenas de esgoto pluvial, mas também de esgoto sanitário.

Orientado por um diálogo com a comunidade interpretativa do campo da Antropologia Urbana ou das Antropologia das Cidades pude interagir com moradores, adentrar espaços por mim desconhecidos e refletir sobre as experiências dos belemenses relacionadas a estes números de institutos de pesquisa, índices e mapas de saneamento que tanto assombram moradores, gestores e acadêmicos. O relato a seguir mostra uma dessas interações etnográficas e abre o caminho para a apresentação do tema, objetivos e métodos deste trabalho.

No mês de março de 2014 as chuvas se abateram sobre Belém como de costume. Aconteceu o que já era esperado: em diversos pontos da capital as ruas ficaram alagadas e os canais que recortam a cidade transbordaram. Na Rua José Leal Martins com a Travessa Mauriti, na área conhecida como Baixa¹ do Marco², a água já vinha se acumulando há dias, sem ter para onde escoar. O canal da Rua José Leal Martins não dava conta do escoamento da água que se acumulava com as chuvas diárias do período do inverno amazônico e os bueiros, provavelmente entupidos, não ofereciam escape para a água. Os jornais noticiavam

¹ “Baixa” ou “baixada” se entende nos termos locais como lugares que, como já indica a sua própria denominação, dentro da cidade de Belém, estão situadas em terrenos mais baixos em relação ao nível do mar. São os antigos pantanais, aningais ou igapós, sempre propensos ao acúmulo de águas vindas das chuvas ou dos cursos d’água mais próximos. Historicamente as baixadas foram ocupadas por populações de baixa renda.

² Nome do bairro onde está localizada a baixada. Hoje em dia um bairro predominantemente de classe-média, porém com áreas mais empobrecidas em suas franjas.

exaustivamente as inundações na Baixada do Marco e os técnicos da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) anunciavam que o problema dos alagamentos seria atenuado, senão resolvido, com as obras do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba.

O vultoso projeto de saneamento era anunciado pela prefeitura, mas as obras não começavam. Os moradores da Baixa do Marco queriam um posicionamento da prefeitura e de seus técnicos a respeito do problema dos alagamentos que acometiam a sua área de moradia. Mais do que isso, eles queriam informar-se a respeito do tal projeto que teria impactos diretos sobre suas vidas. O que é “macro drenagem”? O que são “comportas”? Havia inclusive rumores de que a Baixada do Marco não seria contemplada pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, mas que mesmo assim haveria previsão de obras para a região. Que obras seriam essas? Era isso que os moradores queriam saber.

A Prefeitura de Belém agendou uma audiência pública com a população, fato que foi divulgado inclusive nos meios de comunicação locais. Se o prefeito e o secretário de saneamento não estivessem presentes, era esperado que ao menos seus representantes ou assessores estivessem no local estipulado para dialogar com os moradores da Baixada do Marco. Alguns moradores da Bacia do Una, território que já havia passado por uma obra de reforma urbana similar de macro drenagem, compareceriam ao evento buscando apoiar e dialogar com os habitantes de outra bacia hidrográfica de Belém, a Bacia do Tucunduba. Fui ao evento acompanhando estes amigos da Bacia do Una, região que integrava o universo de minha pesquisa de doutoramento. Alexandre, meu principal interlocutor na Bacia do Una, estava motivado a discutir sobre os possíveis efeitos de um projeto de macro drenagem no Tucunduba, dizendo: “A história fica sempre se repetindo”. “O futuro deles é o nosso presente”.

A reunião ocorreria no espaço cedido por uma Igreja do bairro. A comunidade lotou o auditório improvisado. Senhoras e senhores de idade, jovens adultos e crianças dividiam o espaço no salão paroquial. Todos estes haviam feito certo esforço para chegar ao local, tendo em vista que as suas ruas e a própria frente da Igreja estavam alagados. A imprensa local também se fez presente, bem como dois vereadores, alguns moradores da Bacia do Una e alguns militantes da causa da reforma urbana. Todos estes atores testemunharam o que já parecia previsível: nenhum representante da Prefeitura Municipal ou da SESAN compareceu ao compromisso marcado e nem deu qualquer justificativa sobre sua ausência.

A reunião que era presidida por uma Comissão de Moradores da Baixa do Marco – alguns envolvidos em Associações de Moradores e outros sem participar da política comunitária, mas sentindo-se igualmente prejudicados pelas inundações e humilhados pelo

ultraje da Prefeitura – também contava com representantes de fora da Baixa do Marco como o Bairro da Terra Firme e a Travessa da Vileta onde também há um canal que transborda. A decisão anunciada no microfone foi rápida e unânime, como se todos já soubessem o que fazer. Indignados, os moradores decidiram repetir o que já haviam feito na semana anterior, porém agora em maior número: bloquear em forma de protesto o trânsito na Avenida Almirante Barroso, a principal via de ligação entre Belém e sua Região Metropolitana. Eu e aqueles a quem eu acompanhava seguimos o fluxo das pessoas em direção à grande avenida que ficava a apenas três quarteirões de onde aconteceria a reunião. Misturamo-nos à multidão que bloqueou a grande avenida erguendo faixas e entoando gritos de ordem contra o prefeito. “Belém está virando Igapó de novo!”, ouvi de uma senhora que falava junto a mim. Entendi que ela chamava atenção para a reversão do processo civilizacional e de conquista do território de uma cidade que foi se expandindo das áreas secas e altas em direção a terrenos baixos e úmidos.

Aproximei-me dessa senhora e começamos a conversar. A efemeridade desse encontro em meio à efervescência do ato de protesto não permitiu que eu soubesse seu nome. Para puxar assunto, perguntei como havia sido da última vez que fecharam a rua. Ela respondeu que havia menos gente, estavam menos organizados, mas que ficaram firmes das cinco da tarde até “de noite”. Logo em seguida ela começou a falar para mim sobre sua casa e a rua onde mora, que ficam constantemente alagados durante esta época do ano. Então, pôs-se a refletir sobre a água, elemento bastante presente em seu cotidiano. Falou para mim que a água sempre procura um caminho. Esta afirmação veio acompanhada de um relato sobre a domesticação do território e sobre os processos adaptativos para a moradia em alagadiços. Antes, dizia a senhora, os quintais das casas da rua eram alagados. Os moradores aterraram seus quintais. A água que ficava acumulada em seus quintais procurou o caminho da rua. Acumulada nas ruas, a água tentava entrar nas casas. Os moradores elevaram a fachada das casas e construíram muretas para bloquear o avanço da água, mas a água tentava entrar pelos lados. “A água sempre encontra um caminho”, repetiu a senhora. Imaginei que naquela rua as pessoas moravam em pequenas fortalezas criadas para conter os assaltos do elemento água que buscava constantemente reconquistar seu território perdido. Naquela semana, os moradores da Baixa do Marco viam as águas vitoriosas nesse embate.

Curiosamente, era naquelas águas que a senhora com quem eu conversava buscava inspiração para continuar reivindicando a sua cidadania plena. Ela me disse: “Nós temos que ser como a água. A água não encontra sempre um caminho? A gente fecha de um lado, ela procura escoar pelo outro, fecha atrás e ela vai pela frente. Ela só precisa de uma brecha bem

pequena pra poder passar”. Como a água, os moradores buscavam ocupar os espaços da política na cidade da forma que lhes parecia possível. Também buscavam contornar dificuldades e buscavam diálogo procurando frestas e brechas nos muros simbólicos construídos pelos contrastes espaciais e as desigualdades. Assim como a água, pretendiam durar e inscrever sua experiência no tempo da cidade. A identificação com a água também remetia à perenidade de sua causa e de sua luta política pelo direito ao saneamento, à saúde pública e ao ir e vir. Concluindo sua reflexão, a senhora me olhou e disse: “Seja como a água”.

Este relato de uma situação etnográfica no trabalho de campo chama atenção para um grande número de elementos do universo desta pesquisa e para várias questões que serão tratadas ao longo dessa tese. Naquela tarde do mês de março de 2014 se mostraram evidentes os problemas de alagamento e as promessas de vultosos projetos de saneamento e drenagem. Ainda assim, nesse contexto se sobressaíam as disjunções nos diálogos entre a população civil e o Estado. Também apareceu, de maneira significativa, a questão dos contrastes urbanos em Belém entre áreas altas e baixas, o lugar simbólico das baixadas e sua relação problemática com a água. Vale lembrar que essas questões eram observadas na Bacia do Tucunduba, a milhas de distância dos territórios da Bacia do Una, a qual constitui o universo dessa pesquisa. Porém, estes problemas não pertenciam exclusivamente à Bacia do Tucunduba. Muito pelo contrário, eles apenas se repetiam naquela bacia hidrográfica, assim como se repetem em outras áreas baixas de Belém, ressaltando experiências comuns em relação à água na periferia da cidade.

Estas relações entre cidade, infraestrutura e natureza são objeto de reflexão da comunidade interpretativa denominada Ecologia Política Urbana. Paul Robbins (2012, p.5) define Ecologia Política não como um campo do conhecimento, mas como uma "comunidade de prática" da qual se sobressai uma determinada analítica textual. Esta analítica deve sustentar que certos processos ambientais são construídos conjuntamente como processos econômicos, políticos e culturais. Considere-se, por exemplo, na cena descrita no início desta introdução: canais transbordando, moradores alagados, protestos e fechamento de vias públicas. No engarrafamento provocado pela obstrução da Avenida Almirante Barroso, um motorista que voltava para sua casa no final de um dia de trabalho provavelmente via o protesto como mais uma expressão de problemas envolvendo a população e a prefeitura. O alagamento se daria em função de um problema administrativo e, portanto, técnico. Outra leitura possível é a de, se não a prefeitura, a culpa das inundações na Baixada do Marco

estaria nas chuvas, repetindo-se a máxima de que Belém encontra-se em uma Zona de Convergência Intertropical³. Nesse último caso, a origem do problema seria natural.

No lugar de uma Ecologia não politizada que dá ênfase a previsões climáticas, índices pluviométricos e relevos naturais das cidades para explicar inundações e alagamentos, os recursos analíticos que adotamos neste trabalho buscam politizar a natureza urbana. Isso implica em mostrar que processos ambientais são produzidos por redes formadas por atores sociais e naturais, quase sempre atuando em diferentes planos de análise, articulando o local ao global ou, para utilizar a terminologia de Roberto Cardoso de Oliveira e Luís R. Cardoso de Oliveira (1996), atravessando as esferas éticas micro, meso e macro.

Os "desastres" (OLIVER-SMITH, 2002) que se repetem a cada ano nas periferias não estão ligados apenas à incapacidade técnica da prefeitura em realizar a manutenção dos canais da cidade para que estes não transbordem. Existe, de fato, uma incapacidade técnica do município. No entanto, ao longo da tese mostraremos que isto é apenas o reflexo de falhas em estruturas políticas mais amplas, passando pelas organizações comunitárias, pelo Governo do Estado, pelo Poder Judiciário e por instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Assim, uma análise nos termos da Ecologia Política deve identificar os sistemas de ideias e redes cuja atuação vai além da culpabilização imediata de atores locais (ROBBINS, 2002).

Robbins (2002) também argumenta que o foco de análise da Ecologia Política vem mudando nos últimos anos. A ênfase da destruição do ambiente pela ação humana vem sendo substituída pelo foco na produção de arranjos socioambientais, na qual se conjugam elementos humanos e não humanos atuando em redes (ROBBINS, 2002). Por esta razão, a Ecologia Política oferece o aporte analítico necessário para refletir sobre a complexidade dos arranjos socioecológicos nas grandes cidades. A atenção dada aos ambientes construídos é relevante, uma vez que em Belém não trabalhamos com a ideia de uma comunidade que teve seu equilíbrio ecológico afetado por elementos exógenos, mas de um lugar onde as transformações ambientais constituem processos de longa duração e se dão, entre outros fatores, pela construção destrutiva dos cursos d'água e da domesticação dos recursos hídricos por diversos atores.

³ A Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) é um conjunto de nuvens que circunda a faixa equatorial do globo terrestre, formada pela confluência dos ventos do hemisfério norte com os do hemisfério Sul. A convergência dos ventos faz com que o ar quente e úmido ascenda, carregando para as nuvens a umidade do oceano. A ZCIT é o sistema meteorológico mais importante na determinação da intensidade das chuvas no Norte do Brasil. Disponível em: <http://www.funceme.br/produtos/script/chuvas/Grafico_chuvas_postos_pluviometricos/entender/entender2.htm>. Acesso em: 21 jan. 2014.

Nesse sentido, a urbanização se apresenta como um processo fundamentalmente ambiental. Para Heynen et al. (2006) urbanizar o espaço não implica necessariamente na substituição de um ambiente natural por um construído, mas sim em processos socioecológicos que tornam a vida humana possível nas cidades. Afinal, as cidades são construídas com recursos naturais e através de processos naturais mediados socialmente. Um exemplo disso é quando as cidades utilizam o sistema de drenagem natural em sistema de drenagem urbano, canalizando rios e igarapés como foi feito em Belém. Outro exemplo é a produção do sistema de abastecimento de água, que deve levar em conta a presença ou ausência de mananciais nos arredores das cidades. Como veremos ao longo da tese, estes processos ambientais também são eminentemente políticos, pois não acontecem sem negociações, disputas ideológicas e relações de poder que distribuem desigualmente o que se conhece por infraestrutura urbana.

Essas abordagens mais estruturais, no entanto, apresentam um quadro incompleto da cidade enquanto um espaço vivido. Nesse caso, o papel da Antropologia e da etnografia é o de inserir vozes periféricas no interior desses processos que ocorrem na cidade. Trata-se de narrar a ocupação do solo, a expansão da cidade e sua urbanização de forma menos geral e mais particular, dando atenção às experiências concretas dos sujeitos com seus espaços de pertencimento, com as redes de infraestrutura urbana, com o Estado, com o Poder Judiciário, com o conhecimento técnico sobre a cidade e, principalmente, com o elemento que permeia todas essas relações para o caso dessa pesquisa: a água.

Para o Antropólogo Rafael Devos (2008) a questão ambiental ligada à água representa uma oportunidade para pensar o tempo na cidade, na medida em que aponta para questões como a domesticação e civilização da natureza. Refletir sobre a cidade em transformação significa compreender essa cidade – e sua relação com as águas – como um objeto temporal tendo por mote a escuta das narrativas dos habitantes nas formas singulares de ordenarem as experiências geracionais que orientam suas memórias vividas (ECKERT; ROCHA, 2005). Isso significa considerar que as experiências de seus habitantes estão situadas em um movimento de mudanças e transformações constantes da urbe que se efetuam com o passar do tempo. Tratar-se-ia de entender como os cidadãos acomodam e subjetivam o tempo da cidade em relação às suas trajetórias individuais e coletivas. Quando falam de sua trajetória e de suas experiências, os interlocutores dessa pesquisa falam também sobre a cidade e suas dinâmicas.

Assim, chegamos ao conceito de memória com o qual trabalhamos nesta tese. Aqui a memória não aparece meramente como recordação de algo que ficou no passado, mas como esforço criativo de reordenamento de experiências no tempo, com vistas a uma ação no

mundo (ECKERT; ROCHA, 2005). Como será visto ao longo deste trabalho, esta ação no mundo pode ser uma ação política que diz respeito a conflitos, não apenas no ponto de vista material, mas ao nível de ideias e de representações simbólicas sobre a cidade que orientam políticas públicas e a busca por direitos.

Nesse contexto, a memória emerge como um fator decisivo no fortalecimento de identidades coletivas e do sentimento de pertencer a um lugar. As narrativas sobre a relação com a comunidade e com o ambiente se revelam como expressões de processos mais amplos como a urbanização e a ocupação do solo na periferia de Belém, especialmente na Bacia do Una. Muitas vezes essa relação com o ambiente é mediada por políticas públicas e instituições, como foi o caso da Bacia do Una através da realização de um grande projeto de macrodrenagem, vias e saneamento, o Projeto Una. Quando omissões e irregularidades nas políticas públicas provocam violações nos direitos humanos de grande parte da população, então a busca por esses direitos se torna o motor dos discursos, narrativas e questionamentos dos sujeitos acerca de sua relação com o ambiente, com a cidade e com as instituições que servem como mediadoras dessa relação.

É importante ressaltar que entre os sujeitos que estão vivenciando as mudanças em Belém e na Bacia do Una também estão técnicos, planejadores e outros agentes do Estado. Logo, as transformações urbanas também são examinadas pela lente desses *experts* que trabalham com esgotos, água, drenagem e danos ambientais na Bacia do Una. É certo que especialistas e agentes do Estado – sejam eles do Poder Executivo e do Poder Judiciário – geralmente apresentam perspectivas contrastantes de bem-estar ambiental e desenvolvimento urbano, cada um se engajando de forma diferenciada nas transformações ambientais da cidade. Ainda assim, *experts* são partes relevantes da rede de relações que produziu a paisagem da Bacia do Una. Enquanto habitantes da cidade, eles também rememoram a Bacia do Una e contam histórias sobre ela.

O percurso pelos temas de transformações urbanas e políticas públicas conduz ao conceito de memória ambiental. Este elemento teórico-conceitual encontra-se em um primeiro nível em trabalhos que resultaram do Projeto de Pesquisa intitulado “Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas”, coordenado pela antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha e responsável por uma série de pesquisas sobre conflitos relacionados à utilização dos recursos hídricos urbanos de Porto Alegre. Os trabalhos de Rafael Devos (2007; 2008), o material disponibilizado na plataforma eletrônica do Projeto Habitantes do Arroio⁴ e a

⁴ O material obtido no referido projeto de pesquisa encontra-se no Blog Habitantes do Arroio, disponível em: <<http://habitantesdoarroio.blogspot.com.br/>>.

bibliografia consultada mostram que existem ao menos três concepções do que se convencionou chamar de “memória ambiental”, sendo todas elas pertinentes para tratar dos problemas antropológicos abordados neste trabalho, conforme as possibilidades de análise que oferecem.

A primeira é herdeira das reflexões clássicas de Maurice Halbwachs (2006) sobre a questão da memória coletiva. De inspiração durkheimiana, a ênfase dessa análise se dá sobre o aspecto coletivo das lembranças que são localizadas e reconhecidas conforme a sua organização em quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1925). Nesse sentido, a memória seria “enquadrada” pela ótica de uma instituição social específica em que ocorre a transmissão de valores e conhecimentos como, por exemplo, a família, a escola ou o grupo religioso. O “quadro ambiental” seria então mais um dos quadros da memória, sobretudo no atual contexto de progressiva institucionalização das relações entre homem e ambiente que caracteriza as formas modernas de gestão da cidade.

De acordo com a definição de Devos (2008, p. 64),

tal memória ambiental é pensada enquanto um ‘quadro social’ contemporâneo da memória da cidade, nos termos de Halbwachs, e principalmente como parte de um processo de ambientalização da forma como os habitantes passam a compreender as transformações na paisagem urbana e nos estilos e condições de vida das populações que ensaiam pertencimentos diferenciados aos territórios da cidade.

Isso significa que a contemporaneidade do quadro ambiental da memória situa os problemas ambientais enquanto questões majoritariamente urbanas, pois são no cotidiano das grandes cidades que se faz sentir de maneira mais aguda a crise das formas institucionalizadas de gestão da coexistência entre o elemento humano e o meio ambiente em um mesmo espaço que é alvo de conflitos, interesses antagônicos e éticos diferenciados.

A segunda perspectiva sobre memória ambiental a ser tratada, ressoando ainda nas reflexões de Maurice Halbwachs (1925) sobre o enquadramento social da memória, seria a concepção que propõe o exame de um processo característico da modernidade chamado de “ambientalização”. O antropólogo José Sérgio Leite Lopes (2006, p. 34) define “ambientalização” como um fenômeno que este autor acredita ser de importância análoga a outros processos como os de industrialização ou proletarianização que estiveram em evidência no século XIX e início do século XX.

A “ambientalização” pode ser entendida como a transformação das condutas relativas ao meio ambiente que vem ocorrendo no Estado e na mentalidade das pessoas nas últimas décadas, pelo menos desde a Conferência de Estocolmo em 1972 (LEITE LOPES, 2006, p.

34). O processo apontado por José Sérgio Leite Lopes (2006) diz respeito tanto à utilização cada vez mais recorrente da questão ambiental como fonte legitimadora na argumentação de conflitos, o que incorre em uma re-politização do termo “meio ambiente”, assim como na subjetivação individual das normas referentes aos cuidados com este ambiente. Ou seja, o discurso ambiental torna-se um discurso moralizador tanto no âmbito da gestão pública, quanto do ponto de vista da responsabilidade individual.

Esta transformação das subjetividades em relação à questão ambiental marca a forma como as pessoas reconstruem o passado tendo como base um presente ambientalizado, principalmente quando os sujeitos estão imersos em um contexto de risco e crise ambiental. A memória dos rios e igarapés de Belém sendo utilizados por seus habitantes para pesca e banho, por exemplo, tende a aflorar na atual conjuntura belemense em que as águas dos canais transbordam levando de volta às suas margens o lixo e o esgoto sanitário que é irregularmente despejado nesses cursos d’água. Logo, observa-se a ambientalização das memórias afetivas de coletivos humanos sobre seus espaços de pertencimento e de habitação, memória que ganha espessura nas narrativas dos sujeitos a respeito de sua relação com este meio.

A terceira forma de conceber a memória ambiental liga-se à proposta de compreensão de Gilbert Durand (2002) acerca da dimensão antropológica – o termo “antropológico” é empregado no contexto de um estudo sobre o homem enquanto espécie biológica e como ser eminentemente simbólico – da vida humana através da imersão no domínio ontológico do imaginário por parte do pesquisador ou estudioso. A perspectiva de Durand (2002) aponta para a dimensão transcendental da relação entre homem e ambiente que resulta na produção de símbolos que compõem o grande repositório de imagens e conjunto de imagens da humanidade chamado de imaginário.

Em Durand (2002), a bipartição entre o homem e o ambiente não coincide com a distinção clássica da tradição antropológica culturalista que associa humanidade à cultura e natureza aos demais elementos do cosmos que estão em afinidade ou em oposição ao homem (DESCOLA, 2003). Gilbert Durand (2002), ao contrário, apresenta o homem-indivíduo como ser natural, na medida em que este é visto como o *locus* de imperativos biopsíquicos como gestos pulsionais⁵ e dominantes reflexas⁶ que são característicos da espécie humana. O

⁵ Termo que Durand encontra na obra de Gaston Bachelard, os gestos pulsionais são “os gestos principais do animal humano em direção ao seu meio natural, prolongado diretamente pelas instituições primitivas tanto tecnológicas como sociais do homo faber”, constituindo-se como “os eixos das intenções fundamentais da imaginação” (DURAND, 2002, p. 41). Para Bachelard, a imaginação de um movimento – o gesto – supõe a imaginação de uma matéria correspondente (DURAND, 2002, p. 42), o que implica na gênese recíproca entre gesto e ambiente. As constelações de imagens se organizam em torno de imagens de gestos como, por exemplo, o gesto ascensional ou o gesto rítmico.

ambiente, por sua vez, é considerado por Durand (2002, p. 51) como ambiente técnico-cultural ou "ambiente tecnológico humano", concepção que é emprestada do antropólogo e arqueólogo Andre Leroi-Gourhan (1987). Nesse sentido, o ambiente é apresentado como um processo que não se dissocia da presença transformadora dos seres humanos.

É na confluência dos gestos pulsionais com o ambiente técnico, transformado por estes gestos, que emergem as imagens simbólicas que orientam a existência humana no mundo. A partir das reflexões de Gilbert Durand (2002), a memória ambiental pode ser entendida como a memória humana por excelência ao remeter aos processos pelos quais o ser humano se constitui concomitantemente como espécie biológica e como ser simbólico. Esses "processos de hominização" (MORIN, 1975) não poderiam ser encadeados sem uma relação de troca de estímulos e transformação mútua entre homem e ambiente.

Assim, a memória ambiental em uma perspectiva durandiana apontaria para a constituição dos símbolos e imagens referentes à experiência humana de relações diádicas com um meio que é, ao mesmo tempo, objeto da ação humana e agente sobre o corpo e o espírito do homem. Em outras palavras, a memória ambiental, no contexto deste trabalho, pode ser entre muitas possibilidades, composta pelas imagens que remetem ao contato entre a população de Belém e as águas da cidade, ressoando em outras imagens que também tratem da universalidade da experiência humana junto ao elemento água e à civilização da natureza. Entre essas imagens-símbolo estão fotos de época, imagens de jornal, fotografias tiradas pelos próprios moradores da Bacia do Una e até mesmo as imagens produzidas em campo pelo pesquisador. Neste imaginário sobre a Belém e a Bacia do Una também se encontram imagens textuais nas narrativas de viajantes e literatos, bem como as imagens veiculadas nas narrativas dos habitantes da cidade. Dentro de uma perspectiva do imaginário durandiano, estas narrativas expressam as rítmicas de conquistas e de ruínas dos territórios-mitos que variam nos seus conteúdos, mas que se repetem em suas formas e estruturas ao longo do tempo.

A delimitação do universo de pesquisa por Bacia Hidrográfica talvez chame a atenção do leitor. De fato, a comunidade interpretativa da Antropologia Urbana ou Antropologia das cidades no Brasil possui uma longa trajetória de estudos sobre bairros nas principais metrópoles brasileiras. Seria o caso, por exemplo, dos trabalhos de Alba Zaluar (1984) sobre a Cidade de Deus no Rio de Janeiro e de Tereza Caldeira (1984) sobre o Jardim das Camélias

⁶ Para Durand, os principais gestos humanos são classificados de acordo com a reflexologia do século XIX realizada por Vladimir Betcherev a partir da observação do comportamento de recém-nascidos. É em Betcherev que Durand busca a noção de "dominantes reflexas", isto é "os mais primitivos conjuntos sensorio motores que constituem os sistemas de 'acomodações' mais originários na ontogênese e nos processos de assimilação constitutivos do simbolismo" (DURAND, 2002, p. 47). As três principais dominantes reflexas seriam a dominante de posição, a de nutrição e a copulativa.

em São Paulo, entre outros. Não obstante, nesta tese o bairro não constitui a unidade espacial de análise, mas sim uma área que pode abranger quase 60% da primeira légua patrimonial de Belém.

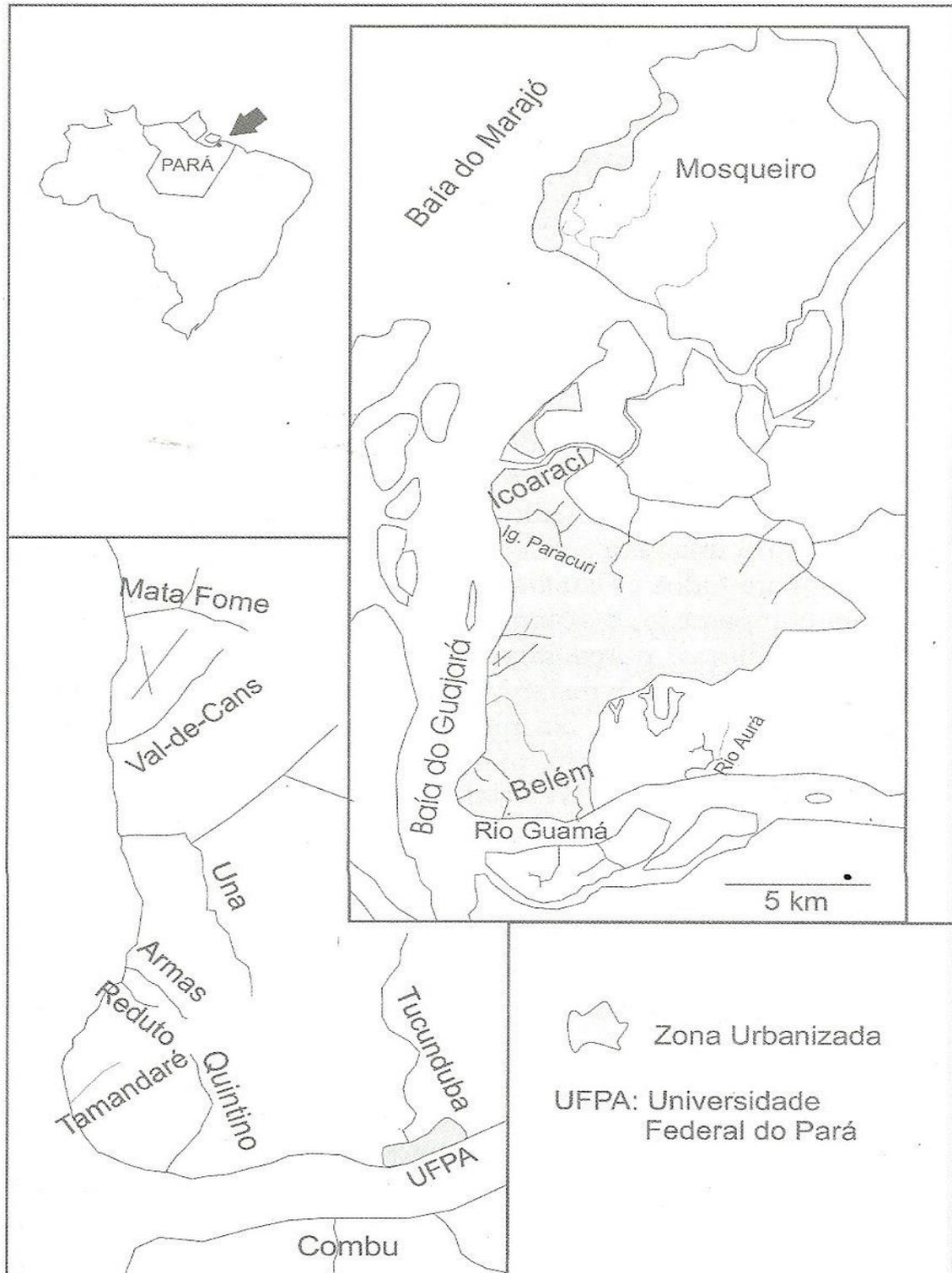
Em Belém há 1.439.561 habitantes segundo uma estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2015⁷. Nesta mesma cidade existem 14 bacias hidrográficas⁸, algumas sendo influenciadas pelo Rio Guamá ao sul e outras ao leste pela Baía do Guajará. Entre as bacias que sofrem influência da Baía do Guajará destaca-se a bacia do Una, a maior do município com 36,64 km² de extensão onde habitam 397.339 pessoas. Cerca de 19% de seu território é composto por áreas alagáveis (SILVA, 2004). Se o leitor mora nos bairros do Umarizal, Nazaré, São Brás, Fátima, Marco, Pedreira, Telégrafo, Barreiro, Sacramento, Miramar, Maracangalha, Souza, Castanheira, Marambaia, Val-de-Cans, Mangueirão, Benguí, Parque Verde ou Cabanagem⁹, então há chances que se seja um habitante da Bacia do Una.

⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades:** Pará-Belém. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150140&search=para|belem>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

⁸ Entre as bacias que sofrem influência da Baía do Guajará estão as do Ananin, Outeiro, Paracuri, Pratiqara, Cajé, Mata-fome, Val-de-Cans, Una, Reduto e Tamandaré. As bacias hidrográficas que são tributárias do Rio Guamá são as da Estrada Nova, Tucunduba, Murutucu e Aurá.

⁹ Para os leitores que não conhecem a cidade de Belém ou não estão familiares com os nomes dos bairros supracitados, justifico a enumeração dos bairros que integram a bacia do Una como uma forma de anunciar a diversidade sócio-cultural presente no universo que pretendo investigar.

Figura 1 - Belém e seus igarapés



Fonte: RAMOS, José. Poluição e contaminação da Orla de Belém-PA. In: UHLY, Steven; SOUZA, Eliene L. (Org.). **A questão da água na Grande Belém**. Belém: Casa de Estudos Germânicos/UFPA, 2004. p. 103-20.

Figura 2 - Belém e suas principais bacias hidrográficas



Fonte: SILVA, Andressa Macêdo e. **Gestão de conflitos pelo uso da água em bacias hidrográficas urbanas.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará, 2003. p. 24.

A enumeração dos bairros que compõem a referida bacia pode parecer desnecessária àqueles que não estão familiarizados com as divisões político-administrativas da cidade de Belém, mas tem o intuito de mostrar o quanto o universo de pesquisa é heterogêneo no que diz respeito à territorialidade das classes sociais no contexto urbano belemense. Por exemplo, dentro de uma mesma área de bacia se encontram juntos bairros como Nazaré e parte do

Umarizal, cujos habitantes em sua maioria possuem alto poder aquisitivo e bairros de baixa renda como Barreiro e Benguí. Assim, a diversidade sócio-cultural presente nos bairros da bacia do Una confere maior complexidade ao objeto de estudo no que tange à memória ambiental das águas de Belém. Este é um dos aspectos que levaram à decisão do recorte metodológico por bacia hidrográfica.

Figura 3 - Bairros da Bacia do Uma



Fonte: PARANAGUÁ, P. et al. **Belém Sustentável**. Belém: Imazon, 2003. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/belem-sustentavel-1>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

O recorte por bacia também sofreu grande influência do já citado Projeto Habitantes do Arroio. Naquele projeto, discutia-se a possibilidade de estudar a memória ambiental com outro elemento que não fosse a terra. Nesse caso, pensar a memória ambiental das águas implicava em considerar outras formas de segmentação do território na cidade e, conseqüentemente, tensões e formas de viver em ambientes distintos. Muitos dos antigos pântanos e córregos, e que recortavam Belém, hoje desapareceram sob o asfalto tendo sido incorporados à rede pluvial de esgotos. Outros foram simplesmente aterrados no processo de

urbanização de Belém. Logo, pensar a cidade a partir do elemento terra – isto é, das divisões por bairros – poderia obscurecer grande parte da memória das águas em Belém, pois estes cursos d'água desaparecidos hoje são vivenciados na ordem dos espaços fantásticos (ECKERT; ROCHA, 2005). Estes espaços seriam aqueles que não existem mais da maneira como eram antigamente, mas são trazidos à tona pela memória de antigos habitantes que acompanharam as modificações da cidade e de sua relação com suas paisagens fluviais ao longo do tempo. Além disso, as divisões político-administrativas em bairros e distritos nem sempre observam as continuidades dos territórios na ordem do vivido. Muitas vezes a continuidade desses territórios é imaginada através de mapas afetivos que estão ligados a antigas práticas e formas de se deslocar pela cidade, inclusive através de seus rios e igarapés.

A escola de uma Bacia Hidrográfica como universo de pesquisa também se justifica pela proposta de Marques, Campos e Etges (2007, p. 105) sobre a adoção de uma "racionalidade ambiental" na gestão de territórios e recursos naturais. Esta "racionalidade ambiental" aparece como contraponto a uma "racionalidade do capital", no sentido de que representa a opção por paradigmas de desenvolvimento que tenham mais sustentabilidade. O zoneamento por bacia hidrográfica corresponderia a um desses paradigmas, levando em conta as continuidades de um sistema natural – a bacia – ao invés de outras formas arbitrárias de organização espacial.

Esta perspectiva sistêmica já havia sido adotada pelos projetos de drenagem e saneamento que ocorrem em Belém desde a década de 90. Diferentemente das obras realizadas anteriormente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem financiado projetos de reforma urbana para bacias hidrográficas urbanas, tratando-as como uma unidade interdependente tanto em seus aspectos naturais, quanto em seus aspectos construídos e alterados pela ação humana. Assim, as reflexões dessa pesquisa devem aderir a esta lógica sistêmica, na medida em que habitantes da Bacia do Una que estão em bairros diferentes e separados por quilômetros têm suas vidas interligadas pelos cursos d'água que correm em frente à sua casa. Os resíduos despejados na montante são levados pelo curso que produz impactos na jusante. Da mesma forma assoreamentos na jusante criam um efeito de barragem que diminui a vazão da água, provocando inundações na montante. Outros exemplos do caráter sistêmico do universo de pesquisa serão explorados ao longo da tese.

Entre as decisões metodológicas do processo de pesquisa, também destaco a iniciativa de morar durante sete meses na Bacia do Una. De setembro de 2013 a abril de 2014 aluguei um *kitnet* (quarto com banheiro) na Mena Barreto, uma comunidade localizada às margens do Canal do Galo, no Bairro do Telégrafo. Durante esse período de mudança de residência, o

isolamento em relação à família e aos amigos das áreas altas se dava mais pela necessidade de estudo e concentração nessa fase da pesquisa do que por motivos geográficos. Em 20 minutos eu estaria novamente na casa de minha mãe se eu tomasse um ônibus. De bicicleta o trajeto poderia ser feito até em 15 minutos. Esta proximidade é um reflexo, por um lado, de uma característica de Belém, isto é, a proximidade geográfica entre centro e periferia, o que não contribui para diminuir as diferenças nas maneiras de experimentar a cidade e o aparelhamento urbano nas áreas baixas e nas áreas altas. Por outro lado, a ausência de distância entre o bairro que eu morava antes e o novo local de moradia/campo de pesquisa é sintomática da renovação das dinâmicas antropológicas entre um “estar lá” e um “estar aqui” (GEERTZ, 2009) menos isolados e definidos, mas que nem por isso implicam na renúncia ao estranhamento como forma de deslocamento conceitual na relação com os interlocutores (o outro).

Além de me fazer atento às dialéticas entre proximidade e distância, centro e periferia, o ato de residir no campo de pesquisa também implicou reflexões não apenas teóricas e metodológicas, mas de ordem moral na medida em que significou uma mudança no lugar de enunciação do etnógrafo para a representação de uma alteridade (GEERTZ, 2009, p. 177). Afinal de contas, morar não é necessariamente etnografar. É discutível dizer que eu não teria acesso às informações que obtive na condição de não morador. Porém, o que está em jogo neste trabalho não são as estratégias para obtenção de informações, mas a construção conjunta dos dados etnográficos por meio das relações desenvolvidas no contexto de pesquisa.

A decisão de morar na Mena Barreto também conduzia invariavelmente a uma discussão sobre as “armadilhas do método” (CARDOSO, 2004, p. 95; p. 99), isto é, sobre o risco do envolvimento político e emocional com os sujeitos da pesquisa, assim como a busca pela riqueza e exatidão de dados à custa do empobrecimento teórico e do esvaziamento da problematização das diferenças entre o eu e o outro. E, no entanto, procedendo de maneira inversa, a experiência como morador na Mena Barreto tinha como objetivo justamente escancarar as diferenças e tornar os contrastes físicos e simbólicos entre áreas altas e baixas da cidade em objeto de reflexão antropológica.

Viver no campo de pesquisa também evoca a pertinência das reflexões de Alba Zaluar (2004, p. 111) sobre a tentação de “virar nativo”, incidindo na interrogação sobre até que ponto etnógrafos e pesquisadores de campo precisam imergir na realidade estudada para serem capazes de expressar o ponto de vista dos “nativos”. A proximidade com o campo e a presença no cotidiano das pessoas na Mena Barreto, obviamente, não me tornaram nativo. Porém, essa experiência me situou em determinado lugar de enunciação e possibilitou a

experiência pessoal enriquecedora de viver junto com estas pessoas durante sete meses. Nesse período, a observação participante (FOOTE-WHYTE, 2005) consistiu em acompanhar as atividades cotidianas mais elementares dos moradores da comunidade como, por exemplo, participar de festas, aniversários e bingos, caminhar até a Feira do Barreiro margeando o Canal do Galo, tomar uma cerveja na esquina, observar o nível do canal se elevar durante as chuvas, assistir a um jogo de futebol pela televisão no bar local, ouvir música, tomar um cafezinho no fim da tarde, tomar um banho na maré da Baía do Guajará e, acima de tudo, conversar.

De forma contrária ao que havia planejado no início da pesquisa e nos primeiros esboços de sumário, não escrevi um capítulo sobre a experiência de morar na Bacia do Una. No entanto, os dados construídos e as situações observadas, como se verá adiante, encontram-se dispersos em vários capítulos desta tese. Durante o período de moradia na Mena Barreto também continuei a etnografia em outras áreas da Bacia do Una e a vivência do cotidiano naquela comunidade me tornava mais atento a questões que surgiam durante o trabalho de campo em outros bairros e canais. Pode-se dizer que, para além dos dados etnográficos e das amizades conquistadas, a experiência na Mena Barreto foi responsável por me proporcionar certa dose de *anthropological blues* (DA MATTA, 1978) e um pouco daquela inspiração romântica que acompanha a leitura das etnografias clássicas.

O material etnográfico e os dados construídos ao longo do processo de pesquisa deram origem a uma tese de doutoramento que está dividida em cinco partes que se articulam da seguinte maneira:

A primeira parte apresenta o campo e o universo de pesquisa desta tese, abrindo o caminho para pensar como a cidade de Belém nasce e se desenvolve a partir de cosmovisões fantásticas ligadas à água. Assim, o capítulo 1 inicia uma incursão nas constelações de imagens da cidade no tempo, não apenas com as imagens visuais, mas também com as descrições de literatos e viajantes. Estas imagens mostram que há períodos em que se busca maior afinidade com a água e outros em que a negação dos igarapés e canais é parte inseparável do processo civilizacional em Belém. Partindo da cidade de Belém como um todo, a análise se afunila até a Bacia do Una, onde um grande projeto de drenagem de vias, água e saneamento constituiu a expressão maior do mito do progresso e do prometo prometeico da modernidade em Belém.

Na segunda parte adentramos efetivamente na Bacia do Una a partir da etnografia junto aos seus habitantes. Os capítulos 2 e 3 narram as negociações da entrada no campo ao mesmo tempo em que já mostram historietas nas quais se conjugam os personagens da

pesquisa e seus espaços de pertencimento, isto é, canais, ruas, vilas, baixadas e comunidades situadas ao longo da Bacia do Una. As trajetórias dos personagens evidenciam a relação com o lugar de moradia, mas também, em alguns casos, apresentam níveis diferentes de interação com o Estado. O Estado, nesse caso, é experimentado em parte por suas estruturas (secretarias, órgãos, prédios e documentos), por seus agentes (técnicos, funcionários e políticos) e pelo grau e qualidade de oferecimento de bens de consumo coletivo como esgotos, água e drenagem urbana.

Na terceira parte nos aprofundamos em problemáticas observadas nos capítulos 2 e 3, principalmente no que tange às falhas nas políticas públicas tecnocráticas personificadas pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (PMU). Dessa forma, o "Eterno retorno das chuvas" enfoca a produção imagética dos habitantes da Bacia do Una sobre inundações e alagamentos no capítulo 4. No capítulo 5 a memória ambiental da Bacia do Una se expressa em narrativas que apontam para a longa duração da convivência com as chuvas e suas conseqüências, o que se repete indefinidamente nos dias de hoje. A memória, nesse caso, proporciona uma perspectiva temporal sobre os desastres e danos ambientais em Belém, evidenciando a construção social do risco de inundações nas periferias da cidade e politizando as inundações que atingem os moradores da Bacia do Una.

Os capítulos precedentes dão pistas de que as inundações são o resultado cumulativo de decisões políticas tomadas ao longo do tempo e do grau de acesso da população da Bacia do Una a políticas públicas. Esse entendimento desencadeia conflitos entre a população e agentes do Estado, tema da quarta parte. Nos capítulos 6 e 7 estes conflitos são mostrados sob a perspectiva de dois habitantes da Bacia do Una, Antônio Carlos e Alexandre, os quais reivindicam seus direitos ao saneamento básico e à moradia digna em função das inundações na Bacia do Una. O Capítulo 6 narra à descoberta dos dois interlocutores sobre si mesmos enquanto cidadãos e atores políticos enquanto buscam apoio e alianças junto a políticos e outras lideranças para a resolução dos problemas ambientais na Bacia do Una. No capítulo 7 a de Alexandre e Antônio Carlos por seus direitos coloca-os em contato com o Poder Judiciário, o que evidencia as disjunções no discurso igualitário de acesso universal à Justiça na democracia brasileira.

A quinta e última parte desta tese contém apenas o capítulo 8, no qual aparece o ponto de vista de especialistas e planejadores sobre a Bacia do Una e seus problemas. Refletir sobre a perspectiva de *experts* sobre a questão ambiental em Belém no capítulo final não significa conferir a estes a última palavra sobre discussões realizadas ao longo da tese com base nas

concepções de moradores, movimentos sociais, políticos e agentes do Judiciário. No capítulo em questão damos ênfase à análise dos discursos de especialistas, percebendo esses discursos enquanto representações técnicas, na mesma forma que, por exemplo, no primeiro capítulo aparecem representações literárias e no capítulo 6 figuram representações jurídicas sobre a Bacia do Una. E esta tese, afinal, é ela mesma uma representação antropológica da experiência temporal da cidade e de seus habitantes com o saneamento e a água mediada por políticas públicas.

CAPÍTULO 1

1 BELÉM NO TEMPO BANHADA DE ÁGUAS

O primeiro capítulo desta tese começa com uma reflexão sobre as imagens da cidade e da Bacia do Una ao longo do tempo. Antes de entrar propriamente no campo de pesquisa etnográfica, este capítulo apresenta o universo de pesquisa por meio de fotografias antigas e recortes de jornal, bem como relatos escritos por viajantes, literatos e homens de ciência. Trata-se, portanto, de imagens visuais e textuais que não aparecem neste capítulo apenas como registro inerte do passado. Na verdade essas imagens vibram no tempo e estão em constante interação com o presente.

O estatuto epistemológico dessas imagens é aquele que Gilbert Durand (1996) lhes confere, isto é, como parte do "reservatório concreto da representação humana em geral, aonde se vem inscrever o trajeto reversível que, do social ao biológico, e vice-versa, informa a consciência global, a consciência humana" (DURAND, 1996, p. 65). A este "reservatório" de representações Durand (1996, p. 65) dá o nome de imaginário. Portanto, este capítulo não oferece um levantamento histórico, mas um convite a pensar como imagens da cidade aparecem e são motivadas por regimes do imaginário que condicionam éticas e posturas em relação às águas urbanas.

Estes regimes do imaginário que Durand (1996, p. 162) chama de "bacias semânticas" são caracterizados por um conjunto de mitos que constituem o material simbólico através do qual a história (enquanto acontecimento real) é interpretada. Estes mitos são aqueles aos quais se refere Ana Luiza Carvalho da Rocha (2003) quando discute a construção das cidades tropicais. Trata-se dos mitos de fundação, posse do espaço e de ruína que aparecem principalmente nas narrativas progressistas de conquista do território no novo mundo. Em Belém, esses mitos reaparecem nas imagens e relatos mostrados ao longo do capítulo, os quais são constantemente motivados pela necessidade de controle das águas e da urbanização da periferia úmida. Esses relatos, como observou Rafael Devos (2008, p. 65), constituem "nós de amarração da memória da cidade", a partir dos quais podemos ver a permanência de certos sonhos e devaneios sobre Belém em diálogo com grandes projetos como, por exemplo, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. No entanto, a permanência dessas imagens míticas não se faz sentir apenas em projetos tecnocráticos, mas também nos desejos de uso social dos rios e de contato com as águas urbanas.

1.1 Flor das Águas

Sem exagero podemos dizer que nenhuma cidade no Brasil se mostra tão portentosa e interessante sob o ponto de vista hidrográfico. A água aí figura como peça fisiográfica e como elemento cênico, como moldura e como agente modelador.

Tanto geográfica quanto historicamente, a cidade floresceu em função da água. "Flor das águas" – eis uma antonomásia que se ajustaria muito bem à capital paraense, tal a significação do elemento água na sua vida. (MOREIRA, 1966, p. 66).

Poucos acadêmicos conferiram tanta importância ao elemento e sua relação com a cidade de Belém como o geógrafo Eidorfe Moreira. Sua sensibilidade e sua forma de escrita faziam da água um personagem, ao invés de um mero elemento da natureza a ser dominado e controlado pelo homem. A estilística adotada pelo autor deu origem, por exemplo, a um conjunto de ensaios publicado postumamente que foi chamado de "Geografias mágicas" (MOREIRA, 1989). Nesta obra, assim como em outras, Eidorfe Moreira buscava transcender a fisicalidade dos fenômenos geográficos, dando atenção especial aos simbolismos e significados atribuídos às paisagens. Mesmo em obras de caráter mais técnico, a exemplo de "Belém e sua expressão geográfica" (MOREIRA, 1966) – de onde foi retirado o trecho disposto no início deste tópico – o geógrafo sublinha a importância da água como agente que modela o sítio urbano de Belém. A poderosa imagem de uma "flor das águas" utilizada pelo autor para qualificar os atributos de Belém sugere não apenas uma relação bilateral entre a cidade e seus recursos hídricos. Esta imagem coloca a água como elemento que dinamiza a cidade ao longo do tempo e, mais ainda, como aquilo que fecunda e dá origem a Belém. Subentendido, há um mito de origem sobre uma cidade que "floresce" das águas.

Acontece que, do ponto de vista geológico, a cidade realmente nasceu da água. A área onde Belém se ergueu é formada por sedimentos arenosos e argilosos trazidos pelas águas barrentas dos estuários dos Rios Pará e Guamá, mas também de calcário proveniente das "transgressões marinhas" (MOREIRA, 1966, p. 85). Em termos técnicos, Moreira narra um quadro no qual os efeitos sedimentares e erosivos da água travam uma batalha. Este longo processo de embate entre agentes construtivos e destrutivos, somado à pluviosidade da região, deu origem à relativa uniformidade do relevo na área que seria Belém. A criação de terraços em demorados períodos de consolidação de sedimentos lembra a formação do sítio de outras cidades planas e baixas como *New Orleans*, também localizada no delta de um grande rio, o Mississippi.

Eidorfe Moreira também chama atenção para outro fator da agência da água enquanto elemento que dá origem ao sítio de Belém. Por água, também se entende a vegetação palustre, que segundo o autor em nenhuma parte do Brasil teve tanta importância como modeladora através de dois processos: o de fixação e o de obstrução (MOREIRA, 1966). No primeiro, as plantas anfíbias criam pequenas ilhas que se tornam aningais, que por sua vez podem dar origem a matas fechadas. No segundo, a função obstrutiva dessa vegetação aquática se manifesta a partir do momento em que esta se aglomera bloqueando rios, furos e lagos, bem como dando origem a pântanos, tal como o lago pantanoso e sujeito aos regimes de marés chamado de Piry, que mais tarde seria aterrado para a expansão territorial de Belém.

Belém nasce das águas, mas o projeto civilizacional belemense encontra na água um sério obstáculo à sua realização. O poeta Augusto Meira Filho, em uma coleção de ensaios publicada em 1973 chamada "Contribuição à História de Belém" fala sobre Belém no século XVII, apresentando uma perspectiva contrastante à de Eidorfe Moreira no que diz respeito ao "nascimento" da cidade. Escrevia ele sobre as quatro primeiras ruas de Belém, "as primitivas artérias de Belém que nascia":

Quatro pétalas se estendendo do eixo da matriz pelas terras pardas dos barrancos, dilatando, expandindo seus próprios rumos, vencendo baixadas, matas e pirizais, transformando os fundamentos do presépio no mais opulento centro de cultura e progresso da Amazônica Brasileira (MEIRA FILHO, 1973, p. 44).

As ruas, enquanto "pétalas", indicavam que a cidade ainda era uma flor. Porém, saída das águas, a flor agora via nesse elemento o seu antagonista. A vocação de "opulência" e "progresso" só seria realizada "vencendo baixadas, matas e pirizais". Se a cidade era dominada pela água na forma de "baixadas" e "pirizais", então era necessário conquistá-la. As ideologias de disciplinamento da água passariam por diversos renascimentos ao longo da História de Belém, permanecendo no repertório de técnicos e gestores até os dias de hoje. Este processo de redundância de ideias estaria, porém, sempre calcado no mito prometeico do progresso e do triunfo da racionalidade técnica aplicada ao caos da natureza (MEIRA FILHO, 1973, p 44).

Em outro momento, dessa vez escrevendo sobre a fisionomia de Belém de acordo com uma planta de 1791, Augusto Meira Filho (1973) novamente qualifica negativamente as águas que contornavam e recortavam o território da cidade:

Esse levantamento [...] revela Belém nos fins do século XVIII, ainda um burgo dominado pelos pântanos do Piry, dividido em duas metades distintas por essas águas paradas, posteriormente ensecadas, o que, ainda hoje, são um problema sério para o poder público.

A "cidade" se alongava pelo litoral, do forte primitivo à boca do Igarapé de São José, ou seja, do Ver-o-Peso ao Arsenal. Pouco avançava para o centro e nesse rumo, atingia, somente, as margens do pirisal que a contornava. (MEIRA FILHO, 1973, p. 62).

As aspas envolvendo o termo "cidade" mostravam que no século XVIII Belém ainda não havia atingido sua vocação de centro cultural e econômico dos trópicos amazônicos. Quando tentava avançar sobre o território, a cidade era "dominada" por igarapés e pântanos, estes últimos ainda considerados pelo autor supracitado um "problema" mesmo no ano de escrita do ensaio "Curiosidades da Planta de 1791", isto é, o ano de 1966. A "cidade" acabava quando os pés de seus habitantes tocavam as áreas úmidas de seus arredores. Isto poderia ser de algum modo inquietante para os habitantes da Belém de 1791, mas certamente era uma preocupação de primeira instância para o historiador, jornalista, poeta e político Augusto Meira Filho. A incorporação da região Amazônica à divisão internacional do trabalho, nos anos 50, marca o início de um período de desenvolvimento da região que imprime transformações substanciais em Belém. Nesse contexto a modernização do centro da cidade torna mais aparente os arrabaldes alagadiços e pantanosos onde corriam igarapés e onde uma população pobre já encontrava moradia. Ao mesmo tempo, a década de 70 inaugura os primeiros projetos modernos de drenagem na capital paraense.

O triunfo da terra sobre a água em Belém parece uma profecia fadada a nunca se realizar. Por vezes, no entanto, renascimentos prometeicos acenam para uma possibilidade de cumprimento da vocação belemense para a "opulência" e o "progresso" baseados na domesticação da água. Periodicamente, a urgência de expansão da cidade em direção aos pirizais, pântanos e igarapés revigora a concepção da água como obstáculo a ser transposto pela técnica e pela racionalização do espaço urbano.

Porém, se a história se apropria das águas no interior da cidade enquanto um inimigo, na geografia poética de Eidorfe Moreira (1989) e nos mitos, Belém ainda floresce das águas. Pelo menos é assim que acontece no mito cosmogônico dos Tupinambás, povo que habitou a região que um dia seria Belém antes da passagem de franceses, espanhóis, ingleses, holandeses e portugueses. Em sua resenha histórica do "Grão Pará", publicada em 1963, historiador e poeta paraense Aylton Quintiliano descreve uma versão desses mitos Tupinambás:

Inicialmente, os tupinambás chamavam de Monan, ao ser que criou a terra, o céu, os pássaros e os animais.

As águas foram criadas por Aman Attoupane.

E todos viviam felizes e contentes, até que o homem começou a ser mau, perverso, injusto. Monan, encolerizado, mandou Tata para o mundo dos homens. Tata era o fogo do céu, que dizimou tudo sobre a terra. Apenas Irin-Magé salvou-se, pela sua bondade, e apelou para Monan, que tivesse compaixão dos homens. Monan via em Irin Magé seu representante. Reconhecia-lhe o grande sentido de justiça, de amor ao próximo. E, por isso, resolveu atendê-lo. Aplacou sua fúria e mandou sobre a terra as torrentes do dilúvio, que estancaram o fogo. Quando as águas baixaram, com os sulcos criados na terra surgiram os rios (para) e o mar (paranan). Irin-Magé começou, então, a cultivar a terra e repovoar o mundo, tendo sido, por muitos e muitos anos, o Pagé de todos os homens da terra. (QUINTILIANO, 1963, p. 33).

O mito, narrado e reinterpretado por um cristão, apresenta uma versão ameríndia do dilúvio que purifica o mundo dos pecados dos homens. A água cumpre seu papel purificador, mas vai além disso. Tal como no processo geológico narrado por Eidorfe Moreira (1966), é a água que desenha e molda os contornos de rios e mares e continentes. A ordenação cosmogônica do mundo físico para os Tupinambás se mostra homóloga aos processos geomorfológicos que dão origem ao sítio de Belém. Em ambos os casos a água se mostra como agente modelador e potencializador da destruição e recriação. Os mitos de origem do território da cidade plantam a semente da dúvida no interior do progressismo histórico ligado ao domínio sobre as águas de Belém, tornando esta empresa cada vez mais urgente. Afinal de contas, quanto tempo demorará para a cidade ser novamente tomada pelas águas, retornando ao seu estado primordial?

1.2 Veneza dos Trópicos ou Paris n'América?

No bairro da Campina, também conhecido popularmente como "comércio", ergue-se um imponente palacete em estilo *art nouveau* onde se encontra uma loja de tecidos. A placa instalada pela prefeitura na parede lateral do imóvel indica que o prédio foi construído entre 1906 e 1909, tendo sido uma famosa casa onde eram comercializados produtos que vinham diretamente da França para Belém. Naquela época a existência de uma loja desse quilate na capital paraense se justificava pela grande quantidade de riquezas que circulavam pela Amazônia entre o final do século XIX e início do século XX. Em cidades como Manaus e Belém este período ficou conhecido como *Belle Époque* (SARGES, 2002). As elites regionais

que concentravam a riqueza advinda da exploração e comercialização da borracha absorviam hábitos e costumes europeus, o que se manifestava no apreço pela moda francesa.

O Palacete ainda tem seu nome gravado na entrada: Paris n'América. O Paris n'América pode ser compreendido como um "lugar de memória" nos termos de Pierre Nora (2009). A presença física e monumental do palacete no centro comercial de Belém condensa eventos e experiências de um determinado período, agregando histórias e narrativas sobre uma Belém que modernizava sua arquitetura e os hábitos de seus habitantes replicando a capital francesa. Portanto, "Paris n'América" não era somente o nome de uma das lojas mais sofisticadas da cidade na época, mas também representava um modelo de modernização e urbanização ao qual aspiravam as elites e os administradores da cidade. Este modelo, por sua vez, implicou uma determinada ética em relação às águas que percorriam o interior da cidade.

A adoção deste modelo de urbanização não se deu sem dilemas. Para o mesmo período, Arthemisia de Souza Valle e José Ademir de Oliveira escrevem sobre a cidade de Manaus:

Os caminhos dos igarapés eram também os caminhos das novas ruas. O desafio da engenharia européia contra a natureza, diante da decisão da escolha de um modelo de urbanização: construir Veneza ou Paris nos trópicos? Decide-se traçar linhas retas, aplainar-se, superar obstáculos. Trazer para a floresta os boulevards parisienses era o maior desafio. (VALLE; OLIVEIRA, 2003, p. 158).

Valle e Oliveira (2003) expressam que em Manaus houve a adesão a um modelo parisiense e em Belém não ocorreu de modo diferente. Assim como em Manaus, igarapés foram aterrados e pântanos passaram por ensecamento. Esse projeto civilizacional também se reproduziu em cidades como Porto Alegre, que grandes áreas aterradas – inclusive um bairro inteiro construído em aterro que avança sobre o lago Guaíba – além de também ter desviado e canalizado o curso do Arroio Dilúvio (DEVOS, 2008). A experiência de Porto Alegre, mesmo acontecendo na década de 1940, pode ser compreendida como a manifestação tardia de um ideário haussmanniano. Tratou-se, antes de tudo, de um modelo de urbanização que regularizou parte do traçado urbano e criou grandes avenidas para a circulação na cidade. No entanto, essas medidas também significaram um processo autoritário de higienização social que resultou no remanejamento de populações pobres para bairros distantes e na conseqüente criação de novos bairros de classe média próximos ao centro da cidade (DEVOS, 2008, p. 77).

Na Belém da *Belle Époque*, os aterramentos e ensecamentos de alagados aconteciam em função da expansão territorial da cidade, mas também de acordo com as diretrizes do

conhecimento médico científico da época. No século XIX e ao longo de todo o século XX a domesticação da água significava a contenção de doenças de veiculação hídrica. Se no século XIX a eliminação de alagados e terrenos baixos se justificava pela ocorrência de "febres paludosas" (ALMEIDA, 2011, p. 3), no fim do século XX esse discurso se repetiu em ocasião de modernos projetos de drenagem das baixadas belemenses. Dessa vez o objeto de preocupação de técnicos e agentes da saúde pública continuava a ser doenças de veiculação hídrica a exemplo da esquistossomose, cujo vetor é um caramujo que vive em áreas alagadas.

O trecho do artigo de Valle e Oliveira (2003) mostrou que, já no século XIX, estavam lançadas as bases e referências das intervenções urbanísticas em igarapés, rios e áreas alagadiças no interior das cidades. Não apenas Belém e Manaus, mas grande parte das capitais brasileiras adotou o paradigma parisiense ao longo do século XX. No entanto, isso não ocorreu sem que houvesse resistências. O modelo veneziano, pouco explorado, propunha uma ética diferenciada em relação aos cursos d'água que recortavam as cidades. Tal como na cidade italiana que se servia das águas do Mar Adriático, os riachos e igarapés poderiam ser utilizados a favor das cidades enquanto vias de circulação interna, mas também como fonte de beleza e personalidade urbanas. Valle e Oliveira mostram que, já em 1909 o governador do Amazonas Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt lamentava o aterramento dos igarapés no centro de Manaus. Dizia ele que os igarapés, se mantidos com seu leito original, tornariam "Manaus não só a linda princesa do Rio Negro, mas ainda uma Veneza poética, mais gentil e menos sombria, enfeitada pela luminosa vegetação amazônica" (VALLE; OLIVEIRA, 2003, p. 174).

Belém, drenada por igarapés e seus afluentes, também foi o cenário de devaneios venezianos. Ao longo de sua história houve projetos que buscaram resistir às narrativas progressistas de domínio irrestrito sobre a água que sempre predominaram em Belém. Um exemplo é o que propôs o Major Engenheiro Gaspar João Gronfelts ainda em 1771. Em seu "Estudo de Geografia Urbana", Antônio Rocha Penteado (1968) escreve que Gronfelts pretendia utilizar o grande alagado do Piry – ora descrito como igarapé, ora como um pântano – para criar um sistema de canais que interligassem diferentes pontos da cidade pela água (PENTEADO, 1968a, p. 113). O material levantado pela historiadora Conceição de Almeida (2011) mostra que Gronfelts planejava dragar o leito do Piry, aprofundando-o para torná-lo navegável durante o ano inteiro (ALMEIDA, 2011, p. 9). A cidade então teria duas entradas fluviais, uma pelo local onde hoje é a enseada de desembarque no Ver-o-Peso e a outra onde existia um igarapé que posteriormente se transformou no Canal do Reduto, como sugere a imagem do projeto apresentado por Gronfelts.

Figura 4 - O projeto de Gronfelts



Fonte: REIS FILHO, N. Goulart. **Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial**, 1999. 1 CD-ROOM apud ALMEIDA, C. M. R. de. Belém do Pará, uma cidade entre as águas: História, natureza e definição territorial em princípios do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#C>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

O projeto de Gronfelts encontrou entusiastas. Um deles foi o historiador e geógrafo português radicado no Pará, Antônio Ladislau Monteiro Baena, que em seu "Ensaio Corográfico da Província do Pará" de 1839 escrevia:

Em vez de empregar trabalhos hidráulicos para obter a excisão desta lezira era melhor ir com a indicação da natureza e aperfeiçoar sua obra, fazendo um lagamar que as águas da inundação do rio e as ascendentes no fluxo do mar naturalmente ocupassem [...] a Cidade de Belém do Pará ficará sendo mais bela que a Adriática Veneza tão celebrada. (BAENA, 1839 apud PENTEADO, 1968a, p. 113-4).

A referência ao modelo de Veneza é bem evidente nas palavras de Antônio Baena (1839), embora não se saiba exatamente a inspiração do projeto de Gronfelts, do qual contamos apenas com relatos. Ainda assim, estas obras que nunca foram executadas aparecem como devaneios sobre a cidade que Belém teria sido. Representam o renascimento mítico da afinidade com as águas que a cidade perdeu ao longo de sua urbanização. O apoio de Antônio

Baena à ideia de Gronfelts foi, no entanto, tardio. Em 1803 as obras de aterramento do Piry já haviam começado, obscurecendo o projeto do engenheiro.

No entanto, as águas sempre ressurgem tentando reconquistar seu território perdido. Durante o século XX foi necessário escavar uma grande vala para drenar a área da Avenida Tamandaré, a qual se localizava próxima a equipamentos da Base Naval de Belém na época da II Guerra Mundial (FERNANDES JÚNIOR, 1989). Posteriormente saneado entre 1962 e 1967, o valão deu origem a um insípido canal de concreto com seção retangular que hoje é o único vestígio do alagado do Piry.

Outro exemplo de projeto que ia à contramão do modelo parisiense era o do engenheiro Abílio Augusto do Amaral, que data de 1936. Assim como Gronfelts no século XVIII, as ideias de Amaral apontavam para a possibilidade de haver maior integração entre a cidade e seus cursos d'água. Sobre este projeto, Antônio Rocha Penteado (1968b, p. 409) assinala:

Criava-se, então, um sistema de canais, composto por um primeiro, muito extenso, sob a forma de uma avenida de contorno, acompanhando os limites da cidade pela primeira légua patrimonial demarcada, partindo da foz do rio Una e indo terminar no Guamá; a êste se iria encontrar um outro, que partiria da doca Sousa Franco; e, finalmente, um terceiro, que, iniciando-se no Reduto, iria alcançar a av. Alm. Tamandaré e, por ela, o Guamá.

A verdade é que nada disse se fêz; caso tal houvesse acontecido, a comunicação franca das águas do Guamá com as de Guajará poderia ter dado a um sistema natural de dragagem das águas das galerias pluviais e dos esgotos da cidade, tal como tem ocorrido no saneamento de baixadas situadas em zonas litorâneas.

Alguns pontos do antigo projeto do engenheiro Gronfelts reverberam na proposta de Abílio do Amaral. É o caso da interligação do Canal da Avenida Tamandaré (traço do antigo alagado do Piry) com o Canal do Reduto e da criação de uma comunicação entre o Rio Guamá e a Baía do Guajará através dos canais do interior da cidade. Ressurge o ideal de "aperfeiçoar a natureza" ao invés de constrangê-la. Antônio Penteado (1968b, p. 409) refere-se à utilização dos canais no projeto de Amaral enquanto um "sistema natural", opondo-se à artificialidade dos aterramentos e do entrincheiramento da cidade em relação aos cursos d'água que lhe rodeiam e lhe percorrem. Além disso, o projeto de Amaral propõe a ruptura do isolamento das bacias hidrográficas, uma em relação à outra, na medida em que conecta não apenas canais de bacias diferentes, mas as águas de Guajará com as do Guamá.

Porém, no projeto de Amaral – conforme aparece no relato de Antônio Penteado (1968b) – exista algo que aparentemente não consta em Gronfelts: a preocupação com o

saneamento. Já não se fala na interligação de cursos d'água para navegação e mobilidade dentro da malha urbana, mas sim em um sistema moderno de drenagem de águas pluviais e de esgotos. Não é por menos que o documento de autoria de Abílio do Amaral citado por Penteado chama-se "Projeto para Saneamento de Belém".

A referência ao trabalho de Abílio do Amaral justificava-se pelos problemas que o Antônio Penteado (1968b) identificava em relação ao saneamento em Belém no contexto da escrita de sua obra. Para além das deficiências no abastecimento de água – em 1968 a porcentagem de lares que recebiam água encanada era de 30% a 35% (PENTEADO, 1968b) – o autor ainda identificava os problemas do esgotamento sanitário e do escoamento de seus dejetos, que ficavam estagnados nos pontos mais baixos da precária rede, irradiando mau cheiro mesmo em regiões do centro da cidade (PENTEADO, 1968b). Ainda, o Penteado (1968b) chama atenção para o problema das inundações sazonais nos bairros próximos ao Rio Guamá e à Baía do Guajará, especialmente em áreas da Bacia da Estrada Nova e da Bacia do Una.

Logo, o projeto de Abílio do Amaral, datado de 1936, aparece como uma solução de engenharia para problemas que Antônio Penteado identificava três décadas depois e que ainda hoje, em certa medida, permanecem sem solução. Outra característica do projeto em questão é que este não prevê obras pontuais de drenagem, como havia sido feito até então. Ao contrário, Amaral antecipa a abordagem sistêmica do saneamento em Belém, algo que só foi realizado na década de 1990 com o primeiro projeto de macrodrenagem, vias e saneamento de uma bacia hidrográfica, a Bacia do Una. Por um lado, a proposta de Abílio do Amaral aproxima-se bastante das representações tecnocráticas e progressistas que caracterizaram as soluções de drenagem para Belém ao longo do século XX. Por outro, Abílio do Amaral ainda consegue valorizar a relação da cidade com as suas águas de modo a evocar menos uma Paris n'América do que uma Veneza dos trópicos.

Estes exemplos de projetos nunca realizados demonstram visões de planejadores sobre a cidade e a presença de éticas diferenciadas quanto à natureza. Se o modelo francês implicava a domesticação ou negação da água como parte da cidade através de projetos tecnocráticos de disciplinamento dos acidentes geográficos indesejáveis, o modelo veneziano mostrava que a cidade poderia se servir dos rios, igarapés e canais como um sistema "natural" de drenagem, navegação e lazer. As visões de Abílio do Amaral e de Gaspar João Gronfelts questionam um determinado projeto civilizacional. Fazem renascer a dúvida sempre latente sobre a concretização dos ideais progressistas de supressão da água que dominaram a história

urbana de Belém, chamando atenção para a possibilidade de conviver com a água de outras maneiras.

Os devaneios sobre uma cidade Veneziana não representam apenas projetos fracassados. Ao contrário, estas propostas de uso das águas como espaço vivido reverberam em políticas públicas e projetos contemporâneos. Os ritos de conquista e posse do território se repetem a cada vez que a cidade urbaniza uma de suas bacias hidrográficas. Nestes contextos, gestores, planejadores e especialistas sempre acionam antigas imagens em que a água conquista a cidade e não contrário.

1.3 O Paraíso dos Naturalistas

Depois de ter passado uns quinze dias na rocinha do sr. Miller, soubemos de outro sítio que estava para alugar, e muito melhor situado para os nossos fins, na aldeia de Nazaré, a milha e meia da cidade, junto da mata. O proprietário era um velho português chamado Danin, que residia em sua fábrica de telhas, na boca do Una, riozinho duas milhas abaixo do Pará. Resolvemos ir até lá pela floresta, o que aumentava a distância para umas três milhas, embora nos dissessem que a estrada estava quase intransitável nessa época do ano. Mas nos sentíamos contentes com esta primeira oportunidade de atravessar a rica floresta alagadiça que tanto havíamos admirado do convés do navio. (BATES, 1944, p. 74-5).

Saímos finalmente da mata às margens do Una, perto da foz, onde ele tinha umas cem jardas de largura. A residência do senhor Danin ficava do lado oposto: um grande edifício, caiado de branco e coberto de telhas vermelhas, erguido, como de costume, sobre pilares de madeira a certa altura do solo alagadiço. (BATES, 1944, p. 88-9).

Durante vários meses eu costumava visitar esse distrito, dois ou três dias por semana, e nunca deixei de obter alguma espécie de ave, réptil ou inseto novo para mim. Parecia ser um epítome de tudo o que as porções úmidas das matas do Pará podiam produzir. Esta infinita diversidade, o frescor do ar, as formas estranhas e variadas de vegetação, a ausência completa de mosquitos e outros sevandijas, e mesmo o silêncio e semiobscuridade solenes se combinavam para tornar meus passeios por aí sempre agradáveis e proveitosos. Tais sítios são paraísos para um naturalista, e se é um contemplativo, não há situação mais favorável para abandonar-se a esse pendor. (BATES, 1944, p. 83-4).

Os trechos acima pertencem à obra "O naturalista no Rio Amazonas" do célebre Henry Walter Bates (1944), que visitou a região amazônica e a cidade de Belém por duas vezes. Naturalistas como Bates eram um misto de homens de ciência e viajantes. Em suas obras, Bates (1944) não se limita apenas aos aspectos da fauna e da flora que observou em suas expedições pela Amazônia, mas fala também sobre a vida do lugar, suas impressões e experiências pessoais.

Nos trechos destacados, por exemplo, Bates (1944) conta sobre aquele que diz ser seu local predileto. Trata-se das margens do igarapé do Una, curso d'água que dá nome à bacia hidrográfica que constitui o universo de pesquisa desta tese. Se hoje a Bacia do Una abrange 20 bairros da capital paraense e possui cerca de 400 mil habitantes, na altura da primeira visita de Bates esta área da Bacia do Una correspondia aos arrabaldes da cidade. Ao narrar seus passeios pela mata, Bates (1944) descreve uma floresta alagadiça aonde pequenas trilhas conduzem até as margens do Una, onde existiam propriedades próximas às águas barrentas do igarapé. Tal é a residência do português Danim, onde também funcionava uma olaria:

O segundo andar era a parte ocupada pela família, onde trabalhavam homens e mulheres. Embaixo havia vários negros, carregando barro na cabeça. Pedimos um bote, e um deles atravessou o rio para levar-nos. (BATES, 1944, p. 89).

As expedições de Bates à foz do Rio Una mostram que o local não apenas era habitado, como também já exercia certo fascínio aos viajantes que passavam por Belém durante a segunda metade do século XIX. As "visitas aos arrabaldes", como eram chamados esses passeios, tinham como grande atrativo a possibilidade de desfrutar da natureza amazônica a uma pequena distância do núcleo urbano de Belém. Esse desfrute da natureza não se dava apenas em termos científicos, como pode parecer para o caso de Bates, mas já constituía um aspecto da vida social da capital paraense. Para o historiador Ernesto Cruz (1973, p. 91), as "visitas aos arrabaldes" no século XIX teriam o mesmo status dos passeios pelas ruas e praças, mas elitizados, das idas ao mercado, dos passeios a cavalo pelas ruas da cidade e das idas ao teatro, estando entre aquelas atividades com as quais se entretinham os visitantes ilustres na cidade.

Figura 5 – O Paraíso de Bates



a) Olaria Uma



b) Casa de vivenda na Olaria Uma

Fonte: VASQUEZ, P. *Mestres da fotografia no Brasil*: Coleção Gilberto Ferrez. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

Os caminhos da cidade ao Una eram dois. Primeiro, através de trilhas abertas pelo meio da mata. Segundo, por meio da água, como mostra o trecho de Bates (1944, p. 90) a seguir:

Quando estávamos prontos para sair, o senhor Danin mandou uma canoa e dois negros para levar-nos à cidade, aonde chegamos ao entardecer depois de um dia rico em novas experiências.

A expedição de Bates às matas e à foz do Una terminara em uma canoa com dois escravos navegando pelo Una e seus igarapés tributários que reconduziam a regiões mais centrais da cidade. Esses caminhos mostram a ambivalência da área visitada por Bates em sua relação com o núcleo urbano. Se, por um lado, a trilha por terra situava o Una como arrabalde, o caminho fluvial colocava o montante da Bacia do Una como uma importante via de entrada e de saída de Belém.

De fato, a localização das terras na foz do Una pode ter contribuído para a ocupação daquela área quase concomitantemente à fundação da cidade de Belém. Com base em um inventário sobre as rocinhas, sítios e freguesias de Belém realizado ainda na primeira metade do século XIX, Ernesto Cruz descreve alguns dos usos das margens do Una ao longo do tempo:

O sítio PENACOVA – onde em 1617 esteve o Hospício do UNA, construído pelos capuchos de Santo Antonio naquele ano. Deu o nome de PENACOVA o governador José de Nápoles Telo de Menezes – "quando em 1792, quis avivar a antiga aldeia do UNA, com gente tirada da classe dos índios e mamelucos". No ano de 1833 havia ali, uma Olaria e quatro casas cobertas de palha. (CRUZ, 1973, p. 127).

A existência de atividades das margens do Una desde 1617 – isto é, apenas um ano após a chegada definitiva dos portugueses na região – chama atenção para o fato de que a ocupação do território de Belém não se deu a partir de uma irradiação progressiva a partir do núcleo colonial de onde se originou a cidade. Antes de se estabelecer como os "arrabaldes" visitados por cientistas e viajantes, a Bacia do Una já acolhera fazendas de gado¹⁰ e ordens religiosas, além de olarias que se serviam do solo argiloso da região.

¹⁰ "O terreno onde fora construída a sua casa, disse-nos ele, era uma elevação artificial; um dos ângulos da casa estava situado em um promontório sobre o rio, obtendo-se assim esplêndida vista, da sala de estar, para a cidade e para o porto. Soubemos que o sítio fora antes uma grande e florescente fazenda de gado, com largas pastagens bem tratadas como um parque. Aos domingos aí acorriam alegres bandos de 40 e 50 pessoas, vindos por terra e por água, em carros e galeotas, para passar o dia com o hospitaleiro dono." (BATES, 1944, p. 90).

A Bacia do Una também aparece de forma semelhante nos escritos de Eidorfe Moreira (1966). Ao discutir o papel dos acidentes geográficos como base territorial da capital paraense, o geógrafo confere importante destaque ao Igarapé do Una:

Pertencem à vertente da baía entre outros os seguintes: o Igarapé das Almas, o do Una, o de Val-de-Cans, etc. Correm para o Guamá: o Laranjeiras ou Chermont, o Tucunduba, o Murucutu, o Catu e outros mais.

Desses cursos d'água dois merecem ser destacados, ambos da vertente da baía: o Igarapé das Almas, pela sua função como doca e o Igarapé do Una, pela sua importância histórica e geográfica. Aí se estabeleceu a primeira missão religiosa da região; aí floresceram alguns dos mais notáveis estabelecimentos industriais de outrora, principalmente engenhos e serrarias; além disso, é o maior de todos eles. (MOREIRA, 1966, p. 59).

No século XX, o lugar simbólico da Bacia do Una na paisagem urbana de Belém já excedia em muito o de "arrabalde" ou "paraísos para um naturalista" presente na geografia sentimental de cientistas e viajantes. Cada vez mais o Una – descrito ora como rio, ora como igarapé – e suas principais ramificações assumiam o papel estratégico que timidamente lhe fora conferido ao longo da história de Belém, inclusive como lugar de pequenas fábricas e indústrias. No segundo volume de seu "Estudo de Geografia Urbana", Antônio Rocha Penteado (1968b) descreve os bairros de Belém e sua morfologia durante a década de 1960. Nestes escritos, a Bacia do Una, ou pelo menos a sua área que abrange o Igarapé do Una até o Igarapé do Galo, aparece com uma insipiente zona industrial:

Esta estrada [Estrada da Sacramento], que é um prolongamento da avenida Senador Lemos, possui um embrião de núcleo industrial no bairro da Sacramento, junto ao igarapé do Galo, onde há algumas fábricas (de parafusos, de sabão, de embalagens, etc), ao lado de um posto de gasolina e da sede de uma companhia de transporte rodoviário. Este núcleo e uma isolada fábrica de papel, no igarapé do Una, são as únicas atividades não residenciais existentes no bairro. (PENTEADO, 1968b, p. 343).

Embora Penteado (1968b) confira destaque às fábricas situadas no Bairro da Sacramento ao longo da Estrada da Sacramento e às margens dos Igarapés, o autor chama atenção para o fato de que aquele trecho da Bacia do Una, também, já correspondia a um bairro predominantemente residencial. O autor explica que, somados os habitantes do bairro da Sacramento e do Telégrafo Sem Fio, seu número já chegava a 75.000 pessoas em 1960 (PENTEADO, 1968b, p. 342). Esses habitantes se estabeleceram ao longo de terrenos de cota de 5 metros e 10 metros nas principais avenidas e corredores de serviços desses bairros, mas também ocuparam as encostas dos igarapés do Una e de seu principal afluente, o Galo

(PENTEADO, 1968b, p. 343). O "local predileto" de Bates no século XIX agora aparecia como um misto de bairro popular e tímido núcleo industrial onde permaneciam – e cresciam em número – as ocupações populares às margens de seus igarapés.

Penteado explica a preferência de empresas em se instalarem naquelas imediações da Bacia do Una. Em primeira instância, o geógrafo afirma que havia grande proximidade do centro da cidade, para onde o acesso era facilitado pelas já existentes estradas e pela Avenida Senador Lemos, que dava acesso à zona portuária da cidade (PENTEADO, 1968b). Por outro lado, Penteado chama atenção para a proximidade da água enquanto vantagem locacional oferecida pelas margens dos igarapés do Una e do Galo:

[...] água em abundância, e baixos cursos de igarapés, que podem encaminhar às águas de Guajará os possíveis resíduos industriais; possibilidade de acesso das matérias-primas pela baía de Guajará, já que muitas indústrias poderão ter seus respectivos trapiches de desembarque (PENTEADO, 1968b, p. 370).

Outro fator também se somava à instalação de indústrias naquela região da cidade: a presença de uma população pobre que começavam a migrar para Belém e que tinha como estratégia habitacional a ocupação das áreas sujeitas à influência das marés ou permanentemente alagadas próximas a cursos d'água como o Una, o Galo ou o São Joaquim. Essa disponibilidade de mão-de-obra para as fábricas completava o quadro que tornava a Bacia do Una um "embrião de zona industrial". (PENTEADO, 1968b, p.370).

O despejo de efluentes industriais nos igarapés, o que hoje pode ser considerado como o início da degradação ambiental, era visto na década de 60 como fator de progresso de acordo com as ideologias desenvolvimentistas da época:

Êstes empreendimentos industriais estão ligados à aplicação de grandes capitais em parte provenientes de outras regiões do Brasil como conseqüências de benefícios proporcionados pela legislação brasileira; muito embora nem tôda a matéria-prima utilizada seja paraense, a produção deverá ser absorvida pelo mercado consumidor regional, o que poderá concorrer, decisivamente, para um maior e mais rápido desenvolvimento da Amazônia (PENTEADO, 1968b, p. 371).

No trecho exposto acima, ficam evidentes transformações que vinham ocorrendo não apenas ao nível local, mas também com as políticas de desenvolvimento nacionais. Penteado (1968b) chama atenção para a consolidação de Belém neste novo quadro regional, no qual a cidade figurava como uma metrópole conduzindo o desenvolvimento da Amazônia. Enquanto isso, na Bacia do Una, materializava-se os efeitos da inserção da Amazônia na divisão

regional do trabalho no Brasil e a consolidação da região como uma fronteira econômica após a década de 50.

O mito progressista da conquista territorial da cidade de Belém frente aos alagados e igarapés ressurgia no século XX. Nos séculos anteriores o domínio das águas e dos acidentes geográficos indesejáveis tinha ocorrido por meio de aterramentos e canalizações, sufocando os rios e igarapés da cidade. Na década de 60 do século XX, Belém sufocava novamente suas águas, mas dessa vez através do uso estratégico dos igarapés enquanto locais vantajosos para o estabelecimento de empresas. A vocação da cidade para a riqueza e o desenvolvimento seria concretizada através da privatização das margens dos igarapés para investimentos econômicos e à custa da poluição desses cursos d'água com resíduos industriais.

Paralelamente, o papel de Belém como centro regional de serviços, trabalho e comércio – além de lugar simbólico da cidade como aglutinadora de sonhos, projetos de vida e de oportunidades para migrantes – conduz um grande contingente populacional à cidade¹¹, o que provoca o processo de favelização das encostas de rios e igarapés. Em seu trabalho de pesquisa sobre as baixadas de Belém, o urbanista Dário Fernandes Júnior (1989) tenta explicar a preferência dos migrantes por áreas da Bacia do Una enquanto local para fixar moradia na capital:

As áreas da bacia do UNA vão se constituir nos espaços preferenciais no avanço dessa ocupação. Isso talvez se explique pelo fato da bacia do UNA ser aquela que envolve a maior extensão de terras alagáveis de Belém; e ainda, por se apresentar, essa área, entrecortada por igarapés e canais e cobrem grande parte do núcleo urbanizado da cidade, acompanhando inclusive o principal vetor de expansão urbana. (FERNANDES JÚNIOR, 1989, p. 59).

A escolha de áreas alagáveis para moradia sobre as quais escreve Fernandes Júnior (1989) se justifica em grande parte pelo baixo valor desses terrenos em relação ao centro da cidade e pela disponibilidade de terras para ocupação. Além disso, como mostrado anteriormente, o autor também chama atenção para a existência da Bacia do Una como um local que já passava por um processo de expansão do território urbano. Na década de 70 já não ocorria simplesmente a ocupação dessas áreas, mas o adensamento de áreas que já estavam ocupadas. As casas de madeira suspensas por palafitas já não se restringiam às

¹¹ Auriléa Abelém (1988, p. 28) explica que uma das implicações do avanço dos modos de produção capitalistas sobre a Amazônia foi justamente o êxodo campo-cidade provocado por fatores como a perda de terras por parte de camponeses, pelo fracasso de projetos de colonização promovidos pelo Estado, pela abertura da Rodovia Belém-Brasília e pela migração por etapas dos trabalhadores utilizados como mão-de-obra não especializada nos grandes projetos de mineração, contingente populacional que eventualmente vai se fixar em cidades médias ou metrópoles regionais como Belém.

encostas fluviais, mas ocupavam o leito dos igarapés, interligadas por um intrincado sistema de pontes e passarelas construído pela própria população sobre as águas.

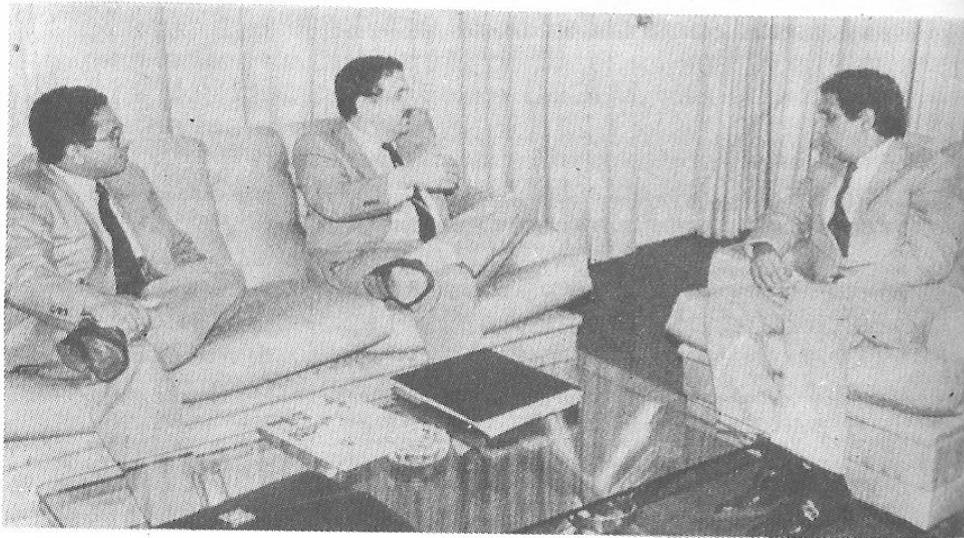
Essas formas de habitação popular, conhecidas como "baixadas", tornaram-se a expressão daquilo que o pensamento racionalista e tecnocrático caracterizaria como desordem. As "formas informes" (ROCHA, 2003, p. 3) das baixadas – e a dificuldade de refletir sobre elas – fizeram das baixadas uma evidência do fracasso do projeto progressista europeu para o novo mundo. Conquistar a cidade das águas parecia uma realização cada vez mais distante e dispendiosa, na medida em que agora implicava intervir em uma periferia vista como populosa, caótica, disforme e que distorcera o racionalismo presente nas formulações de uma cidade retificada e livre de acidentes geográficos. O juízo desse processo como "fracasso" acaba desencadeando narrativas oficiais que reforçam o "mito da ruína" não só da cidade de Belém, mas da civilização nos trópicos como um todo. O "paraíso dos naturalistas" de Henry Walter Bates havia se tornado um pesadelo para os planejadores urbanos. E esta situação permanece até os dias de hoje, se considerados as inúmeras e antigas questões urbanas que persistem em diversas áreas da Bacia do Una.

1.4 O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una

O ano era 1992 quando o BID enviou seu técnico em saneamento Antonio Paz para acertar com o então governador do Estado do Pará Jader Barbalho detalhes do financiamento do BID para o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (FEITOSA, 1994). Como o município não possuía capacidade de endividamento frente à instituição financeira, o Estado do Pará assumira a responsabilidade de ser o mutuário final do empréstimo com o BID. Em pouco tempo o BID liberaria o dinheiro e as obras na Bacia do Una seriam iniciadas.

Figura 5 - Jaber Barbalho negocia o Projeto Una com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

BID manda técnico para ver etapa preliminar de Projeto



**Jader e Valério Vinagre (Cosanpa) falam
com Antonio Paz sobre o projeto de macrodrenagem**

Fonte: FEITOSA, D. *Macrodrenagem e água potável em Belém do Pará*. Documentário histórico. Belém: COSANPA: Multisoft, 1994.

Os estudos na Bacia do Una, que viriam subsidiar um projeto de macrodrenagem no local, existiam pelo menos desde a década de 70. Porém, a necessidade de intervenção nessas áreas era algo que estava sendo construído e negociado há mais tempo. É o que se percebe, por exemplo, no balanço que Antônio Penteadó (1968b) faz de alguns bairros da Bacia do Una durante a década de 60. Entre estes se destaca o bairro localizado na cabeceira do Igarapé do Galo chamado Matinha (hoje em dia o Bairro de Fátima), para o qual o geógrafo cobra providências da administração municipal:

O [bairro] da Matinha, por exemplo, ocupa uma espécie de anfiteatro, que corresponde à bacia que recebe os altos formadores do igarapé do Galo. Essencialmente residencial de classe pobre, tem sua estrutura desordenada, bem marcada por ruas tortuosas, cheias de mato e água empossada nas partes baixas, o que obriga a construção de pequenos trapiches em cada casa ou grupo de casas para facilitar o acesso de seus moradores.

Densamente habitado, é detentor da mais elevada população relativa (218,7 habs./ha), muito embora, no que se refere à população absoluta, não ultrapasse a casa dos 12 500 habitantes (em 1960). Por isso, Matinha guarda uma forte originalidade e se constitui num sério problema a ser enfrentado pelas autoridades municipais que precisam, a nosso ver, tornar mais humanas as condições de vida de sua população. (PENTEADO, 1968b, p. 342).

Figura 6 - Bairro da Matinha



Fonte: PENTEADO, A. R. Belém – Estudo de Geografia Urbana. 2º Volume. Belém: UFPA, 1968b.

Outros problemas identificados pelo autor supracitado no Bairro da Matinha eram os mesmos existentes nos demais bairros populares como, por exemplo, o Telégrafo, também localizado na Bacia do Una. Além da inexistência de esgoto sanitário, as condições de vida nos bairros periféricos também se caracterizavam pela ausência de água encanada. De fato, Penteadó afirma que em torno de 1968 apenas 30% ou 35% das residências em Belém recebiam água encanada. Esse caráter deficitário do abastecimento de água na cidade fica bastante evidente na obra de Penteadó (1968b) devido à quantidade de fotografias tomadas pelo autor de mulheres e crianças carregando latões d'água para consumo doméstico nos bairros periféricos da cidade.

Outros autores, no entanto, lançavam mão de representações moralizantes sobre as baixadas e seus habitantes. Tal é o caso de Aylton Quintiliano, que em 1963 propagandeava um ambicioso projeto de habitação popular a ser realizado em zonas alagadas pelo então governador Aurélio do Carmo:

Sabe-se que somente em Belém residem, atualmente, nas piores condições de promiscuidade, mais de 180 mil pessoas, ou sejam, quarenta por cento da população. Verifica-se, desta forma, que as seis mil habitações a serem construídas na Capital, com capacidade residencial de seis pessoas por unidade, solucionará o problema de apenas 36 mil pessoas. Contudo, êste é apenas o início de um largo plano de solução do problema habitacional, que vem se agravando assustadoramente nos últimos anos. Pretende o govêrno ir substituindo os barracos localizados em zonas alagadas, por casas modernas, de um só tipo, não sendo permitida sua aquisição por pessoas que recebam acima de três vezes o salário mínimo da região. [...] Se o planejamento tiver sequência no govêrno seguinte, dentro de cinco ou seis anos poderá desaparecer o fantasma da promiscuidade, foco de uma série de males sociais que conturbam o ambiente dos nossos dias (QUINTILIANO, 1963, p. 287).

O projeto descrito por Quintiliano (1963) certamente diz respeito às propostas dos programas de habitação de interesse popular conhecidos no Brasil como Companhia de Habitação do Pará (COHAB). A "promiscuidade" a que se refere Quintiliano pode corresponder a um julgamento de valor do autor sobre as éticas e comportamentos dos habitantes das baixadas, mas também pode sinalizar para as "formas informes" do desenho urbano dos bairros em zonas alagadas. A intervenção, nesse caso, era justificada pela necessidade de corrigir as assimetrias e deformidades das habitações populares através de sua substituição por conjuntos habitacionais uniformes e da subsunção das classes populares a um modelo burguês de moradia.

A necessidade de intervenção na Bacia do Una também era negociada através de discursos que dialogavam com o âmbito da Saúde Pública. É o que aparece em um documento

de 1984 da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), órgão responsável pelas políticas fundiárias do município:

Somando-se a inexistência da rede de esgotos aos altos índices de pluviosidade a que está sujeita a cidade, podem-se deduzir as conseqüências nefastas que isso provoca nas baixadas, para onde convergem naturalmente as águas pluviais.

Como nas áreas de baixadas há uma enorme carência de ruas trafegáveis, é fácil deduzir que o serviço de coleta de lixo nesses lugares seja deficiente, arcando essas áreas também com o ônus da solução encontrada pelos moradores e o próprio poder público, que é o do lançamento de lixo nas áreas mais alagáveis e o próprio leito dos igarapés, provocando conseqüências de maior gravidade para a saúde pública. (CODEM, 1984, p. 10).

Este documento, intitulado "Projeto Grande Sacramento – Termo de referência para um plano de recuperação de um trecho da Bacia do Una", contém as diretivas de drenagem para a continuidade das obras de dragagem e alargamento do Canal São Joaquim que já haviam começado entre 1979 e 1981 (ABELÉM, 1988). Trata-se de um conjunto de estudos e experiências com obras-piloto que serviram como embriões de um projeto global de macrodrenagem da Bacia do Una, o qual já vinha sendo discutido pelas autoridades municipais com órgãos federais como o antigo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

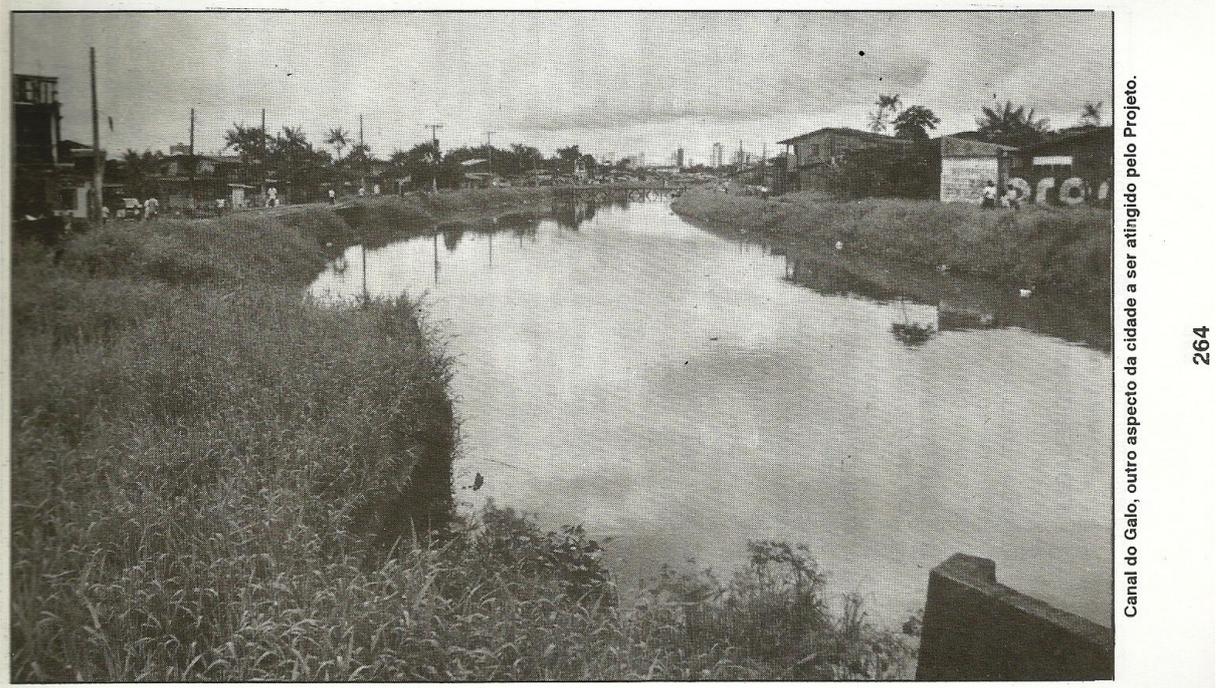
Figura 7 - Igarapé São Joaquim anteriormente ao PMU



Igarapé São Joaquim que será totalmente recuperado pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una.

Fonte: Feitosa, 1994.

Figura 8 - Igarapé do Galo já retificado, porém anteriormente ao PMU



Canal do Galo, outro aspecto da cidade a ser atingido pelo Projeto.

264

Fonte: Feitosa, 1994.

Os especialistas em cidades concordam que também havia interesses econômicos e políticos construindo a necessidade de um projeto de macrodrenagem e saneamento para a Bacia do Una. A socióloga Auriléa Abelém (1988), por exemplo, argumenta que apesar das condições de vida insalubres nessas áreas, zona da Bacia do Una dentro da primeira léguas patrimonial de Belém, já haviam se convertido no principal vetor de expansão urbana em Belém. Para ela, era uma questão de tempo até que o Estado e o capital privado se articulassem para valorizar o solo das baixadas através de projetos de reforma urbana. O objetivo desses projetos, no contexto da cidade capitalista, era o de preparar áreas antes marginalizadas dando a elas um mínimo de infraestrutura urbana para investimentos do mercado imobiliário.

Por sua vez, o urbanista Dário Fernandes Júnior (1989) situa os discursos sobre a urgência de urbanização da periferia de Belém diante da concepção de que as baixadas representavam um fator limitante à estruturação espacial da cidade (Fernandes Júnior, 1989). Este fator limitante era justamente a baixa topografia e a presença da água, o que condicionava problemas identificados pelo autor como: "elevadas densidades demográficas decorrentes da forma de apropriação do espaço em lotes exíguos", "habitações construídas abaixo dos padrões normais aceitáveis", "sistema viário deficiente, na maioria das vezes

desarticulado do resto do sistema viário urbano" e "circulação interna precária, atendendo unicamente a pedestres" (FERNANDES JÚNIOR, 1989, p. 80).

Com base na observação das condições de vida em terrenos alagáveis, Fernandes Júnior (1989) sugere ainda ser a água o elemento que determina o perímetro urbanizado da cidade em pleno século XX. O mito do progresso em Belém esteve sempre ligado à supressão da água, mas nem sempre foi possível fazer isso. Quando não foi possível aterrar ou canalizar, já que estes eram procedimentos que necessitavam de grandes quantidades de recurso e tempo para realização de obras, a cidade contornou suas regiões de várzea ou igarapés. Estas áreas, primeiro, se constituíram como vazios demográficos, mas neles logo se estabeleceu a cidade informal. De todo modo, o autor indica que a cidade formal se estruturou de forma descontínua, através de um desenho urbano em que as ruas seguiam por terrenos de cota mais alta evitando a água (FERNANDES JÚNIOR, 1989). Esta perspectiva recupera a ideia da água como agente modelador de Belém, sendo novamente necessário intervir sobre os cursos d'água, como sustenta o autor:

[...] em todas [as áreas de baixadas], indubitavelmente, o sistema de macrodrenagem é o principal fator limitante à melhoria da qualidade de vida nelas assentadas, considerando-se que esta melhoria necessariamente perpassa por um esquema de saneamento ambiental que, para ser implantado, depende da regularização do sistema de canais. (FERNANDES JÚNIOR, 1989, p. 83).

Todos estes discursos contribuíram para a legitimação de uma intervenção na Bacia do Una. Assim, de 1993 a 2004 foram executadas as obras do Projeto de Drenagem, Vias, Esgoto e Água das Zonas Baixas de Belém, também chamado de Projeto Una, Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una ou PMU. Antes da execução das obras previstas, um documento da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) caracterizou o Projeto Una da seguinte maneira:

O Projeto foi concebido com o objetivo de marcar o início de uma grande transformação a ser procedida nas Baixadas do Una, com reflexos na Cidade de Belém como um todo.

Assim sendo, serão implementadas através dos Projetos, obras de retificação dos igarapés e revestimento de suas margens; obras de microdrenagem com a execução de sarjetas, caixas captadoras de águas pluviais, redes coletoras e demais dispositivos; obras de implantação de sistema viário compatível e equipamentos comunitários importantes e necessários, além de outras.

Complementarmente será realizado um amplo programa de educação comunitária, sanitária e ambiental, no sentido de dotar as populações de conhecimento e instrumentos capazes de manter os benefícios conquistados, preservando o meio ambiente e assegurando a conquista de uma melhoria de

suas condições de vida, meta tão ansiosamente desejada. (FEITOSA, 1994, p. 247).

Em nível institucional, a Macrodrenagem do Una ficou sob responsabilidade do Governo do Estado, que gerenciou o projeto por meio de duas secretarias, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEURB) e a COSANPA. A Prefeitura Municipal também foi parceira sub-gerenciadora do PMU através do SESAN. O BID participou como financiador do projeto, emprestando US\$ 142.942.660, com uma contrapartida do Governo do Estado de US\$ 169.495.067, totalizando um investimento de US\$ 312.437.727 pelos cofres públicos (COSANPA, 2006).

Durante, e mesmo após a execução do Projeto de Macrodrenagem, por questões técnicas e administrativas a Bacia do Una foi subdividida em 7 Sub-bacias. Além dessas 7 sub-bacias há ainda o Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros (CRPP) no bairro de Val-de-Cans, onde estão assentadas as famílias remanejadas de cima do leito dos canais e para a abertura de ruas. Esta área ganhou status de sub-bacia após a conclusão do Projeto Una. Além do CRPP existem ainda outras 18 áreas de assentamento, espalhadas pela Bacia do Una.

Um relatório do Governo do Estado do Pará de 2006 mostra que as obras do Projeto Una foram divididas em três grandes sistemas: drenagem, saneamento e viário (COSANPA, 2006). O sistema de drenagem se subdivide em macrodrenagem e microdrenagem. O mesmo relatório define macrodrenagem enquanto "o antídoto usado contra o estrangulamento do sistema hídrico natural", consistindo na abertura, retificação, dragagem e revestimento dos cursos d'água (COSANPA, 2006, p. 10). Assim, o Projeto Una trabalhou em 24,9 km de canais, construiu 1,8 km de galerias subterrâneas e operacionalizou duas comportas (*floodgates*) ou barragens de regularização, uma na foz no Rio Una e outra na foz do Canal do Jacaré. Em relação à microdrenagem, esta corresponde a ao sistema de drenagem superficial para receber as águas das chuvas composto por canaletas em concreto armado, meios-fios e sarjetas, poços de visita, bocas-de-lobo, caixas coletoras, assim como tubos e galerias pluviais, que não se confundem com o sistema de esgoto sanitário (COSANPA, 2006, p. 11).

O segundo sistema, o de saneamento, é formado por esgotamento sanitário, abastecimento de água e proteção dos reservatórios de água. Em termos de esgotamento sanitário, o PMU instalou fossas sépticas individuais e, em alguns casos, fossas coletivas nos logradouros beneficiados. Esse sistema funcionava da seguinte maneira: o material dos sanitários se acumula nas fossas, onde o líquido e o sólido se separam. Enquanto que o líquido é despejado pelo sistema nos canais, o sólido deveria ser retirado e levado para um leito de

secagem para lodo de fossas sépticas no Aterro Sanitário do Aurá, localizado na Região Metropolitana de Belém¹². Quanto ao abastecimento de água, o Projeto Una ampliou a rede de distribuição instalando 152 km de tubulação de PVC com 50 a 250 mm de diâmetro (COSANPA, 2006). O PMU também pretendia recuperar o Parque do Utinga, de onde é retirada a água que abastece Belém e municípios vizinhos, reassentando os habitantes das margens dos Lagos Bolonha e Água Preta.

Por fim, as obras no sistema de viário consistiram na pavimentação de vias com revestimento primário, revestimento asfáltico, pavimento rígido e com blocos de concreto hexagonais, além da abertura e retificação de ruas e passagens. Neste sistema também estão incluídas as pontes e passarelas de madeira e de concreto construídas pelo Projeto Una (COSANPA, 2006).

Em um plano mais global que considerava não apenas as obras físicas, o referido relatório dividia o Projeto Una em três vertentes quanto à sua sustentabilidade: o saneamento básico, a renovação urbana e a promoção socioeconômica (COSANPA, 2006, p. 21). Isso significa que havia, portanto, diretrizes a serem seguidas após o término das obras. Na vertente saneamento, por exemplo, estavam previstas a ampliação do sistema de esgoto implantado, assim como a conclusão de duas novas Estações de Tratamento de Esgoto na Bacia do Una. Este tópico também reconhecia algumas pendências deixadas pelo Projeto Una como, por exemplo, a necessidade de “reduzir paulatinamente os alagadiços remanescentes na Bacia do Una, tendo em vista sua eliminação em médio prazo” (COSANPA, 2006, p. 22).

Por renovação urbana entende-se uma série de medidas aplicadas pelo Projeto Una para solucionar as inundações e alagamentos, realizar a titulação de imóveis, conter a pressão imobiliária sobre as áreas urbanizadas e regularizar a propriedade fundiária das famílias remanejadas pelo projeto. Nessa vertente também se encontra o cumprimento das orientações contidas em manuais de operação e manutenção, produzidos por técnicos do Projeto Una (COSANPA, 2006, p. 22). A manutenção dos sistemas implantados seria fundamental para assegurar a funcionalidade do Projeto Una ao longo do tempo. Por último, a vertente promoção socioeconômica dizia respeito ao fortalecimento das organizações comunitárias da Bacia do Una e de seus vínculos com o Poder Público em nível municipal e estadual.

¹² Em 19 de dezembro de 2015 estive presente uma reunião entre, moradores, parlamentares e funcionários da COSANPA ocorrida na Sede Administrativa da COSANPA, na qual foi discutido naquele mesmo ano o Aterro Sanitário do Aurá havia sido extinto pela Prefeitura. Tal fato evidenciava a fragilidade da política de resíduos do município e a falta de planejamento e integração entre políticas públicas. Desde então, o lodo das fossas – coletado por empresas privadas e não pelo Estado – tem sido despejado em diversos locais sem nenhum critério.

Este aspecto, inclusive, foi construído como um diferencial do Projeto Una em uma série de discursos que buscaram apresentar o PMU como não apenas uma grande obra de engenharia, mas como um programa que envolvia preocupações mais abrangentes. É o que aparece, por exemplo, no relatório do primeiro encontro de moradores da Bacia do Una, publicado em 2001 quando o projeto ainda não estava concluído:

As últimas décadas, dos anos 80 e 90, foram palco de um fato extremamente marcante na área da participação popular em nosso país e em nossa cidade: o Movimento Popular consegue avanços significativos no plano institucional, é consagrado na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas dos Municípios o direito à participação, criando-se uma nova jurisdição para o social e inúmeros canais de interlocução com o Estado, tais como os Conselhos e Conferências de Saúde, os Conselhos Tutelares, o Comitê Assessor do Projeto Una, entre outros. (PARÁ, 2001, p. 4).

O documento sugeria que o PMU era um projeto de vanguarda no tocante às questões sociais. O contexto histórico de sua formulação – o fim da ditadura militar e a abertura política – situava o Projeto Una como um marco nas formas democráticas de participação popular, deixando um legado não apenas para a cidade de Belém, mas para a democracia no Brasil. Citado no trecho em destaque, o Comitê Assessor do Projeto Una era a entidade de controle social que existiu durante a execução das obras do PMU. O Comitê Assessor era formado por 18 membros, sendo 4 representantes da Prefeitura Municipal, 4 do Governo do Estado, 1 da Leme Engenharia (Empresa que vendeu a licitação para conduzir as obras do PMU), 1 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), 1 da Universidade da Amazônia (UNAMA) (instituição particular de ensino superior localizada na Bacia do Una) e, finalmente, 7 representantes comunitários da Bacia do Una, ou seja, um para cada Sub-bacia do Projeto. É preciso enfatizar que o Comitê Assessor não era apenas uma entidade que dialogava com o PMU, mas sim que compunha a estrutura administrativa do projeto (PARÁ, 2001).

Logo, a participação popular foi um aspecto fundamental na vertente promoção socioeconômica, sobretudo na execução de programas socioambientais que faziam parte do Projeto Una. Uma dessas ações foi o Programa de Inclusão Socioambiental (PISA) – (documento digitalizado no DVD em anexo). O PISA foi elaborado como requisito para a obtenção do licenciamento ambiental para o Projeto Una. Para isso, eram necessários uma série de planos de ação para mitigar os impactos ambientais das obras realizadas, assim como garantir a sustentabilidade do Projeto Una em longo prazo.

Consta em um documento emitido pelo Governo do Estado em 2005 que PISA agregava uma série de medidas e projetos para a gestão socioambiental do Projeto Una. É o caso, por exemplo, do Programa de Educação Ambiental (PEA), elaborado em 1994 e reformulado em 1997 (PARÁ, 2005, p. 19), que previa o envolvimento de técnicos do PMU com escolas na Bacia do Una e a capacitação de professores e alunos nos temas de saúde, saneamento e meio-ambiente. O PISA também incentivava a criação de um conselho popular de gestão na Bacia do Una que substituiria o Comitê Assessor do Projeto Una após a conclusão das obras.

Com o PISA o Projeto Una buscava superar o estigma dos projetos tecnocráticos do passado. Pessoas envolvidas na execução do Projeto Una lembram que quem tentou conferir este tom ao PMU foi o sociólogo Mariano Klautau, falecido em 2010. Uma das frases célebres desse personagem era a seguinte: "Meu sonho é que um dia um morador da Bacia do Una diga para o outro 'venha, vizinho, vamos tomar um banho no canal". Técnicos do Projeto Una e moradores relembram que esta frase era motivo de risos entre outros especialistas devido à evidente dificuldade de despoluir os canais da Bacia do Una. No entanto, o Doutor Mariano Klautau é considerado o responsável pela idealização de outras medidas que, através do PISA, tinham o objetivo de "humanizar a natureza e ambientalizar o homem" (PARÁ, 2005, p. 27).

Algumas dessas ideias chegaram a ser postas em prática como, por exemplo, o cultivo de hortas comunitárias em certos trechos dos taludes dos canais não revestidos beneficiados pelo Projeto Una. Também aparece documentada no PISA a utilização dos canais para a realização de esportes náuticos:

A ocupação dos grandes canais como o São Joaquim, Galo e Una, com o transporte náutico, resgata o papel da navegabilidade dos rios e igarapés e desperta a consciência do esporte e lazer e é preciso cuidá-los para a utilização permanente com essas atividades. Foi com este sentido que o Projeto Una, em parceria com a SEEL (Secretaria Estadual de Esporte e Lazer) e PAC (Programa de Ação Pela Cidadania), realizou a primeira canoagem (26.09.2004) no São Joaquim e nos dias 02 e 03.12.2004, foi realizada a primeira competição oficial de caiaques entre os grupos de S. Domingos do Capim, Soure, Tucuruí e Salinas. No segundo sábado de maio, nova competição de canoagem, evento simultâneo ao plantio de 500 mudas de açaí, onde cada família do São Joaquim será designada como madrinha de uma planta. Com a limpeza e desobstrução do São Joaquim, entre a Ponte da Mirandinha e a Ponte da Júlio Cesar, a SEEL (Secretaria de Esporte e Lazer) fará "raias" para iniciar a competição oficial de regata, numa extensão de 1.200 metros. (PARÁ, 2005, p. 32).

O trecho destacado mostra a tentativa de promover o uso social dos canais da Bacia do Una, transformando-os em espaços vividos e integrados ao cotidiano da população. Naquele momento, os canais recém-abertos e dragados ofereciam profundidade para a realização de esportes náuticos. Os sonhos do Doutor Mariano Klautau introduziam nas planificações do Projeto Una imagens que já não pertenciam à bacia semântica (DURAND, 1996) do progressismo tecnocrático, apontando para um retorno ético e para o renascimento de um paradigma no interior de outro. Essa invasão de um imaginário marginal dentro de um imaginário dominante representa justamente a história das ideias técnicas não como algo linear, mas ciclos que se sobrepõem repetidamente. Trata-se, como afirma Gilbert Durand (1996, p. 162), de um exemplo de "diacronia dentro da sincronia das estruturas antropológicas universais".

Outros projetos de mesmo teor foram pensados dentro da perspectiva do PISA. Um deles foi o ensino e a prática de esportes náuticos entre crianças e adolescentes, o que também incluía a construção artesanal de pequenas embarcações. Assim, o PISA tentava articular a política pública da macrodrenagem a aspectos da cultura material amazônica e ao aproveitamento dos canais enquanto rios urbanos (PARÁ, 2005). No entanto, nada disso seria possível se os canais não fossem conservados como locais salubres para essas atividades.

Para tanto, foram produzidos manuais técnicos para a conservação das obras de macrodrenagem, vias e saneamento, nos quais inclusive foram prescritos e dimensionados os equipamentos, veículos e maquinários adequados para a Bacia do Una. Estes eram o Manual de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Sanitário e Fossas Sépticas, o Manual de Operação e Manutenção de Drenagem e Obras Especiais e o Manual de Operação e Manutenção das Comportas do Una e Jacaré. Esses manuais foram produzidos por técnicos da COSANPA, mas passaram por revisão nas mãos de profissionais da SESAN e da Leme Engenharia.

As diretrizes dos manuais também estavam atreladas aos contratos de financiamento Nº 649/OC-BR e 869/SF-BR firmados entre o BID e o Estado do Pará. A menção a estes contratos aparece no Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una, Volume I (PARÁ, 2002) em um parágrafo onde os objetivos e a relevância do referido documento são destacados:

A Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA, apresenta o Plano de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Arte Especiais da Bacia do Una, elaborado com o objetivo de definir as estratégias a serem adotadas por este Órgão no âmbito da operação, manutenção e administração das obras do Programa de Drenagem, Vias,

Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém em cumprimento à Cláusula 6.06 (i) - Conservação de Obras e Equipamentos, bem como subsidiar a elaboração do Relatório Anual de Manutenção que deverá ser encaminhado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID dentro do primeiro trimestre de cada exercício financeiro, durante 10 anos, com vistas ao cumprimento da Cláusula 6.06 (ii) constantes dos Contratos de Empréstimo (PARÁ, 2002, p. 6).

Nota-se pelo trecho acima que o BID incluiu cláusulas em seus contratos de empréstimo para garantir a manutenção e o acompanhamento das obras financiadas, de modo a salvaguardar os resultados dos vultosos investimentos que a instituição financeira havia aplicado na cidade de Belém. Em outras palavras, o BID exigia, através dessas cláusulas, a manutenção sistemática das obras da Bacia do Una, assim como o envio de relatórios anuais sobre os efeitos de tais obras na cidade de Belém por um período de 10 anos.

Figura 9 - Expectativas sobre o Projeto Uma



Fonte: INFORMATIVO do Governo do Estado do Pará 1995-1998. 3 Dez. 1999, p. 36.

Estas foram as bases sobre as quais se alicerçou o Projeto de Macro drenagem da Bacia do Una. O PMU constituiu o maior projeto de reforma urbana pelo qual Belém já passou. Ele representa um ponto nodal na memória ambiental da Bacia do Una, na medida em que alterou substancialmente a paisagem urbana e os modos de vida de seus habitantes. Além de abranger

mais da metade da primeira légua patrimonial da cidade, extensão nunca antes alcançada por um projeto de drenagem e saneamento na cidade, o PMU foi uma espécie de experiência piloto para projetos semelhantes em outras das 14 bacias hidrográficas de Belém e sua Região Metropolitana. Atualmente está em curso o Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), e estão em fase de estudos projetos para as bacias do Ananin-Outeiro e do Mata-Fome. Já o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba foi concebido de acordo com um paradigma diferente, talvez bem mais próximo dos devaneios do Doutor Mariano Klautau. A esta questão voltaremos apenas no último capítulo desta tese.

Este capítulo mostra que o Projeto Una é apenas a expressão, em um determinado momento cultural, deste longo trajeto antropológico (DURAND, 1996) de fundação, conquista e domesticação da natureza em Belém. Ele representa o esforço constante de refundar a cidade desejada, uma cidade capaz de realizar sua vocação para a grandeza por meio da aplicação da técnica e da racionalidade progressista sobre a natureza amazônica. Por outro lado, em seu interior encontra-se a crítica ao próprio paradigma progressista que lhe constitui. E assim nem o investimento de 312 milhões de dólares consegue livrar Belém da imaginação urbana de venezas, paraísos e dilúvios purificadores.

Capítulo 2

2 A(S) BACIA(S) DO UNA: UM MOSAICO DE TERRITÓRIOS E EXPERIÊNCIAS - PARTE 1

No capítulo anterior refletimos sobre como a relação da cidade de Belém com as águas é imaginada e representada ao longo do tempo por literatos, viajantes, planejadores e até mesmo acadêmicos. O itinerário pelas imagens da cidade e suas águas não é um levantamento histórico. Antes, nos termos de Rafael Devos (2008, p. 87) é uma "arqueologia da paisagem" que enfoca práticas e discursos sobre a relação entre cidade e água que se articulam a partir de imagens e ideologias que estão constantemente ressurgindo e se alternando nos projetos e devaneios urbanos sobre Belém.

Este percurso conduz, finalmente, à bacia hidrográfica que constitui o universo de pesquisa desta tese. Assim, somos apresentados à Bacia do Una, em primeiro lugar através de relatos que a situam no contexto da cidade de Belém. E em segundo, como palco de um grande projeto de drenagem, vias, água e esgoto denominado PMU, que buscava urbanizar grande parte das áreas alagadas de Belém.

Nos dois capítulos que seguem a abordagem etnográfica permite que enfim sejamos apresentados à Bacia do Una transformada e – na medida do possível – urbanizada. A descrição dos personagens e das negociações referentes à entrada no campo de pesquisa já delineiam algumas das problemáticas encontradas na Bacia do Una ao longo da etnografia e começam a mostrar algumas das contradições que as intervenções da Bacia do Una representam enquanto um projeto civilizacional para os trópicos úmidos. Por último, e não menos importante, as experiências de seus habitantes revelam a Bacia do Una não como um bloco monolítico que foi alvo de projetos tecnocráticos, mas como espaço vivido e territorialmente plural.

2.1 A entrada no campo de pesquisa no ano de 2013

As regiões dos canais da Bacia do Una possuem uma territorialidade que intimida quaisquer elementos estranhos a este meio. As pontes que atravessam de uma margem à outra dos canais também são vistas como áreas problemáticas no tocante à questão da violência urbana. Amigos e familiares advertiam-me sobre o risco à integridade física quando adentrasse os meandros da Bacia do Una. Entanto a entrada no campo de pesquisa se deu de forma gradual, seguindo o fluxo das negociações e do consentimento dos interlocutores em relação à minha presença nas comunidades que seriam estudadas.

É necessário, antes de tudo, situar o emprego do termo "comunidade" no contexto deste trabalho. As áreas que, no início do ano de 2013, eu estava prestes a conhecer não são nem ruas, nem bairros, nem vilas. Antes, são territórios que se configuraram desde um processo e longa duração em função da presença de um igarapé, braço de rio ou de seu baixo nível topográfico em relação ao restante do bairro. A maioria destes territórios até hoje se conserva enquanto "comunidades", mesmo depois de subsequentes aterramentos ou da pavimentação de suas vias com vistas a integrá-los na malha urbana regular.

Estes *loci* de pesquisa remetem à ideia de comunidade discutida nos termos de Zygmunt Bauman (2003), uma vez que os seus habitantes se amparam em uma experiência temporal de pertencimento a um lugar que se distingue do universo heterogêneo do bairro. Para Bauman (2003), porém, o conceito de comunidade para os seus membros não se limita à constatação de uma suposta homogeneidade no interior do grupo. A base das comunidades é o viver junto, o que não impede que estas apresentem diversidade sociocultural, a exemplo das "comunidades" existentes no interior da Bacia do Una.

A comunidade repousa sobre a concepção de um "lar comum" encontrado após intensa busca (BAUMAN, 2003, p. 22). Para o caso das áreas baixas de Belém, ocupadas majoritariamente após a segunda metade do século XX (FERNANDES JÚNIOR, 1989) essa intensa busca corresponde ao processo de migração do campo e instalação em áreas alagáveis da cidade. Além do mais, este lugar de vivência, moradia e trabalho comuns não foi apenas encontrado após sua busca, mas produzido socialmente na medida em que teve que ser tornado habitável. As palafitas erguidas sobre a água - e que em sua maioria hoje se transformaram em casas de alvenaria - foram fruto do trabalho coletivo que representou o triunfo da criação de um "lar comum" em um ambiente considerado adverso para moradia.

A "comunidade" estabelece distinções bem nítidas entre os "de dentro" e os "de fora". O fato de ser morador da cidade de Belém não me tornou menos "estrangeiro" em relação aos lugares que passei a frequentar durante o exercício da etnografia. A entrada em campo dependia do sucesso das relações pessoais desenvolvidas não apenas no âmbito da etnografia, mas a partir de contextos anteriores à minha pessoa, a exemplo das redes de relações estabelecidas por meus familiares (que em sua grande maioria são habitantes das áreas secas) com pessoas que moram nas áreas úmidas da cidade.

Nunca seria possível entrar nas "comunidades" sem a anuência de um personagem que realizasse a mediação entre a figura do antropólogo como alguém "de fora" e os "de dentro". Este personagem poderia ser um morador antigo e respeitado na comunidade, um líder comunitário ou até mesmo um agente do Estado que tivesse acesso constante à comunidade.

Desde o mês de janeiro de 2013 procurei estabelecer contato com estas lideranças. Mas as tensões relativas à entrada no campo de pesquisa não diziam respeito apenas ao jogo de inclusão, proteção e exclusão próprio à lógica comunitária discutida por Bauman (2003), mas também aos contrastes das relações de classes e sua circulação desigual pelo espaço urbano de Belém.

Tão logo desci do apartamento em direção à baixada, percebi que minha presença nos locais que visitei durante a etnografia não era em nada considerada anômala. Talvez eu fosse visto como apenas mais um jornalista interessado no cotidiano dos moradores da baixada, mais um técnico da prefeitura designado para averiguar as condições sanitárias locais ou até mesmo fosse mais um padre itinerante hospedado na Comunidade Eclesial de Base mais próxima. Não escapei a olhares curiosos e inquisidores, mas em nenhum momento fui alvo de qualquer hostilidade.

Mesmo assim, a presença do etnógrafo deveria ser justificada. Era necessário conhecer as baixadas, os modos de vida e as condições de existência de sua população, além de olhar, ouvir e escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) para criar representações das áreas baixas e de seus habitantes que fossem capazes de oferecer compreensões divergentes do sensacionalismo da imprensa local. Eu estava interessado na reverberação das políticas públicas de saneamento no cotidiano das pessoas, mas também deveria observar a vida social nos becos, esquinas e casas.

Finalmente, era necessário um olhar atento sobre a relação que as pessoas desenvolviam com a água e com estes espaços enigmáticos e liminares que são os canais que escoam as águas da Bacia do Una. Mas para que isso acontecesse, era preciso que eu me aproximasse de seus habitantes, ouvisse suas histórias e participasse de seu cotidiano. Os tópicos a seguir mostram o início deste percurso de aproximação e formação da rede de pessoas e lugares e experiências que dão espessura à memória coletiva (HALBWACHS, 2006) da Bacia do Una. As trajetórias dos personagens apresentados neste capítulo evidenciam a relação com o lugar de moradia, mas também, em alguns casos, apresentam níveis diferentes de interação com o Estado. O Estado, nesse caso, é experimentado em parte por suas estruturas a exemplo de secretarias, órgãos, prédios e documentos e em parte por seus agentes, tal como técnicos funcionários e políticos.

2.2 Cafezinho na Mena Barreto

O primeiro *locus* de pesquisa próximo a um canal a que tive acesso, ou melhor, a primeira "comunidade" que me recebeu durante a pesquisa foi a Mena Barreto, uma área do bairro do Telégrafo localizada às margens do Canal do Galo onde antes do Projeto de Macrodrenagem do Una existiam casas palafitas cercadas por Igarapés. Os moradores do local chamam-no de "ilha", pois a configuração do local o isola do restante do quarteirão.

Na travessa Djalma Dutra, entre as ruas Curuçá e 14 de março, bem em frente a um prédio de classe média, existe uma vila que a poucos passos de sua entrada logo se torna sinuosa, subdividindo-se em várias vielas que conservam o nome Mena Barreto com casas de numeração diferente. Nestas vielas estreitas já não entram automóveis. Elas conservam a antiga forma das estivas e pontes por onde se locomoviam seus moradores antes dos aterramentos e da chegada do PMU. Este projeto foi o responsável por instalar esgoto sanitário e pluvial na área, abastecimento de água potável e pavimentação das ruas e vielas com blocos hexagonais do tipo *blocrets*.

Cheguei à Mena Barreto por intermédio de uma tia-avó bastante conhecida na comunidade. Chamada pelos moradores de Tia Consola, ela havia participado da criação de uma Comunidade Eclesial de Base na Mena Barreto e realizou trabalhos religiosos e sociais durante muito tempo na área. Pertencente à terceira idade, Tia Consola apresentou-me a amigas de sua faixa etária durante uma missa de sétimo dia que acompanhados juntos na sede da Comunidade Eclesial de Base da Mena Barreto. Uma de suas amigas, Dona Cristovina, se mostrou bastante receptiva nesse primeiro momento e logo me apresentou a seu filho César, um homem de 40 anos que havia passado sua vida inteira no bairro do Telégrafo. Dizia-se que ao longo do Canal do Galo, da Ponte da Pedreira até a Ponte do Barreiro, todos conheciam César e César conhecia todo mundo. Dona Cristovina incumbiu seu filho de me acompanhar pelo bairro enquanto eu fizesse minha pesquisa.

2.3 Dona Lourdes

César e eu não demoramos a marcar uma visita à Mena Barreto. Combinamos que em uma manhã de terça-feira me apresentaria a alguns moradores mais antigos da comunidade que pudessem falar de sua experiência no lugar. Às oito e meia da manhã César me esperava na entrada da Mena Barreto. Como eu não era conhecido na área era melhor que ele estivesse junto comigo neste primeiro contato.

César levou-me até Dona Lourdes, que me recebeu em frente à sua casa. Ela já sabia quem eu era e me esperava. Foi assim que cheguei até a casa desta senhora de 75 anos, aposentada e ex-líder comunitária que mora no Telégrafo há quase meio século. Durante este período Dona Lourdes trabalhou ativamente à frente do Centro Comunitário de Auxílio às Crianças, entidade que ela ajudou a fundar e sustentar. Em virtude de problemas de saúde ela não pode mais se locomover como antes, o que limitou sua atuação na comunidade e a mantém na maior parte do tempo em sua casa. Bem articulada e bem relacionada fora da comunidade, Dona Lourdes participou de campanhas eleitorais, cursos na universidade e viagens para eventos políticos.

Dona Lourdes mora em uma casa simples, porém espaçosa e iluminada. Situada bem próxima ao canal do galo, é uma morada de dois pavimentos com fachada de alvenaria. Após o primeiro passo dentro de sua casa, já estamos em seu quarto. Uma cama de casal ocupa o que deveria ser a sala. Ao lado da cama, uma cômoda de madeira e sobre ela uma televisão de 29 polegadas onde ela assiste suas missas e acompanha a reza do terço. Não há armário, suas roupas são organizadas em cima de cadeiras de plástico dispostas pelo quarto. Entre a cama e uma pequena mesa junto à parede onde estão seus santos e a imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Conjugada ao quarto está a sua cozinha, onde ela prepara cuscuz e tapioca para vender aos domingos.

Ela sentou-se na cama e eu fiquei diante dela sentado em uma cadeira de plástico com meu gravador para captar o som de sua voz. Não demorou até que Dona Lourdes começasse a falar da falta que sentia de sua atuação no Centro Comunitário, fazendo-me uma proposta:

Eu tinha minhas crianças. Se por um acaso você estiver disponível eu posso lhe mostrar as fotos.

Figura 10 - Tempo de felicidade

Fonte: Acervo pessoal de Dona Lourdes

Um pouco empoeirados, guardados em uma caixa de sapatos, seus álbuns de fotografia documentavam sua vida familiar, suas atividades como líder comunitária e, conseqüentemente, as transformações sofridas pela Mena Barreto ao longo do tempo. Dona Lourdes narrou com a ajuda de fotografias. A dinâmica da sua voz trazia as marcas do fluxo com que seus álbuns de fotografia eram folheados e seguia a ordem das fotografias que iam aparecendo e chamando-lhe a atenção. De imagens da casa de madeira e da rua de piçarra passávamos rapidamente para registros de aniversários de 15 anos. Mas esses eventos aparentemente desconexos se integravam na temporalidade de Dona Lourdes, uma temporalidade que se baseava em grande parte na sua experiência com o saneamento na Mena Barreto.

Durante nosso primeiro contato, Dona Lourdes não falou muito sobre o bairro. Ou melhor, não seguimos o roteiro de entrevista que eu havia preparado no dia anterior, na medida em que ela falava muito mais do seu trabalho na comunidade, de suas conquistas pessoais e de sua dificuldade em aceitar suas limitações físicas nos dias de hoje. Ou seja, ela não narrou diretamente como era a Mena Barreto, mas falou de sua experiência naquele lugar. Mostrando que a cidade e o bairro são produzidos no cotidiano por quem neles vive e os pratica, Dona Lourdes mostrou a sua perspectiva sobre o bairro e sobre as transformações que o lugar sofreu ao longo do tempo, inserindo a temporalidade do bairro e da cidade no tempo de sua trajetória pessoal ao narrar:

Figura 11 - O acervo fotográfico de Dona Lourdes



Fonte: Acervo pessoal de Dona Lourdes

Há 45 anos eu fui muito feliz, por incrível que pareça, enquanto não existia o asfalto. A gente dormia até de portas abertas. E hoje em dia você não tem direito nem de tá na sua porta com todo o benefício que o projeto nos trouxe. Eu fui uma das pessoas que lutei muito por esse projeto. Eu saía da minha casa 7 horas da manhã e retornava 10, 11 horas, meia noite, participando de reuniões, seminários e por esse mundo afora. Onde eu era chamada, lá eu estava.

Infelizmente mudou de governo, as pessoas com quem eu convivia cada uma foi pra um lado e hoje eu tô aqui sozinha. Mas hoje nós não temos o direito de tá na nossa porta. Hoje em dia nós temos que viver trancado, aprisionada e os vândalos são os beneficiados. Como você vê, é grade aqui, grade ali, grade acolá. Mesmo assim nós não temos segurança. Porque não tem quinze dias que eu fiquei entre o revólver e o bandido, assaltando aí no canto um caminhão de bebida e quando eu passei por outro lado ele disse: “não é nada com vocês, nós queremos apenas o dinheiro”. E saíram no caminhão, foram embora com o revólver em punho.

O tempo de sua vida é narrado nos termos das transformações do bairro. O "antes do asfalto". O tempo era de felicidade porque remete à trajetória atuante de Dona Lourdes em prol da comunidade. A felicidade também estava ligada a um modo de viver a esfera pública no bairro que a colocava em contato com as crianças que ajudava no centro comunitário, com festas, reuniões e eventos políticos. Para Dona Lourdes, essa maneira de viver o espaço da rua mudou. Seus depoimentos sobre a violência trazem à tona o sentido do trágico no processo de urbanização de uma comunidade como a Mena Barreto: quando os caminhos feitos de pontes sobre a água finalmente se tornam rua, então as pessoas são forçadas a se encastelar em suas casas com medo da violência. Porém, as pontes e as palafitas, o risco de escorregar e cair na lama ou na água, o chão de terra que sucedeu a água e antecedeu o asfalto, nada disso era obstáculo para a disposição de Dona Lourdes em seu trabalho.

Se um tempo de felicidade também é um tempo de trabalho e vida social intensa para Dona Lourdes, a felicidade também está ligada há um tempo no qual havia uma relação de maior proximidade com a natureza que circundava seu local de moradia.

Olha o canal quando estava em fase de aterramento, era só piçarra. Isso aqui era as matas que a gente tinha. Isso aqui é inesquecível porque eu tinha um jardim, isso aqui era aqui na frente e hoje em dia não existe mais, que o meu filho derrubou pra fazer um canil pros cachorros dele, nós ficamos assim. Isso aí era a minha vida. Olha a frente da minha casinha como era e hoje em dia como está. Essas fotos aqui me traz a... isso aqui é reunião que a gente teve lá na assembléia. E essa aqui, adivinha quem é? [...]

Eu vivia numa floresta e hoje em dia minha floresta se foi. Isso aqui é os 15 anos dessa menina aqui, que ela mora em São Paulo há 12 anos, minha segunda filha mora lá, hoje faz um mês que teve o aniversário dela aqui, ela veio comemorar aqui. Então nessa época era a maior felicidade que eu tinha, porque a gente dormia de portas abertas, não tinha ladrão, não tinha ninguém que mexesse com a gente, era... Não podíamos pisar no solo, era só água e lama por debaixo, mas podíamos viver sem agressões, sem violência.

Esta "natureza" é evocada pela imagem da "floresta" e das "matas", e pela presença da água que corria por debaixo das casas. No primeiro caso, as "matas" e a "floresta" remetem tanto ao jardim, como aos espécimes vegetais cultivados por Dona Lourdes e sua família, entre os quais se sobressai nas imagens – por fácil identificação visual para um habitante amazônico – o açazeiro, árvore que dá o fruto do açaí, cuja polpa é componente básico na dieta de classes populares em Belém. As águas, por sua vez, são o elemento autóctone já encontrado na região pelas pessoas que ocuparam esta área baixa do bairro do Telégrafo. Porém, sobre o chão alagado a família de Dona Lourdes ergueu casa e construiu pontes. Nos dois casos, a presença da "natureza" remete ao que Phillipe Descola (2003) descreveria como

um âmbito da vida social que é complementar à esfera doméstica e que representa a possibilidade de agência dos moradores da Mena Barreto sobre o meio em que viviam.

Logo, as transformações que a Mena Barreto sofreu ao longo do tempo com as intervenções do Estado em termos de políticas públicas de saneamento não estão ligadas apenas a modificações físicas que trouxeram melhorias na qualidade de vida dos moradores contemplados pelo projeto de macrodrenagem. O pensamento sociológico de Georg Simmel (2006) indicaria uma mudança nas formas do viver na baixada ocasionada pela macrodrenagem. As casas são loteadas, jardins dão lugar a calçadas que recebem as fossas sépticas recém-implantadas, as ruas são – na medida do possível – alargadas e retificadas. As novas formas engendram novos conteúdos sociais que passam a integrar as relações de vizinhança nesta área do bairro do Telégrafo.

Estas transformações também incidem sobre a medida da agência que os moradores do local possuíam sobre o ambiente. Isto é, as políticas públicas de saneamento ambiental provocam alterações nas maneiras de articular natureza e cultura. Estas alterações são sentidas por Dona Lourdes ao nível de sua vida cotidiana e balizam a sua narrativa biográfica enquanto moradora da Mena Barreto.

2.3.1 O olhar vigilante

Voltemos a um trecho da fala de Dona Lourdes apresentada na seção anterior:

A gente dormia até de portas abertas. E hoje em dia você não tem direito nem de tá na sua porta com todo o benefício que **o projeto** nos trouxe. Eu fui uma das pessoas que lutei muito por **esse projeto**. Eu saía da minha casa 7 horas da manhã e retornava 10, 11 horas, meia noite, participando de reuniões, seminários e por esse mundo afora. Onde eu era chamada, lá eu estava.

Muitas vezes não está evidente sobre que "projeto" Dona Lourdes está se referindo em sua fala. Há duas possibilidades que ora se separam, ora se entrelaçam como se fossem a mesma coisa ou o mesmo "projeto". Um desses projetos é o que Dona Lourdes levava junto ao Centro Comunitário de Auxílio às Crianças, projeto sobre o qual ela fala no trecho de entrevista abaixo:

Eu iniciei esse projeto dessa forma. Vendo muita pobreza e essa pobreza, eu era envolvida nessa pobreza. E eu iniciei esse projeto de dar, de receber e dar. Foi dessa forma. Eu olhando a necessidade dos meus irmãos e nessa necessidade deles eu fui criando, criando aquela, ou seja, eu fui tendo assim mais vontade de participar de fazer, de pedir e de dar. Foi dessa forma.

Porque a minha primeira entrega de brinquedo foi essa do Hélio Gueiros. Foi aí que começou a caminhada. Véspera de natal, ou dois dias antes, eu saía caminhando nessa baixada todinha aqui procurando onde que tinha criança carente. Quando eu ia fazer isso, Pedro, eu já tava com os brinquedos aqui dentro.

O outro "projeto" sobre o qual Dona Lourdes se referiu constantemente nas entrevistas gravadas e que teve suas manifestações devidamente registradas em fotografias foi o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, o qual passou pela Mena Barreto e outras comunidades ao longo do Canal do Galo imprimindo mudanças significativas na vida de seus habitantes. Enquanto folheávamos seus álbuns, algumas fotografias provocaram o seguinte comentário:

Dona Lourdes: Isso aqui inicia uma jornada minha que foi a caminhada do Projeto de Macrodrenagem.

Pedro: A senhora participou também de discussões sobre isso?

Dona Lourdes: Participei, participei muito entregando muitos documentos de casas que foram remanejadas. Isso aqui, como você tá vendo, isso aqui eu vivia junto deles direto. Isso aqui eu informava o de bom e o de ruim do projeto, da direção do projeto. Como era a nossa vida, como hoje nós estamos.

Se algumas vezes não é possível ter certeza sobre qual dos projetos Dona Lourdes está falando, pelo menos entendo que ambos são incorporados à lógica do seu próprio projeto pessoal de envolvimento na comunidade para a melhoria das condições de vida de seus moradores. Sabe-se que a estrutura organizacional do MPU após a conclusão de suas obras pressupunha participação popular que desempenharia o papel de cobrar e fiscalizar a manutenção que a partir de então seria realizada nas obras deste faraônico projeto de saneamento. Nunca fui capaz de saber, no entanto, qual foi a função de Dona Lourdes durante a execução das obras, pois a sua linguagem não encontrava ressonância nos termos técnicos utilizados pelo projeto para especificar as formas de participação popular na execução das obras. Quando questionada, ela apenas afirmava que fiscalizava as obras do PMU na comunidade, estando próxima aos trabalhadores e técnicos envolvidos no Projeto Una enquanto este passava pela Mena Barreto.

Muito gentil, Dona Lourdes emprestou-me seus álbuns de fotografias. A rica semântica de suas imagens mostrava a busca pelo registro da transfiguração do espaço na Mena Barreto. Para Dona Lourdes, este registro mais tarde se torna documento histórico da trajetória do saneamento em sua rua, bem como do seu engajamento como agente neste processo. As suas fotos fazem durar no tempo um fragmento da experiência do viver na Bacia do Una e, quando se tornam narrativas expressando sentidos que excedem a intencionalidade

do fotógrafo no instante da captura, passam a compor uma parcela da memória ambiental (DEVOS et al., 2009) da cidade de Belém.

Figura 12 - Antes do asfalto



Fotos: acervo pessoal de Dona Lourdes

Fonte: Acervo pessoal de Dona Lourdes.

Para um estudo sobre memória, o álbum de fotografias corresponde ao esforço criativo de imaginar a continuidade do tempo por meio da sequenciação dos momentos descontínuos em que as imagens foram capturadas pela câmera. A construção do álbum se apoia, portanto, na dialética da duração proposta por Gaston Bachelard (1988). Através do álbum de fotos, Dona Lourdes constitui a si mesma como sujeito em uma temporalidade e dá sentido à sua experiência como moradora da Mena Barreto e líder comunitária consolidando esta experiência pessoal no tempo do mundo.

Ao jogar com as imagens de Dona Lourdes procurando agrupá-las em torno de núcleos semânticos ou sequenciá-las de maneiras distintas da sua disposição original no álbum, é possível perceber múltiplas narrativas e significados nos conjuntos de imagens formados. Foi então que as fotografias mostraram um processo subjacente àquele que ocorria nas ruas da Mena Barreto, mostrando além das escavações para instalação da rede de esgoto. Tratava-se do processo de construção de conhecimento por parte de Dona Lourdes sobre o

que significava o Projeto de Macrodrenagem, o que nas fotos parece ter resultado em um progressivo engajamento da líder comunitária junto à ambiência das obras que ocorriam em frente à sua casa.

Figura 13 - O olhar vigilante



Fonte: Acervo Pessoal de Dona Lourdes.

As imagens narram a aproximação de Dona Lourdes das pessoas que trabalhavam nas obras que aconteciam bem próximas à sua residência. Em um primeiro momento destaca-se o olhar vigilante de Dona Lourdes. Da janela de sua casa ela observa os trabalhadores instalarem os equipamentos de saneamento. Dos altos de sua casa ela apresenta a perspectiva do panóptico (FOUCAULT, 1987), fazendo jus à sua tarefa de fiscalizar e se comunicar com as autoridades do projeto. Mas o olhar panóptico também significa a possibilidade do controle sobre as ações do outro, sendo também uma forma de exercer poder dentro de uma relação. Percebe-se que os trabalhadores não sabem que estão sendo fotografados. Os trabalhadores são observados, têm seu produto do seu trabalho avaliado e sua presença causa estranhamento, uma vez que são vistos como falanges da mão estatal que, depois de muito tempo ausente, se estendeu sobre as baixadas da Bacia do Una. O olhar vigilante de Dona

Lourdes representa a inversão de papéis sociais entre os habitantes da Mena Barreto e aqueles que agem em nome do Estado.

O jogo da proximidade entre Dona Lourdes e os agentes do Estado se reflete na corporalidade do fotógrafo do momento do ato de fotografar. Aos poucos as distâncias entre moradores e trabalhadores do Projeto Una vão sendo suavizadas pelo contato cotidiano. Com o tempo, Dona Lourdes sai de trás da câmera e passa a ser alvo da lente de seus amigos e familiares que registraram seu envolvimento com o Projeto Una. O desfecho da narrativa fotográfica mostra o reconhecimento do outro senão como igual, mas como alguém com quem é possível identificar-se a tal ponto que este convívio cotidiano ultrapassa as barreiras da rua e tome lugar na casa de Dona Lourdes:

Isso aqui foi um almoço que eu ofereci a eles. Porque eu fiz uma promessa, que se o projeto viesse acontecer na minha área eu daria um almoço pra eles.

Figura 14 - Caldeirada de peixe na casa de Dona Lourdes



Fonte: Acervo pessoal de Dona Lourdes

Mas as fotos, enriquecidas pelas palavras de Dona Lourdes chamam atenção para outro drama social desencadeado pela chegada da macrodrenagem à Mena Barreto. O trecho a seguir mostra que a incorporação daquela área do bairro ao Projeto Una não ocorreu sem tensões e riscos de exclusão da comunidade em relação ao conjunto de obras que seria realizado:

Ah, tem uma façanha que eu vou lhe lembrar: quando veio o projeto pra cá, eles fizeram uma pausa. Nessa pausa, o projeto não ia mais entrar aqui! Não iam terminar, isso aqui ia ficar lama, igapó. Eu soube, eu saí do [hospital dos] servidores num dia e no outro veio a novidade pra mim. Eu me vesti e fui bater no projeto! Cheguei lá no projeto e pedi pra falar com o diretor. Aí a Márcia veio e disse: "Olha Dona Lourdes, ele já vai lhe atender". Eu disse: "Eu saí do hospital ontem e eu não tô bem, eu não tô me sentindo bem, Márcia". "Tá bom". Aí o doutor Zé Augusto veio e disse: "O quê que a senhora tá fazendo aqui agora, a senhora não saiu do hospital ontem?" E eu disse: "Foi. Mas eu vim falar com o doutor Manoel Dias. Quando eu entrei: "Oh, o que a senhora tá fazendo por aqui?" Aí tá, conversa vai, conversa vem e eu disse: "Doutor, eu gostaria de lhe pedir um presente. Eu fui informada que o projeto não vai retornar à Mena Barreto". Ele quis gaguejar e tudo, dar uma explicação, né? E eu disse: "Doutor Manoel, eu exijo esse presente do senhor. Porque não é justo tudo que nós já passamos e a gente voltar à estaca zero".

E ele disse pra mim assim, pegou no telefone ligou, fez quatro ou cinco ligações. Naquele momento ele desligava de um, ligava pra outro, desligava de um, ligava pra outro. O último telefone ele botou o gancho e disse assim: "Sete horas da manhã dia 7 de fevereiro vai começar, a senhora vai acordar com a zoada das máquinas". Eu tive uma espécie de um desmaio em cima da mesa dele. E quando eu dei por mim, ele tava me dando água. Ele chamou o motorista e mandou me deixar. E dia sete de fevereiro realmente as máquinas estavam lá. E essa foi uma das minhas vitórias maravilhosas.

No trecho acima Dona Lourdes vai ao encontro do engenheiro sanitarista Manoel Dias, que na época era gerente do Projeto Una. O episódio ao qual Dona Lourdes se refere diz respeito a uma suspensão nas atividades do Projeto Una que se deu entre 1996 a 1998. Com a retomada das obras em 1998 após nova negociação com o BID algumas áreas foram inclusas no raio de abrangência do Projeto, enquanto outras permaneceram de fora. Diante deste quadro, não se sabia exatamente o que iria acontecer na Mena Barreto.

A fala de Dona Lourdes, entretanto, é uma narrativa de sua relação com um Estado que é percebido na materialidade de seus agentes. Sobram narrativas no repertório de Dona Lourdes em que ela encontra líderes políticos e autoridades, obtendo favores a partir de relações pessoais com estes sujeitos. Percebe-se o funcionamento da política local em que as relações pessoais determinam acesso a bens de consumo coletivo como o saneamento, e os benefícios recebidos são representados como favores e não como direitos. Porém, o

comportamento de Dona Lourdes não pode ser reduzido ao clientelismo que caracterizaria uma forma de dominação sobre as classes populares. Imersa em relações de poder assimétricas entre o Estado e a comunidade, Dona Lourdes maneja o poder que lhe é conferido pelos seus vizinhos e que é reconhecido pelos agentes do Estado. Na condição de cabo eleitoral ou pelas relações que cultivou nos gabinetes de parlamentares ou governantes, a líder comunitária não tem alternativa senão utilizar os recursos políticos e simbólicos que possui para entrar no jogo político local.

Nos meses em que morei na Mena Barreto, as visitas à casa de Dona Lourdes eram, na maioria das vezes, as únicas oportunidades de estar à beira do Canal do Galo. Geralmente ficávamos sentados nas cadeiras de balanço que sempre estavam na calçada de sua casa. Era quando olhávamos quem passava pela rua e Dona Lourdes me dizia quem eram os foras da lei e os trabalhadores, quem era ou não usuário de drogas, quem eram seus amigos e desafetos. Isso para mim significava a preocupação de Dona Lourdes com as minhas companhias em meu novo local de moradia.

Porém, naquela quinta-feira de janeiro fui recebido com uma má notícia. Seu Laércio, o marido de Dona Lourdes, amputara uma perna como consequência da diabetes. Seu Laércio ainda estava internado, o que deu a Dona Lourdes a liberdade de limpar o quarto do cônjuge, jogar fora suas coisas velhas e sujas, além de se desfazer dos cachorros de estimação que para ela contribuía para a falta de higiene na casa e no quarto do companheiro. Dona Lourdes estava preocupada com a reação que Seu Laércio teria quando voltasse do hospital e percebesse as mudanças que ela tinha realizado.

Para Dona Lourdes era por causa das águas do canal que seu companheiro estava na atual situação. “Mas não é diabetes o problema dele?” – pensei comigo mesmo sem questionar minha vizinha. Lembrei que em uma das primeiras vezes em que visitei a Mena Barreto, Seu Laércio havia se queixado de uma ferida no pé que demorava a cicatrizar, dificuldade própria da doença de que sofria. Depois desse episódio não vi mais Seu Laércio e então fiquei sabendo que sua situação se agravara exponencialmente. Dona Lourdes então me explicou que a sujeira trazida pelos bichos de estimação, combinada às vezes em que Seu Laércio entrava no canal, eram os fatores que tinham levado o senhor a perder parte da perna prejudicada pela diabetes.

Fiquei atônito diante da afirmação de que até pouco tempo atrás Seu Laércio adentrava as águas do Canal do Galo. E Dona Lourdes prosseguiu, dizendo que ele entrava no canal para retirar com as próprias mãos o lixo que obstruía o cano de concreto por onde escorrem as águas servidas das residências da Mena Barreto. Se Seu Laércio não retirasse o lixo que

bloqueava a passagem da água, estas mesmas águas retornariam às casas entrando pelos ralos trazendo de volta as impurezas que deveriam ser levadas pelo canal em direção à Baía do Guajará.

Ao entrar no canal para retirar lixo e assim liberar a vazão do esgoto, Seu Laércio assumia as responsabilidades da Prefeitura e a COSANPA. A primeira, de realizar a coleta de lixo e entulho regularmente, limpar os taludes e dragar o leito dos canais, além de fiscalizar o arremesso de lixo nesses cursos d'água. A segunda, de realizar a manutenção do esgotamento sanitário de modo a evitar entupimentos e refluxo para dentro das casas. A necessidade de um morador da Mena Barreto entrar no Canal do Galo representa a consolidação incompleta do acesso à cidadania por meio da instalação de infraestrutura urbana e saneamento básico nesta área da Bacia do Una. A ausência do Estado é experimentada no cotidiano da comunidade mesmo esta tendo sido beneficiada integralmente pelo Projeto Una.

O pragmatismo de seu Laércio e outros moradores contrasta com a percepção destes sobre os órgãos municipais e estaduais responsáveis pelo saneamento, os quais seriam ausentes, vagarosos e ineficientes, realizando trabalhos incompletos. A incompletude, neste caso, é percebida na ausência de uma política satisfatória a respeito de resíduos sólidos na cidade, bem como ao acompanhamento das obras implantadas pela Macrodrenagem da Bacia do Una.

É tarefa da medicina determinar em que medida a água contaminada do Canal do Galo foi responsável por Seu Laércio ter pedido a perna. No entanto, é possível imaginar que a água suja tenha infeccionado suas feridas e agravado as complicações que já existiam em função da diabetes. Aquelas eram as águas com as quais Laércio conviveu durante boa parte de sua vida e entrar no canal constituía uma prática cotidiana para ele. Mais do que isso, esta prática revela uma contingência da vida nas baixadas para muitos outros Laércios que vivem ao longo da Bacia do Una. Entrar no canal era cuidar de sua casa, moradia erguida por ele mesmo sob as águas da Mena Barreto há mais de 40 anos.

2.4 Os Heróis Míticos da São Benedito

A São Benedito começa na Avenida Pedro Álvares Cabral se prolongando até as margens do canal São Joaquim. Este canal também já foi chamado de Igarapé São Joaquim, um dos principais afluentes do Igarapé do Una. Antes do PMU, entre as décadas de 1970 e 1980 (FERNANDES JÚNIOR, 1989), um trecho do igarapé São Joaquim já havia sido alargado e transformado em canal para drenar a água da região. Hoje em dia o Canal São

Joaquim é o maior canal de Belém, estendendo-se por aproximadamente 9 quilômetros até os limites da cidade com sua Região Metropolitana.¹³

Em um domingo do mês de fevereiro cheguei de ônibus na Avenida Senador Lemos, Bairro da Sacramenta, onde Nair já me esperava. Conheço Nair desde minha infância, pois ela sempre trabalhou como empregada doméstica na casa de um de meus tios. As conversas de família sobre a pesquisa que eu estava realizando chegaram aos seus ouvidos e ela prontamente se disponibilizou a me acompanhar pela região do Canal Joaquim, onde ela mora há mais de quatro décadas. Naquele dia ela me levaria até a Rua São Benedito para conversar com alguns de seus amigos.

Andamos até a Avenida Pedro Álvares Cabral por uma transversal e no caminho Nair já me contava: a rua por onde andávamos era antigamente um igarapé. Bem próximo daquele local existia uma nascente onde ela ia buscar água para beber e cozinhar quando era criança. Chegando à Avenida Pedro Álvares Cabral, avistei uma rua estreita onde a fachada das casas era escondida por um festival de lonas e bancas de feira. Esta era a Rua São Benedito, que logo se revelou um universo à parte do que geralmente se vê na Pedro Álvares Cabral quando passamos por esta avenida de automóvel sem prestar atenção aos seus ramais.

Na Rua São Benedito se destaca um forte comércio com direito a bares, farmácia, barbearia, minimercados, lojas de roupa, tudo isso em um espaço onde não é possível nem a entrada de um carro popular. A rua também era animada por uma feira que começava ainda perto da Pedro Álvares Cabral e seguia pela São Benedito até as margens do Canal São Joaquim. Na feira, se alternavam bancas vendendo carne vermelha, peixe, roupas íntimas, verduras, frutas, CDs e DVDs piratas, tempero, frango e artigos *made in China* compondo um alegre e barulhento mosaico.

Seguimos pela São Benedito e dobramos a esquerda do homem que limpava as vísceras de um peixe para entrar em uma estreita viela pavimentada com blocos hexagonais. Esta era a Passagem Santos, onde se balançava em uma rede na varanda de sua casa o senhor José Marcos. Também chamado de Zeca, era amigo de longa data e compadre de Nair. Entramos na casa de Zeca e me sentei no confortável sofá de sua casa. A esposa de Seu Zeca estava presente e Nair deu início a uma conversa sobre aspectos gerais da área da Rua São Benedito.

¹³ "Localizado entre os bairros do Barreiro, Sacramenta e Telégrafo, o Canal São Joaquim se destaca por ser o maior canal urbano de Belém, possuindo 8,96 Km de extensão e uma área total de 31,28 Km²". BELÉM. Prefeitura Municipal. **Canal São Joaquim recebe ações de limpeza da PMB**. 2013. Disponível em: <ww3.belem.pa.gov.br/www/?p=15350>. Acesso em: 7 fev. 2014.

Seu Zeca falava sobre as transformações da região onde hoje moram, a qual antes era composta por casas palafitas e hoje se converteu em uma área valorizada na cidade de Belém. De fato, a urbanização promove a valorização dessas áreas e o conseqüente aumento do oferecimento de serviços próprios dos centros urbanos. As palavras de Zeca, ao mesmo tempo em que já trazem consigo um relato sobre as transformações da paisagem do bairro, também mostram como a baixada virou "centro":

Hoje em dia você procura um pedacinho pra morar aqui e não tem. Mais quem quer por causa da localidade! E como era antigamente e como tá hoje. Aqui você encontra qualquer coisa, farmácia. Aí então hoje em dia você abre sua porta e você encontra aí, sabe? Dá pra pegar ônibus daqui pra Icoaraci, daqui pra Marituba, pra todas essas localidades, pra todo lugar que você quer transporte, tá saindo. E antigamente não, daqui pra pegar um ônibus você tinha que ir lá pra Senador Lemos, passando essa pista que passava o trilho, não era? O trilho do trem, pra ir lá pra Senador Lemos que era onde passava os ônibus, na época de madeira, aqueles ônibus. E hoje você procura uma casa pra alugar e você não encontra mais. Pra você ver que é tudo coladinha uma na outra. Antigamente era uma casa aqui e a outra, uns cinco metros pra chegar na outra.

Algumas semanas depois retornei à casa de Zeca. Nesta ocasião fui apresentado ao Seu Evandro, um senhor de 80 anos que me esperava sentado no sofá da sala de Zeca. Seu Evandro era natural do município de Barcarena. Ele chegara a Belém há mais de 50 anos, quando veio morar na casa de uma de suas irmãs para estudar e trabalhar na capital. Quando casou, foi morar na área da São Benedito que começava a ser ocupada por casas palafitas. As narrativas de Seu Evandro contam sobre a época de fundação da comunidade por um grupo de pessoas cuja imagem ressoa na de "heróis míticos" (ELIADE, 2000, p. 47) que primeiro chegaram à área e exerceram controle sobre aquelas terras alagadiças. Naquela manhã Seu Evandro narrou, auxiliado por Zeca, sobre os modos de vida e a relação com o ambiente físico na época em que chegou ao lugar onde mora até os dias de hoje:

Evandro: É o seguinte: eu moro aqui há 45 anos. Eu fiz a casa aqui número 11. Toda a madeira que eu trouxe eu joguei na água, no igarapé e fui nadando com ela, levando até subir lá na frente. Eu construí minha casa bem alta, porque a água... A minha casa tinha 1,20 o soalho, porque a água ela vinha mais ou menos um metro. Tu ficava com 20 centímetros morando, o resto era tudo água. Bom, mas antes de eu vir morar aqui tinha outros moradores, né? antigos aqui. Inclusive o seu Orlando! Orlando mesmo o nome dele?

Zeca: Era o seu Fernando.

Evandro: Seu Fernando! O Seu Fernando ele criou a família dele praticamente pescando! Ele ia lá no mar, entrava pelo Igarapé e trazia peixe

pra sustentar a família dele aqui. Foi a época que eu cheguei, mas ele já estava.

Estes heróis desbravadores estabeleceram seu domínio sobre o solo, ou melhor, sobre a água, na medida em que as casas eram construídas sobre altas estacadas fincadas no fundo dos igarapés. A estreita relação com a água não se evidencia apenas pela proximidade das casas com o igarapé. Antes da existência de comportas na boca do Igarapé do Una, este igarapé se comunicava livremente com a Baía do Guajará, conduzindo as canoas a outras massas de água que Seu Evandro define como “mar” pelo seu grande volume. Para alguns moradores o igarapé e o rio eram meios de convivência e recursos, na medida em que deles tiravam seu sustento.

A área da Rua São Benedito foi inteiramente beneficiada pelo Projeto Una. De fato, uma das primeiras intervenções do Estado na Bacia do Una se deu ainda no fim da década de 70 com a abertura do Canal São Joaquim, que ocorrera 20 anos antes do Projeto Una. Mesmo após sucessivas intervenções do Estado, a identificação dos moradores com o local ainda passa pelo processo de produção social do meio. Este processo de preparação do terreno para torna-lo habitável antecede o Projeto de Macrodrenagem e se consolida sobre diversas camadas de memória e de trabalho incorporado ao ambiente. É o que fala Seu Evandro no trecho de entrevista a seguir:

Evandro: E aqui essa Passagem Santos, tinha um morador aqui que ele tinha dificuldade pra andar, não tinha uma perna. Aí não podia andar por cima de ponte. Aí construímos uma ponte. Antes nós construímos uma ponte da São Benedito, na Mirandinha pra lá. Aí atingia a minha casa e atingia a casa dele. Mas ele não podia andar por cima de ponte por causa da perna né? Aí a CELPA¹⁴ tinha um bocado de poste, poste aí de 10 metros, 8 metros e nós fizemos aí uma barragem aqui, fizemos uma barragem entre o Igarapé e a parte mais fixa, né? Bom, aí continuou. Mas nós achamos muita dificuldade pra andar. Aí foi a ocasião que surgiu o serviço da Macrodrenagem da Bacia do Una. Aí foi cavado esse... como é?

Zeca: O canal...

Evandro: Esse canalção que hoje em dia chamam de São Joaquim. Ele foi cavado e os moradores daqui, mais ou menos uns 12 homens, nós se reunimos e fuma aterrar, aterraram carregando terra da beira do canal que tiraram, aquela terra, lama com pau, tudinho e nós fizemos essa passagem Santos aqui entre Mirandinha e São Benedito. Com isso já não foi preciso mais ponte, já tinha a passagem aterrada pelos moradores. Foi o Zequinha, o Horácio, Zé Maria, Alfredo e outras pessoas. E nós concluímos.

¹⁴ Centrais Elétricas do Pará (CELPA) - Empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no estado.

A narrativa de Seu Evandro mostra que a ação dos moradores sobre aquele ambiente resultou em transformações significativas que antecedem e, em alguns casos, até coincidem com as obras do PMU. A respeito do exemplo dado por Seu Evandro sobre o aterramento das ruas pelos próprios moradores com a terra extraída da escavação do canal, percebe-se que as intervenções dos moradores sobre a rua ocorreram nas franjas das grandes intervenções do Estado na área. Observa-se que as ações sobre o meio seguem o fluxo das necessidades consideradas elementares, como a locomoção de um deficiente físico pelo lugar. Também atuam as redes de solidariedade entre vizinhos na forma de mutirão, quando a criatividade do grupo serve-se de árvores derrubadas para construir pontes e dos refugos de um Estado ausente – os postes da Companhia Elétrica aparentemente abandonados – para fazer uma barragem de contenção das águas do antigo igarapé de modo a aterrar a Passagem Santos.

A criação das pontes e ruas que remetem à conquista de um território, está ligada a eventos cotidianos que fundam estes episódios em torno de uma simbólica mítica e religiosa, como conta Seu Evandro: “Então essa dádiva de São Benedito, o nome de São Benedito, ela foi criada!” A origem desta comunidade – inclusive de seu nome – está consubstanciada a uma espécie de ritual fundador, a procissão de São Benedito.

Bom, depois surgiu uma festividade aqui né? não sei quem foi que criou. Essa festividade era a festividade de São Benedito, né? E havia uma procissão, essa procissão ela saía por dentro de canoa e ponte de açazeiro, uma ponte de açazeiro que eles faziam, até mais ou menos uns duzentos metros adentro. Então passava essa procissão de São Benedito. Vinha, pegava canoa, atravessava esse igarapé e pegava a ponte de açazeiros que eles mesmos faziam. Esse eu assisti!

Bom, aí foi, foi, conclusão: hoje essa procissão ainda passa aí, mas passa como? Não é preciso mais canoa, não é preciso mais ponte porque fizeram realmente a... macrodrenagem, fez praticamente alicerço aqui dentro e construiu uma ponte asfaltada em cima do Igarapé velho dessa parte e tem duzentos metros mais ou menos né?

A São Benedito e seus narradores trazem à tona a dimensão mítica e mística da ocupação dos territórios urbanos em Belém. O imaginário mítico dos narradores, assim como a procissão de São Benedito que ocorre anos após ano, refunda constantemente a comunidade, chamando atenção para o caráter cíclico do tempo da vida cotidiana que muitas vezes se sobrepõem à linearidade racionalizante proposta pela lógica da História (DURAND, 2008). O tempo do cotidiano, ao contrário, é cíclico como o calendário religioso e revivido constantemente nas narrativas, na memória dos lugares e nas práticas como a procissão que se renova e se transforma tal qual a comunidade que lhe dá nome.

Figura 15 – Seu Evandro



Fonte: Acervo próprio.

CAPÍTULO 3

3 A(S) BACIA(S) DO UNA: UM MOSAICO DE TERRITÓRIOS E EXPERIÊNCIAS (PARTE 2)

O capítulo anterior abre as portas para a etnografia na Bacia do Una. Alguns personagens são apresentados, assim como a sua relação com o local de pertencimento e moradia. As conexões e experiências com o Estado também aparecem, majoritariamente relacionadas à implantação de saneamento e infraestrutura urbana nas áreas apresentadas. Mena Barreto e São Benedito foram áreas integralmente contempladas pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, embora se veja que, em alguns casos, a presença do Projeto reproduz desigualdades urbanas na medida em que os serviços oferecidos nestes locais tais como drenagem, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos não alcançam os mesmos padrões das áreas altas da cidade. A baixada urbanizada é, ainda assim, baixada.

A apresentação de personagens e situações etnográficas em que se construiu o consentimento para a realização da pesquisa continua neste capítulo. Porém, da baixada urbanizada e beneficiada por intervenções do Estado, nos dirigimos a locais onde se percebe cada vez mais a precarização da presença estatal no cotidiano de seus habitantes. Neste capítulo aproximamo-nos das margens, dos espaços liminares, esquecidos ou invisibilizados dentro da Bacia do Una. Ao mesmo tempo, a rede da pesquisa etnográfica começa a se ampliar em direção a ativistas políticos e movimentos sociais.

3.1 Alexandre e a Vila Freitas

“Vou te apresentar uma pessoa que sabe tudo sobre a Bacia do Una”, disse-me Pedro Blóes, um dos presidentes do Sindicato dos Urbanitários do Pará (STIUPA). Eu havia conhecido Pedro Blóes por intermédio de uma amiga e ex-colega de trabalho que há bastante tempo integrava os quadros da política sindical no Pará. Pedro Blóes havia trabalhado como office-boy na COSANPA e hoje trabalha como dirigente sindical nesta organização que representa os trabalhadores de três empresas estatais prestadoras de serviços de infraestrutura urbana: Centrais Elétricas do Pará (CELPA), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE) e COSANPA. Além de apoiar os funcionários dessas empresas em questões trabalhistas, por vezes o STIUPA também auxilia cidadãos e consumidores em disputas judiciais com a COSANPA, a CELPA e a ELETRONORTE. Este era o caso de Alexandre, que vinha recebendo orientações de Pedro Blóes em relação a uma Ação Civil

Pública que movia contra a COSANPA desde o ano de 2008. O assunto referente a esta Ação Judicial será retomado mais adiante.

Conheci Alexandre em fevereiro de 2013 em um encontro arranjado por Pedro Blóes na sede do sindicato dos Urbanitários. Quando o conheci, Alexandre estava com 52 anos de idade. Durante boa parte de sua vida trabalhara como auxiliar de escritório e ultimamente frequentava um curso técnico de Enfermagem. Alexandre mora sozinho em uma casa de madeira construída em dois pavimentos e localizada na Vila Freitas, em um pequeno ramal da Rua Antônio Baena localizado no perímetro entre as Avenidas Marquês de Herval e Pedro Miranda, bairro da Pedreira. À frente da Vila Freitas corre o Canal do Galo, formado pela convergência dos Canais Antônio Baena e 3 de Maio. Na outra margem do canal há um dos portões para o estacionamento da UNAMA, uma das instituições privadas de ensino superior mais importante do Pará.

Alexandre conta que nasceu na Bacia do Una, em uma casa localizada na Avenida Alcindo Cacela entre as travessas Antônio Barreto e Diogo Mória. Passou sua infância nesse local, até a morte de seu pai no ano de 1974. Após a morte do pai, a família se muda para uma área mais baixa do bairro do Umarizal localizada na Travessa Antônio Barreto quase em esquina com a Avenida 9 de Janeiro. Neste lugar sofreram com inundações do Canal 3 de Maio por quase 7 anos. Com a intenção de fugir destes alagamentos, Alexandre, sua mãe e sua irmã se mudam para a Vila Freitas em 1985. Em uma de nossas entrevistas, Alexandre falou sobre o aspecto da Vila Freitas quando começou a morar no local:

Quando nós compramos a casa, a rua ela já era aterrada como ela é hoje. A diferença é que as casas elas eram de madeira a maioria. Hoje são poucas casas de madeira aqui na Vila Freitas. Mas assim, elas eram sobre terreno encharcado. Aonde as casas eram erguidas, os lotes, era em terreno encharcado. Só o que era aterrado era a rua, era o leito da rua. E hoje você vê que as casas elas estão todas aterradas, mas vai pro fundo por um outro motivo.

Alexandre descreve uma vizinhança pobre e ainda não urbanizada situada nas margens de um os grandes canais da Bacia do Una. A Vila Freitas já estava aterrada, embora este trabalho tenha sido muito provavelmente executado pelos próprios moradores. Mudanças significativas ocorreriam ao longo dos anos, principalmente a partir de meados da década de 90, quando começa a haver intervenções na área. O trecho de entrevista a seguir mostra como Alexandre começa a se dar conta das transformações que estavam ocorrendo ao redor da Vila Freitas.

Então eu comecei a ver o seguinte: que em volta as ruas estavam sendo trabalhadas e a vila Freitas não estava sendo trabalhada. Era muito lento pra muita propaganda, mídia. Eu ouvia “Ah, o governador foi inaugurar não sei o quê” e eu fui perguntar pra minha vizinha: “Rosa, tu não sabes como fazer pra, a princípio, pavimentar a Vila Freitas?” “E ela disse: pois é, tão pavimentando, fazendo, acontecendo, a abertura do Canal do Galo!” Eu moro na Antônio Baena entre Pedro Miranda a Marquês de Herval, sou vizinho da Unama aqui da Alcindo Cacela. E lá eu via aquela obra, menos na Vila Freitas né? Quando muito bateram lá pra dizer que iam implantar o esgoto sanitário. E eu: “Opa!”, leigo, “Esgoto sanitário, vai ter? Vão colocar tubulação nessa rua, né?” Quer dizer, legal, aquele sonho. [...]

E aí o que aconteceu? Já nos procuramos saber como é que nós faríamos pra inserir a Vila Freitas. Nós não tínhamos noção nem que... nós queríamos que a Vila Freitas fosse urbanizada. Mas nós não tínhamos noção da dimensão, da magnitude do Projeto Una.

Naquele momento, Alexandre tomava conhecimento sobre a existência do Projeto Una, responsável pelas intervenções que ocorriam ao longo dos canais da Bacia do Una. Também começava sua trajetória de engajamento político nas questões populares referentes à Bacia do Una. A Vila Freitas, entretanto, não foi urbanizada como sonhara Alexandre e seus vizinhos. O único benefício do referido projeto na Vila Freitas foi a implementação de esgotamento sanitário. No mais, a rua permaneceu dependente de obras complementares de microdrenagem e pavimentação.

Atualmente a vizinhança de Alexandre pode ser considerada de classe média, talvez classe média baixa. Sua localização dá acesso ao centro da cidade e a vários equipamentos urbanos do Bairro da Pedreira e do Umarizal como supermercados, lojas de departamentos, bancos, farmácias, escolas, universidades, hospitais e consultórios médicos, restaurantes, bares e áreas verdes para recreação. Além disso, um intenso processo de verticalização está em curso no bairro da Pedreira desde o início da década de 90¹⁵. Nas visitas a campo é perceptível a presença de uma grande cerca de arranha-céus circundando as áreas mais baixas e próximas do Centro, como é o caso do local onde Alexandre vive.

No entanto, a incidência de alagamentos nessas áreas pareceu aumentar na última década apesar da progressiva instalação de infraestrutura urbana e de sua localização privilegiada nos dias de hoje. Alexandre destaca que, se na década de 80 as inundações no local eram raras, hoje em dia os alagamentos passaram a ser constantes. Mesmo assim, Alexandre está determinado a permanecer em seu local de moradia. Sua própria trajetória de

¹⁵ Sobre o processo de verticalização em Belém, Cf. GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. Avanço da verticalização em Belém/PA usando geotecnologias. In: ____ . **Geografia e cartografia digital de Belém (Pará)**. Out. 2014. Disponível em: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com/2014/10/o-avanco-da-verticalizacao-em-belempa.html>>.

migração interna em Belém o torna consciente dos processos de transformação da cidade, de valorização do solo e de redistribuição espacial das populações urbanas:

Olha só a trajetória! Onde nós morávamos na Alcindo Cacela é uma clínica de fisioterapia. Mamãe comprou uma casa na circunvizinhança na outra esquina. Na Antônio Barreto, a terceira casa na esquina com a Nove de Janeiro. Hoje lá é o Banco do Brasil. Se eu vender aqui, o que será aqui no futuro?

3.2 Antônio Carlos e a Passagem Antônia Nunes

Conheci Antônio Carlos através de Alexandre em uma das muitas reuniões, audiências públicas ou fóruns de discussão sobre alagamentos em Belém nos quais realizei observação participante durante a pesquisa etnográfica. Juntamente com Alexandre, Antônio Carlos vem movendo uma Ação Civil Pública contra o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e a COSANPA. Ambos estão certos de que os referidos órgãos e âmbitos administrativos são os responsáveis pelos alagamentos que vêm ocorrendo na Bacia do Una desde a conclusão do Projeto de Macrodrenagem homônimo em 2005. Assim como Alexandre, Antônio Carlos não é líder comunitário, não é membro de partidos políticos e nem participava de grupos que discutem reforma urbana e direito à cidade. Ambos são apenas cidadãos comuns que se sentiram prejudicados por alagamentos e, a partir de então, começaram a se integrar nas redes de discussão sobre o assunto.

Enquanto Alexandre é eloquente e provocativo em seu discurso, Antônio Carlos sempre se mostrou tímido e reservado. Esta timidez, no entanto, esconde um grande talento para redigir documentos oficiais como abaixo-assinados, petições, encaminhamentos e relatórios a serem direcionados a órgãos públicos e gabinetes de políticos. Antônio Carlos apresenta esta mesma aptidão para pesquisar, armazenar e catalogar matérias de jornal e documentos da Prefeitura, do Estado, do Judiciário e do Projeto Una. Certamente o bom trato com documentos é uma característica da profissão de bibliotecário, a qual Antônio Carlos exerceu durante muitos anos. Por muitas vezes a casa de Antônio Carlos serviu como ponto de encontro entre ele, Alexandre e eu. Nestas ocasiões redigíamos documentos juntos, trocávamos material sobre a Bacia do Una e discutíamos sobre nossas impressões a respeito do que havíamos ouvido em reuniões ou audiências públicas.

Antônio Carlos mora na Rua João Balbi, entre a Avenida 9 de Janeiro e a Passagem Professora Antônia Nunes, a qual margeia o canal de mesmo nome. Ocupando três quadras na convergência entre os bairros de Nazaré, São Brás, Umarizal e Matinha, o Canal Antônia

Nunes começa perpendicular à Avenida José Malcher e deságua no Canal 3 de Maio, o qual por vez forma o Canal do Galo. Mais valorizado ainda que a Pedreira – bairro onde Alexandre mora – o bairro do Umarizal já faz parte do centro da cidade, configurando-se como um dos bairros mais caros e verticalizados de Belém. No entanto, nas franjas das grandes avenidas e ruas pavimentadas que recortam a área ainda existem áreas mais baixas como a do Canal Antônia Nunes.

Diferentemente dos outros canais da Bacia do Una que foram urbanizados apenas a partir da década de 90, o Canal Antônia Nunes e suas marginais receberam obras ainda na década de 70, época em que esta circunvizinhança ainda era chamada de “Baixa da São Jerônimo” em referência ao antigo nome da atual Avenida Governador José Malcher, a qual se chamava São Jerônimo. No mesmo período, um trecho do Canal 3 de maio também foi urbanizado. A precocidade das obras de drenagem nestes lugares mostra a importância estratégica da urbanização desta região da cidade no que se refere ao crescimento urbano e expansão das áreas centrais nos anos 1970.

Desde então o Canal Antônia Nunes não sofreu intervenções urbanísticas. Muito embora faça parte do sistema drenante da Bacia do Una, o Canal Antônia Nunes não recebeu obras durante a Macrodrenagem da Bacia do Una. O Doutor Manoel Dias, ex-gerente do Projeto Una com o qual mantivemos contato ao longo da pesquisa, justificou a exclusão do Canal Antônia Nunes pelo fato de que o mesmo já havia sido alvo de intervenções no passado. Dessa forma, a Macrodrenagem deveria priorizar áreas com pouca ou nenhuma urbanização. Mesmo assim, disse o engenheiro, durante as obras do Projeto Una foi realizada uma limpeza no Canal Antônia Nunes de modo a aumentar sua área e vazão. Ainda assim, a Passagem Antônia Nunes que margeia o canal de mesmo nome não recebeu pavimentação e nem obras de drenagem superficial. Também constatei em muitas de minhas visitas à área que uma boa parte das casas despeja o seu esgoto sanitário diretamente no canal.

Para Antônio Carlos, o bairro mudou sensivelmente desde a década de 70, enquanto que o canal continuou praticamente o mesmo. A intensa verticalização na região o conseqüente crescimento populacional nos bairros ao redor aumentaram a demanda de água e esgoto para o pequeno canal. Ponto mais baixo entre áreas altas, a Passagem Antônia Nunes continua atraindo o escoamento das águas que descem da Travessa Boaventura, da Travessa João Balbi, da Avenida José Malcher, e da Avenida 9 de Janeiro. O resultado desta dinâmica são os constantes alagamentos que atingem a residência de Antônio Carlos ano após ano.

3.3 A Tríade Problemática da Bacia do Una: Santos Dumont, Água Cristal e Nova Aliança

No mês de março de 2013 a rede de interlocução etnográfica começou a se expandir para além dos contatos obtidos ao nível pessoal e familiar. No capítulo anterior, por exemplo, narrei como cheguei à Mena Barreto e conheci Dona Lourdes, Dona Cristovina e Seu Laércio por meio de uma tia que trabalhara durante muitos anos na Comunidade Eclesial de Base local. À São Benedito cheguei acompanhado de Nair, empregada doméstica em uma das residências de minha família, que me apresentou seu compadre Zeca e Seu Evandro. Porém, a convivência com Alexandre e Antônio Carlos me colocou em contato com as redes políticas e de discussão sobre os alagamentos em Belém e o PMU.

Após denunciarem a Prefeitura, o Estado e a COSANPA ao Ministério Público Estadual (MPE) e procurarem seguidamente a imprensa local para expor as decorrências de alagamentos e inundações em suas respectivas ruas, Antônio Carlos e Alexandre chamaram a atenção de parlamentares e lideranças políticas, apesar de não se constituírem ou se apresentarem enquanto líderes comunitários. Ambos haviam sido convidados para a primeira reunião do Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos de Belém, que ocorreria no dia 26 de fevereiro no Bairro da Sacramento, parte da Bacia do Una.

Este fórum criado por iniciativa de uma Vereadora e de um Deputado Estadual, que tinha como um de seus primeiros objetivos discutir com a população a respeito do problema dos alagamentos nas comunidades, prestar esclarecimentos do ponto de vista técnico sobre os alagamentos e oferecer assessoria jurídica nos casos das ações individuais na justiça contra a Prefeitura Municipal por conta dos danos materiais e morais ocasionadas pelos alagamentos. Além de Alexandre e Antônio Carlos, o Fórum convocou lideranças comunitárias atreladas aos gabinetes da Vereadora Ivanize Gasparim e do Deputado Estadual Carlos Bordalo, ambos do Partido dos Trabalhadores. Portanto, o Fórum não chegou a mobilizar a população da Bacia do Una como um todo, mas sim os Centros Comunitários e Associações de Moradores que possuíam algum tipo de vínculo político com os gabinetes dos referidos parlamentares.

Os discursos veiculados neste fórum, os saldos e os significados políticos deste evento serão examinados em outro capítulo. Por enquanto, cumpre descrever os encontros etnográficos que este fórum proporcionou e apresentar os personagens que passaram a compor a rede de pessoas, lugares e instituições que deram forma à etnografia presente neste trabalho.

3.3.1 Seu Jorge Luís e a "Cuia" do Conjunto Santos Dumont

Na reunião ocorrida no Distrito Administrativo da Sacramento (DASAC) no dia 26 de fevereiro, chamou-me atenção o depoimento de Seu Jorge Luís, morador do bairro da Maracangalha. A sagacidade e ironia nas palavras de Seu Jorge Luís tornavam sua fala envolvente e magnética. "Eu realmente moro em uma bacia, uma bacia que se enche d'água", disse ele dirigindo-se às autoridades presentes. A "Bacia" à qual Jorge Luís se referia ironicamente é o Conjunto Santos Dumont, local onde mora há mais de 20 anos.

Depois da reunião fui conversar com Seu Jorge Luís e falei sobre meu interesse na memória da Bacia do Una. Ele me contou que no passado possuía muito material sobre o Projeto Una, e que inclusive conhecia o "verdadeiro projeto", no qual as águas do Canal São Joaquim correriam por debaixo de ruas suspensas. O conhecimento sobre aquilo que deveria ter sido o PMU alimentava as suas frustrações e devaneios sobre uma cidade possível que não se tornou realidade. Os documentos sobre o Projeto Una, os desenhos de como seriam as ruas e os canais, tudo isso fora levado pelas águas da chuva, perdido junto com aquela cidade sonhada por Seu Jorge Luís. Sem seus documentos e suas imagens perdidas, Seu Jorge Luís disse que não poderia me ajudar. Eu argumentei que ele tinha a sua experiência de vida e que para o meu trabalho isso era mais do que suficiente. Ele então concordou que marcássemos uma visita ao seu bairro.

Em um sábado de manhã eu enfim conheci o Bairro da Maracangalha. Pegando um ônibus próximo da minha casa pude chegar a este bairro em aproximadamente 20 minutos sem trânsito. Quando desci do coletivo logo avistei Seu Jorge Luís, que já me esperava na parada de ônibus. Partimos para um reconhecimento do Conjunto Santos Dumont, saindo daquela que seria a rua principal do bairro, a Avenida Santo Amaro. Seu Jorge Luís levou-me pela Marajoara I, uma rua estreita, tortuosa e reclinada, não deixando dúvidas que estávamos adentrando a baixada.

Andar pelas ruas do Conjunto Santos Dumont era um exercício de observação de técnicas corporais (MAUSS, 2003) utilizadas para movimentar-se pelo espaço daquela comunidade. Em primeiro lugar se sobressaía a técnica de andar pela rua lamacenta e escorregadia. Neófito no local, eu tentava acompanhar Seu Jorge Luís que sempre seguia bem adiantado em relação a mim. Ele sabia como pisar e onde pisar. Conhecia os atalhos das ruas, inclinava o corpo nos momentos certos para não se desequilibrar. Eu ia bem atrás, ainda muito preocupado em não sujar meu pé de lama até compreender que equilibrar-se na rua era mais importante que ficar com os pés limpos.

Figura 16 - Seu Jorge Luís e o Conjunto Santos Dumont



Fonte: Acervo próprio.

Logo identifiquei que as ruas tinham caminhos próprios, trilhas formadas por áreas mais secas às quais se dava continuidade com pedras e tábuas de madeira dispostas no chão. Trata-se das estratégias para fazer com que o elemento terra, o intruso, se sobreponha ao elemento água. O aterramento no local é tão heterogêneo quanto o número de moradores que providencia por iniciativa própria o aterro. A tentativa de transformar solo em chão resulta em

uma colcha de retalhos. O que predomina é a terra vermelha, mas o chão muitas vezes também é feito de cacos de pedra e tijolos. Outros moradores recorriam ao gesso. Quase chegando à Rua Eletronorte, uma transversal da Marajoara I, o chão era um mosaico onde dividiam o espaço cacos de tijolo, terra, gesso e até isopor.

A heterogeneidade do chão – a terra, os aterros, as pontes de terra formadas entre as poças d'água – era um aspecto que reforçava a recorrência das técnicas de andar, quando movimentar-se significa que as texturas e vicissitudes do solo agem sobre o corpo, produzindo uma forma de locomover-se que está entre o correr, o saltitar e o andar. No fim da caminhada eu estava exausto. Não pela extensão percorrida, mas pelas acrobacias requeridas para se mover por aqueles caminhos.

O ponto final da caminhada foi a residência de Seu Jorge Luís, para onde retornei semanas depois para lhe entregar algumas fotografias que eu havia tirado na visita anterior e para realizarmos uma entrevista. Seu Jorge Luís contou-me que morou até os 7 anos de idade na região de Santarém, no oeste do Pará. No entanto, não vivia na cidade de Santarém, mas no interior, em uma Ilha chamada Quaraí. Conta ele que hoje leva-se dois dias para chegar de Belém até lá, mas na época em que veio para Belém com sua família a viagem durava cerca de 12 dias. Por esta razão, além das dificuldades de comunicação à distância, não manteve muito contato com a família em seu local de origem, tendo retornado à Ilha de Quaraí apenas em 1982 e em 1995. Hoje tem 64 anos de idade.

Militante do Partido dos Trabalhadores, Seu Jorge Luís envolveu-se em movimentos populares de reforma urbana em Belém desde a década de 80. Ele também é operário da construção civil e trabalhou como supervisor de obras da Macrodrenagem da Bacia do Una. Por esta razão conhece os solos da região, bem como as estratégias dos engenheiros para construir grandes obras em solos moles como da Bacia do Una. Seu Jorge Luís sabe dizer onde a lama é profunda e onde é rasa, lembrando a profundidade das estacas fincadas nas áreas de cada canal para dar suporte às obras de Engenharia Civil do Projeto Una. Foi quando achei oportuno perguntar se havia construído a sua casa da mesma forma, isto é, com estacas profundas fincadas no solo para dar sustentação à construção. Seu Jorge Luís, porém, me surpreendeu com uma longa resposta:

Aqui não, porque aqui, pra história. Aqui era feito de terra firme a até seis metros de profundidade, até dois! Tem lugar aqui que até dois metros de profundidade é terra firme. Isso aqui era terra firme! Pra elemento histórico, pra quem não conhece a história, toda essa área aqui era terra firme, não tinha lama isso aqui não! Isso era uma selva. Uma selva mesmo, uma selva bonita! Uma selva que a gente caminhava por aqui quando era garoto. Eu

morava lá na Alferes Costa desde 59, na Alferes Costa em frente ao Graziela Moraes Ribeiro, onde hoje é um colégio. Ali era o quintal da Igreja de São Sebastião, onde foi construído um campo de futebol e depois o padre vendeu pro estado pra construção do colégio. [...] E a gente vinha brincar, vinha aqui pra Marambaia, atravessava a pé pra Marambaia, aquele negócio todo. Onde tá essa Júlio César, nós vimos duas vezes a Júlio César, que era só uma estradazinha, ir pro fundo em época de inverno. Faziam uma ponte aí, vinha o inverno e ia tudo pro fundo.

Então, o que aconteceu aqui nessa área? Essa área aqui era toda em terra firme, toda ela! Aqui nessa selva, aqui tinha muito igarapé e muita árvore frutífera. E pássaro, macaco, jacaré, isso era verdade, cobra. Era uma selva completa! As frutas que mais tinham aqui era açáí, cupuí, ingá xixica, e aquela folha que, antigamente pra quem não sabe, antigamente o peixe e a carne não eram embrulhados nem com saco plástico nem com papel, era uma folha que eu não me lembro mais o nome dela, tinha um nome aquela folha. Então aqui tinha muito, a gente vinha pra cá, fazia um rôlo e ia vender pros peixeiros, pro pessoal dos açougues aquela folha, que eles embrulhavam as mercadorias com aquela folha.

Ao ouvir a descrição de Seu Jorge Luís sobre a selva que ele e seus amigos atravessavam, imediatamente lembrei-me dos escritos de Henry Walter Bates (1944) sobre a Bacia do Una, dos quais alguns trechos figuram no primeiro capítulo desta tese. De fato, a fala do interlocutor dialogava com imagens bastante antigas sobre a Bacia do Una. A imagem da selva paradisíaca da infância de Seu Jorge Luís convergia com o "paraíso dos naturalistas" que Bates havia encontrado na Bacia do Una no século XIX.

Outra surpresa provocada pela resposta de Seu Jorge Luís estava na sua declaração de que a área do Conjunto Santos Dumont, no passado, fora uma floresta de terra firme. Os papéis se invertem nos dias de hoje se considerarmos o Conjunto Santos Dumont como uma área alagadiça enquanto que a Avenida Júlio César, antes sazonalmente alagada, ergue-se como um espigão de terra alta que conduz ao aeroporto da cidade. A pergunta sobre o solo do local e a construção da casa de Seu Jorge Luís deslocou a subjetividade do narrador para a selva onde brincava quando era criança na companhia dos amigos. O solo sobre o qual Seu Jorge Luís construiu sua casa possuía uma história e ele estava disposto a contá-la. O narrador então prosseguiu falando sobre os impactos ambientais que atingiram aquela região da cidade:

Quando o Almir Gabriel foi eleito pelo regime militar, eleito não, nomeado pelo regime militar prefeito de Belém, uma das primeiras ações dele aqui em Belém foi dar proteção à fábrica da FACEPA¹⁶ que já existia, eu não me

¹⁶ “A FACEPA (Fábrica de Papel da Amazônia S.A) foi construída em 1958. Inicialmente, ela se chamava INPAL (Indústria de Papel da Amazônia Ltda), onde era fabricado – quase artesanalmente, papel estiva – utilizado para embalagens e embrulhos nos comércios de balcão da época. Com o tempo, a empresa modernizou-se e diversificou a sua linha de produção. A aquisição de novos equipamentos, novas tecnologias, o aumento da estrutura da fábrica e a criação de novos produtos fizeram com que a FACEPA ganhasse destaque nacional e internacional, devido a sua inovação empresarial. Atualmente a FACEPA é a maior

lembro com que idade eu tava quando criaram a fábrica, eu era garoto, mas já existia. Então a FACEPA ela produzia muita matéria tóxica no ar. Estourava lá no Telégrafo, Sacramento, Pedreira e por aqui ficava só fedor de bosta, que era a matéria prima de fazer papel, né? é madeira, esse negócio todo.

O Almir Gabriel ao assumir a prefeitura, ele tomou como medida uma proteção à fábrica de papel. Como fazer isso? Qual foi a forma que ele achou conveniente pra fazer isso através das articulações dele? Hoje se diria que a forma correta seria a FACEPA construir filtros de defesa dos rios. E ela tem hoje, inclusive ela hoje tem isso. Mas naquele momento não foi essa a ideia. A ideia do governo foi escavar o Igarapé que naquela época não era São Joaquim, era Três Tubos o nome que se dava. Botar o nome de São Joaquim e escavar esse canal até lá no Una pra escoamento dos dejetos da FACEPA. E assim foi feito. De que maneira? Quando da escavação do canal pra escoamento a partir do rio dos dejetos da FACEPA, os caras quando escavaram, eles não pegaram o produto da escavação e levaram pra outro lugar. Não, eles só fizeram jogar para as margens do canal. Eles abriram o canal e jogaram a terra, os pedaços de pau, tudo que eles iam tirando, pras margens do canal. Tanto pro lado da Sacramento, quanto pro lado daqui.

E assim foi feito até lá no Una. E assim se criou uma barreira. Nas margens dos canais, que geralmente a gente chama de beijo aqui na comunidade, "o beijo do canal", mas tecnicamente se chama de margem do canal, se criou aquele beijo assim, na margem do canal. E automaticamente iniciou o processo da construção da cuia de vários setores como o da Sacramento entre a Pedro Álvares Cabral, que já era alta, e aqui o canal, como a passagem Bandeirantes, passagem Santo Antônio que foram todas pro fundo, literalmente, virou um rio. Um rio não, uma lagoa. Teve que ser feito estiva. A mesma coisa foi aqui. Como aqui era só mato, não tinha casas ainda, certo. No primeiro inverno que veio, virou um rio. Só que a água, a água tomou conta de todo o setor. O rio tava lá, escoava, sim. Mas ficava água presa, água retida aqui nessa área. Como não tinha ninguém morando, não se fez estiva como se fez do canal lá pra Pedro Álvares Cabral.

Seu Jorge Luís narra o processo de surgimento do que os especialistas chamam de bolsões de alagamento (SILVA, 2004; FERNANDES JÚNIOR, 1989). Estes bolsões – ou cuias – correspondem a terrenos situados fora da influência direta das marés, mas que se encontram constantemente alagados em virtude da elevação de áreas ao seu redor e dificuldade de escoamento de suas águas. Sua extensão pode variar entre o interior de uma quadra ou um conjunto habitacional como o Santos Dumont. A criação de “cuias” no interior de quadras e em terrenos inteiros na periferia é uma das muitas camadas do processo de urbanização de Belém. Nesse caso, trata-se de políticas públicas responsáveis por produzir mais desigualdades urbanas, na medida em que a elevação de vias e terrenos sem o planejamento adequado altera a dinâmica do escoamento das águas pluviais e servidas, criando alagados permanentes no interior da cidade.

fabricante de papeis do Norte e Nordeste do Brasil. Nosso portfólio atende a todos as necessidades, sempre com as melhores soluções e nossos produtos têm liderança absoluta nesse segmento.” Disponível em: <<http://www.facepa.com.br/?pg=empresa>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

No entanto, Seu Jorge Luís destaca que o lugar onde hoje mora ainda não era habitado, anteriormente ao período que corresponde ao primeiro mandato de Almir Gabriel como prefeito nomeado de Belém (de 1983 a 1986). Mesmo assim, a antiga floresta onde Seu Jorge Luís brincava na infância sentiu os impactos dos alagamentos:

O tempo veio e as árvores devido a esse sistema e essa água que quando o inverno vinha transbordava pra cá, a mata que havia aqui foi toda apodrecendo. Foram caindo, as árvores foram secando. E automaticamente os animais foram desaparecendo todos, a maioria. Só ficaram o jacaré, o jacaré sobrevive em qualquer sistema. A sucuri, aquele negócio todo. Mas a maioria das aves e dos outros animais foram desaparecendo. As árvores, acabou literalmente. Ficou só os troncos. Açaizeiro ficou só os troncos e por aí afora.

Qual foi a atitude da população? Em vez de cobrar do governo uma atitude sensata, buscar uma outra forma, foi invadir a área! Essa foi a forma que a população achou. O que foi feito na ocupação? Se pegou e derrubou todas as árvores grandes, gigantes que tinham aqui. Uns pra fazer da madeira muitas vezes esteio da casa. Outras vezes era pra fazer esteiamento das pontes que fizeram, das estivas que foram construídas. E essas estivas eram todas feitas com peças de açaizeiro. Tavam secos, chegava, cortava o açaizeiro e se fez grandes estivas, todas com tronco de açaizeiro. E assim foi nascendo essa população aqui, que logo de imediato veio pra cá com 400 famílias. Ou 400 pessoas, parece que foi 400 pessoas, não foi família não, que muitas vieram pra cá sem família. Foram 400 pessoas que assumiram, fizeram as divisões territoriais aqui. Fizeram as pontes, as estivas do jeito que dava na cabeça mesmo e aí começou a briga por infraestrutura a partir daí.

A narrativa de Seu Jorge prosseguiu, falando sobre como a área alagada foi posteriormente aterrada com lixo, inclusive lixo hospitalar. As mudanças na região continuaram a acontecer em virtude da ocupação da área. Porém, este processo não resultou necessariamente na urbanização do Conjunto Santos Dumont:

Com o tempo, muita coisa foi modificando, umas pra melhor, outras pra pior. Também eu não tenho uma definição. Por quê? Porque a partir de certos aterramentos nas ruas e algumas estivas saindo, foi-se descobrindo a necessidade de que se construísse fossas, porque não tinha mais pra onde os dejetos escoarem. Aí começou a serem construídas as fossas a céu aberto. Onde até hoje onde se constrói uma fossa séptica de qualquer forma ela vai pro meio da rua, pros tais de buracos e valas a céu aberto. De qualquer maneira. Automaticamente não deixa de ser uma fossa, apesar de ser séptica, não deixa de ser a céu aberto.

Veio as questões eleitorais e todo tempo que tinha uma eleição, aparecia aquele monte de carrada de aterro aí, aterro pra cá, aterro pra lá, aterro pra ali. Veio o Projeto Una, o Projeto Una tem vários problemas de inclusão e não inclusão. Por quê? Porque várias situações causaram a não execução dessa área. Primeiro, a questão política. As pessoas que ocuparam essa área, a maioria delas não são de Belém, é discriminação mesmo, foi discriminação

mesmo. E a maioria não votava, a maioria talvez vote, mas uma boa parte ainda não vota em Belém. Tem essa questão política.

A construção da casa de Seu Jorge Luís passa pela trajetória do lugar que, tendo sido uma floresta de terra firme, foi convertido em um alagado para posteriormente ser aterrado. Trata-se, portanto de um processo de degradação ambiental em virtude da urbanização de Belém. Este processo é narrado por Seu Jorge Luís como um mito de origem da comunidade em que vive. Um mito, porém não na concepção fantasiosa que o termo adquire, mas no sentido de que a narrativa é contada a partir de significados mobilizados para dar entendimento às questões que são relevantes para Jorge Luís e seus vizinhos nos dias de hoje: os alagamentos e a ausência de saneamento.

Também é um mito porque seus significados excedem o episódio narrado, apontando para estruturas do imaginário (DURAND, 1996) que permitem refletir sobre como as experiências humanas no mundo físico e cultural são mediadas por imagens e símbolos. O mito da ruína reinterpretado no processo de degradação ambiental do Canal São Joaquim e da floresta da infância de Jorge Luís aparece como base de um momento histórico e sociocultural no qual a cidade oferece a natureza de seus rios e florestas remanescentes como sacrifícios diante do altar do progresso.

3.3.2 Dona Barroso e o Labirinto da Nova Aliança

Cheguei à Nova Aliança por Intermédio de Glória, que conheci pela rede de moradores e lideranças comunitárias estabelecida no Fórum das Vítimas de Alagamentos em Belém. Glória é agente comunitária de saúde, desenvolvendo um trabalho na área há 3 anos. Outro motivo pelo qual Glória tem acesso constante à área da Nova Aliança é o fato de ela ter sido moradora da passagem Santa Teresinha no passado, o que também a torna parte da rede de relações sociais e guardiã da memória daquele lugar. Muitas vezes era Glória que compartilhava memórias com as pessoas que íamos encontrando no meio do caminho em nossa caminhada pela região. O prestígio pessoal e a disposição para lidar com papéis e documentos também conferiu a Glória o título de coordenadora da Associação de Moradores da Nova Aliança. Glória ocupa uma posição estratégica na comunidade, estando dentro e fora ao mesmo tempo. Por esta razão ela acaba assumindo o papel de mediadora entre os habitantes da Nova Aliança e outras instituições ou lideranças políticas. Apesar de ter se mudado da Nova Aliança, Glória ainda mora a poucos metros do local, na Avenida Pedro Álvares Cabral, mantendo seus antigos laços afetivos no bairro.

A Nova Aliança está situada no Bairro da Sacramento. Trata-se de um bolsão de alagamentos esquecido pelo Projeto Una tal qual o Conjunto Santos Dumont. Suas proporções, no entanto, são menores. A Nova Aliança Corresponde a uma quadra situada próximo ao encontro entre os Canais do Galo e São Joaquim. A área em questão se encontra entre as Travessas Barão do Triunfo e Angustura e compreende as passagens Santa Rosa e Santa Teresinha. Estas passagens, no entanto, se ramificam em diversos e labirínticos becos e vielas no interior do quarteirão.

Chegamos à Nova Aliança margeando a Avenida Pedro Álvares Cabral no sentido Ananindeua-Belém. Passamos pela Casa Dia – um centro de prevenção de doenças infectocontagiosas – e antes que chegássemos à viatura da polícia que se encontra sempre estacionada próxima à Ponte do Barreiro, viramos à direita por um beco estreito formado por dois muros. Esta é a entrada para a Nova Aliança que, mesmo situada nas margens de uma avenida de intensa circulação de automóveis, encontra-se escondida dos olhos das pessoas que se dirigem diariamente do centro da cidade à Região Metropolitana de Belém.

Enquanto andávamos pela Santa Rosa, não eram poucas as pessoas que cumprimentavam Glória e lhe perguntavam sobre remédios e médicos, enquanto ela retrucava perguntando se estavam tomando a medicação corretamente. Cada pessoa que parava para conversar com Glória também era apresentada a mim e informada da pesquisa que eu estava fazendo. Glória tomava minha frente dizendo: "Conversa aí com ele, ele vai te fazer umas perguntas".

Um das pessoas que conheci nesse dia foi Dona Barroso, uma senhora de 81 anos:

O meu nome é Maria Barros Queiroz, conhecida no movimento por Barroso. Sou do movimento das mulheres do campo e da cidade, sou ex-operária da castanha, trabalhei 32 anos na fábrica de castanha, de beneficiamento. Aí saí, me aposentei, sou do movimento. Sou sindicalista, eu era diretora do sindicato da alimentação, das padarias, do palmito, das castanhas, de tudo isso.

Após esta apresentação, Dona Barroso caminhou conosco pela região falando dos problemas da comunidade e de sua experiência no local, o que tive oportunidade de registrar em outro momento através de uma entrevista. Pelas ruas passavam apenas uma ou duas pessoas por vez. O Chão aterrado se alternava com estivas erguidas sobre água empoçada e lixo. As paredes das casas eram marcadas, indicando o nível que a água alcançava nas situações de alagamentos. Talvez por esta razão – também pela falta de espaço na horizontal – as casas em sua grande maioria tinham dois pavimentos, pois quando a água ocupasse o pavimento de baixo seria necessário refugiar-se no de cima.

As casas altas e as ruas estreitas dificultavam a entrada de luz e a circulação do ar, provocando em mim uma sensação claustrofóbica enquanto eu avançava hesitante por suas vielas e estivas no calor escaldante do final da manhã. Este ambiente abafado e insalubre tem impacto no trabalho de Glória como agente comunitária de saúde: ela me contou que atendia quatro casos de tuberculose e um de infecção respiratória aguda somente naquele local.

O Abastecimento de água também era um problema no lugar. Após os sucessivos aterramentos que a área recebera ao longo do tempo, era difícil saber onde ficam os finos canos d'água que haviam sido instalados na Nova Aliança. Sabe-se apenas que o encanamento "está lá embaixo", como me disse uma senhora que passou por nós e chamou atenção para a falta de água no lugar onde mora. Os moradores tentam remediar a deficiência no fornecimento de água para consumo local "puxando" água de outros quarteirões através de tubulações clandestinas. Estas tubulações aéreas percorriam as paredes e passavam por debaixo das casas entrando em contato com lixo e água contaminada. Em outros casos, a água permanece vertendo de canos que emergem do chão, possibilitando que os moradores encham seus baldes e bacias.

Glória e Dona Barroso me explicavam que ali não havia esgotamento e que todos os dejetos das pias e dos vasos sanitários iam pra debaixo das casas. O acúmulo de dejetos explicava o mau-cheiro constante que eu sentia quando cheguei ao lugar. No entanto, após certo tempo imerso naquele ambiente eu já estava acostumado com o odor. Elas contaram que nas situações de alagamento, as chuvas provocam a elevação do nível das águas pútridas que estão abaixo das casas, fazendo com que essas águas tomem a rua e invadam as residências. Entre o jocoso, o insólito, o grotesco e o aterrorizante, Dona Barroso definiu a situação do lugar: "Aqui é assim: um caga, o outro come".

Dona Barroso, esta personagem que tive o prazer de conhecer em minha primeira visita à Nova Aliança, na verdade não é moradora da comunidade. Sua casa situa-se na Avenida Pedro Álvares Cabral, bem em frente à entrada da passagem Santa Rosa. No entanto, ela mora naquela vizinhança desde o ano de 63, após ter se mudado com sua família do Município de Barcarena.

Figura 17 - Dona Barroso e a Nova Aliança



Fonte: Acervo próprio

Antes de se mudar para a Sacramento, Dona Barroso morou nos Bairros do Jurunas, do Guamá e da Cremação. O motivo de sua mudança, segundo ela, era o de ficar mais próxima do seu local de trabalho. Na época, Dona Barroso trabalhava em uma fábrica de beneficiamento de castanha-do-pará. Segundo Dona Barroso se recorda, além dessa fábrica existiam outras que se estendiam do bairro do telégrafo até a Sacramento, ao longo da Avenida Senador Lemos: uma fábrica de sabão, fábrica do Guaraná Soberano, fábrica do Guaraná Simão, além de olarias e do Curro Municipal que ficava na Avenida Pedro Álvares Cabral. Fugindo do centro da cidade e aproveitando escoamento das mercadorias pelo trilho do trem, essas empresas se estabeleciam na fronteira entre a cidade e seus arredores não urbanizados. Como também vimos no capítulo 1, essas fábricas também aproveitavam os Igarapés do Una e do Galo para o despejo de dejetos industriais. Trabalhadores como Dona Barroso e sua família seguiram esta frente de ocupação em direção à periferia, ao redor das fábricas e do trilho do trem.

As memórias de Dona Barroso a respeito da Sacramento na época em que se estabeleceu no bairro remontam a um processo de colonização e domesticação daquele espaço:

Não tinha ninguém. Só a caçamba cavando pra tirar barro. Porque a São Pedro ali onde era a Tágide, tu sabes? Tem a Belém Importados aqui na Pedro Álvares Cabral. Aquele lado de lá era uma indústria de fazer tijolo, telha, tudo material de barro. E era tirado tudo daqui. Tudo daqui dessa área. Porquê que chamam Barreiro? Tinha gente só pra cavar e a caçamba pra carregar. Carregava o dia inteiro, até de noite pra levar pra lá pra cerâmica fazer tijolo e telha. Tudo quanto era coisa de barro. Daqui pra ir pra lá, pra fazer os produtos lá. Cavou tudo. Aí não tinha ninguém pra cá. Até sessenta e... sessenta e cinco, sessenta e seis, aí começou a morar, varar aí e agora tá uma cidade. A gente só via a caçamba fazer barulho. Porque ali pra Ponte do Barreiro ninguém passava. [...]

Aqui, atravessava bem ali. Pra roçar lá pra fazer casa lá. Aquela minha irmã que eu te mostrei, aquela da casa de altos e baixos, que tava aquele rapaz lá que mora em casa alugada, ela foi a primeira moradora de lá. Atravessava por cima da água pra ir roçar o lugar da casa, que era só aningal, só lama. Mas a água não enchia lá. Aí a primeira que morou lá foi ela, depois que começou a chegar gente, chegar gente, chegar gente! Ninguém varava pela Santa Rosa pra lá, só passava pela Angustura depois que melhoraram a Angustura. Não tinha passagem nem pra lá e nem pra cá.

As reminiscências de Dona Barroso primeiro passam por uma antiga atividade econômica da região, a extração de barro, o que dá nome ao Bairro do Barreiro, vizinho da Sacramento. Aliás, nesta parte de Belém as fronteiras entre a Sacramento e o Barreiro são bastante fluidas, não obedecendo de forma precisa as divisões político-administrativas da

municipalidade. No seu lugar, predomina a geografia afetiva da cidade e um mapeamento dos bairros que se dá ao longo do tempo no cotidiano das pessoas, sendo relacional, móvel e diverso assim como são as experiências dos moradores nesta área de Belém. A imagem da extração de argila dos barrancos e margens do Igarapé do Una ressoa naquelas apresentadas no primeiro capítulo desta tese, nas quais a Olaria Una e as águas escuras do igarapé pareciam como refúgio para viajantes naturalistas e fotógrafos ávidos por experimentar a proximidade com a natureza nas cercanias de Belém.

Dona Barroso, entretanto, apresenta esta mesma paisagem sob outra perspectiva e imersa em outro contexto do trajeto urbano de Belém. De “paraíso dos naturalistas”, esta região é convertida pelo discurso dos especialistas em “vazio demográfico” a ser ocupado a partir da segunda metade do século XX, processo que ganha vida nas palavras de Dona Barroso quando esta conta sobre a travessia do igarapé para carpir o mato e preparar o solo para a construção da casa de sua irmã, aquela que seria a primeira moradora do local.

Como já é perceptível no trecho da entrevista destacado, o enraizamento no lugar se caracteriza naquele primeiro momento pelo reconhecimento da presença do igarapé, narrado como um obstáculo a ser transposto de canoa para a construção de casas no espaço não habitado da outra margem. Porém, quando perguntei a Dona Barroso se as pessoas pescavam no Igarapé, ela desvelou outra dimensão da presença das águas no lugar:

Só quem pescava era o meu pai. Pegava camarão. Que a gente sempre morou aqui. E aí não morava ninguém, na beira do Igarapé não morava ninguém. Até varar lá pra banda do Una não morava ninguém, ninguém morava aí. O igarapé era água corrente, enchia e vazava. Ele colocava aí o matapi pra pegar camarão. O meu pai, de manhã ele ia pescar. O matapi é aquele que pega camarão, tu sabe, né? Ele ia botar. Nós compramos uma canoa pra ele, uma canoinha. E ele ia botar o matapi, ia beirando o igarapé todinho. A maré enchia e vazava, era limpa essa água aí. A gente lavava até a roupa com água daqui! A água era preta, mas era clara, podia lavar uma blusa branca dessas que era uma beleza! [...]

Pois é. Depois ele pegou, ia daqui, pegava aqui, varava, ia lá no Una e entrava no jacaré. Não tem um rio ali chamado jacaré, uma vala? Lá pra dentro. Ele ia lá pegar camarão. Aí de lá ele botava a canoa lá na beira do rio pra pegar pescado. Ele ia de manhã e só vinha de tarde, com peixe, camarão, tudinho daí. Ele vinha vender aqui na beira. (risos) Os vizinhos já estavam esperando pra comprar peixe. Só ele que fazia isso. Morava comigo. Depois ele morreu. Morreu aqui, lá na casa da minha irmã. Só ele fazia isso, mais ninguém.

Subia muito peixe quando a maré enchia. Subia muito peixe. Quem que ia pegar? Todo mundo tinha medo de ir pegar. E ele ia pegar lá na frente. Depois começou a encher de morador e aí não tinha mais aquela fartura. Porque todo mundo começava a botar imundície, colocar entulho no igarapé.

E a água enchia e vazava. Ia embora. E quando ia embora, levava toda a imundície que tava. Não tinha esse monte de lixo que tá aí.

Da mesma forma que se observou entre alguns moradores da São Benedito ou mesmo na narrativa de Seu Laércio sobre o igarapé que recortava a Mena Barreto, para a família de Dona Barroso, os recursos obtidos através da água também eram parte da renda doméstica. Mais do que recurso, a água se configurava como meio, na medida em que era experimentada como parte essencial do cotidiano a partir da lavação de roupas no igarapé ou da marcação do tempo pelo movimento das marés. As marés, inclusive, são responsáveis pelo simbolismo cíclico das águas enquanto elemento purificador, uma vez que a água carregava consigo na vazante as sujeitas e impurezas dos moradores. Ainda que a água corrente levasse embora os dejetos das palafitas que se erguiam progressivamente na área, para Dona Barroso a cidade que se autoconstruía sobre a várzea representa o início do processo de degradação ambiental do igarapé. Porém, a perspectiva de Dona Barroso enquanto moradora da região aponta para outro evento específico como responsável por transformar um rio piscoso em um curso d'água estéril:

Tu sabe o que fez essa sujeira? De não prestar mais essa água aí desses tempos pra cá? Foi a FACEPA. Quando ela abriu as comportas com aqueles venenos todos, aí não prestou mais. Era uma fedentina, uma fedentina. Eu queria que tu visse o estrago de tanto peixe. De tanto peixe que morreu nesse igarapé. A gente ia pra pegar com paneiro, eles tavam rodando, aqueles traíra assim grande, Jeju. Tudo peixe do Igarapé, do rio. A gente pegava, abria ele, já tava podre. Eles vinham e já tavam podres, com a força daquele veneno da FACEPA. Aí quem que ia comer? Ninguém. Acho que nem urubu comia, porque tava envenenado.

Neste ponto as narrativas de Dona Barroso, de Seu Jorge Luís do capítulo 1 se entrecruzam, mostrando percepções diferentes sobre algo em comum, isto é, os impactos ambientais causados pelas ações de instalações industriais como a FACEPA. Sabe-se que esta fábrica de papel existe até hoje situada no Bairro da Sacramento às margens do Canal São Joaquim, do qual o igarapé das lembranças de Dona Barroso era um afluente. Isso evidencia a memória coletiva do lugar sendo construída como propõe Halbwachs (2006), isto é, como a soma das memórias individuais apresentando diversas perspectivas sobre a memória histórica e sendo mediadas por diferentes instituições sociais.

Além do mais, o caráter sistêmico e interligado da unidade de análise reforça a decisão metodológica pela Bacia como universo de pesquisa ao invés do bairro. Sujeitos Dona Barroso e Seu Jorge Luís podem não se conhecer ou fazer parte de comunidades diferentes, mas suas experiências são mediadas pelo mesmo canal ou sistema drenante. De modo

semelhante, Alexandre e Antônio Carlos (apresentados no capítulo anterior) estavam implicados da mesma forma em relação aos alagamentos que acometem ambos. Pois se gigantescos assoreamentos se formam na montante do Canal 3 de Maio (em frente à casa de Alexandre) impedindo o fluxo da água de maneira adequada, é de se esperar que a água se acumule na jusante, ou seja, no local onde Antônio Carlos mora. Logo, os impactos sofridos em uma parte do curso ou do sistema são sentidos em outros locais ao longo da Bacia e esses efeitos são narrados por diferentes sujeitos que, por meio de suas narrativas, expressam uma parcela da memória ambiental da Bacia do Una.

Para Dona Barroso, é a figura de seu pai a pescar que está encadeada à imagem do antigo igarapé, hoje desaparecido sob casas, pontes, lixo, aterramentos e estrangulado pelas obras de urbanização que esqueceram a Nova Aliança. No entanto, em nossa primeira caminhada por aquelas estivas e vielas o igarapé ainda ressoava na memória daquela senhora de 81 anos. Ela evocava a presença física de um igarapé inexistente, mas cuja duração na memória se dá pela constatação de que "a água continua vertendo pra cima". Mesmo aterrado, o igarapé não está morto continua ali debaixo das casas, "crescendo, crescendo". "O que acontece quando a água encontra a terra? A água cresce", dizia Dona Barroso.

3.3.3 Dona Gatinha e a Água Cristal

As atividades do Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém continuaram durante o primeiro semestre de 2013. No dia 26 de março de 2013, houve uma cerimônia de instalação de uma sede do Fórum no prédio da Assembleia Legislativa do Pará. Estas reuniões eram oportunidades para me atualizar nas discussões sobre alagamentos, examinar os discursos sobre o tema – inclusive de representantes do poder público – e, logicamente, estreitar as relações com os interlocutores da pesquisa. Eu já era cumprimentado por pessoas que se lembravam de mim de reuniões anteriores. Havia, inclusive, interlocutores como Seu Jorge Luís e outros os quais eu já havia visitado em seu local de moradia. Também já me era familiar Mariana, uma jovem mulher que na primeira reunião do Fórum havia se identificado como moradora da Comunidade Água Cristal.

Da primeira vez que ouvi Mariana falar no Fórum, dois fatos chamaram-me atenção. Primeiro, apesar de fazer parte da Bacia do Una, a Água Cristal é uma área de ocupação recente: há apenas 12 anos um grupo de pessoas havia se apossado ilegalmente de um terreno da COSANPA no Bairro da Marambaia, situado no encontro das águas do Canal São Joaquim e do Canal Água Cristal. Segundo, Mariana contou que apenas no ano anterior a Comunidade

Água Cristal havia sido reconhecida pela Prefeitura Municipal de Belém como parte da planta da cidade. Antes disso, a comunidade não existia oficialmente.

Guardadas as proporções, Mariana estava falando de um processo de ocupação, conquista e domesticação de um território na cidade de forma bastante semelhante ao que seu Jorge Luís narrou sobre o Conjunto Santos Dumont na década de 80 e ao que Dona Barroso contou sobre uma área no Bairro da Sacramenta nos anos 60. A diferença é que as palavras de Mariana falavam sobre eventos que ocorriam já nos anos 2000, evidenciando o modelo de urbanização no Brasil tal como notado por Teresa Caldeira (2013). Para esta autora, no Brasil – assim como em outros países do Sul Global – existe uma inversão nas etapas da produção do espaço urbano. Isso significa que, primeiro áreas são ocupadas para depois haver a implementação, mesmo que precária de alguma forma de infraestrutura urbana. Como a lógica da ocupação urbana por meio de favelas e baixadas consiste no estabelecimento de populações pobres em áreas desvalorizadas do ponto de vista imobiliário, o Estado pode demorar até 12 anos para se fazer presente de forma efetiva nestes locais, tal como aconteceu na Água Cristal.

Por intermédio de Mariana marquei minha primeira visita à Água Cristal em um domingo de manhã. O ônibus me levou a uma rua arborizada, pavimentada e com um grande canteiro onde são vistos parquinhos infantis e bancos onde pessoas já se juntavam para conversar às nove da manhã do domingo. Cléa, uma das comunitárias da Associação de Moradores do local, veio me buscar nas proximidades da parada de ônibus para me levar à Água Cristal. Andando poucos metros adiante na companhia de Cléa avistei um portão azul escuro do qual seguia um muro branco que separava uma grande área do que seria uma das estações de tratamento de esgoto da COSANPA que estava fora de funcionamento. Entre um conjunto habitacional de classe média, o muro branco da COSANPA cumeado de arame farpado e o Canal São Joaquim, a comunidade se ergue como um enclave urbano que contrasta com tudo que existe ao seu redor. Do outro lado do Canal já está o bairro da Sacramenta. Mais adiante, limítrofe com a comunidade e separado por um muro, se encontra o Parque Ambiental Água Cristal, um dos subprodutos do Projeto Una.¹⁷

Ao entrar na comunidade, minha atenção foi capturada pela tubulação aérea que acompanhava os muros, atravessava as ruas e rodeava as casas. Estes canos de 25 milímetros e 50 milímetros levavam água às residências. A rua estreita é como outras que já vi antes:

¹⁷ "Este trabalho compõe-se, conforme indicado em seu título, de dois estudos relativos ao PEMB [Parque Ecológico do Município de Belém], que é uma unidade de conservação situada dentro da Bacia do Una criada através de lei" (COSANPA, 2006, p. 54).

aterrada misturando areia e pedregulhos. A rua é aterrada, mas embaixo das casas a água se acumula com dificuldade para escoar. A luz elétrica era obtida por meio de "gatos", ligações clandestinas com a rede elétrica de dentro do terreno da estação da COSANPA. Esta fiação elétrica se liga a postes baixos artesanalmente construídos onde é possível notar um emaranhado de fios que podem funcionar como chamariz de incêndios. Na ocasião Cléia contou-me que a cerca em espiral no cume do muro branco da COSANPA seria eletrificada, o que aumentaria ainda mais o risco de incêndio no local. No entanto, esse impasse foi solucionado de forma satisfatória pela comunidade e os administradores da COSANPA.

Cheguei à sede da Associação dos Moradores da Água Cristal na qualidade de um visitante ilustre. Afinal, estava acontecendo o café da manhã do dia das mães e o lugar estava repleto de mulheres e suas crianças todas sentadas em cadeiras alinhadas em forma de auditório. O único homem presente além de mim era o DJ que comandava a festa com hinos de louvor. Não havia mais lugar para sentar. Fui apresentado seguidamente a tantas pessoas que depois de certo tempo era impossível lembrar os nomes. Atrás da farta mesa do café da manhã encontrei lugar para mim. Dali eu tinha uma visão panorâmica do salão, observava o trabalho das mulheres da associação e tinha uma vista dos quintais das casas. Estes eram verdadeiros "deques", quintais de madeira suspensos sobre as águas onde se misturam mato, dejetos sanitários e resíduos domésticos que são despejados pelas residências.

Uma das mães presentes nesta comemoração era Fernanda. Sabendo sobre meu trabalho, ela disse-me que eu poderia conversar com sua mãe, uma das moradoras mais antigas do local. Quando retornei à Água Cristal pela segunda vez tive a oportunidade de conhecer melhor a comunidade. Minha guia era Dona Gatinha, a mãe de Fernanda. Ela esteve entre os primeiros moradores que ocuparam aquele terreno. Em nossa entrevista ela me falou sobre como chegou a Belém:

Eu morava em Viseu, interior de Bragança. Aí tu sabe de ver a situação... a gente não tem emprego, meus filhos eram tudo pequenininho. Eu trabalhava numa roça de arroz, tinha uma máquina velha dessas aí que eu ainda tenho até hoje, que eu costurava pros outros, ganhava um tostãozinho. E eu com um barrigão me metia na lama, na roça de arroz tirando. E os meus filhos todos pequenininhos em casa. Aí, primeiro, essa daí veio pra Castanhal trabalhar numa casa de família. Aí depois a Adriana veio pra casa da madrinha dela com problema de saúde [...] Aí elas não quiseram mais ir pra Viseu. Aí essa aqui, que é a minha comadre, que do pai a mãe é esposa do padrinho dela, pediu pra ir pra Marituba pra morar com ela e ela veio.

Aí eles começaram: "Mamãe, venha pra cá!" Aí eu: "Ah, eu não gosto de Belém!" Naquele tempo eu era nova, tava trabalhando, "ah, eu não gosto de Belém, gosto aqui de Viseu, do interior, tem o meu peixinho, o meu caranguejo na hora", não é gelado como aqui (risos). Aí: "Não vou!" Aí o

meu marido quis e nós resolvemos vir. Mas só que a gente não tinha casa. A gente veio pra morar alugado num quartinho com esse bando de menino. Só filho eu tenho doze, meu amigo! Só filho eu tenho doze! Só que não tá tudo comigo, já casou, já tem pouco. Aí eu arrumei um caminhão, o meu marido veio e eu fiquei. Eu chorava todo dia pra ele não vir. Que eu queria ficar, mas eu disse: “Não, eu tenho que ir”. Tava meu marido e meus filhos, aí eu vim.

Os primeiros anos de Dona Gatinha em Belém foram repletos de dificuldades. Suas filhas jovens foram absorvidas pelo mercado de trabalho da capital como empregadas domésticas. Dona Gatinha e o marido Ivanildo, no entanto, tiveram maiores problemas. Ele havia sido pescador em Viseu e sabia o ofício de barbeiro. Porém, Seu Ivanildo não possuía um ponto para cortar cabelo em Belém. Dona Gatinha, que trabalhara desde os 9 anos de idade como doméstica na cidade mais próxima de Viseu, não desejava voltar a exercer essa profissão. Porém, diante da necessidade acabou aceitando um emprego como lavadeira de roupas em uma casa de família.

Antes de morar na Água Cristal, Dona Gatinha e sua família viveram no bairro da Marambaia, tendo depois se mudado para o bairro do Entroncamento, ambos no limite de Belém com sua zona metropolitana. Após o Entroncamento retornaram ao Bairro da Marambaia em um conjunto habitacional chamado União, já próximo do lugar onde moram atualmente. Dona Gatinha conta que em todos esses lugares a família morou de aluguel e em condições precárias, na medida em que habitavam cubículos que mal abrigavam todos os seus filhos. No entanto, um dia lhe surgiu uma oportunidade:

Aí disseram: “Tão invadindo a área da COSANPA!” Então disseram. Minha nossa! Era uma ex-nora, ela até já foi embora. “Dona Maria, Dona Maria, tão invadindo a área da COSANPA, a senhora não quer pegar?” Eu saí correndo, aí na beira do canal era tudo cheio de lama, não tinha o asfalto. Saí correndo, peguei o terçado que tinha lá em casa e saí. Aí foi que eu vim pra cá e que eu peguei aqui. E aqui, a gente sempre tá aqui.

A trajetória de Dona Gatinha na Água Cristal mostra que invadir uma área na cidade é apenas o início de um longo processo que demanda tempo e trabalho. Após a ocupação, é necessário o esforço de manter-se num local que, além de não possuir nenhuma estrutura urbana, não pertence legalmente aos ocupantes. Dona Gatinha falou brevemente sobre suas experiências logo após chegar à Água Cristal:

Isso aqui era só mato, isso aqui. Aí o pessoal invadiram aqui, e quando invadiram me avisaram. Quando eu cheguei aqui, o pessoal tava invadindo isso aqui tudo, vieram aqui por dentro. Aí ainda não tinha esse quadrado

aqui, aí eu peguei e marquei esse quadrado aqui. Aí o Jair e o pessoal: “Ah por que que a senhora invadiu tudo isso aqui?” Aí eu falei: “Por que minha família é grande”. Aí eu dividi com meus filhos. Aí os meninos foram e limparam, cada um pegou e limpou o seu pedacinho. Aqui é cinco casas, é uma, duas, três, quatro, cinco, mais a minha. Eu ia fazer a casa assim. Mas aí, como a mulher invadiu aí e a rua ficou muito longe, eu fiquei presa, não tinha saída. Aí eu peguei e afastei a minha casa pra cá, deixou a rua e aí fizemos.

Isso aqui, meu irmão, a gente sofreu muito. Era feito uma empanadilha que eu encerava, eu passava a noite inteira com uma vela. Eu passava a noite toda aqui, com uma vela acesa, com um enceradinho aqui, pra guardar o pedaço de terra pra gente. Aí eu fiz esse barraco com essa madeira, essa madeirinha vagabunda, um quarto de quatro por quatro. A gente morava alugado aqui na União. Aí essas meninas queriam vir pra cá e eu briguei, até nós vir pra cá. Aqui eu pegava água do outro lado do canal. Eu enchia dois camburão grande pra deixar, pra poder ir trabalhar e deixar pros meninos. As meninas é que faziam tudo.

E a gente não tinha banheiro, a gente fazia a nossa precisão em sacola, jogava no canal. Assim que era a nossa vida, sofremos muito pra conseguir isso aqui.

Aí o Jair, coitado, que foi um homem, era um rapaz que morava lá do outro lado e se interessou por tudo, pela gente e nós fizemos coleta e compramos o fio, puxamos a luz do outro lado do canal pra cá! Puxamos a luz dessa energia. Aí ficamos. Haja a emendar fio de telefone, aí nós ficamos aqui, morando. E aí o Jair lutando, lutando, lutando, ele foi invadindo, invadiu esse pessoal todinho.

Após a ocupação, o processo de conquista do território passa por algumas etapas. A primeira, conforme contou Dona Gatinha, é simplesmente garantir o domínio do lote desejado. Para isso, é necessário que nunca se deixe o lote sob o risco de perdê-lo se alguém entender que está ocupado. Esta etapa também é marcada pela negociação das dimensões do lote com os vizinhos, o que para Dona Gatinha foi justificado por ela possuir uma família numerosa. Isso acontece pela natureza da ocupação ilegal, cuja condição é justamente a relativização ou obliteração do regime de propriedade ou das leis de uso do solo. Para os ocupantes, no entanto, é o uso do solo que justifica tanto a invasão como a repartição dos lotes entre eles.

Após a delimitação dos lotes as ruas são traçadas, e não o contrário. As casas começam a se erguer e os moradores se organizam coletivamente para obter os serviços de água e luz, mesmo que de forma precária. A energia foi obtida a partir de ligações clandestinas com a rede pública. A água chega até as casas dos moradores da Água Cristal através de um sistema de encanamento elaborado artesanalmente para “puxar” a água das zonas urbanizadas mais próximas. Apenas recentemente a CELPA instalou medidores de energia na comunidade. No entanto, as reivindicações por saneamento básico e segurança no

local prosseguiram enquanto estive em contato com lideranças comunitárias da Água Cristal com Fernanda e Mariana.

Terminada a entrevista que eu estava realizando, Dona Gatinha convidou-me a andar pela circunvizinhança. Bastante popular na comunidade, Dona Gatinha conduziu-me por entre as fronteiras simbólicas construídas entre os moradores do local, levando-me por áreas consideradas "vermelhas", isto é, de alta periculosidade. Uma dessas áreas está situada na encosta do muro que separa a comunidade do Parque Ecológico Água Cristal. Subi o muro para olhar a área verde do parque e encontrei uma imensidão de terrenos cobertos por uma vegetação que cresce em solos alagados. Do outro lado, próximo ao muro, o lixo se amontoava.

Algumas casas ligavam seu esgoto sanitário a canos que perfuravam o muro para despejar os dejetos dentro do Parque Ambiental. Aproximo-me de uma dessas casas para tirar uma foto e sou advertido por uma moradora. Uma mulher de aspecto cadavérico e em trajes sumários sai da casa. Branca, tem a pele castigada pelo sol. O globo ocular esquerdo desapareceu, deixando a órbita vazia em carne viva. Ela chega perguntando por que eu estou tirando fotos da sua casa. Tento explicar que é para um trabalho da universidade e digo que se for da vontade dela eu posso excluir a foto que acabei de tirar. Neste meio-tempo chega Dona Gatinha dizendo que estou com ela e que a foto não vai para o jornal. Afastamo-nos e conforme a distância aumenta, Dona Gatinha me explica: "Aquilo ali é uma boca de fumo".

Figura 18 - Dona Gatinha e Comunidade Água Cristal

Fonte: Acervo próprio.

Passei o restante do dia na residência da família de Dona Gatinha, onde aconteceu um churrasco regado a muita cerveja. Pude interagir com sua família sem deixar de prestar atenção ao modo como se desenvolvia a relação com a água para consumo humano que chegava àquela casa. A água não tinha força para chegar a pia que ficava no quintal onde era lavada e preparada a comida. Era preciso uma bomba para fazer com que a água subisse pela débil tubulação até a torneira. A mesma tubulação atravessava quintais submersos por água da

chuva misturada com os dejetos que caem dos banheiros das casas. Aliás, esta é uma característica do fornecimento de água não só na Água Cristal, mas em grande parte da periferia de Belém, onde a água não encontra pressão suficiente para chegar a locais mais altos como as torneiras das pias e os chuveiros.

Comi de sua comida e bebi de sua água. Passei mal nos dias seguintes com diarreia. Uma amiga me aconselhou a levar minha própria água mineral quando eu fosse fazer trabalho de campo nestes locais. Para mim, no entanto, era necessário interagir com o elemento hídrico a partir da ordem do sensível (SANSOT, 1986), para além da busca de seus significados através de uma da simbologia das águas (ELIADE, 1972). A cor, o odor, o sabor e a textura da água só são apreendidos por meio da experiência direta com este líquido vital. Era preciso receber um copo d'água nas mãos e logo saber que aquela água não se enquadra nas minhas concepções de "limpeza" e "pureza", sem esquecer, no entanto, que aquela é a qualidade da água consumida diariamente por grande parte dos habitantes da Bacia do Una e da cidade de Belém.

Nos dias que se sucederam à visita na Água Cristal meu corpo sentiu os efeitos da qualidade da água ingerida. A breve enfermidade da qual sofri não possuía apenas marcadores ambientais, mas sociais. O mal-estar físico era a expressão das desigualdades sociais e dos contrastes dos serviços de saneamento oferecidos no centro da cidade e na baixada onde fica a Água Cristal.

Estes contrastes em relação aos níveis de saneamento e infraestrutura urbana serão mais bem examinados nos capítulos que seguem. Até o momento, enquanto apresentávamos os personagens e o campo de pesquisa, os problemas de transbordamento de canais ou acúmulo de água no interior das quadras foram apenas mencionados. Os capítulos seguintes mostrarão dados etnográficos e reflexões mostrando como as diferentes áreas do mosaico de territórios da Bacia do Una reagem de forma distinta diante do eterno retorno das chuvas. A partir das experiências dos interlocutores desta tese serão discutidos aqueles se apresentam como uma das principais expressões das desigualdades urbanas em Belém: as inundações e alagamentos.

Mapa 1 - A experiência etnográfica na Bacia do Una em 2013

<https://www.sendspace.com/file/ww7jhl>

CAPÍTULO 4

4 A INCLEMÊNCIA DO INVERNO AMAZÔNICO

As imagens deste capítulo preparam o(a) leitor(a) para as discussões que compartilho na continuidade. Porém, a intenção de um capítulo composto “apenas” por imagens não é simplesmente ilustrar as situações descritas pelos interlocutores no que diz respeito às suas experiências constantes com alagamentos. Embora as imagens complementem ou até mesmo excedam os significados comunicados pela escrita, elas apresentam suas realidades próprias quando relacionadas a contextos e biografias dos sujeitos das narrativas. A inteligibilidade dessas imagens não se dá sem a compreensão das temporalidades do processo de sua produção e recepção (KOSSOY, 2002). Ao fotografarem suas ruas, suas casas e os canais transbordantes, interlocutores desta pesquisa tiveram que primeiro identificar e elaborar o problema que compõe o registro fotográfico. Em seguida, a criação do registro corresponde a uma representação, isto é, uma interpretação da realidade que é percebida nas escolhas – conscientes ou não – de enquadramento, ângulo, iluminação e etc. Finalizando este processo e ao mesmo tempo apontando para um recomeço, observa-se o compartilhamento e circulação dessas imagens que são reinterpretadas e enriquecidas com mais camadas de entendimento¹⁸.

As fotografias presentes no capítulo foram tiradas em sua totalidade por habitantes da Bacia do Una. Seu objetivo, antes de tudo, foi de documentação¹⁹ da situação de vulnerabilidade em que se encontram no que diz respeito a alagamentos. As imagens apresentam intencionalidade eminentemente política. Trata-se de instantes que demonstram a subjetividade do fotógrafo, ao mesmo tempo em que denotam a função fática das imagens em busca de engajamentos, sensibilização da sociedade civil ou mobilização de autoridades públicas. Antes de integrarem esta tese, essas fotografias já estiveram presentes em documentos oficiais, assim como em apresentações nas audiências públicas e eventos científicos protagonizados por habitantes da Bacia do Una. Pode-se dizer que já constituem imagens de domínio público e que em um sentido mais amplo são parte integrante de um patrimônio etnológico (ROCHA, 2008) de Belém e da relação dessa cidade com suas águas.

Ao mesmo tempo, não se podem separar essas imagens de seu contexto de produção. É necessário lembrar que elas fazem parte de um grande acervo montado por cidadãos da Bacia do Una em um processo visceral de documentação de suas próprias condições de vida.

¹⁸ O processo descrito em muito se aproxima das mímeses conforme discutido por Ricouer (1992). Na medida em que as fotografias são recortes espaço-temporais, elas também constituem formas de subjetivação e internalização do tempo. Contar uma história através de uma única imagem ou de um conjunto de fotografias implica o reconhecimento de um campo simbólico, das regras de expressão desses símbolos, assim como a criação de novas intrigas narrativas por parte do receptor a partir do que este vê nas fotos.

¹⁹ Sobre a imagem documental, Cf. Kossoy (2002) e Rocha e Eckert (2001).

As fotografias circulam no interior de uma rede e sua autoria nem sempre é reconhecida ou reivindicada, embora pela convivência eu possa identificar algumas imagens com seus autores. Por exemplo, as fotos das páginas 127 e 128 mostram a casa de Alexandre, enquanto que na página 139 o que aparece é a casa de Antônio Carlos. O senhor com o corpo parcialmente submerso na página 125 é seu Armando, marido de Neide, uma das vizinhas de Alexandre que sempre o acompanha em reuniões e audiências públicas. As duas últimas imagens do capítulo também pertencem a Neide. As fotos da página 131, por sua vez, são de Lurdinha, outra vizinha de Alexandre, que me mostrou essas imagens capturadas pela câmera do seu celular quando nos conhecemos.

O trabalho de Rechenberg (2012; 2014) sobre álbuns de família e a prática do retrato entre populações negras e de baixa renda em Porto Alegre, oferece reflexões teóricas e metodológicas sobre como antropólogos devem proceder em relação às imagens produzidas pelo Outro. A autora aponta para existência de certos “códigos de visualidade” relativos ao ato de representar-se a si mesmo e que relevam projetos e motivações, bem como as relações entre classe social, identidade étnica e poder econômico e social (RECHENBERG, 2014, p. 21). Assim como as imagens produzidas em campo pelo etnógrafo, as fotografias produzidas pelos interlocutores ou parceiros de pesquisa não estão a documentar apenas a realidade de um fato ou objeto. Na medida em que o ato fotográfico não é somente um processo técnico, mas também de criação subjetiva, o que se registra na fotografia é, antes de tudo, uma relação entre o fotógrafo e o assunto que é registrado. No caso das populações belemenses afetadas por inundações e alagamentos, o evento documentado mostra uma relação com o espaço de pertencimento e, num sentido mais amplo, a relação entre essas pessoas e o saneamento básico ou a experiência cotidiana com o Estado em suas margens.

Utilizar os registros da própria população sobre alagamentos – em vez dos enquadramentos da mídia impressa, digital ou televisiva – permite o contato com formas distintas de expressão sobre o público e o privado nas situações de alagamento. Não se trata da perspectiva de um observador externo que vem de seu bairro para registrar o alagamento na periferia. Ao invés disso, as pessoas que me cederam suas imagens estão fotografando sua própria casa, sua rua, seus vizinhos. O que aparece no ato de registrar seu testemunho é a sua subjetividade e, sobretudo, a sua corporalidade na captura da imagem. O exame das perspectivas empregadas nas fotos muitas vezes revela uma parte do corpo do fotógrafo já submersa, quando não o desespero e a impotência de alguém que observa, da janela de sua casa, o canal a transbordar e o nível das águas a se elevar.

A organização das imagens no capítulo corresponde a uma “montagem” (GODOLPHIM, 1995), isto é, um encadeamento que tem a intenção de narrar o percurso das águas dos canais, passando pelas ruas até o interior das residências. Fora de ordem cronológica, os conjuntos de imagens buscam expressar a continuidade entre as experiências vividas em pontos diferentes da Bacia e não a continuidade temporal dos eventos em si. Entretanto, em nível documental as imagens são acompanhadas de legendas que indicam a sua localização e o ano do registro. A observação das datas e dos locais dos alagamentos indica a repetição indefinida desses eventos na vida cotidiana nas áreas baixas da cidade.

Meus sinceros agradecimentos aos autores das fotografias: Ana do Socorro Sousa Fonte, Antônio Carlos Pantoja Soares, Elias Nonato Cunha da Silva, Erivan Oliveira, Eugênia Vitória Pereira Furtado, Gianhy Gomes Dias, José Alexandre de Jesus Costa, Luis Claudio Matheus Lima, Maria de Lourdes Lima de Abreu, Michel Costa, Paulo Machado, Ronaldo Borges e Lucineide de Oliveira Souza.

4.1 O Canal

Figura 19 - Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. 2011



Fonte: FMPBU, 2011.

Figura 20 - Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. 2011



Fonte: FMPBU, 2011.

Figura 21 - Canal Antônia Nunes na Passagem Professora Antônia Nunes entre a Avenida Governador José Malcher e a Rua João Balbi, Bairro de São Brás, Sub-bacia I do Projeto Una. 2010



Fonte: FMPBU, 2010.

Figura 22 - Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. 2011



Fonte: FMPBU, 2011.

Figura 23 - Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. 2005



Fonte: FMPBU, 2005..

4.2 A Rua

Figura 24 - Rua João Balbi entre Travessa 9 de Janeiro e Passagem Professora Antônia Nunes, Bairro do Umarizal, Sub-bacia I do Projeto Una. Área de influência do Canal Antônia Nunes. 2008



Fonte: FMPBU, 2008.

Figura 25 - Avenida Pedro Miranda nº 215, Vila Maria de Fátima entre Travessas Curuzu e Antônio Baena, Bairro da Pedreira, Sub-bacia IV do Projeto Una. Área de influência do Canal do Galo. 2013



Fonte: FMPBU, 2013.

Figura 26 - Alameda da Conquista, nº 51, Passagem 22 de Novembro, Travessa Antônia Baena entre Avenidas Pedro Miranda e Marques de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Área de influência do Canal do Galo. 2013



Fonte: FMPBU, 2013.

Figura 27 – Passagem Professora Antônia Nunes entre Avenida Governador José Malcher e Rua João Balbi, Bairro: São Brás, Sub-bacia I do Projeto Una. Área de influência do Canal Antônia Nunes. 2012



Fonte: FMPBU, 2012.

4.3 A Casa

Figura 28 - Casa nº 5, Vila Freitas, Travessa Antônio Baena entre Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro: Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2005



Fonte: FMPBU, 2005.

Figura 29 - Casa nº 5, Vila Freitas, Travessa Antônio Baena entre Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval no bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2005



Fonte: FMPBU, 2005.

Figura 30 - Casa nº 1415, Rua João Balbi entre Travessa 9 de Janeiro e Passagem Professora Antônia Nunes, Bairro do Umarizal, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal Antônia Nunes. 2013



Fonte: FMPBU, 2013.

Figura 31 - Casa na Avenida Antônio Everdosa entre as Travessa Curuzu e Antônio Baena no Bairro da Pedreira, Sub-bacia IV do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2013



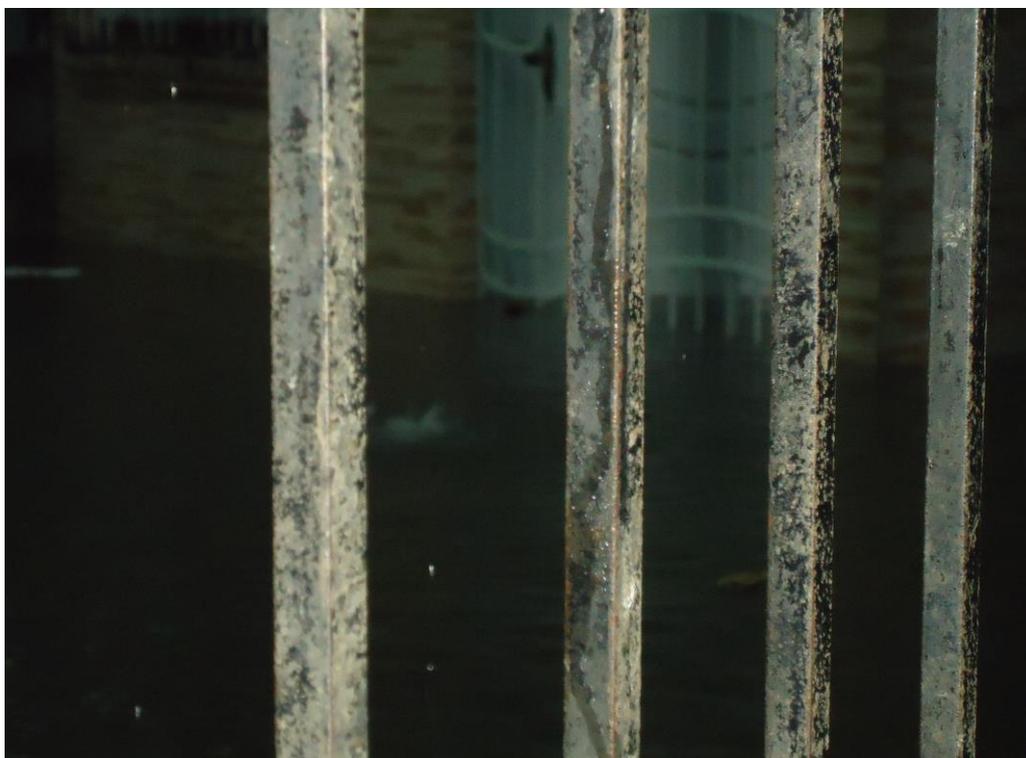
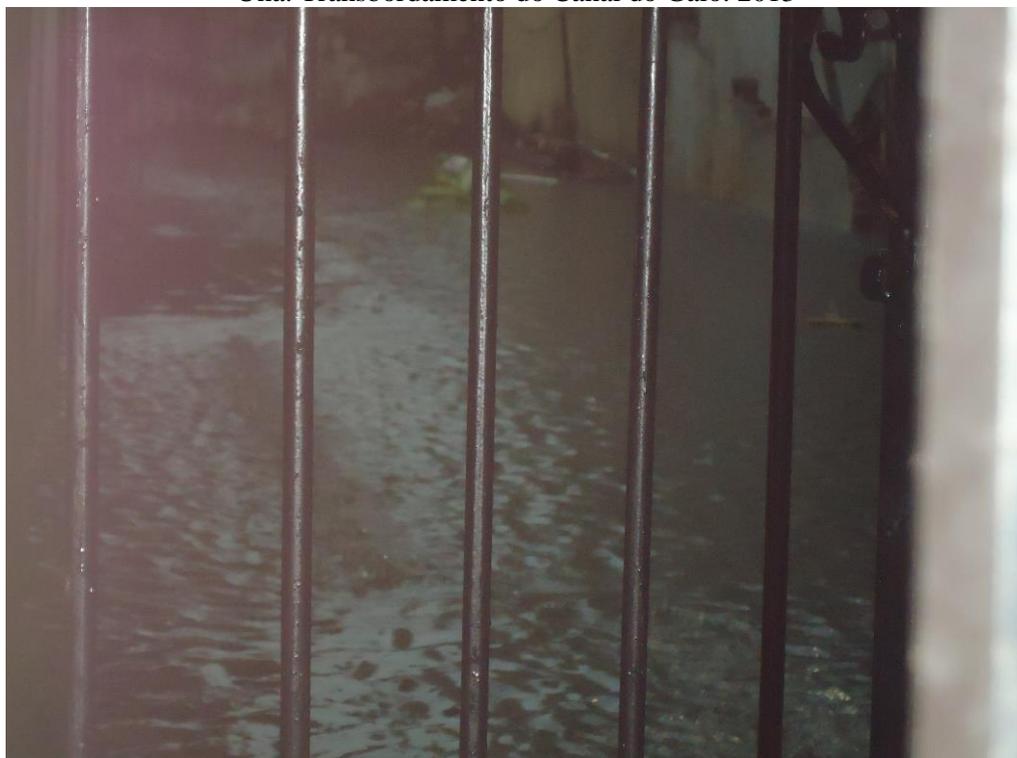
Fonte: FMPBU, 2013.

Figura 32 - Casa nº 402, Travessa Antônio Baena entre Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval no Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2013



Fonte: FMPBU, 2013.

Figura 33 - Casa nº 51, Alameda da Conquista, Passagem 22 de Novembro, Travessa Antônia Baena, entre as Avenidas Pedro Miranda e Marques de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una. Transbordamento do Canal do Galo. 2013



Fonte: FMPBU, 2013.

CAPÍTULO 5

5 O INVERNO ESTÁ CHEGANDO: ALAGAMENTOS E INUNDAÇÕES NA BACIA DO UNA

Até o presente momento construímos a rede de interlocução etnográfica, delineando alguns dos aspectos significativos das experiências dos parceiros de pesquisa em sua relação com seus lugares de pertencimento. O presente capítulo adiciona outras camadas de experiência e significados às imagens apresentadas no capítulo anterior, no que diz respeito à presença na chuva no cotidiano dos habitantes das áreas baixas da capital paraense. A memória ambiental da Bacia do Una, nesse caso, se expressa em narrativas que apontam para a longa duração da convivência com as chuvas e suas consequências, o que se repete indefinidamente também no presente.

Proponho que a lógica do tempo cíclico (DURAND, 2002) e do eterno retorno (ELIADE, 2000) das chuvas não se aplique apenas à sazonalidade dos tempos chuvosos, mas a variados aspectos evocados pela experiência com as chuvas. A cobertura da mídia de massas, por exemplo, repete as mesmas histórias e enquadramentos ano após ano. Em áreas urbanizadas onde a princípio não há risco de inundação, os moradores mais antigos ainda temem o retorno das grandes águas. Ao mesmo tempo, há persistência de alagamentos em vários pontos da Bacia do Una e o ciclo das chuvas acontece paralelamente à reprodução contínua de segregação e marginalização dessas áreas em relação ao alcance dos serviços oferecidos pelo poder público e equipamentos urbanos. Além disso, o ciclo chuvas também enseja outra forma de retorno, isto é, o retorno do rio que fora transformado em canal, o retorno da vida em paisagens hídricas aparentemente estéreis, enfim, o retorno de um espaço domesticado ao *status* natural.

5.1 Primeiras Aproximações: os Enquadramentos de Inundações pela Mídia de Massas

A cada ano Belém passa por alagamentos que, na sua grande maioria, ocorrem na periferia da cidade. Com as chuvas de inverno e as marés grandes, os canais transbordam trazendo água contaminada e poluição para as ruas e para dentro das casas. Estas imagens circulam diariamente em jornais e programas televisivos durante o inverno, captando a atenção do belemense médio a respeito destes lamentáveis incidentes que ocorrem nas baixadas.

As representações midiáticas sobre alagamentos foram aquilo que primeiro chamou minha atenção sobre o universo no qual eu passaria a conduzir minha pesquisa etnográfica.

Por isso, inicio este capítulo examinando estes enquadramentos da mídia de massas sobre o assunto, inclusive como uma forma de dramatizar o percurso intelectual que deu origem às reflexões presentes nesta tese. Nesse sentido, o trabalho de Gregory Button (2002) serve de inspiração e guia para este tópico, uma vez que enfoca as narrativas de conflito em casos de desastre ambiental. Na polifonia destas narrativas, encontra-se a mídia, cujos discursos seriam formas contemporâneas de objetos de reflexão clássicos da Antropologia (BUTTON, 2002, p. 145). Seu *status* epistemológico aproxima estas narrativas das fofocas e causos, pois nelas não se expressam necessariamente a verdade, mas formas de articular e difundir interpretações sobre aspectos significativos da vida social.

Com o decorrer da pesquisa e maior envolvimento nas redes de pessoas, lugares e instituições que formam o universo da Bacia do Una, foi possível perceber que a veiculação destas imagens de um cotidiano alagado possuía uma dinâmica própria em relação à sazonalidade das chuvas na capital paraense. Isso significa que a primeira e a segunda grande inundação do ano ganham a primeira página dos principais jornais da capital. Do terceiro alagamento em diante, o grande público começa a perder interesse pelo assunto. O que era manchete principal na primeira página passa a ocupar o miolo dos jornais. Quando o inverno acaba, tudo isso é esquecido apenas para ser lembrado no ano seguinte como parte de um ciclo ininterrupto de estranhamento, conformação e esquecimento.

Afinal de contas, todos os anos a história se repete. Alagamentos são apresentados como eventos sazonais (porém nem sempre) e inevitáveis que fazem parte do cotidiano das baixadas e proximidades de canais. A mídia impressa mostra as mesmas fotos das mesmas ruas alagadas como se os repórteres já nem se dessem ao trabalho de ir a campo e recorressem a imagens e textos de arquivo. A televisão espetaculariza a pobreza e o sofrimento mostrando pessoas a se lamentar pelos móveis perdidos e pela casa arruinada. Essas imagens, no entanto, são produzidas apenas para consumo local. As inundações urbanas em Belém constituem uma das muitas manifestações deste problema que atinge diversas cidades do Sul Global. Elas não se enquadram no perfil de catástrofe que ganha as manchetes nacionais ou que mobiliza as Organizações não governamentais (ONGs) de ajuda humanitária. Os governos não decretam estado de calamidade pública. Trata-se apenas de tragédias silenciosas que se repetem cotidianamente e cujos resultados devastadores vão sendo construídos em um processo contínuo de longa duração.

Por estas razões, os alagamentos em Belém são eventos facilmente banalizados pelo senso comum que é alimentado pela profusão de imagens da mídia impressa e digital. Os alagamentos acabam por ser enquadrados como uma quinta-essência das condições de vida de

uma parcela da população, e não como uma questão urbana eminentemente política que exige uma abordagem sistemática e crítica.

A ausência de abordagens sistemáticas nas narrativas midiáticas pode ser compreendida como um sintoma da inadequação do formato das notícias ou da linguagem telejornalística que não permite o aprofundamento em questões complexas como os alagamentos urbanos. Por outro lado, está em jogo o que Button (2002, p. 146) chama de “enquadramentos”, isto é, o foco central que determina a matriz interpretativa através da qual uma história é contada, o que resulta de disputas ideológicas em torno de como construir e veicular a informação nas sociedades contemporâneas. Em casos de dano ambiental como inundações, as narrativas midiáticas procuram controlar a produção de significados em torno de quem culpar e a quem compensar pelo desastre ocorrido. No esforço de produzir conteúdos acessíveis para um grande público, a mídia não apenas veicula imagens e valores que aderem ao senso comum, mas também se nutre da percepção pública sobre os eventos que busca narrar.

Sendo assim, existe certo número de ideias que circulam pelos principais jornais impressos e televisivos, as quais podem ajudar a lançar uma luz sobre os focos interpretativos da mídia paraense sobre inundações. Alguns destes enquadramentos são direcionados à irrefutabilidade da natureza amazônica, isolando-a de aspectos sociais e governamentais. Trata-se, por exemplo, da ideia bastante difundida e aceita de que o transbordamento dos canais é resultado de infelizes coincidências entre as marés altas e a incidência de chuvas nos meses de inverno. Outra abordagem consiste em ressaltar a excepcionalidade da chuva em relação ao evento em questão. Após a inundação de 2005 foi dito que naquele ano ocorrera a chuva do século. Em 2013 os jornais declararam que os alagamentos daquele ano eram resultado da maior chuva que Belém recebera em 15 anos. No entanto, alagamentos ocorreram igualmente em todos os anos entre 2005 e 2013.

Outro enquadramento bastante comum gira em torno da inadequação dos sítios e assentamentos urbanos onde ocorrem alagamentos numa tentativa de articular os prejuízos materiais às características geográficas da cidade. Nesse sentido, aponta-se para a construção espontânea e sem anuência do poder público de casas em terrenos inadequados para moradia. Logo, as pessoas sofreriam com alagamentos porque ocuparam áreas suscetíveis ao impacto de chuvas e marés. Articula-se esta ideia ao reconhecimento de que Belém estaria localizada em terrenos baixos em relação ao nível do mar, sendo assim inevitáveis alagamentos. Estas afirmações são, em parte, verdadeiras, sobretudo diante de ausência de políticas habitacionais em Belém ao longo do século XX (FERNANDES JÚNIOR, 1989). Porém, são insuficientes

para justificar a ocorrência persistente de alagamentos em áreas que receberam vultosos investimentos em urbanização e macrodrenagem.

Por fim, existe o enquadramento que se realiza através de uma linguagem ambientalista (LEITE LOPES, 2006) a qual busca distribuir a responsabilidade pela preservação do meio ambiente com os moradores das áreas de influência de canais na Bacia do Una. Esta perspectiva é transformada em uma questão de cidadania, sendo mediada por discursos que evocam a necessidade de uma “educação ambiental”. Assim, coloca-se em evidência o fracasso das políticas públicas de contenção de inundações em Belém como resultado da não observância de postulados de higiene e manejo de resíduos por parte da população pobre que já foi alvo de intervenções sanitaristas. É o que aparece no trecho da edição eletrônica de 09 de janeiro de 2011 do Jornal O Liberal:

Em quase todos os grandes centros urbanos, a obstrução de galerias, sarjetas e canaletas são as principais causas de alagamentos. "O lixo é, sem sombra de dúvidas, o nosso maior problema. Todo ano desperdiçamos um recurso que poderia estar sendo investido em saúde, educação, para contornar os estragos provocados pelo lixo que é despejado irregularmente nas ruas", diz a Secretária. Até o final deste mês, a Prefeitura deverá criar um departamento para fiscalizar as irregularidades e lançar uma campanha educativa para evitar que mais lixo vá parar nos canais e bueiros.

A Sesan investe anualmente em operações de limpeza dos canais e redes pluviais e se depara com outro problema: a transformação irregular da rede em esgoto sanitário. "Durante as manutenções, não é raro constatar que muitas pessoas quebram a tubulação para fazer ligação clandestina das fossas com a rede pluvial, que, é bom que se diga, não é esgoto. Por isso também o problema do mau cheiro nos canais", explica Pilar Nogueira.

Desde setembro, a ação de limpeza dos bueiros e drenagem dos canais foi intensificada. É a chamada "Operação Inverno". Até o momento, já foram recolhidas 20 mil toneladas de resíduos: computadores, sofás, fogões, geladeiras, colchões, pneus e até vaso sanitário. A medida, no entanto, nem sempre resolve o problema. "É comum que, uma semana após a limpeza, a situação volte a ser o que era", diz a Secretária.

A campanha que a Prefeitura pretende lançar até o final do mês quer justamente chamar a atenção da população para o problema do lixo e sua relação direta com os alagamentos do inverno. "Todo esse lixo vai parar na drenagem e impedir o escoamento da água da chuva", repete Pilar Nogueira²⁰.

Assim, uma das ideias mais difundidas pelos meios de comunicação e aceitas pelo grande público é a de que os alagamentos acontecem em função do arremesso de lixo doméstico nos canais por parte da população que mora em seus arredores, o que reduz a

²⁰ PORTAL ORM. **Capital paraense sofre com 51 pontos de alagamento**. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=509355>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

capacidade de escoamento da rede de drenagem. Na internet, os sites de notícias permitem aos seus leitores que comentem sobre os fatos noticiados, permanecendo seus comentários visíveis para o restante do público. Os comentários de leitores que destaco a seguir dizem respeito ao noticiamento de uma manifestação que interditou um dos sentidos da Avenida Almirante Barroso. Os manifestantes, moradores de uma área sujeita a alagamentos por transbordamento de canal, buscavam chamar atenção da sociedade civil e da prefeitura sobre o problema de sua vizinhança²¹.

Figura 34 - Comentários



Fonte: Diário Online, 2014.

No jornal de meio-dia logo após a transmissão da notícia de mais um alagamento, são lidas notas emitidas pela Secretaria de Saneamento. Repetitivamente, consta nestas notas que o referido órgão municipal está realizando manutenção nos canais da cidade e que no último mês teria sido retirada certa quantidade (sempre divulgada em toneladas) de lixo e entulho dos mesmos. No entanto, raramente é mencionada a falta de manutenção nos canais da cidade ou as bacias hidrográficas, como será mostrado nos capítulos seguintes. Mencionar a falta de

²¹ Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-275331-moradores-fecham-almirante-barroso-por-melhorias.html>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

manutenção nos canais implicaria o reconhecimento da bacia hidrográfica enquanto um sistema hídrico cuja manutenção deve considerar a combinação entre seus aspectos naturais e a estrutura física das obras de drenagem já executadas.

Ao invés disso, primeiro as inundações são mostradas como eventos naturais em função de chuvas, marés e a topografia baixa da cidade. Naturaliza-se o problema, perdendo-se de vista a dimensão política da distribuição social de riscos ambientais na cidade. Segundo, a população mais pobre é culpabilizada pela situação de risco ambiental em que se encontra, pois é divulgado constantemente que os canais e galerias estão entupidos de lixo, apesar da prefeitura, pelo menos na Bacia do Una, não realizar manutenção dos canais de macrodrenagem. Investe-se em uma retórica elitista e de fácil assimilação segundo a qual “o povo é mal educado”. Por último, os alagamentos são apresentados como eventos isolados, ou seja, fala-se de comunidades alagadas, mas não de um sistema de drenagem deficiente.

Estes enquadramentos do problema das inundações, somados à omissão do poder público e à percepção comum sobre o assunto ajudam a reproduzir as condições a partir das quais os alagamentos são experimentados no cotidiano de Belém. Quando os habitantes da Bacia do Una começam a se mobilizar politicamente por melhores condições de saneamento, suas formas de resistência frente a um Estado ausente incluem a contra-definição deste problema em oposição aos enquadramentos oferecidos pela mídia e outras instituições sociais.

Enquanto isso, as chuvas se repetem indefinidamente, oferecendo um pequeno relance da elasticidade das experiências temporais com alagamentos.

5.2 Chove na Mena Barreto

Em meu quinto mês morando na Mena Barreto, as chuvas começaram a se intensificar. O mofo já percorria as paredes e as infiltrações começavam a aparecer. O excesso de água no sistema de drenagem pluvial provocou um refluxo que alcançou o ralo de meu banheiro trazendo de volta para o cubículo água suja e restos de comida descartados pelas pias de cozinha. Ainda assim, não era a água do canal do galo invadindo minha casa. Todavia, em residências próximas ao canal como a de Dona Lourdes, era a água do canal que procurava o caminho de volta através dos ralos. Como se buscassem reconquistar um território perdido, as águas atacavam as casas por todos os lados.

Quando chove na Mena Barreto, a primeira coisa que se ouve é o barulho das crianças correndo na chuva. Ouço seus gritos de euforia, seus passos rápidos debaixo da minha janela e quando olho para fora do *kitnet* vejo-as chutando a água empoçada e tomando banho nas

biqueiras que caem do telhado das casas. A chuva para as crianças é motivo de alegria e brincadeira. Estas crianças, se tiverem entre 8 e 12 anos, provavelmente cresceram no cenário que hoje é encontrado na Mena Barreto: as ruas aterradas e pavimentadas com espaço para correr e brincar, com meio-fio por onde escorre a água da chuva e alguns poucos pontos mais baixos onde a água se acumula formando pequenas "lagoas". É por aí que as crianças passam correndo e levantando a água com seus pés. Quando a rua se torna mais larga, é possível inclusive jogar futebol sobre o chão composto por blocos de concreto. Se com um chute mais forte a bola cai dentro do canal, paciência: alguém tem que entrar ali para pegá-la de volta, pois o jogo precisa continuar. A relação das crianças com a chuva evoca os aspectos lúdicos do contato com a água.

Muito diferentes são as atitudes dos adultos mais velhos nas ocasiões em que a chuva cai um pouco mais intensa do que o costumeiro. Enquanto as crianças corriam pela rua, minha vizinha Dona Júlia permanecia em sua janela com um olhar preocupado. Inquieta, olhava para o céu examinando a intensidade da chuva que caía e examinava a vazão e o volume da água que corria pelo meio-fio em frente à sua casa. Percebendo que Dona Júlia estava preocupada com os efeitos da chuva, dirigi-me a ela da minha janela. Começamos aquela conversa de vizinhos. Ela perguntou-me sobre uma tia minha que é muito sua amiga. Falamos do aguaceiro que caía. Perguntei-lhe se já tinha visto o canal transbordar. Ela disse que sim. Disse também que no passado a rua ficava inundada e a água chegava até o local onde estávamos. "Tomara que hoje não encha", concluiu. E realmente naquele domingo não houve inundação, muito embora no meio da tarde eu tenha ido até a beira do canal para constatar que faltava pouco para o seu transbordamento.

Pouco tempo depois tive a oportunidade de entrevistar Dona Júlia na sala de sua casa. A família de Dona Júlia é antiga e respeitada na Mena Barreto. Dona Júlia e seu irmão Ico são filhos da falecida Dona Nenê, que fora líder comunitária e principal responsável pela fundação da Comunidade Eclesial de Base ainda hoje existente na Mena Barreto. Durante a entrevista, Dona Júlia trouxe à tona parte da experiência relacionada às chuvas e inundações na Mena Barreto:

Aqui enchia, quando era essa época agora de março, abril, aqui enchia tudo. A água batia aqui [apontou para a parede uma altura que se aproximava de meio metro do chão]. Demorava três dias pra secar, a gente ficava esperando, eu, os meninos, a gente ficava tudo lá pra cima [no segundo pavimento da casa]. E com a água naquela altura, como é que a gente fazia pra comprar um pão, né? A gente esperava alguém passar e pedia. A pessoa trazia pela água mesmo. Mas era perigoso. Porque não dava pra saber onde era ponte e onde era água. Aí criança caía na água, velho caía.

Aqui era tudo ponte. Desde lá da Djalma. Aí depois aterraram até aí a entrada, mas aqui continuou ponte. A ponte passava aqui na frente. Aqui era uma vila de casas, não tinha tanta casa. Aí na frente onde é teu *kitnet* era um comércio, uma mercearia boa do pai da dona [dos *kitnets*]. O igarapé passava bem debaixo. Aí depois que passou por aqui a macrodrenagem, né, que abriram o canal e aterraram o igarapé. Isso foi muito bom pra gente, porque aqui era muito ruim. As casas não tinham esgoto, tudo do sanitário caía direto na água, né? Agora pensa no que acontecia quando enchia e a aquela água vinha toda pra cima...

A reação de Dona Júlia diante da chuva de domingo que eu também acompanhava da janela de casa mostrou as diferenças geracionais da relação com a chuva. Os habitantes mais antigos da Mena Barreto são pessoas calejadas pelas consequências das chuvas fortes de inverno. Para eles, a temporalidade do lugar é marcada por um antes e um depois da urbanização, pelo tempo das pontes que se contrapõe ao tempo do asfalto. Já nascidas no asfalto e chão secos, as crianças só conhecem o “depois” e a chuva é motivo de festa.

Mesmo após a Macrodrenagem do Una, antigos moradores como Dona Júlia guardam lembranças da subida do nível das águas, mantendo-se em um estado de constante alerta. Outro fator também contribui para a vigília de Dona Júlia em relação à chuva: vários moradores com quem conversei afirmaram que houve transbordamento do Canal do Galo em função da chuva nos anos anteriores, ou seja, posteriormente à conclusão das obras de drenagem na área. Um desses moradores foi Seu Laércio, o marido de Dona Lourdes:

Aqui já aconteceu umas três vezes, tem mancha pela parede aí. Da água entrar aqui e dava no meio da minha perna assim. Então essa água ela vai desembocar lá no Una. Tem o Una e tem o Jacaré. Tem duas comportas. Tem a do Una que é mais antiga e tem outra mais lá na frente. Eles abrem lá quando a maré tá vazando que é pra água ir embora tudinho. Porque se chover e não tiver escoamento, isso aqui alaga. A última chuva que deu aqui, eu levantei era umas três horas da madrugada. Porque eu sou assim: eu tô dormindo, mas eu me levanto pra ir ver como é que tá o nível da água. Essa água aqui ela nunca tinha lavado essa pista aí. Aí corri assim, entrou água bem aqui. Aí calcei uma bota cano longo e saí pela rua, saí por aí esperando a água descer.

A possibilidade de alagamentos, ainda que remota, justifica o desconforto de moradores como Seu Laércio e Dona Júlia diante da intensidade de uma chuva que demora a terminar. O medo das enchentes marca a subjetividade dos mais velhos diante da chuva e também imprime marcas na paisagem da rua. As casas são construídas em um nível mais alto que o da pista e em muitos casos observa-se a construção de muretas de proteção contra a invasão da água, mesmo que o transbordamento do Canal do Galo e os alagamentos não

sejam tão constantes quanto em outros pontos da Bacia do Una onde os canais hoje em dia estão transbordando com mais facilidade.

De tanto ver amigos de outros pontos da Bacia do Una sofrerem com alagamentos e por ouvir tantas vezes os relatos dos moradores da Mena Barreto que já tinham vivenciado a inundação de suas casas mesmo após o Projeto Una, acabei incorporando o estado de alerta constante comum a pessoas como Dona Júlia. Enquanto estive na Mena Barreto, o Canal do Galo não transbordou. Porém, a preocupação de que isso acontecesse me preencheu completamente. Se eu estivesse longe de casa enquanto chovia forte, não me tranquilizava até retornar à Mena Barreto. Quando estava em casa, a cada chuva eu me dirigia à margem do canal para olhar a movimentação das águas. Nessas ocasiões o canal ganhava volume e correnteza, levando-me imaginar o rio que ali um dia havia existido.

5.3 As Chuvas e a Renaturalização do Urbano

A literatura antropológica sobre catástrofes naturais possui vertentes que pontuam a importância de observar como as relações com a natureza e o natural são modificadas em eventos nos quais as pessoas experimentam extremos climáticos. Na medida em que desastres ocorrem nos interstícios entre natureza e cultura, eles tornam visíveis as maneiras pelas quais a natureza constitui a cultura e vice-versa (OLIVER-SMITH, 2002, p. 24). Pilar da formação do pensamento filosófico ocidental e do conhecimento científico, a distinção entre cultura e natureza enquanto domínios ontológicos distintos (DESCOLA, 2003) são sensivelmente afetados quando ocorrem desastres naturais. Nessas ocasiões os elementos naturais que se acreditava estarem “domesticados” retomam sua agência e se reapresentam se maneira agressiva e incontrolável na forma de terremotos e furacões ou desastres tecnológicos como vazamento de substâncias tóxicas e acidentes industriais²². No caso de Belém, uma simples tempestade pode transpor os limites impostos pelas tecnologias de drenagem e saneamento.

Em uma metrópole amazônica como Belém, onde a presença da água no cotidiano dos habitantes e no funcionamento dos equipamentos urbanos de saneamento tornam imprecisas

²² Sobre terremotos, destaco análise de Brown-Jeffy e Kroll-Smith (2009) sobre a recuperação do mercado econômico em San Francisco após o terremoto de 1906. A respeito do furacão Katrina, seus antecedentes e efeitos na cidade de New Orleans, conferir o trabalho de Freudenburg et. al (2009). Sobre a questão de desastres tecnológicos, Gregory Button (2002) examina os enquadramentos midiáticos sobre casos de contaminação de lençóis freáticos por substâncias tóxicas oriundas de uma fábrica em Boston e Veena Das (1995) analisa as representações sobre o sofrimento das vítimas do famoso vazamento de gás venenoso em Bophal, Índia.

as fronteiras entre cultura e natureza, inundações urbanas levantam suspeitas sobre a “não-naturalidade” da metrópole (COLTEN, 2005) ao mesmo tempo em que representam a reconquista da cidade pelos elementos naturais, no caso a água. Assim, as sensibilidades em relação à natureza e o natural diante da cultura são afetados, sobretudo, porque as certezas do controle dos seres humanos sobre o mundo natural são questionadas (HOFFMAN; OLIVER-SMITH, 2002). Nesse processo, não são apenas as subjetividades individuais que são atingidas. São postas à prova as formas de organizar as coisas no mundo dentro de uma cosmologia que separa natureza e cultura e que pressupõe o domínio de uma sobre a outra como condição de sua existência.

O trabalho de Susanna Hoffman (2002) sobre o grande incêndio de Oakland no estado da Califórnia, em 1991, chama atenção para alguns aspectos do simbolismo dos desastres e seu papel no colapso da dualidade ontológica. O referido incêndio ocorreu durante três dias seguidos em uma área urbana habitada por camadas médias e bem educada, deixando mais de três mil casas destruídas. Para a autora, o fogo selvagem e incontrolável expressava uma aguda oposição à cultura, representada naquele contexto pela paisagem suburbana residencial e planejada de Oakland (HOFFMAN 2002, p. 122). A desordem após o incêndio simbolizava o retorno ao caos natural. Havia inclusive o medo de que os animais domésticos que haviam escapado do incêndio e se perdido nos bosques tivessem se tornados selvagens (HOFFMAN, 2002, p.123).

O empenho em localizar os bichos de estimação e redomesticá-los se dava, em paralelo, ao esforço de reconduzir a paisagem arruinada do bairro de volta ao domínio da cultura. Isso significava limpar os estragos, plantar novamente os jardins e reconstruir as casas. Porém, este processo de recuperação também implicava em “culturalizar” o desastre por meio da produção de significados simbólicos sobre o ocorrido. Os efeitos do evento físico foram vivenciados através de experiências culturais como cerimônias e orações em que os moradores se reuniam no processo de recuperação do trauma do incêndio. Alguns moradores chegaram a criar pequenos altares para colocar objetos que haviam sobrevivido ao fogo como uma forma de reclamar da natureza os detritos do incêndio para situá-los novamente no domínio da cultura. Em meio à catástrofe provocada pelo fogo, os habitantes do subúrbio de Oakland reorganizavam seu cotidiano através do manejo das dualidades entre domínios ontológicos colapsados pelo desastre (HOFFMAN, 2002).

Em Belém, em vez do fogo, é a água que provoca destruição e tenciona as fronteiras entre cultura e natureza. A começar pelo desvanecimento da relação entre espaços públicos e privados que se dá em virtude das enchentes, quando a água do espaço público constituído

pelos canais de drenagem invade o âmbito privado das residências. Como pude observar em minha visita à casa de Alexandre logo após uma inundação, o cenário caótico provocado pela invasão das águas é caracterizado por uma inversão de lugares entre o que antes pertencia ao público e ao privado. Pois o que havia dentro da casa a água havia levado, tanto no sentido figurativo quando se trata de móveis outros equipamentos domésticos arruinados, como no sentido figurado, se considerarmos papéis, documentos, partes do assoalho, das paredes de madeira e pequenos objetos facilmente carregados pela água. Por outro lado, aquilo que pertencia ao fundo do canal fora trazido para dentro da casa, tal como lixo, lodo, dejetos sanitários e até mesmo animais como peixes e répteis. Após aquela inundação, Dona Raimundinha que mora há duas casas de Alexandre encontrou no seu quintal uma família de tartarugas. Nem ela e nem Alexandre sabiam dizer, no entanto, se os quelônios tinham vindo do canal que transbordou ou se era criação de algum outro vizinho.

A elevação do nível das águas e o transbordamento dos canais, além dos problemas sanitários e das perdas materiais decorrentes, trazem à tona o problema da convivência com animais indesejados trazidos pela inundação. Em uma de nossas entrevistas, Alexandre falava sobre como era a sua casa na época em que se mudou para a Vila Freitas. Enquanto falava sobre a drenagem da rua e da água que se acumulava embaixo das casas, lembrou-se de um episódio em que teve medo da presença de animais trazidos pela inundação:

Então, eu me lembro bem disso: foi em 85 que nós viemos pra cá. Nós viemos pra cá no dia 16 de dezembro de 1985. E eu observava que quando a minha mãe lavava a louça, debaixo da casa na direção da pia a água ficava limpa. Então eu via bem assim pedaço de tomate, bago de arroz que cai no ralo né? E eu me lembro que tinha. Eu achava que eram cobras, mas não eram. Eram muçuns, moréias. Então eu observava que eles ficavam ali comendo essa comida, esse resíduo. E aí eu pegava a bolacha creme-craque e jogava e eles comiam a bolacha. [...]

No dia 14 de abril de 1986 deu uma chuva. O Projeto Una, ainda não se ouvia falar em Projeto Una. [...] E aí eu me lembro bem disso, que a mamãe, a Dona Arlete nossa vizinha dizia: “Minha vizinha, está enchendo”. A mamãe com sono entendia ela dizer “Está chovendo”. A mamãe abriu a janela e disse “Eu já sei”. Mas a mamãe pensava que ela estava dizendo que estava chovendo. Então quando a mamãe acordou de manhã, que a mamãe tentou descer a escada, quando a mamãe pisou... Ela achou estranho o botijão de gás flutuando dentro da casa. E algumas coisas assim, panela, flutuando. E aí o quê que a mamãe faz? Ela bateu na parede me chamando: “Alexandre, Alexandre, lembra?” Aí quando eu me acordei, eu me sentei na cama e meti o pé na água. Aí: “meu Deus, água!” [...] Tá, e aí quando eu acendi a luz eu vi a água limpa e o meu sapato, um com a meia boiando e outro com a meia no fundo. O sapato do uniforme da escola. E aí o que me ocorreu naquela hora? Aquelas cobras, aqueles muçuns, aquelas moréias que eu dava alimento, “eles devem estar aqui dentro”!

A narrativa de Alexandre indica o estabelecimento de uma relação de comensalidade entre humanos e não-humanos, na qual os animais povoavam as franjas do espaço doméstico e se alimentavam dos restos de comida da família. Com a inundação, as fronteiras entre natureza e cultura são rompidas e a casa deixa de ser a morada humana de modo exclusivo. A tácita relação de comensalidade transforma-se em convivência indesejada quando humanos e não-humanos partilham da água como meio.

A época das chuvas também conduz outros seres selvagens às proximidades do espaço doméstico. Até os dias de hoje os jornais da capital repercutem notícias do aparecimento de ofídios trazidos pelas grandes águas da época de chuvas. Estes répteis são vistos geralmente nos taludes dos canais em meio ao mato e às vezes atravessando as vias marginais dos cursos d'água, chamando atenção dos moradores que acionam a imprensa e o corpo de bombeiros para capturar o animal. Entre as espécies encontradas com mais regularidade está a Jibóia (*Boa constrictor*), que não é peçonhenta e tem hábitos pacíficos, apesar de ser popularmente considerado um animal perigoso, podendo medir de dois a quatro metros de comprimento na idade adulta. A outra espécie encontrada com ainda mais frequência que a Jibóia é a Sucuri (*Eunectes marinus*), que também não é peçonhenta, mas mata por constricção, isto é, envolvendo o corpo da vítima e sufocando-a.

É possível, inclusive, encontrar notícias nos jornais em que estes seres invadem residências próximas a canais e cursos d'água colocando moradores em risco, especialmente crianças pequenas. Esta era a preocupação de Dona Barroso quando me contou sobre uma cobra que havia ficado presa debaixo de uma casa em uma das passagens da Nova Aliança:

Aqui na Santa Rosa, debaixo duma casa lá tem uma sucuri que a cabeça dela é bem desse tamanho! Eles viram um dia desse, viram um barulho: ela pegou um gato e engoliu! Um gato inteiro! Veio doze bombeiros e não conseguiram pegar ela, nem matar e nem pegar. Quando ela se mexe ali, sacode as casas lá. O bombeiro disse: “Não deixe criança brincar aqui”. Que ela engoliu um gato, como é que ela não pode engolir uma criança? Veio doze bombeiros e não conseguiram pegar porque eles vieram com um negócio pra jogar nela e ela só... Aí eles disseram que quando ela varar de novo é pra telefonar, que eles vem botar uma bomba e aí mata ela. Se secasse isso aí, como eu te disse, se botasse uma bomba pra puxar essa água aí, ela ia sair. Aí eles iam pegar ela, porque a água ia secar. Ela não ia ficar no seco. É um perigo aí, essa cobra. Ela tem esse tamanho aqui, a cabeça dela! Sabe lá a grossura do corpo dela. Se engoliu um gato... E eles moram em cima dela. Muito perigoso, eu nem te mostrei a casa que ela mora, que ela vive lá de baixo. Quando ela se mexe lá, treme a casa. Porque ela não é pequenina. E eles ficam nem aí, nem ligam, nem nada.

O relato de Dona Barroso oscila o real e o fantástico ao falar de um ofídio de dimensões consideráveis habitando sob o assoalho de uma casa na Nova Aliança. A fragilidade da casa que treme diante dos movimentos do réptil encadeia-se a outras imagens de um imaginário ligado ao simbolismo da queda e da decadência (DURAND, 2002). Neste sentido, a casa serve como metonímia à cidade de Belém, onde também há narrativas que contam sobre a existência de uma cobra gigante que habita os subterrâneos da metrópole. Este animal de dimensões fantásticas dorme sob a cidade, sustentando Belém sobre o seu corpo. Sua cabeça encontra-se nos subterrâneos da Igreja da Sé, enquanto que a ponta da cauda está sob a Basílica de Nazaré. O dia em que esta cobra grande acordar e vier à superfície será o mesmo dia em que terá fim o projeto civilizacional belemense.

Algumas interpretações do mito, como a do escritor paraense Walcyr Monteiro (2007) mostram que a cobra nada mais é que uma metáfora da procissão do Círio de Nazaré, que percorre exatamente o caminho entre a Igreja da Sé na Cidade Velha até a Basílica de Nazaré todos os anos durante o segundo domingo de outubro. O mesmo autor escreve que durante um pequeno tremor ocorrido na década de 80 em Belém, algumas pessoas cochichavam que era a grande cobra que estava se mexendo. De fato, a sucuri é um animal de proporções fantásticas, chegando a quase 20 metros segundo registros de espécimes encontrados. Não obstante, a Cobra Grande, Cobra Norato ou Boiúna são parte integrante de um imaginário fantástico amazônico, estando presente uma série de mitos e suas variações. Com um texto que se alterna entre o romance, o folclorismo, a etnografia e a narração de sua experiência enquanto habitante de Belém, Walcyr Monteiro (2007) chama atenção para o caráter cosmogônico e catastrófico do grande ofídio, expressando em narrativas uma das formas com que o imaginário transcendental amazônico sobre cobras grandes e boiúnas se manifesta no contexto belemense. Símbolo cíclico do eterno processo de criação, destruição e recriação (ELIADE, 2000), a cobra promete aniquilar a cidade, o que também pode ser compreendido como a devolução de Belém à natureza.

De todo modo, o relato de Dona Barroso aponta para o fato de que durante os invernos Sucuris são vistas com relativa frequência nas periferias, nos arredores de matas e nos canais que recortam a cidade, despertando fascínio, curiosidade e medo nos habitantes dessas áreas. Estes animais que habitam as margens dos rios e áreas verdes nas cercanias da cidade são trazidos para o interior da malha urbana pelas grandes chuvas, ficando presas no sistema de drenagem e procurando alimento próximo aos cursos d'água onde há lixo, ratos, animais domésticos e, alguns casos, crianças. No caso narrado por Dona Barroso, é possível imaginar que a Sucuri tenha vindo do Canal São Joaquim, ficando presa embaixo de uma casa após a

descida do nível das águas. O solo constantemente alagado da Nova Aliança, assim como a abundância de detritos domésticos e pequenos animais para servir de alimento podem ter constituído um habitat apropriado para a cobra.

Essas cobras surgem de dentro de canais que resultam de tentativas de síntese entre a cidade e a natureza, especialmente quando se busca incorporar rios e igarapés ao desenho urbano. Como foi visto no primeiro capítulo, os projetos de drenagem ocorridos em Belém até a década de 90 baseavam-se na criação de um sistema técnico para acúmulo e escoamento de águas pluviais. Estas grandes obras de engenharia se serviram dos leitos dos antigos rios e igarapés da cidade muitos deles já degradados do ponto de vista ambiental na época das intervenções em virtude de um processo de urbanização excludente que empurrou as camadas populares para áreas baixas e alagadiças (FERNANDES JÚNIOR, 1989). Hoje em dia o sistema de canais de macrodrenagem criado na Bacia do Una pouco se assemelha às paisagens hídricas do passado. Estas diferenças se dão tanto em relação à forma, quanto em relação à função. Os guarda-corpos separam o canal da rua com o intuito de afastar as pessoas das margens dos canais. Os taludes de concreto acentuam a presença dos canais enquanto uma natureza transformada e humanizada no interior da cidade. A aparência da água, débil e cinzenta, não convida à contemplação estética. Ao receber esgoto sanitário e lixo, a água dos canais tampouco se oferece ao banho ou à pesca.

Não é raro alguns moradores referirem-se ao canal como “vala” ou “valão”, sobretudo em contextos que trazem à tona a questão da sujeira e do risco de contaminação pelo contato com a água²³. Nessas ocasiões o canal é compreendido como um rio que morreu sacrificado por políticas públicas de urbanização e saneamento. Na ausência de uma síntese satisfatória entre a cidade e seus rios, o canal representou uma solução técnica para a instrumentalização da natureza pela cultura. No entanto, esse relativo triunfo da cidade sobre seus cursos d’água se deu através da negação dos rios e sua consequente substituição por uma rede de canais de drenagem sem outro propósito senão o de funcionar como uma bacia de contenção e escoamento da água.

O aparecimento de cobras e outros bichos nos canais na época de chuvas reconfigura o papel simbólico do canal. De um espaço estéril e transformado pelo homem, este se vê convertido em um lugar onde vida e natureza ainda podem emergir episodicamente. De fato, o cotidiano das pessoas que moram próximo aos canais é marcado por inúmeras tentativas de

²³ Tal foi o caso de Dona Lourdes (ver capítulo 2) logo após o marido perder uma perna, segundo ela, por entrar seguidas vezes no canal para retirar o lixo que bloqueava a passagem da água. As águas contaminadas infeccionaram uma ferida no pé de Seu Laércio, que é diabético, acarretando complicações e uma posterior amputação da perna.

renaturalizar esse espaço. Um artigo do Amazônia Jornal de 12 de março de 2011²⁴ revelava a existência de peixes no Canal da Avenida Visconde de Inaúma, no Bairro da Pedreira. O jornal dava destaque às “centenas” de tilápias (*Oreochromis niloticus*) que apareciam mortas na superfície do canal, sendo que as autoridades já começavam a investigar a causa da morte dos peixes. O pesquisador Wolmar Wosiacke, do Museu Paraense Emílio Goeldi, declarava ao jornal que os peixes podiam ter aparecido no canal escapando de tanques de piscicultura ou vindo da Baía do Guajará durante as enchentes. Como as tilápias se reproduzem rápido e toleram água com pouco oxigênio, o especialista afirmava que colônia de peixes não desaparecería completamente do canal. Segundo o artigo, apesar de advertidos pelas autoridades sanitárias a não se alimentarem daqueles peixes, os moradores já haviam incorporado as tilápias do canal em sua dieta.

De fato, as tilápias não desapareceram do Canal da Visconde de Inhaúma. Em uma de minhas visitas no local avistei um cardume. Cinzentas, de torso avermelhado e de vários tamanhos, elas nadavam nas águas claras e surpreendentemente límpidas do Canal da Visconde. Seu Alfredo, um morador de 85 anos que me acompanhava explicou o que acontecia: aqueles eram os resquícios do igarapé que existia antes na região. As águas cristalinas desse antigo curso d'água continuavam vertendo no leito do canal e nos quintais das casas de suas margens.

A presença de peixes no canal e sua retirada para alimentação reflete a tentativa dos moradores de renaturalizar as paisagens hídricas agonizantes na cidade. Em várias ocasiões os moradores buscam retomar esta relação com o canal que um dia já foi rio ou igarapé. Bosques de árvores frutíferas são plantados nas margens. Deques de madeira são erguidos sobre os taludes dos canais, onde os moradores tomam sua cerveja enquanto apreciam o “rio”. Casais namoram à beira dos canais e amigos se reúnem reproduzindo formas de sociabilidade ribeirinhas. O rio que foi negado pelas soluções técnicas de engenharia é evocado novamente nas práticas e eventos cotidianos daqueles que habitam próximo aos canais. O papel das margens dos canais é reconfigurado sob a lógica do magnetismo que as águas e a beira do rio exercem nas culturas ribeirinhas da Amazônia.

As grandes chuvas que geralmente ocorrem de dezembro a abril potencializam o retorno dos canais a um estado natural que não mais existiria. Porém não se trata apenas do fato de que as marés trazem vida a um ambiente estéril. O excesso de água durante o inverno

²⁴ PORTAL ORM. **Morte misteriosa de peixes.** 12 mar. 2011. Disponível em: <<http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=520996&%7Cmorte+misteriosa+de+peixes#.VWYwgc-4TIU>>. acesso em: 22 jul.i 2012.

também altera a percepção dos moradores sobre e separação entre cultura e natureza estabelecida nas intervenções urbanísticas ocorridas na Bacia do Una. Ao narrarem as experiências com inundações e alagamentos, é comum alguns moradores dizerem: “isso aqui virou um rio” – fazendo referência às mudanças na aparência e no comportamento das águas.

Pude vivenciar essa mudança no *status* do canal quando morei na Mena Barreto durante o inverno de 2014. No dia 03 de fevereiro, uma segunda-feira, a chuva na Mena Barreto estava forte e demorava a passar. Já havia criado o hábito de acompanhar a elevação do nível do canal durante as chuvas e assim o fiz naquela tarde. O canal havia aumentado bastante de volume e estava prestes a transbordar. A água tinha ganhado corpo e movimento. Olhando para as águas do canal que passavam depressa, avistei de longe uma pessoa que vinha em minha direção carregada pela forte correnteza. Assim que se aproximou mais pude notar que aquela pessoa era Cleiton. Meu conhecido da rua, Cleiton era um jovem de no máximo 22 anos que trabalhava fazendo pequenos bicos de limpeza de calçadas e valas e como auxiliar de construção.

Cleiton na verdade boiava nas águas do canal. Ele contou que pulava de uma ponte no outro quarteirão, deixando-se levar pela água que aumentava de volume quando uma chuva como aquela caía. Perguntei se ele não passava mal tomando banho naquela água. Ele replicou: "Eu aprendi a nadar nesse canal. O cara não pode perder a prática!" e saiu andando, dizendo que agora iria tomar um banho com sabão grosso em sua casa. Três crianças brincavam na pista que margeia o canal. Quando Cleiton foi embora, uma delas me disse: "Ele sempre toma banho no canal quando chove. A gente também tava tomando banho!" Repeti para as crianças a mesma pergunta que eu fizera a Cleiton, talvez por não tiver acreditado em sua resposta: “Vocês não passam mal?” E um dos garotos me disse: "Não, mas se o senhor for tomar banho, vai passar mal". Imaginei que ele estivesse certo quanto a isso. Ainda chovia e as crianças prosseguiram com seu jogo de futebol.

Para mim, o Canal do Galo na altura da Mena Barreto não constituía de forma alguma um ambiente adequado para banho. A proximidade do centro da cidade e a distância da Bacia do Guajará não tornavam aquele trecho do canal um espaço liminar entre o urbano e o rural como algumas áreas do entorno da cidade onde o banho no rio ainda acontece. Em relação à Mena Barreto, minha percepção sobre o local só me permitia enxergar o que havia de urbano naquele contexto, o que correspondia a uma intensa degradação da natureza percebida pela presença do lixo, pelo acúmulo de entulho e pelo despejo de esgotamento sanitário no canal. Tudo o que eu via era uma paisagem hídrica em flagrante declínio.

Para Cleiton, entretanto, o rio não parecia morto. Seu banho remetia à duração de práticas e a recorrência de eventos que evocam constantemente a presença de um rio ou igarapé que deixou de existir na medida em que foi transformado em canal. Porém, o banho de Cleiton mostrava que o canal podia virar rio novamente. Podia ganhar volume e correnteza. Podia alimentar-se com a água da chuva que dilui a sua sujeira e também podia ganhar a cor barrenta dos rios da região ao invés do usual tom cinzento-escuro. Com as chuvas, o canal adquire profundidade novamente e seu solo lamacento encontra-se a metros da superfície, onde os pés não podem alcançar.

Com o tempo comecei a perceber que o canal cheio d'água prestes a transbordar até apresentava certa beleza, um vislumbre do rio que já foi um dia. O ambiente transformado pela ação humana pode voltar ao estado natural, mesmo que apenas por uma tarde de chuva, evocando paisagens de outrora, antigas práticas e formas de sociabilidade trazidas à tona pela memória coletiva do lugar. Na Mena Barreto as crianças com quem conversei tomaram um banho no rio que um dia passou em frente à sua casa, mas que nunca chegaram a conhecer e Cleiton tomou banho no rio de sua infância onde aprendeu a nadar com seus amigos.

Em Belém, formas específicas de rearranjar cidade e natureza no processo de urbanização resultaram na negligência dos rios urbanos, quando muito no seu aproveitamento enquanto parte essencial de uma rede de drenagem. Como foram mostradas ao longo deste tópico, as chuvas não apenas provocam rupturas nos arranjos socioecológicos engendrados por políticas públicas de saneamento, como também conduzem espaços humanizados como os canais e suas marginais de volta à natureza. A “vala”, o “valão” e o “canal” se transfiguram em “rio” e “igarapé” e retomam o seu *status* anterior, mostrando como é dinâmica e relacional a denominação desses corpos d'água pelos habitantes da Bacia do Una.

As chuvas encadeiam a renaturalização dos canais sob uma perspectiva lúdica através de banhos no canal. Do ponto de vista do insólito e fantástico, as chuvas rompem as barreiras que separam o natural e o construído com o aparecimento e animais selvagens no interior da malha urbana. Porém, não se pode esquecer que o excesso de águas que caracteriza esses eventos também evidencia as deficiências estruturais de drenagem da cidade. No último caso, a renaturalização do ambiente é experimentada no cotidiano de maneira negativa, pois a ambiguidade da natureza se revela na medida em que ela deixa de se apresentar enquanto “mãe” para apresentar como “monstro” (HOFFMAN; OLIVER-SMITH, 2002) durante os alagamentos.

Nestas ocasiões em que a natureza se apresenta enquanto “monstro” causador de destruição e impossível de se controlar, fica evidente o quanto que catástrofes naturais como

inundações abalam a fé no progresso e colocam em evidência o fiasco tecnológico das cidades (HOFFMAN; OLIVER-SMITH, 2002) e de modelos de urbanização. Nesse contexto, a mídia televisiva e impressa, assim como outras instituições que veiculam discursos oficiais sobre questões sociais em Belém evitam abordagens sistêmicas sobre problemas urbanos como alagamentos. O perceptível desconforto com que o discurso público lida com estas questões está ligado à forma como o mito de progresso se articula às dinâmicas entre cultura e natureza na urbanização de Belém. Pois, se em alguns contextos sociais a modernidade enquanto ideologia se reflete no grau de domínio e interveniência de uma sociedade sobre a natureza (KAIKA, 2005), as falhas no metabolismo urbano que resultam em inundações expressam o possível fracasso de um projeto civilizacional. Diante deste quadro, os discursos oficiais voltam-se para os eventos desastrosos por eles mesmos e para a identificação de responsáveis pela situação, culpando as próprias vítimas de alagamentos – geralmente os pobres e mais vulneráveis à ação das águas – ao invés de questionar os modelos de intervenção nas paisagens hídricas postos em prática em Belém.

Portanto, após as inundações um número de habitantes da Bacia do Una não se vê apenas na urgência de retomar o controle sobre as suas vidas, mas também de se envolver na disputa sobre a produção social de significados sobre os alagamentos. Para alguns interlocutores desta etnografia, as estratégias para viver um cotidiano alagado e para lidar com os danos causados pela chuva são seguidas pelo engajamento em estruturas que buscam a melhoria da qualidade de vida na Bacia do Una e que refutam as interpretações oficiais sobre os alagamentos e suas causas. Como mostra o trabalho de Susanna Hoffman (2002) citado na abertura deste tópico, após o desastre surge a necessidade de ressignificá-lo e reculturalizar o cotidiano devastado pela força da natureza. Assim, para alguns sujeitos da pesquisa o esforço de ressignificação do desastre e da reculturalização do urbano consiste na politização do debate sobre inundações e alagamentos.

5.4 O Cotidiano Alagado: Táticas e Estratégias para Lidar com o Retorno das Chuvas

Quando comecei o trabalho de campo em Belém (PA) no primeiro semestre de 2013, as grandes chuvas de inverno já haviam começado. Naquele momento, eu estava interessado nas táticas e estratégias (CERTEAU, 1994) dos habitantes das margens dos canais para lidar com a invasão das águas em suas casas. Influenciado pelos trabalhos de Roberto Cappiotti da Silva (2013) e Débora Bueno Gomes (2011), procurava focar as redes de solidariedade entre vizinhos e parentes nas situações de calamidade causadas pelas inundações em virtude

dos transbordamentos dos canais da Bacia do Una. A etnografia para este caso permitiria observar a dimensão temporal do desastre (HOFFMAN; OLIVER-SMITH, 2002) como um evento de longa duração e produto de estruturas que não apenas precedem as inundações, mas que persistem e até mesmo se recrudescem após o evento desastroso. A adoção de uma perspectiva temporal em relação ao desastre contribuiria também para o distanciamento da abordagem midiática que enfatizava o arruinamento das casas e as perdas materiais imediatas em virtude dos alagamentos.

No inverno de 2013 as chuvas e seus prejuízos eram o mote para o início das conversas com aqueles que viriam a ser os interlocutores desta pesquisa. Isso acontecia porque os grandes temporais ainda estavam bastante recentes e seus impactos ainda eram vivenciados. Em 01 de fevereiro de 2013, quando realizei minha primeira entrevista com Alexandre no Sindicato dos Urbanitários, este falou sobre as chuvas. No entanto, o que se mostrava relevante para Alexandre naquele momento não eram as chuvas de 2013, mas as chuvas de 8 anos atrás ocorridas logo após o término das obras do Projeto Una.

Então, quatro meses após o projeto [Una] finalizado e entregue à Prefeitura a responsabilidade dessa manutenção [do conjunto de obras do Projeto Una], cai sobre Belém uma chuvada imensa. Imediatamente a mídia disse que foi a chuva do século. Isso foi num domingo. Dia seguinte, fotografei e tudo. [...]

O que aconteceu? Em 2006 de novo! “Opa, essa chuva não é a chuva do século!” Em 2005 a minha irmã fez um empréstimo. Nós suspendemos a casa numa altura descomunal, entendeu? Mas parte da casa. Parte. Não deu pra fazer tudo. Em 2005 mesmo. Em 2006 aconteceu outra chuvada, na mesma proporção, até maior em 2006. Em 2007 de novo, só que não uma chuva, mas várias chuvas. Porque até então alagava tudo no período entre dezembro e abril. Entendeu? Em 2008 de novo, outra vez.

Para Alexandre, não era o alagamento em si que constituía a experiência traumática, mas repetição do evento ano após ano que indicava o abandono da sua rua. Nesse sentido, a perspectiva temporal sobre o problema chama atenção para as omissões do Poder Público em relação à manutenção das obras de macrodrenagem realizadas na vizinhança de Alexandre. A exclusão da Vila Freitas em relação a serviços de saneamento não dizia respeito apenas à falta de manutenção do canal que aumentava o risco de alagamentos. Soma-se a isso o fato de que a sua rua não recebera asfaltamento permanecendo o antigo revestimento em terra. Esta terra acumulava-se nos bueiros e bocas de lobo do já sobrecarregado sistema de drenagem, dificultando ainda mais o escoamento da água nas situações de inundação. Também é necessário lembrar que a Vila Freitas não recebera sistema de esgotamento sanitário independente do pluvial, sendo lançadas as águas servidas e os resíduos dos vasos sanitários

no mesmo sistema que deságua no Canal do Galo e que retorna às casas durante as inundações.

O relato de Alexandre também aponta para uma das estratégias adaptativas bastante recorrentes para minimizar os efeitos negativos de inundações: a elevação do nível das casas. Trata-se de uma resposta individual a um problema coletivo, tendo como alvo a residência familiar. Nesse caso, as famílias, utilizam seus próprios recursos e muitas vezes realizam empréstimos como a irmã de Alexandre para conseguir modificar a estrutura da casa, adequando-a ao nível em que as águas chegam no inverno. Infelizmente para Alexandre esse nível foi superado em 2013 e sua casa ficou completamente vulnerável ao transbordamento do Canal do Galo.

Estive na casa de Alexandre logo após a grande chuva da quarta-feira de cinzas de 2013. A casa era dividida em duas partes, a parte alta e a baixa. O volume da água durante a última chuva havia atingido a parte alta. Os móveis que Alexandre havia conseguido salvar estavam elevados sobre tijolos. A geladeira havia sido arruinada, mesmo posicionada sobre uma estrutura de madeira para mantê-la a salvo de molhar-se. Alexandre então me conduziu à parte baixa da casa onde ficava uma sala com móveis estragados pela água e objetos de família, o que restara de sua cozinha e um banheiro. Uma perigosa escada com vários degraus ausentes ou em falso levava ao seu quarto no segundo piso, onde ele conseguiu amontoar uma parte de seus pertences. Ele não se envergonhava do estado em que sua casa se encontrava. Pelo contrário, queria que eu tudo visse e fotografasse.

Em um dado momento da tarde pedi a Alexandre um copo d'água. Ele disse que teríamos que ir até a casa de uma de suas vizinhas, Lourdinha. Naquele ano a água cobrira a pia de lavar louça da casa de Alexandre. Seus copos, seus tralhares e pratos tinham estado em contato com águas contaminadas. Sozinho após a morte da irmã e vivendo em uma residência arruinada pelas chuvas, Alexandre tomava água e fazia suas refeições na casa da família de Lourdinha. As duas famílias haviam se mudado ao mesmo tempo para as margens do Canal do Galo em meados da década de 80. Desde então, estabeleceram uma forte relação de amizade. Na casa de Lourdinha tomamos água, café e comemos pão. Aquela moradia também era elevada em relação ao nível da rua, mas não completamente, pois a água havia invadido o quarto de Lourdinha que se localiza em um nível mais baixo. Geralmente as famílias não possuem recursos para elevar todos os cômodos das casas, optando-se por construir um segundo pavimento ou elevar apenas uma parte da habitação que sirva como refúgio nas épocas chuvosas.

Com o tempo, Alexandre passou a tomar banho e fazer suas necessidades fisiológicas na residência da família de Lourdinha. As deficiências no sistema de drenagem na Vila Freitas fizeram com que a parte baixa da casa de Alexandre se tornasse permanentemente alagada mesmo quando não havia chuva. A sua fossa transbordara e os dejetos retornavam pelo vaso sanitário. Era necessário movimentar-se pisando em tijolos para não sujar os pés e o assoalho de madeira se deteriorava cada vez mais, pois agora estava constantemente submerso. Em uma das últimas vezes em que falei com Alexandre, via e-mail em março de 2014, este me contou que começava a mudança definitiva para a parte alta de sua casa.

A Vila Freitas exemplifica os casos de inundação e alagamento que ocorrem nas Sub-bacias I e IV do Projeto Una, isto é, áreas bastante próximas ao centro da cidade pertencentes aos bairros do Umarizal, Pedreira, Telégrafo e Fátima. Não obstante terem sido beneficiadas com o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, estas áreas continuam a sofrer com inundações. Em alguns casos semelhantes ao da Vila Freitas os alagamentos começaram a ocorrer após o término do Projeto Una. Bastante diferente é o caso de áreas da Bacia do Una como a Água Cristal, onde a atuação do Estado até o momento foi nula em relação a serviços básicos e equipamentos urbanos de uso coletivo. Porém, apesar das diferenças a Água Cristal e a Vila Freitas possuem em comum o mesmo problema de alagamento.

No inverno de 2014 a líder comunitária Paula mobilizava a Água Cristal em busca de assinaturas para um abaixo assinado que cobraria providências da Prefeitura de Belém em relação a deficiências no saneamento da área. Nesta ocasião visitei a Água Cristal a pedido de Paula para tirar fotos que pudessem constar no documento que a comunidade estava produzindo para ser entregue à municipalidade. Enquanto andávamos pelo local, Paula me convidou para ir à casa de uma de suas amigas. Fomos até Suely, uma dona de casa que morava sozinha. A casa de Suely era feita de madeira e bastante erguida em relação ao solo. Sua construção parecia recente, pois a madeira ainda estava nova. Do lado de fora, o seu assoalho era quase da altura de meus ombros. Em baixo da residência, água. Ao redor, o mato a separava das outras casas. Suely nos recebeu em sua casa com café e, entre outros assuntos, falamos sobre os alagamentos que estavam ocorrendo na Água Cristal:

Paula: O povo aqui já tá cansado de esperar só pela época da eleição. A minha cozinha, né Suely, a minha cozinha rachou, não foi? A minha cozinha rachou, Pedro, com a enchente que deu aqui. O chão era cimento! Rachou bem no meio assim. E agora a gente tem que ver como é que fica esse inverno aí pra gente poder aterrar de novo.

Mas aqui, a base que tu vê, tu não precisa ver nem a área toda, a nossa situação é essa.

Pedro: E a sua casa Suely, chega a encher aqui, que aqui já é mais alto, né?

Suely: Aqui em cima não enche, mas pro outro lado, pro lado onde já é baixo, chega quase lá na beira. Pra cá não, que o menino fez alta justamente por causa disso. Uma vez deu uma chuva, encheu que eu não vi nada. Foi ano passado, não foi?

Paula: Foi ano passado.

Suely: Foi em fevereiro do ano passado?

Paula: Foi na época da chuva. E até agora esses dias, que pra cá não encheu, mas dentro da minha casa encheu. E é o que eu tô falando pra ele: agora eu já vou ver se eu já começo a aterrar. E aterro, devido a essa época aí, eles tão metendo a mão. É 120, 130, 140. Tu não encontra mais aterro de 100 reais não.

Da mesma forma que aparece no relato de Alexandre sobre os prejuízos causados por inundações, Paula também apresenta o problema da canalização dos recursos domésticos para a manutenção da moradia prejudicada pela ação do excesso de água. Porém, se Alexandre conseguiu alterar parte da estrutura de sua casa, Paula recorre de forma bem mais precária ao comércio informal de aterro obtido em construções e obras privadas. O aterro deverá ser espalhado pelo chão da casa de modo a corrigir a rachadura provocada pela água e elevar o nível do piso, quem sabe minimizando impactos de futuras chuvas.

Outra estratégia para se precaver e mitigar os efeitos negativos das chuvas de inverno consiste na construção de casas bastante elevadas em relação ao solo, tal como a casa de Suely que visitei acompanhado por Paula. Esse procedimento é mais viável em uma área de ocupação recente (os primeiros moradores começaram a ocupar a área há aproximadamente 12 anos) e não urbanizada como a Água Cristal, onde consequentemente os moradores ainda possuem maior agência em relação à produção social do solo, ou seja, possuem maior controle sobre o traçado das ruas, o aterramento das mesmas, a delimitação de lotes, bem como a localização e o padrão das construções. As casas sobre palafitas com assoalho de madeira também podem ser elevadas e reconstruídas com menor custo e com reaproveitamento de material, o que pode indicar maior capacidade adaptativa (EAKIN et al., 2014) das unidades familiares em relação a inundações.

A observação participante e conversas informais realizadas durante a etnografia indicam que grande parte das pessoas que moram em áreas alagáveis tem como primeira reação a canalização de recursos domésticos para a elevação da própria casa de modo a escapar do contato com a água. Este é o caso da Vila Freitas onde mora Alexandre, onde as estratégias de adaptação às inundações não tem como alvo a comunidade como um todo ou o sistema socioecológico, e sim as moradias individuais.

Situação diferente se observa na Água Cristal, onde a agência dos moradores sobre o ambiente também é percebida na existência de um intrincado sistema de valas e desníveis que recortam a comunidade e fazem a água sob as casas e nos quintais escoarem em direção ao Canal São Joaquim. Este sistema improvisado de microdrenagem sofre mudanças e segue o fluxo de necessidades dos moradores do local. As valas se deslocam ou deixam de existir conforme as ruas e terrenos vão sendo aterrados, implicando a constante renegociação entre os moradores sobre os usos do espaço²⁵. Ali, os vizinhos ainda fazem mutirões para escavar valetas e aterrar as ruas, tal como fizeram há quase 40 anos os habitantes de outras áreas como a São Benedito no bairro da Sacramento (Capítulo 2), ainda situado na primeira légua patrimonial da capital. Assim, processos de ocupação e domesticação do solo se repetem no tempo, porém cada vez mais distante do centro da cidade – e também dos olhares do poder público. A matéria, no caso a água, continua motivando a geração dos mesmos gestos e formas (DURAND, 2002) que criam e recriam microcosmos na periferia de Belém em um eterno ciclo de expansão urbana e produção de novas margens do Estado (DAS; POOLE, 2004).

5.5 A Construção Social dos Riscos na Periferia

De forma semelhante à seca, seu oposto meteorológico, as inundações provocadas pelas chuvas amazônicas em Belém podem ser caracterizadas nos termos de Nelson e Finan (2009, p. 111) como “desastres contínuos”, na medida em que se repetem sazonalmente no inverno e cuja ocorrência é previsível. Há anos em que o nível das águas se eleva mais do que em outros, mas não existe uma referência a estes episódios como “a grande inundação de 2013” ou de “2005”, por exemplo. É mais fácil que os moradores se lembrem com exatidão dos anos em que não ocorreram alagamentos, ao invés do oposto. Isso quer dizer que as inundações urbanas em Belém não são experimentadas como situações atípicas que demoram anos para acontecerem novamente. Também não se trata de desastres nos quais ocorre um evento específico que expõe a fragilidade das defesas de uma cidade contra catástrofes naturais, tal como ocorrera em New Orleans em 2005 (COLTEN, 2006).

O que se percebe em Belém é a inundação como uma ruptura que se repete regularmente, isto é, como uma experiência de longa duração que demonstra a situação de

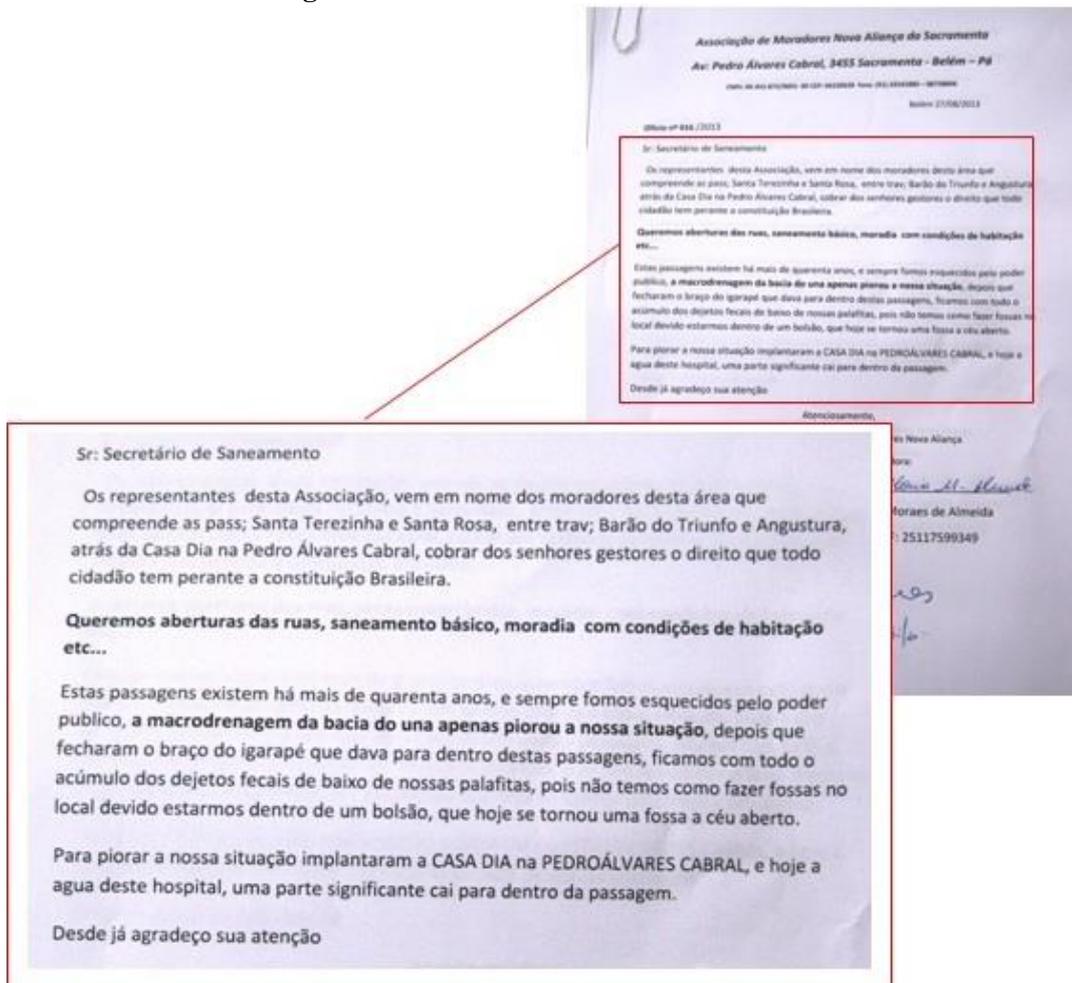
²⁵ Em situações normais esta drenagem artesanal conduz lentamente a água estagnada para fora da comunidade. Porém, a Água Cristal ainda se configura como um terreno baixo em relação aos seus arredores. Com as chuvas, o precário sistema se sobrecarrega e o nível da água empoçada se eleva, invadindo as casas.

abandono de uma parcela da população que se vê exposta aos riscos de invasão da água de forma crônica. Em relação a outros contextos, as inundações de Belém se distinguem pela menor extensão dos danos materiais e humanos em cada evento em particular, mas também pela maior regularidade com que estes eventos se repetem. Como vimos anteriormente, esse quadro se perpetua por uma série de fatores, tais como a responsabilização das vítimas e a inércia política diante de um problema que com o tempo foi banalizado pela opinião pública. Por estas razões, como veremos adiante, as narrativas dos interlocutores deste trabalho sobre alagamentos são, em sua maior parte, curtas e relacionam a força destruidora da chuva a outros aspectos de infraestrutura urbana que são ausentes nos lugares inundáveis.

Durante os invernos de 2013 e 2014 as chuvas continuavam a cair, manifestando sua agência física e simbólica. Elas causavam prejuízos, mas também mobilizavam adesões políticas e reivindicações coletivas de direitos. Tal foi o caso de Alexandre e Antônio Carlos com a Ação Civil Pública movida contra a Prefeitura e o Governo do Estado em virtude da falta de manutenção nas obras de macrodrenagem. Também foi o caso de Paula, que tentava envolver seus vizinhos e o pesquisador na produção de um dossiê sobre os alagamentos e prejuízos na Água Cristal. Por vezes, essas iniciativas resultavam na associação com políticos locais, na criação de fóruns para discussão sobre o problema dos alagamentos em Belém – conforme veremos de forma mais aprofundada nos capítulos adiante – e no comparecimento a audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa ou pela Câmara de Vereadores.

Em uma dessas ocasiões encontrei Glória, agente de saúde e representante comunitária responsável por me levar até a área da Nova Aliança no Bairro da Sacramento. No dia 27 de agosto de 2013 uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Belém reuniu lideranças comunitárias, vereadores, o secretário de saneamento e técnicos envolvidos no Projeto Una e no mais recente projeto de macrodrenagem, o da Bacia da Estrada Nova. Naquele dia Glória portava um ofício que iria ser entregue ao Secretário de Saneamento Luiz Otávio da Motta Pereira. Neste documento, Glória buscava enquadrar o déficit de saneamento na sua comunidade nos termos dos direitos dos cidadãos da Nova aliança:

Figura 35 - Trechos do documento de Glória



Fonte: Acervo próprio.

Observa-se que, por mais que os alagamentos tenham motivado a presença de Glória no evento em questão e tenham suscitado a aproximação da líder comunitária com autoridades municipais, no ofício em questão não há referência a alagamentos. Estão presentes, sim, reivindicações de cunho infraestrutural para a área baseadas nos direitos de acesso à moradia digna e ao saneamento básico. Também chama atenção no trecho do ofício destacado a percepção dos moradores da Nova Aliança sobre os impactos do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una em suas condições de vida. Ao direcionar a rede de drenagem da circunvizinhança para os grandes canais escavados durante a fase de obras do projeto, a Macrodrenagem aterrou os pequenos igarapés que recortavam os quarteirões recebendo os dejetos das casas em sua água corrente, transformando o local em mais um bolsão de alagamentos. As casas da Nova Aliança, além de isoladas no meio do quarteirão e situadas em um nível topográfico mais baixo, também não receberam esgotamento sanitário ou pluvial.

Com o bloqueio do escoamento de seus dejetos, a Nova Aliança tornou-se o que está descrito no ofício: "uma fossa a céu aberto".

O mesmo se percebe no depoimento de Seu Jorge Luís na primeira reunião do Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém²⁶, ocasião na qual ele falou sobre o Conjunto Santos Dumont:

O meu nome é Jorge Luís Figueira de Oliveira, tenho 60 anos, moro no Bairro da Maracangalha, Passagem João de Deus número 12. Essa área, por incrível que pareça, está bem no centro da execução do projeto Una. Mas, gostaria que os companheiros fossem dar uma olhada no que ficou feito lá bem no centro da quinta bacia do Projeto Una. Certo? O que aconteceu: foram feitas as aberturas e as marginais do Canal São Joaquim, foi reformada e feita a [avenida] Júlio Cesar, foi construído o Conjunto CDP e foi reformado o Promorar e Providência²⁷. É um bloco de obras que foi feito durante o Projeto Una, né, e executado pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Belém. Onde é que eu moro então, se foi feito obra nessa área toda? Eu moro exatamente na área Santos Dumont, onde é uma área que, por conta de questões políticas, que é uma história que precisa ser pesquisada, porque é um negócio meio confuso.

Essa área ficou estrangulada pelo projeto Una. Não foi dado um prego sequer na área. Foi, sim, construída uma bacia, que o pessoal chama lá de cuia. Porque ao elevar as marginais do Canal São Joaquim, ao elevar a Avenida Júlio César, ao elevar, fazer o aterramento do Conjunto CDP que era alagado, onde existia 16 igarapés. Teve que ser aterrado pra matar esses igarapés e dar a terra pras pessoas. Automaticamente, essa área ficou totalmente no fundo. E as águas de lá rolam pra onde? Só Deus sabe.

Então, nesse momento eu digo pra todos vocês que estão aqui: eu só estou nessa plenária porque eu saí antes da chuva, na primeira chuva de hoje. Se começa a chuva e eu estivesse em casa, eu não teria vindo pra essa plenária. Por quê? Porque não tem a mínima condição de sair de casa após a chuva. As ruas viram um rio. Mas não é um rio de águas límpidas. É de fezes. Porque uma área, por conta de ter ficado uma cuia, as fossas são abertas, são a céu aberto. E quando enche, automaticamente transborda. Então é assim que fica a área após e durante a chuva.

Seu Jorge Luís chama atenção para o fato de que o Conjunto Santos Dumont não apresenta um caso de inundação por transbordamento de canal, mas de alagamento por acúmulo da água oriunda das chuvas, fossas e residências por não haver escoamento

²⁶ O Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém (nome original da organização) foi criado por iniciativa da Vereadora Ivanize Gasparim e do Deputado Carlos Bordalo para discutir com a população sobre a questão dos alagamentos em Belém e, pelo menos a princípio, prestar o serviço de assessoria jurídica nos casos das ações individuais na justiça contra a Prefeitura Municipal por conta das perdas materiais e morais ocasionadas pelos alagamentos. Sua primeira reunião aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2013 no DASAC (Distrito Administrativo da Sacramenta). O Fórum e seus desdobramentos serão melhor explorados nos capítulos seguintes.

²⁷ Promorar e Providência são dois conjuntos habitacionais inicialmente construídos nos moldes dos projetos do tipo COHAB. O Promorar, inclusive, foi pensado como uma área de remanejamento para moradores que foram retirados do Canal São Joaquim durante a década de 80, quando foram realizadas as primeiras intervenções na Bacia do Una.

satisfatório na região. Por mais que sejam chocantes as imagens das fossas transbordando com a chuva levando dejetos para a rua e para dentro das casas, não é este o ponto principal do argumento de Seu Jorge Luís. Seu questionamento não diz respeito aos alagamentos em si, mas às deficiências do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e falhas no planejamento de obras de infraestrutura urbana que resultaram no esquecimento de uma área baixa rodeada por terrenos elevados, evocando a imagem da cuia, isto é, um receptáculo côncavo de líquido.

Paula, líder comunitária da Água Cristal também se posicionou de maneira semelhante a Seu Jorge Luís e Glória em uma reunião com a Vereadora Ivanize Gasparim ocorrida no dia 21 de maio de 2013 na sede do Sindicato dos Professores do Pará (SINPRO-PA). Ao tomar o microfone para se pronunciar após uma série de outras lideranças, Paula foi irônica ao falar sobre a situação da Água Cristal: "Lá o nosso problema não é alagamento... porque lá já é alagado!". A ironia das palavras de Paula aponta para o fato de que os alagamentos são uma entre muitas das preocupações dos moradores daquela comunidade, muito embora na época de inverno a chuva potencialize problemas já existentes como as deficiências de drenagem na área que deixam os solos encharcados durante o ano inteiro. A referida reunião havia sido convocada pela própria equipe de assessores da Vereadora com o intuito de ouvir os representantes comunitários sobre quais seriam as medidas prioritárias e emergenciais a serem tomadas em cada local atingido por alagamentos. O que fosse considerado como prioridade pelos moradores vítimas de alagamentos seria repassado ao Prefeito pela Vereadora em uma reunião privativa. No entanto, tudo era prioritário na Água Cristal, pois o ciclo metabólico da água naquela área estava comprometido em todos os seus níveis, desde o abastecimento até o descarte.

Os canais de diálogo entre comunidades e autoridades administrativas abrem-se sob o ensejo dos alagamentos, mas as prioridades dos indivíduos que vivem em áreas alagadas em relação às condições infraestruturais de seu meio podem variar. Em minha primeira visita à Nova Aliança na companhia de Glória, muitos moradores da área queixavam-se de outras formas de risco que faziam parte de seu cotidiano. Um exemplo era o emaranhado de fios elétricos no alto das casas representando o risco de incêndio. Outra moradora chamou minha atenção para a base corroída de um poste de metal, configurando o risco de queda daquela estrutura que poderia prejudicar construções e atingir pessoas. Ao lado deste poste também havia um fio elétrico solto e próximo ao solo, capaz de eletrocutar quem o tocasse. Isto sugere que os alagamentos são eventos que se repetem sazonalmente durante o inverno, mas os moradores do local convivem com riscos que perduram pelos doze meses do ano. Estes

múltiplos riscos, portanto, existem para além daqueles ligados à água, mas compõe o quadro social maior responsável pela vulnerabilidade do grupo em relação a alagamentos.

Percebe-se não apenas nas reivindicações de Glória e Seu Jorge Luís, mas também nas palavras de Alexandre, Paula e Suely que alagamentos são parte da superfície de um contexto social que oferece várias camadas interpretativas sobre como desigualdade social e crise ambiental se inter-relacionam no mundo urbano belemense. Subjacentes a estes casos de inundações e alagamentos na Bacia do Una estão processos de longa duração que resultam em segregação e marginalização de certos espaços da cidade em relação aos serviços oferecidos normalmente pelo poder público nas áreas mais nobres.

5.6 A Ecologia Política dos Alagamentos em Belém

É evidente que existe um desencontro entre os discursos das comunidades atingidas por alagamentos e a mídia de massas que noticia esses eventos. Enquanto a mídia dá mais atenção aos impactos de alagamentos, moradores e lideranças comunitárias chamam atenção para a construção social dos riscos na periferia de Belém. Esta última perspectiva trata o problema como um sintoma da distribuição da vulnerabilidade a inundações pelo território belemense e contribui para a discussão sobre um evento natural se combina a estruturas sociais maiores para produzir efetivamente um desastre (HOFFMAN; OLIVER-SMITH, 2002).

As cheias dos rios e sua coincidência com precipitações monumentais, por si próprias, não constituem necessariamente desastres. Na Amazônia, grandes porções de terra denominadas como “áreas de várzea” ficam submersas durante meses na época das grandes chuvas e marés. O trabalho de Roberta Ferreira Coelho (2013) sobre “ribeirinhos urbanos” na periferia da cidade de Manaus discute aspectos relevantes da relação entre seres humanos e a sazonalidade da presença das águas no seu cotidiano, inclusive do ponto de vista da memória. A partir do diálogo com seus interlocutores, em grande parte migrantes que antes viviam em nas margens do Rio Amazonas, a autora aponta para o processo de sedentarização desses sujeitos no meio urbano e cita algumas de suas antigas práticas para lidar com o aumento do nível do rio antes de se fixarem na cidade. Alguns de seus interlocutores trazem à tona suas estratégias de adaptação às inundações através da construção de casas elevadas e da migração sazonal para sítios de terra firme no meio da floresta. O nível das águas se eleva e submerge grande parte das áreas de várzea, mas essas transformações são incorporadas às condições estruturais de vida daquelas populações.

Outra pesquisa que discute modos de vida marcados pela sazonalidade do excesso de água no contexto amazônico é a de Almeida e Sprangel (2006) sobre a Vila de Jenipapo na Ilha do Marajó, a qual inclusive é o local de origem de Seu Laércio, um dos interlocutores dessa pesquisa. Nesse caso, a inundação sazonal da Vila do Jenipapo pelo Lago Arari também é contornada pela construção de casas palafitadas e pontes que servem como ruas. Para lidar com as dificuldades da pesca e com a escassez de alimentos durante a inundação dos campos do Marajó, os habitantes do Jenipapo constroem verdadeiros quintais sobre palafitas para criação de animais como porcos e galinhas para o abate, além de realizar agricultura de subsistência em aterros e jiraus. Mudam-se as técnicas da pesca e institui-se o “fiado” nas tabernas para a compra de óleo, sal e combustível para os fogões, uma vez que a lenha nesses períodos úmidos é difícil de ser obtida.

Efeitos de mudanças climáticas como o aumento de precipitações elevação dos níveis de rios e oceanos colocam em dúvida por quanto tempo estratégias como estas serão capazes de proteger populações ribeirinhas das inundações que ocorrem naturalmente em campos e várzeas (FARIAS, 2012). Além disso, apesar das estratégias adaptativas mostradas acima o inverno continua sendo a estação que suscita maiores necessidades materiais. Mesmo assim, os trabalhos citados sugerem que populações amazônicas ribeirinhas são historicamente adaptadas aos regimes de cheia dos rios e de inundação das várzeas.

A migração para a cidade e a urbanização, aliados a aspectos políticos, socioeconômicos e infraestruturais transformam fenômenos naturais como as chuvas equatoriais e as marés altas em desastres. Trabalhos sobre inundações urbanas (DOUGLAS et al. 2008; TEXIERA, 2008) mostram que se há campos de várzea disponíveis, o transbordamento do rio não significa necessariamente inundação. Da mesma forma, se existem áreas verdes e absorção da água pelo solo, o volume de escoamento superficial é menor e não sobrecarrega a rede de drenagem.

O desastre, nesse caso, é representado não pelo evento natural em si, mas pela alteração da relação com o ambiente físico e cultural, o que tem efeitos significativos sobre o grau de adaptação de coletivos humanos a fenômenos naturais que poderiam ser rotineiros ou sazonais. Nos termos encontrados no trabalho de Nelson e Finan (2009) sobre a seca no estado brasileiro do Ceará, o desastre é menos relacionado a elementos ambientais do que aos resultados acumulados de decisões políticas tomadas ao longo do tempo²⁸. Existe, portanto, uma distinção crucial entre evento natural e desastre que ganha dramaticidade nas palavras de

²⁸ O mesmo vale para o problema dos alagamentos em Belém, será mostrado nos capítulos seguintes.

Freudenburg et al. (2009) sobre o furacão “Katrina” que assolou New Orleans: “Assim que o furacão entrou em cena e tão logo começou a se dissipar é que estava por começar a verdadeira história do Katrina”²⁹ (FREUDENBURG et al., 2009, p. 6). Em outras palavras, do ponto de vista social o desastre efetivamente começou quando o furacão terminou.

A literatura sobre desastres hidroclimáticos mostra que não apenas esses eventos não são meramente naturais, como também seus efeitos negativos são desigualmente distribuídos. É justamente para este fato que Alexandre, Paula, Glória, Seu Jorge Luís e muitos outros interlocutores vêm chamando atenção ao questionarem a ocorrência de alagamentos em suas ruas ou comunidades. Seus questionamentos apontam na direção do conceito de vulnerabilidade, ferramenta analítica fundamental nos estudos sobre desastres porque trata dos aspectos da vida social e do ambiente físico que exacerbam ou reduzem os impactos de um evento natural (OLIVER-SMITH, 2002, p. 27).

Nesse sentido, o que se percebe, sobretudo no Sul Global, é que alagamentos urbanos, na medida em que não afetam da mesma forma todos os habitantes de uma cidade, estão ligados basicamente a processos de negligência e marginalização de populações menos favorecidas do ponto de vista socioeconômico. Existe, de fato, uma convergência entre as problemáticas levantadas pelos interlocutores desta tese e dados de pesquisas em outras cidades ao redor do mundo. O trabalho de Douglas et al. (2008), por exemplo, traça um panorama sobre inundações urbanas na África através de estudos em cinco grandes cidades: Accra, em Gana; Moçambique, em Angola; Kampala, na Uganda; Lagos, na Nigéria e Nairóbi, no Quênia. Para os autores, o padrão de grandes, porém raras, inundações estão mudando no continente africano. Pelo menos desde 1995 várias cidades tem experimentados extremos hidroclimáticos na forma de inundações rápidas e localizadas – tais como as que ocorrem em Belém – que são cada vez mais frequentes e difíceis de prever por meio dos mecanismos de alerta tradicionais. Para os autores essa mudança ocorre pela articulação de dois fatores, os quais são as mudanças climáticas globais e transformações locais ocasionadas pela urbanização. Ainda assim, as inundações nessas cinco grandes cidades africanas seguem o mesmo padrão encontrado em Belém, isto é, produzem maiores impactos sobre assentamentos informais e áreas com deficiências estruturais.

Em Kampala foi notado que o principal canal de macrodrenagem, o que deveria ter dois metros de profundidade, está com apenas 30 centímetros em função do acúmulo de lixo e sedimento (DOUGLAS et al., 2008). A construção irregular sobre os canais, o bloqueio dos

²⁹ “In a sense, the hurricane arrived on the scene and began to dissipate just as the story of ‘Katrina’ was about to begin” (Tradução nossa).

sistemas de drenagem, a privatização da coleta de resíduos sólidos e o colapso dos canais já construídos também constituem problemas nesse contexto. Em Accra, outra das cidades pesquisadas, os moradores do distrito de Alajo reclamam de falhas no planejamento urbano, da drenagem deficiente e da falta de um canal de interlocução com as autoridades públicas. Uma moradora entrevistada pela equipe de pesquisadores falou inclusive que as ruas de Alajo começavam a alagar mesmo antes das chuvas em função do fluxo de água das áreas mais altas da cidade para esse distrito que se localiza em um terreno mais baixo e sem drenagem.

Muitas vezes as raízes desse padrão de ocupação em ex-colônias podem ser encontradas por um exame de como as relações entre cidade e natureza produzem contrastes urbanos sob uma perspectiva de longo prazo. O trabalho de Matthew Gandy (2014) sobre Lagos na Nigéria, por exemplo, trata da segregação entre classes sociais que refletiu o medo da infecção por malária ao longo da história colonial da cidade. A organização socioespacial da cidade até hoje reproduz as estruturas de poder coloniais através das quais se buscou isolar o mosquito transmissor da doença, consequentemente isolando também os pobres em áreas alagáveis ou permanentemente alagadas sem abastecimento de água, serviço de esgoto ou coleta de resíduos sólidos.

Em Jakarta, Indonésia, o trabalho de Pauline Texier (2008) mostra como os moradores de bairros inundáveis se defrontam com o problema da ilegalidade da ocupação dos terrenos nos quais constituíram seu local de moradia. Utilizando uma retórica bem próxima daquela encontrada em Belém, as autoridades administrativas locais culpam os habitantes dessas áreas pelas inundações sob os argumentos de que margens de rios e áreas de várzea foram ocupadas de forma inadequada. Os discursos oficiais sustentam que a ocupação ilegal dessas áreas naturalmente inundáveis foi o que causou o aumento da intensidade das inundações que no ano de 2007 alcançaram quase 70% da cidade.

No entanto, a autora indica que outros estudos constatarem que os assentamentos informais por pessoas de baixa renda são apenas um entre vários fatores responsáveis pelas inundações em Jakarta. De fato, a impermeabilização do solo na capital da Indonésia tem acontecido de outras maneiras como, por exemplo, a partir da construção de condomínios para classes altas ao longo das margens dos rios e em função de atividades econômicas como o plantio de chá que reduziu a cobertura florestal da região. A autora também aponta que a impermeabilização do solo também ocorreu na última década com a perda de áreas verdes em bairros tradicionais da cidade e pela sua substituição por empreendimentos imobiliários e *shopping centers* (TEXIER, 2008).

Logo, a da perda da capacidade de absorção da água pelo solo não diz respeito a áreas específicas. Antes, tratar-se-ia de um problema sistêmico, já que a construção e pavimentação das áreas altas aumenta o volume de águas que simplesmente escoam pela superfície procurando terrenos mais baixos. Quanto à ocupação dita “desordenada” de áreas alagáveis, visto que esta não seria tão resultado de uma suposta má decisão de seus ocupantes, mas das dinâmicas do mercado imobiliário e da inexistência de políticas habitacionais, situação que encontra paralelo na trajetória urbana de Belém. Em Jakarta, no entanto, a vulnerabilidade dessas populações ainda é agravada pela condição de ilegalidade dos seus assentamentos. Naquele contexto sociopolítico o *status* de “morador ilegal” justifica a ausência de investimentos públicos nessas áreas e torna seus habitantes alvos de agressivas políticas de remanejamento (TEXIER, 2008, p. 367).

O caso de Belém e os exemplos de estudos sobre alagamentos urbanos até o momento mostraram que populações de áreas baixas e com dificuldades de drenagem estão mais propensas a sofrerem com extremos hidroclimáticos. Cada um à sua maneira, os trabalhos citados ainda podem causar a impressão de que vulnerabilidade a alagamentos depende em maior parte do relevo e dos desníveis em uma cidade que conduzem a água de um lugar para outro. Entretanto, nem sempre a topografia é um fator determinante na determinação do grau de vulnerabilidade de populações a inundações. A este respeito, *New Orleans* oferece um exemplo interessante sobre como, mesmo em cidades planas onde o relevo não apresenta grandes dissonâncias, os efeitos negativos de desastres ligados à água são distribuídos socialmente.

O geógrafo urbano Craig E. Colten (2006) notou que em *New Orleans* a grande inundação causada pelo furacão Katrina não distinguiu classe, cor, gênero ou idade. Em 2005 a água cobriu bairros de classe média branca, assim como bairros recentemente gentrificados. A diferença, no entanto, estava relacionada à capacidade de reação à catástrofe. O plano de evacuação da cidade estava centrado exclusivamente no uso de automóveis. Isso deixou para trás grande parte da população pobre, em sua grande maioria negra, assim como idosos e inválidos. Naquele contexto, o grau de mobilidade baseado em critérios socioeconômicos determinou o nível de vulnerabilidade daqueles que permaneceram desabrigados na cidade inundada. O desastre, nesse caso, estava menos ligado ao furacão em si do que às falhas na gestão da crise provocada pelo Katrina.

A experiência em Belém e as pesquisas de outros autores na África, Sudeste Asiático e América do Norte mostram que vulnerabilidade não se define pelo fenômeno natural por si mesmo, mas pela gama limitada de opções de resistência e adaptação que tornam algumas

populações mais suscetíveis que outras aos efeitos negativos desses fenômenos. Assim, a susceptibilidade a inundações pode estar relacionada, por exemplo, a deficiências na drenagem de áreas urbanas, à condição de ilegalidade da moradia, à segregação histórica por razões médico-sanitário ou a critérios socioeconômicos que incidem sobre a incapacidade de construir moradias seguras ou possuir um automóvel para evacuar a tempo uma área que será inundada.

O conceito de vulnerabilidade da forma como utilizado por Nelson e Finan (2009) é bastante relevante para este trabalho porque relaciona vulnerabilidade a desastres e baixa capacidade adaptativa ao grau de acesso a políticas públicas. Nelson e Finan (2009, p. 118)³⁰. explicam que a “vulnerabilidade está relacionada aos fatores subjacentes que determinam a agência humana e o acesso ao setor público em tempos de crise” Isso significa que diminuir o grau de vulnerabilidade implica em aumentar a agência humana diante de extremos climáticos através de políticas públicas que tenham efeitos positivos sobre a capacidade adaptativa individual ou coletiva.

Porém, os próprios autores discutem que tais políticas públicas nem sempre atingem seus objetivos ou podem apresentar efeitos inesperados ao longo do tempo. Para o caso de Belém, o capítulo 1 mostrou que o maior projeto de saneamento e controle de alagamentos em Belém foi a Macrodrenagem da Bacia do Una. Este foi, antes de tudo, um projeto de adaptação, se considerarmos o termo na acepção de Jorn Birkmann (2006, p. 19) para o qual “adaptação” corresponde a ações planejadas e estratégicas que envolvem mudanças nas normas e estruturas que levam a desastres. Uma das principais premissas do projeto era a de que a urbanização e drenagem das baixadas de Belém poderia resolver o problema dos alagamentos e inundações nessas áreas. Logo, a Macrodrenagem do Una consistiu em uma tentativa de promover formas de adaptação a inundações nas áreas baixas da cidade que fossem mais eficientes e baseadas nos princípios de racionalidade, continuidade e legibilidade do tecido urbano (SCOTT, 1998).

Para que o projeto alcançasse seus objetivos era indispensável a presença sistemática do Estado em regiões da cidade onde até então as intervenções do poder público haviam sido nulas, inexpressivas ou pontuais. A ação do Estado, neste caso, consistiria na manutenção contínua do recém-instalado sistema de macrodrenagem implementado para armazenar a água das chuvas e assim evitar inundações. Percebe-se que as novas formas de adaptação promovidas pelo projeto se baseavam em princípios – racionalidade, continuidade e

³⁰ Tradução livre de Nelson e Finan (2009, p. 118): “Vulnerability is determined by the underlying factors that define human agency and access to public sector in time of crisis”.

legibilidade do tecido urbano – que não levavam em conta as formas de adaptação anteriores daquelas populações às situações de alagamento. Na medida em que a mudança nas capacidades adaptativas promovidas pelo Estado incumbia órgãos municipais e estaduais pela manutenção da nova rede de drenagem, a agência dos moradores das baixadas sobre a própria capacidade adaptativa diminuía.

O Projeto Una urbanizou as baixadas da Bacia do Una, introduzindo mudanças significativas na paisagem e nos modos de vida de seus habitantes. As pontes e estivas se tornaram ruas pavimentadas, o que finalmente permitiu aos habitantes das baixadas a construção de casas de alvenaria. Estas mudanças promoveram a valorização dos imóveis, a melhoria da qualidade de vida e a elevação da autoestima de moradores de comunidades antes negligenciadas pelo poder público, como fui capaz de notar nas entrelinhas das diversas entrevistas ou em conversas informais realizadas durante o trabalho de campo. Ao mesmo tempo, com a urbanização também se perderam os componentes da autoconstrução e da produção coletiva do solo, aspectos que ainda são observados em locais de ocupação recente como a Água Cristal. Nesta comunidade, como mostrado em tópicos anteriores, ausência do Estado na forma de serviços básicos é compensada na agência dos próprios moradores sobre o meio, o que se constitui como um elemento importante – senão o único – de sua capacidade de adaptar-se a alagamentos. A elevação das casas de madeira sobre a água, o aterramento de ruas e quintais, a mudança de configuração do sistema de valas e microcanais que atravessam a comunidade e até mesmo a abertura de buracos no muro limítrofe com o Parque Ambiental para escoamento da água e direcionamento de esgoto sanitário, estas são algumas das maneiras que esta população encontrou para ao menos reagir ou conter os efeitos negativos de alagamentos.

Em outros pontos da Bacia do Una que foram total ou parcialmente urbanizados pelo Projeto Una, a agência dos moradores com relação à própria capacidade adaptativa frente a alagamentos e inundações sofreu alterações. Na Mena Barreto, como descrito no início do capítulo, as casas ainda são elevadas e há muretas de contenção da entrada das águas em frente às residências. Alexandre também contou como, mediante um empréstimo, elevou apenas uma parte de sua casa. Nestas áreas, o Projeto Una foi bem-sucedido em converter a Bacia em uma enorme rede de drenagem. Em contrapartida, esta vasta rede de canais e galerias subterrâneas necessita de altos níveis de investimento e trabalho para ser mantida em sua totalidade funcional. Ao assumir a responsabilidade sobre esta manutenção, o Estado tornou a população completamente dependente das formas institucionalizadas de controle de

inundação. A partir do momento em que o Estado, sobretudo a SESAN³¹, não foi mais capaz de realizar a manutenção do sistema de drenagem implantado, a capacidade adaptativa destas áreas urbanizadas tornou-se bastante reduzida e as pessoas se tornaram vulneráveis a inundações novamente.

O aumento da vulnerabilidade dos habitantes da Bacia do Una a inundações após o Projeto Una relaciona-se a uma conjunção de fatores que contribuíram para marginalizar certas áreas e reproduzir desigualdades urbanas pré-existentes ao referido projeto. Entre estes fatores estão, em primeiro lugar, a exclusão deliberada de determinadas regiões do conjunto de obras do projeto por motivos que serão examinados nos capítulos seguintes. Em segundo lugar a falta de prosseguimento de obras complementares em outras áreas. O benefício parcial de alguns logradouros e vilas acabam criando deficiências estruturais que potencializam o problema dos alagamentos, muitas vezes piorando a situação dos moradores após a conclusão do Projeto Una. Em terceiro lugar está a falta de manutenção do sistema de macrodrenagem implantado pelo Projeto Una, o qual vem funcionando abaixo de sua capacidade original de armazenamento de água.

Portanto, observa-se que os alagamentos e inundações em Belém não são eventos meramente naturais e nem obras do acaso. Também não refletem a ausência de políticas públicas de saneamento e contenção de enchentes no contexto belemense, como mostra a presença de um projeto de macrodrenagem que custou 312 milhões de dólares e buscou atender as demandas de quase 60% do sítio urbano da capital paraense. Trata-se sim de um problema ecológico, mas que resulta do colapso das formas institucionalizadas de gestão das relações entre cidade e natureza.

Os alagamentos foram os eventos desencadeadores de minha aproximação dos habitantes da Bacia do Una, os quais também procuraram nesta pesquisa uma forma de interlocução a respeito de suas demandas políticas e pessoais. Além disso, os alagamentos também foram responsáveis pela abertura e adensamento da rede de interlocução etnográfica, na medida em que agenciaram a formação de redes políticas, jurídicas e de discussão sobre inundações e saneamento em Belém. Contudo, com o passar do tempo meus parceiros de pesquisa e eu falávamos cada vez menos sobre alagamentos e cada vez mais sobre as suas condicionantes. A partir de então as chuvas e seus prejuízos foram deslocados da posição de

³¹ Conforme mostrado no capítulo 1, o contrato de empréstimo com o BID, agência financiadora do Projeto Una, previa que a manutenção do sistema de drenagem fosse realizada pela Prefeitura Municipal de Belém por meio da sua Secretaria de Saneamento.

causas para serem tratados como efeitos que podem ser compreendidos como parte de um contexto maior relativo à distribuição social dos riscos ambientais na cidade.

Para a mídia de massas os alagamentos correspondem ao aspecto principal a ser enquadrado em imagens impressas ou televisivas. Para os interlocutores da pesquisa os alagamentos também são episódios lamentáveis. Porém, o seu significado excede a indignação momentânea causada pela súbita invasão das águas nas ruas e casas. Os alagamentos são o gatilho para o questionamento sobre a ausência do poder público nas áreas sujeitas a inundações, chamando atenção para os aspectos sociais e políticos da vulnerabilidade ao risco ambiental na cidade. As águas de inverno mobilizam a busca por mais direitos como ter água de qualidade para consumo doméstico, esgotamento sanitário e sistemas de drenagem eficientes. Igualmente é questionada a ausência do direito à saúde pública, na medida em que o contato com a água contaminada provoca doenças, bem como a fragilidade do direito ao ir e vir, uma vez que as ruas alagadas impossibilitam os moradores de sair ou retornar a suas casas.

É diante deste quadro que a sociedade civil organizada começa a se mobilizar, formalizando o conflito entre população e os Poderes Executivo e Judiciário, principalmente no que diz respeito à falta de Manutenção do Sistema de Canais do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Na descoberta de si mesmos como atores políticos e na sua busca por visibilidade e legitimidade, pessoas como Alexandre e Antônio Carlos acabaram atraindo atenção de outros atores, entre eles o pesquisador. O próximo capítulo tratará deste processo.

CAPÍTULO 6

6 POLÍTICOS, LIDERANÇAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: CIDADANIA NA BACIA DO UNA

O capítulo anterior mostrou que inundações urbanas em Belém e em outras cidades não podem ser vistos como fenômenos simplesmente naturais. A literatura disponível e a etnografia realizada em Belém discutem como alagamentos ocorrem em grande parte por conta de deficiências estruturais em certas áreas da cidade, evidenciando que dano ambiental e exclusão social são processos indissociáveis. Assim como em outros lugares, inundações e alagamentos em Belém seguem o rastro das desigualdades sociais existentes. E mesmo que o acúmulo de água possa ocorrer em bairros nobres e de classe média, os efeitos negativos desse mesmo fenômeno são sempre potencializados entre as populações mais pobres.

Este capítulo trata de processos políticos desencadeados pelos alagamentos. Fenômenos híbridos naturais e culturais, as inundações urbanas engendraram um bom número de formas de sociação (SIMMEL, 2006) que revelam aspectos do exercício da cidadania (HOLSTON, 2013) em Belém no contexto de uma democracia disjuntiva (CALDEIRA, 2013). Esta abordagem é relevante para refletir como os meios constituídos para promover a justiça social muitas vezes acabam exacerbando as desigualdades e diferenciações sociais entre os cidadãos.

Para o antropólogo James Holston (2013), cidadania indica uma relação entre a sociedade e o Estado, a partir da qual são administradas e negociadas igualdades e desigualdades entre os cidadãos. Não seria proveitoso, como aponta o próprio autor, separar a sociedade do Estado neste tipo de análise. Antes, é interessante acompanhar os processos de cidadania, enfocando experiências concretas das pessoas com elementos discursivos e contextuais da cidadania. Para o caso deste trabalho, esses elementos estão ligados às políticas públicas de saneamento, na medida em que estas políticas também veiculam ideais de cidadania tais como promoção socioeconômica, moradia digna, participação popular, saúde pública, bem como acesso à água e esgoto.

Para realizar essa discussão, o capítulo conta a trajetória de Alexandre e Antônio Carlos, dois habitantes da Bacia do Una prejudicados por inundações, em suas inserções no universo da política e nas formas de cidadania civil organizada, o que resultou na formação de uma extensa rede de relações que não se esgota nesse capítulo. As páginas seguintes mostram como alagamentos motivaram sujeitos a se descobrirem como cidadãos e atores políticos diante da necessidade de defender seus direitos.

6.1 “Uma Andorinha não Faz Verão, mas Duas Puxam uma Revoada”: Alexandre e Antônio Carlos

Cidadania, consciência, é isso assim. As pessoas dizem “Ah, o Alexandre é líder comunitário!”. Ai de mim! A questão é tão grave que a denúncia não partiu das lideranças comunitárias, partiu de um cidadão comum, de dois cidadãos. Comuns por quê? Não estavam à frente, são leigos, né, comum nesse sentido. Mas legítimos porque pagamos impostos e somos vítimas, né, digamos assim, da omissão do poder constituído.

Essas foram as primeiras palavras de Alexandre a serem registradas por meu gravador em nossa primeira entrevista em fevereiro de 2013. Mal nos conhecíamos e naquele momento aquilo pareceu para mim uma avalanche de informações desconexas. Havia, porém, questões que já se apresentavam como relevantes, embora eu não conseguisse juntar as peças para entender a história que ele me contava. Existia uma denúncia realizada a alguém em função de algo. Havia um caso de omissão do poder público que vitimava Alexandre. Tudo isso – a omissão e a denúncia – estavam relacionados às inundações que ocorriam regularmente em Belém. Alexandre também insistia no fato de que, ao invés de lideranças comunitárias, eram “cidadãos comuns” que estavam sustentando essas denúncias. Algo que também era importante: ele não queria ser identificado a tais lideranças comunitárias.

Porém, antes de tudo, a fala de Alexandre apontava para uma profundidade temporal. Ela trazia à tona o relato de uma experiência. A denúncia realizada por Alexandre era parte de sua trajetória enquanto ator político em Belém. Em 2013 essa trajetória já agregava outros atores individuais e coletivos e em diferentes esferas de poder. Este percurso tem origem no envolvimento progressivo de Alexandre em questões relacionadas ao saneamento na Bacia do Una.

O gatilho deste processo, como já foi mostrado no capítulo anterior, foram os alagamentos que tem ocorrido desde o ano de 2005 em diversos pontos da Bacia do Una. No caso de Alexandre, a chamada para a descoberta de si mesmo como um ator político começa quando este percebe que sua rua, a Vila Freitas - situada no Bairro da Pedreira - estava sendo excluída do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Acompanhado de uma vizinha, Alexandre visita a sede da gerência do Projeto Una, onde começa a obter mais informações sobre o referido projeto e sobre o contexto em que a sua rua estava incluída, conforme conta:

Eu e a minha vizinha, nós procuramos a Dona Célia [secretária da gerência do PMU] e ela nos explicou mais ou menos como funcionava o Projeto Una. Mas aí era muita informação, não tinha como assimilar. Mas eu percebi que a coisa não era tão fácil. Então passamos a frequentar as reuniões do Projeto

Una no intuito de que a Vila Freitas fosse beneficiada. Nosso entendimento... Eu não sabia diferenciar uma rede de drenagem – também não tinha a obrigação de saber, né – de um sistema de coleta de esgoto sanitário. Aí nessas reuniões eu ia, participava. Nós íamos, fui vendo muita gente, fui entendendo como funcionou a questão administrativa do projeto, a questão da política.

A partir daí houve o ingresso de Alexandre e de alguns de seus vizinhos nas estruturas organizacionais do Projeto Una através da participação em reuniões onde eram compartilhadas informações técnicas com as comunidades sobre o andamento das obras. Mesmo assim, a interação com as redes políticas do PMU não refletiu a inclusão total da Vila Freitas no conjunto de obras realizadas na bacia.

Então o quê que aconteceu? O projeto [Una] termina em dezembro de 2004. A Vila Freitas, por muito, foi contemplada apenas como sistema de coleta de esgotos sanitários, as fossas sépticas. Os dejetos ficam nas fossas e o líquido é drenado para os canais, no meu caso é o canal do Galo. A via principal [a marginal do Canal do Galo] foi pavimentada, recebeu toda a estrutura. Esgotamento sanitário, as redes de drenagem para as águas pluviais e servidas e tudo mais. Mas a [Vila] Freitas não. E não é só a Vila Freitas, são inúmeras, são vinte bairros na mesma situação.

Alexandre relata o problema da Vila Freitas, mas não sem relacionar a sua situação com a de outras pessoas em outros pontos de Belém. Ele raciocinava que se as obras de macrodrenagem haviam ocorrido em 20 bairros da capital, então seria bastante provável que existissem outros logradouros excluídos ou apenas parcialmente beneficiados como a Vila Freitas.

Era o caso da Passagem Professora Antônia Nunes, onde Antônio Carlos também via sua rua e sua casa alagarem após a conclusão do Projeto Una. Conta Antônio Carlos que durante a fase de execução do Projeto Una a Passagem Antônia Nunes recebera técnicos de órgãos municipais e agentes do PMU. Havia fortes indícios de que o Canal Antônia Nunes - construído na década de 70 e hoje sobrecarregado pela demanda da região - sofreria intervenção pelo Projeto Una. No entanto, apenas o sistema de esgotamento sanitário foi instalado na Passagem Antônia Nunes. Os moradores da área continuaram esperando intervenções no canal, o que não ocorreu. Antônio Carlos conta que após a dita conclusão do PMU em 2005 as inundações na área por transbordamento do Canal Antônia Nunes se tornaram cada vez mais frequentes. Entendendo que estes alagamentos ocorriam em função da exclusão do Canal Antônia Nunes do conjunto de obras do PMU, Antônio Carlos recorreu ao MPE no segundo semestre de 2007, o que resultou em um Processo Investigativo para o órgão ministerial.

Enquanto isso, Alexandre tomava frente em diversas questões relativas à qualidade de vida da sua vizinhança. Essas questões, a princípio, não estavam relacionadas à problemática da Bacia do Una. Tratava-se de, por exemplo, falta de iluminação pública ou ausência de hidrantes percebida por ocasião de um incêndio. Com o passar do tempo Alexandre vai percebendo que hidrantes poderiam ter sido instalados na sua rua juntamente com outros equipamentos urbanos de responsabilidade da Macrodrenagem da Bacia do Una como água, esgoto sanitário e pluvial. Da mesma forma, a falta de iluminação pública refletia uma falha em uma das vertentes do projeto citado, isto é, a da renovação urbana. (conforme consta no relatório "Informações Gerais sobre o Projeto Una", digitalizado no DVD em anexo).

Percorrendo as casas de seus vizinhos em busca de assinaturas para abaixo-assinados, Alexandre conheceu uma moradora da Vila Maria de Fátima. Tal como a Vila Freitas, essa rua também era bastante afetada por inundações em função das chuvas:

Atravessando a Rua Pedro Miranda, bato numa casa, a moça vem e me atende. Já me conhecia não sei de onde, não sei, aí me propôs: “Alexandre, o que é a questão?” E eu disse: “Olha, no meu entendimento, eu sou leigo, a questão é que a minha rua lá vai pro fundo porque ela é uma pendência de microdrenagem. Mas o principal é que não está havendo manutenção na macro. São 17 canais, 6 galerias e 2 comportas. Se os canais a céu aberto estão obstruídos, assoreados, imagina a rede! Então é por isso que alaga!”

Esta moradora se chamava Ana e havia perdido seu carro nas enchentes daquele inverno. Intuitivamente, uma vez que não dispunha de conhecimento técnico sobre a questão, Alexandre concluiu que os alagamentos ocorriam em função de duas irregularidades do Projeto Una após sua conclusão: a falta de manutenção que causava o transbordamento do canal e pendências de microdrenagem, o que dificultava o escoamento das águas das chuvas. A ideia de ir ao MPE parte de Ana. Juntos, eles protocolam uma denúncia ao MPE sobre a exclusão da Vila Freitas das obras de microdrenagem do PMU e sobre a falta de manutenção nas obras executadas na Bacia do Una após a conclusão do projeto homônimo.

O acúmulo de Processos Investigativos referentes a alagamentos e irregularidades fez com que o MPE ajuizasse uma Ação Civil Pública Ambiental contra a COSANPA, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Belém³². Além de possuir caráter indenizatório, este processo se baseava no pressuposto de que as inundações ocorriam na Bacia do Una em

³² O Governo no Estado do Pará fora impetrado por ser o mutuário final do empréstimo com o BID para realização do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. A falta de manutenção no Projeto Una após sua conclusão significava a quebra de cláusulas contratuais de empréstimo. A COSANPA se tornou réu do processo em virtude de ter sido o órgão gerenciador do Projeto Una. Logo, seriam de sua responsabilidade quaisquer irregularidades na execução do referido projeto, tal como a exclusão de áreas a receberem benefícios ou a permanência de obras inacabadas. A Prefeitura, por sua vez, entra no processo por estar responsável pela manutenção do conjunto de obras do Projeto Una após sua conclusão através de sua SESAN.

função da omissão do poder público face à manutenção e conservação das obras implantadas pelo Projeto Una. Assim, caso a conservação das obras não estivessem sendo realizadas, os réus deveriam se comprometer a dar manutenção ao sistema de macrodrenagem, bem como a dar prosseguimento em obras inconclusas como, por exemplo, a Vila Freitas ou a Passagem Antônia Nunes.

Ajuizado o processo referente à Ação Civil Pública, a questão parecia encaminhada para uma resolução satisfatória. A primeira reunião de Alexandre e Antônio Carlos com o Promotor do MPE e representantes da SESAN foi, no entanto, frustrante. Em 26 de março de 2009, o Promotor de justiça Benedito Wilson Corrêa de Sá convocou os técnicos da SESAN Emir Beltrão da Silva e Marcus Antônio Beirão de Carvalho para elucidar questões relativas à Ação Civil Pública diante dos autores da denúncia. Naquele dia, conforme consta na Ata de reunião (digitalizada e disponível no DVD em anexo), os técnicos da SESAN afirmaram que existia equipamento para realizar a manutenção das obras e que a Prefeitura mantinha um programa sistemático de limpeza nos canais em toda Belém. Antes de dizer novamente que a manutenção na Bacia do Una estava sendo executada, o técnico Emir Beltrão da Silva afirmou que a SESAN possuía um projeto para a Vila Freitas e que o mesmo seria executado possivelmente naquele mesmo ano.

Os técnicos também justificaram os alagamentos que se repetiam em Belém dizendo que as ruas alagadas estavam quase no mesmo nível das marés. Ana, vizinha de Alexandre e moradora da Vila Maria de Fátima questionou os técnicos, argumentando que sua rua só passou a alagar após o início do Projeto Una. Os técnicos se defenderam afirmando que só havia problemas na Vila Freitas e na Vila Maria de Fátima e que essas ruas alagavam por causa de seu baixo nível topográfico. Os técnicos finalizaram prometendo projetos com data de início e conclusão para a Vila Freitas, o Canal Antônia Nunes e a Vila Maria de Fátima e se comprometeram a fazer a limpeza frequente dos entulhos jogados nas proximidades dos canais.

Nesta primeira reunião, os técnicos representantes da SESAN trataram de desmentir as denúncias presentes na Ação Civil Pública, inclusive prometendo obras que ainda hoje não aconteceram. Porém, na ocasião o que aparecia era a palavra dos técnicos especialistas contra a dos moradores leigos. O processo continuaria tramitando vagarosamente na justiça. Dos seis autores de denúncias que deram origem à Ação Civil Pública, Alexandre e Antônio Carlos eram os únicos que permaneciam engajados na questão. Os demais perderam o interesse pela causa ou aguardam a decisão do Poder Judiciário, absortos em seus afazeres cotidianos.

Alexandre e Antônio Carlos, porém, não desistiram. Eles entenderam que a questão precisava ter maior visibilidade e que necessitavam de aliados mais poderosos.

6.2 A Comissão Temporária externa da ALEPA

Em 2011 Antônio Carlos e Alexandre buscaram o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). A demora no processo relativo à Ação Civil Pública Ambiental fez com que eles reapresentassem as denúncias ao Deputado Estadual Carlos Bordalo (PT). A escolha de Carlos Bordalo se deu pelo fato de que, na época, este era o presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e do Consumidor da ALEPA. Além disso, Bordalo havia participado da estrutura organizacional do PMU como representante da Prefeitura de Belém no Comitê Assessor do Projeto Una, o mecanismo de controle social e de diálogo com as comunidades que existiu durante a execução das obras.

Ex-agente administrativo do DASAC, Bordalo também era um habitante da Bacia do Una, conhecendo em profundidade a região e o Projeto de Macrodrenagem. Por último, Alexandre e Antônio Carlos acreditavam que Bordalo teria mais sensibilidade para encaminhar suas demandas por se tratar de um político de esquerda. De todo modo, a estratégia de recorrer a Bordalo também dizia respeito ao fato de, sendo um parlamentar do Partido dos Trabalhadores, este fazia oposição ao então Prefeito Duciomar Costa (PTB) e ao Governador Simão Jatene (PSDB), os quais haviam ficado responsáveis pela conservação da Bacia do Una após a conclusão do Projeto de Macrodrenagem. Expor as improbidades e falta de ética administrativa do Prefeito e do Governador poderia se converter em um trunfo político e eleitoral para o grupo de Bordalo, adversário político histórico daqueles que então se encontravam no poder.

Naquele momento o nível de discussão e das reivindicações de Alexandre e Antônio Carlos já havia amadurecido substancialmente. Para se ter uma ideia desse progresso, vale lembrar que em 2008 o juiz Marco Antônio Castelo Branco havia suspenso uma indenização antecipada de 1 milhão de reais em favor dos autores da denúncia afirmando “a ausência de provas inequívocas” que comprometessem a Prefeitura, a COSANPA e o Estado. (PARÁ, 2008). Em 2011 os alagamentos continuavam a acontecer acompanhados com a notória deterioração das obras do Projeto Una, o que evidenciava a falta de manutenção necessária para assegurar a funcionalidade daquelas obras.

Este problema já começava a ganhar espaço na imprensa, em parte pelo esforço de Alexandre e Antônio Carlos e em parte através de outros moradores alheios à Ação Civil

Pública existente, como aparece em uma reportagem do Jornal Diário do Pará de 30 de setembro de 2011 (digitalizada no DVD em anexo), onde uma moradora das margens do Canal do Galo – Bairro do Telégrafo – queixava-se da aparência do canal após a macrodrenagem. A matéria também mostra que o MPE contava com um novo Promotor na 3ª Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio Público, o que renovava o fôlego das investigações sobre o descumprimento da obrigação de conservar as obras do PMU concluídas em 2004. Acuados, os representantes da SESAN se negavam a dar entrevista para o jornal, tendo apenas seus nomes citados. (DIÁRIO DO PARÁ, 2011). Entre eles estava o já conhecido Emir Beltrão da Silva, que obviamente havia mentido em 2009 na reunião com o MPE ao dizer que a SESAN realizava manutenção sistemática nos canais da Bacia do Una.

Soma-se a isso tudo o fato de que o Secretário de saneamento Luiz Otávio Motta Pereira havia renunciado ao cargo e declarado à imprensa que o fizera por conta de irregularidades na administração de Duciomar Costa. Uma reportagem do jornal televisivo Record em Alerta do ano de 2007 trazia um depoimento do ex-secretário e já mostrava que equipamentos recebidos pela prefeitura com o selo do Projeto Una estavam sendo usados em outras atividades, inclusive por uma empresa particular denominada Belém Ambiental S.A., a qual prestava serviços de coleta de resíduos sólidos para a Prefeitura. Esta empresa estava registrada no nome de Jean Nunes, um ex-assessor do então Prefeito Duciomar Costa. (DIÁRIO DO PARÁ, 2009). Uma reportagem do Jornal Diário do Pará de 12 de setembro de 2009 relatava que a Prefeitura Municipal havia assinado contratos de mais de 130 milhões de reais com a Belém Ambiental S.A. nos últimos 4 anos. Esses escândalos davam mais força às denúncias de Antônio Carlos e Alexandre, estes munidos cada vez mais de informações, documentos e conhecimento técnico sobre questões relativas à Bacia do Una e ao saneamento em Belém.

Alexandre já andava com cópias de uma ata de reunião realizada em 02 de janeiro de 2005 (digitalizada no DVD em anexo) para transferência de equipamentos, maquinários e veículos do Governo do Estado para a Prefeitura Municipal. Os tais equipamentos, veículos e maquinários estavam todos listados no referido documento. Esses equipamentos haviam sido obtidos pelo Governo do Estado mediante financiamento do BID e foram repassados à Prefeitura conforme previsto nos contratos de empréstimo nº 649/OC-BR e 869/SF-BR entre o Governo do Estado e o BID. Havia, portanto, equipamentos disponíveis para a manutenção das obras de macrodrenagem, mas aparentemente esses equipamentos não estavam em uso na Bacia do Una. Se essa manutenção de fato não acontecia, então onde estariam os equipamentos e maquinários destinados a essa função?

Essa pergunta ganhava cada vez mais eco. Pela primeira vez se vislumbrava que a população da Bacia do Una poderia estar sendo vítima de um grande esquema de corrupção envolvendo o então Prefeito Duciomar Costa e a empresa Belém Ambiental S.A. A causa já tinha simpatizantes de peso tal como o Dr. Luiz Eduardo Pasetto, Secretário de saneamento durante a administração municipal de Edmilson Rodrigues (PT), o vereador Otávio Pinheiro (PT), conhecido de Antônio Carlos, bem como o Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). O caminho para encontrar os responsáveis pelo abandono da Bacia do Una e, conseqüentemente, pelos constantes alagamentos estava óbvio demais. A questão finalmente ganhara a visibilidade que Alexandre e Antônio Carlos almejavam e parecia novamente encaminhada para uma resolução. Faltava proceder a uma investigação mais profunda, separar os fatos dos boatos e ligar os pontos entre as inundações e as omissões do poder público.

Esta tarefa coube à Comissão Temporária Externa da ALEPA, cujo presidente era o deputado estadual Carlos Bordalo. Esta comissão havia sido criada justamente para averiguar as denúncias de alagamentos e irregularidades no Projeto Una. A Comissão Temporária Externa trabalhou primeiro através de diligências ou visitas *in loco* para verificar as condições das obras deixadas pela Macrodrenagem da Bacia do Una, isto é, os 17 canais, 6 galerias e 2 comportas, além de observar se haviam obras complementares ainda pendentes. Depois, esta comissão se reuniu com as comunidades para compartilhar e discutir sobre o que fora encontrado nas visitas técnicas realizadas nos canais e logradouros da Bacia do Una. A comissão ainda possuía uma agenda institucional que incluía reuniões com representantes do BID e com a COSANPA, os quais haviam sido, respectivamente, a instituição financiadora e o órgão gerenciador do Projeto Una. O resumo das atividades da Comissão Temporária Externa encontra-se em um relatório disponível nos anexos digitalizados desta tese.

No referido relatório, a Comissão verificava que:

Após as diversas diligências realizadas, bem como a oitiva de técnicos e moradores das áreas atingidas pela execução das obras do projeto de macrodrenagem da Bacia do Una, a Comissão Externa concluiu que efetivamente as obras, pensadas inicialmente para resolver um problema de alagamento, lograram pequeno êxito vez que parte significativa dos territórios abrangidos pelo projeto ainda continuam sofrendo as influências negativas das chuvas e das marés. (COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA, 2013, p.58).

As conclusões da Comissão Temporária Externa da ALEPA não eram nenhuma surpresa para Antônio Carlos, Alexandre e muitos outros cidadãos da Bacia do Una. As

visitas de campo da Comissão aos canais da Bacia do Una constataram grandes assoreamentos no sistema de drenagem, bem como a presença de mato e árvores dentro dos canais, o que contribui para a diminuição de sua vazão. Em um episódio carregado de surrealismo – ou realismo mágico, para fazer jus à realidade latino-americana – a Comissão identificou uma quadra de esportes construída sobre aterro dentro do canal São Joaquim próximo à Rua Stélio Maroja, no Bairro do Barreiro. O relatório conta que moradores locais atribuíam a construção da quadra ao vereador Miguel Rodrigues Pantoja (COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA, 2013, p.43-4), do partido Solidariedade.

Em termos gerais, a Comissão Temporária externa encontrou as obras implementadas pela Macrodrenagem da Bacia do Una em um estado bastante deteriorado, concluindo que:

[...] a Prefeitura do Município de Belém por meio de sua Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) também não está cumprindo, desde o ano de 2005, as normas técnicas estabelecidas no Manual de Operação e Manutenção das Comportas do Una e Jacaré e no Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una Volume I, Maio de 2002, ambos elaborados durante a fase de execução do Projeto de Macrodrenagem comprometendo sobremaneira a sustentabilidade do projeto. (COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA, 2013, p. 58-9).

Além disso, a Comissão constatou a permanência de várias ruas com necessidade de obras de microdrenagem, isto é, vias sem pavimentação, sem canaletas para escoamento superficial de água, sem bueiros ou com esses equipamentos comprometidos³³. Também foi notado pela Comissão, a partir de depoimentos dos moradores das áreas visitadas, que não apenas a SESAN, mas também a COSANPA não realizava a limpeza periódica das fossas sépticas individuais e coletiva implantada pelo Projeto Una, conforme aparece no trecho a seguir:

³³ “[...] várias obras complementares de microdrenagem que ficaram pendentes espalhadas nas 7 Sub-bacias, tais como: Passagem Santa Terezinha, localizada na Travessa 9 de Janeiro, entre a Rua Domingos Marreiros e a Rua Antonio Barreto no bairro do Umarizal, Sub-bacia I do Projeto Una, a Vila São Luiz, localizada na Travessa 9 de Janeiro, entre a Travessa Antônio Baena e a Rua Oliveira Belo no bairro do Umarizal, Sub-bacia I do Projeto Una, a Alameda Cristo Rei, situada na Passagem Oliveira Belo, localizada na Travessa Três de Maio, entre a Avenida Marquês de Herval e a Rua Diogo Moia no bairro de Fátima, Sub-bacia I do Projeto Una, a Vila Torres, localizada na Travessa Antônio Baena, entre as Avenidas Marquês de Herval e Visconde de Inhaúma no bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una, a Vila Freitas, localizada na Travessa Antônio Baena, entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval no bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una, a Vila São José, localizada na Travessa do Chaco, entre as Avenidas Marquês de Herval e Visconde de Inhaúma no bairro da Pedreira, Sub-bacia II do Projeto Una, a Passagem Ana Flexa Castanheira, localizada na Travessa Pirajá, entre as Avenidas Pedro Miranda e Antônio Everdosa no bairro da Pedreira, Sub-bacia IV do Projeto Una, a Rua do Canal do Benguí, entre a Avenida Transmangueirão e a Rua das Rosas no bairro do Benguí, Sub-bacia VII do Projeto Una” (COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA, 2013, p. 68-9), além da passagem São Luís situada nas proximidades do Canal da Pirajá com a Avenida Doutor Freitas, a qual é citada no relatório, mas não aparece na relação acima.

Observou-se que a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) não está cumprindo as normas estabelecidas no Manual de Operação e Manutenção do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário e Água Potável da Bacia do Una, de agosto/2001, com a utilização dos Equipamentos, Maquinários e Veículos, que foram dimensionados, considerando o número fossas sépticas instaladas, e adquiridos pelo Estado do Pará com os recursos do contrato de financiamento firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conforme constatado “in loco” nos vários logradouros visitados pela Comissão Temporária Externa, nas diligências e Audiências Públicas realizadas nos dias 07, 14 e 21 de março de 2012. (COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA, 2013, p. 58).

Sobre as inundações que se repetiam em Belém após a conclusão do Projeto Una, em alguns casos em maior intensidade ou em áreas que não alagavam antes do projeto, o posicionamento da Comissão Temporária Externa foi o seguinte:

A Comissão constatou, ainda, que a falta de limpeza dos canais aumentou o assoreamento e o risco de alagamentos, bem como que a construções de equipamentos urbanos nos leitos dos canais diminuí significativamente a vazão das redes de drenagem. (COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA, 2013, p. 59).

A Comissão Temporária Externa da ALEPA ratificou a relação entre os alagamentos e a omissão do poder público na Bacia do Una. Representava um grande passo a existência de um relatório oficial - com a rubrica de parlamentares - responsabilizando a Prefeitura e o Governo do Estado pela vazão reduzida da rede de drenagem e pelo sucateamento do sistema de esgoto implantado pelo Projeto Una. Porém, este documento também apresentava várias limitações.

O método utilizado pela comissão, isto é, fazer visitas de campo nos canais e logradouros para ouvir a população, implicou na reprodução de conteúdos que já faziam parte do senso comum. Os moradores dessas áreas há muito tempo já se manifestavam através da imprensa local em programas telejornalísticos de denúncia sobre condições de saneamento e inundações. É certo ser imprescindível que a população das áreas afetadas por grandes projetos de saneamento e seus impactos negativos seja ouvida. No entanto, um documento da importância do Relatório Final da Comissão de Representação da Bacia do Una não podia prescindir de um exame mais minucioso da situação verificada, inclusive do ponto de vista técnico. O relatório somou-se às diversas vozes de moradores prejudicados da Bacia do Una, porém sem acrescentar novas camadas de entendimento sobre as questões apresentadas.

Ainda assim, a Comissão Temporária Externa da ALEPA conferiu maior legitimidade às reivindicações por saneamento e conservação de obras. A novidade era ver a Bacia do Una

sendo tratada pela primeira vez desde a execução das obras do PMU como um sistema. Casos aparentemente insulares de alagamentos e deficiências de infraestrutura urbana foram reunidos em uma mesma causa. Moradores prejudicados da Bacia do Una não precisariam mais reivindicar seus direitos ao saneamento de forma isolada. Alagamentos eram em função do abandono do Projeto Una. Ruas sem asfaltamento e drenagem foram renomeadas como "obras pendentes de microdrenagem" do Projeto Una. A manutenção dos canais, galerias e comportas foi elevada ao *status* de reivindicação prioritária na Bacia do Una pós-2004.

Entretanto, o relatório da Comissão Temporária Externa ainda apresentava outros problemas. Um ponto problemático dizia respeito à abrangência espacial das diligências realizadas pela Comissão. A escolha dos logradouros e canais para visitação refletiu nos mapas afetivos do Deputado Carlos Bordalo e seus assessores, em sua maioria oriundos do Bairro da Sacramento, um dos pontos nevrálgicos da Bacia do Una. Por um lado, Bordalo e seus assessores conheciam o território da Bacia, bem como seus lugares mais problemáticos. Por outro, a escolha dos locais para as diligências também refletia as alianças e vinculações políticas entre comunidades e o gabinete do deputado. Em uma dessas conversas, Alexandre contou que a escolha dos locais para diligências havia sido "na marra", sendo necessária muita negociação para a delimitação da área a ser abrangida pelas verificações da Comissão Temporária Externa. Considerando que a Bacia do Una é composta por 20 bairros (16 integrais e 4 parciais) é bastante provável que o número de pontos de alagamento e de pendências de microdrenagem seja bem superior ao apresentado no relatório.

Uma terceira limitação do relatório refere-se ao seu alcance. Na ocasião de sua conclusão, a existência do Relatório da Comissão de Representação da Bacia do Una foi noticiada em jornais da capital, bem como em *blogs* dos parlamentares envolvidos na sua elaboração. O mesmo também teve a sua maior parte digitalizada (dois anexos não foram incluídos) e se encontra disponível na internet para *download*³⁴. Mesmo assim em setembro de 2013 - meses após sua publicação - o relatório ainda era desconhecido pela maior parte da população belemense, inclusive pela equipe do Promotor da 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, a qual ajuizara a Ação Civil Pública Ambiental que tinha como autores Alexandre e Antônio Carlos. Por esta razão, inclusive, incluo o referido relatório nos anexos digitalizados desta tese.

Uma das maiores queixas de Alexandre e Antônio Carlos diz respeito aos autores do relatório não haverem acatado boa parte de suas sugestões, incluindo um conjunto de 22

³⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. Comissão de Representação da Bacia do Uma. **Relatório final**. [2013]. Disponível em: <http://issuu.com/edmilsonpsol/docs/relat_rio_final_una>.

"encaminhamentos" (digitalizados no DVD em anexo) redigido pelos dois. Estes "encaminhamentos" que deveriam estar presentes no relatório consistiam em recomendações às autoridades públicas (sobretudo o Poder Judiciário) sobre como proceder em relação aos fatos apurados pela Comissão Temporária Externa da ALEPA. Entre os encaminhamentos escritos por Alexandre e Antônio Carlos estavam, entre outros, a requisição de documentos como a cópia dos contratos de financiamento entre o Estado do Pará e o BID, o mapa de todas as microdrenagens deixadas pendentes pelo Projeto Una, relatórios do PMU e Manuais de Manutenção. Estes encaminhamentos, entre muitos outros, facilitariam o processo da Ação Civil Pública, assim como posteriores investigações sobre improbidades administrativas da Prefeitura e do Governo do Estado. Ao invés de incluir os 41 encaminhamentos de Alexandre e Antônio Carlos, a Comissão Temporária Externa da ALEPA publicou apenas 11.

Nestes 11 encaminhamentos constavam sugestões mais simples e genéricas como, por exemplo, a recomendação da melhora na eficiência dos serviços de esgoto prestados pela COSANPA, a necessidade de campanhas educativas contra o arremesso do lixo e entulho nos canais, vistorias nos canais para retirada de construções irregulares e envio do relatório ao MPE e à Defensoria Pública da União. Um encaminhamento interessante que foi mantido dizia respeito à sugestão de que o MPE instituísse um procedimento investigatório específico direcionado à improbidade administrativa da Prefeitura Municipal, de modo a descobrir o paradeiro das máquinas e equipamentos que deveriam estar realizando a manutenção e conservação das obras da Bacia do Una. Até o momento a Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa não ajuizou uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa sobre o extravio do maquinário.

No fim, a Aliança entre Alexandre, Antônio Carlos e a Comissão Temporária Externa da ALEPA foi frustrante para ambos os lados. Os parlamentares da Comissão se depararam com uma escala muito dilatada de problemas que envolviam não apenas os órgãos da Prefeitura e o Governo do Estado, mas também o Poder Judiciário e instituições financeiras multilaterais como o BID. A Comissão Temporária Externa - justamente por ser temporária - encerrou suas atividades no primeiro semestre após a entrega de seu relatório. O Deputado Estadual Carlos Bordalo ainda continuou envolvido por algum tempo nas discussões sobre saneamento na Bacia do Una.

Antônio Carlos e Alexandre, por sua vez, acreditam que os efeitos do trabalho da Comissão Temporária Externa estiveram aquém do esperado, sobretudo no tocante à sensibilização do Poder Judiciário que ainda julga o processo de nº 0014371-

32.2008.814.0301 contra a Prefeitura, o Estado do Pará e a COSANPA. No entanto, é possível dizer que a constatação de que os alagamentos ocorrem por falta de manutenção da rede de macrodrenagem abriu espaço para que a Câmara Municipal dos Vereadores (CMB) instaurasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o que havia acontecido com os maquinários, equipamentos e veículos que deveriam ter sido utilizados para a conservação das obras do Projeto Una.

Por ironia, o Presidente desta CPI foi o Vereador Miguel Pantoja Rodrigues (Partido Solidariedade), aquele mesmo que as diligências da Comissão Temporária Externa da ALEPA haviam apontado como o patrocinador de uma quadra de esportes, dentro do Canal São Joaquim, uma das principais calhas de escoamento da Bacia do Una. Antônio Carlos e Alexandre ainda colaboraram com esta CPI. Reelaboraram e reenviaram os 41 encaminhamentos rejeitados pela ALEPA para a relatora da CPI, a Vereadora Meg Barros (PSOL, posteriormente migrou para o PROS). A CPI arrastou-se até dezembro de 2014, encerrando-se melancolicamente sem resultados conclusivos ou satisfatórios para todos os moradores prejudicados na Bacia do Una. O resumo das atividades da "CPI das máquinas", como foi popularmente denominado, se encontra publicado no Diário Oficial da CMB de 15, 16, 17, 18 e 19 de dezembro de 2014 Nº 1607. (digitalizado no DVD em anexo).

6.3 O Silêncio das Lideranças Comunitárias

“Não sou líder comunitário!” – Alexandre não se cansa de repetir. Ele acredita que o "cidadão comum", sem títulos ou cargos de liderança, pode reivindicar seus direitos sem o intermédio de entidades como Associações de Moradores ou Centros Comunitários. Esse direito que qualquer cidadão possui em fazer denúncia, dando origem a uma Ação Civil Pública, está assegurado na Constituição Federal Brasileira de 1988. Porém, a resistência de Alexandre em ser identificado como uma espécie de liderança comunitária é resultado de suas próprias experiências como habitante da Bacia do Una ao longo dos anos que se sucederam à conclusão das obras do PMU.

Ocorre que a responsabilidade pela dilatação da vida útil das obras e equipamentos instalados pela Macrodrenagem da Bacia do Una não cabia apenas aos órgãos da Prefeitura e ao Estado. Uma das inovações do Projeto Una - principalmente em relação a outras intervenções sanitaristas ocorridas em Belém ao longo do século XX³⁵ - consistiu no

³⁵ Para mais informações sobre intervenções urbanísticas em canais e Bacias Hidrográficas em Belém Cf. FERNANDES JÚNIOR, Dário. **Recuperação de áreas urbanas**: o problema das baixadas de Belém.

incentivo da participação popular ao longo da execução das obras de saneamento e drenagem na Bacia do Una. O Projeto Una também previa que, após a sua conclusão, fossem criadas formas de organização comunitárias mais duradouras que dialogassem com o poder público com vistas a garantir a sustentabilidade da Bacia do Una transformada.

Durante as obras do Projeto Una a participação comunitária funcionava através das ,Comissões Fiscalizadoras da Bacia do Una (COFIS). Todo logradouro alvo de obras tinha liberdade para escolher os membros de sua COFIS e assim acompanhar as transformações que ocorriam em frente à sua casa. Alguns dos interlocutores desta pesquisa fizeram parte de COFIS em sua rua, a exemplo de Dona Lourdes, na Mena Barreto e Alexandre, na Vila Freitas. Esse tipo de participação popular se dava de forma direta através do contato cotidiano dos moradores com técnicos, trabalhadores e gerentes do Projeto Una. Com o término das obras do Projeto Una essa forma de participação direta através das COFIS teve que dar lugar à participação popular indireta através da escolha de representantes das comunidades para integrar uma nova organização.

Assim nasceu o Conselho Gestor da Nova Bacia do Una (CONGEB/Una). O CONGEB/Una foi criado na I Conferência da Bacia do Una, em 12 e 13 de dezembro de 2003. Na ocasião, a estrutura administrativa do PMU reuniu-se com os membros das COFIS, com lideranças comunitárias e com entidades populares para formular diretrizes para a sustentabilidade do Projeto Una, cujas obras seriam concluídas dentro de um ano. Assim, foram eleitos democraticamente 24 membros para integrar o CONGEB/Una (PARÁ, 2005, p. 20).

Como a Bacia do Una havia sido dividida em 8 sub-bacias para fins administrativos durante os trabalhos do PMU, foram eleitos 3 membros por sub-bacia de forma a representar a população da Bacia do Una como um todo no recém-criado Conselho Gestor. Na mesma conferência, o Sr. Salvador Viana da Silva foi eleito Coordenador Geral do CONGEB/Una.

O CONGEB/Una era parte de um conjunto maior de medidas para a sustentabilidade das obras de macrodrenagem na Bacia do Una. Ele deveria ser um instrumento do Plano Diretor de Gestão Urbano Participativo da Nova Bacia do Una (PDGU/Una). Este plano também fora aprovado na I Conferência da Bacia do Una, quando foram discutidas e aprovadas as suas propostas. Inclusive, os artigos do seu regimento haviam sido elaborados por uma comissão científica composta por técnicos e administradores do Projeto Una.

O PGDU/Una seria o mecanismo fundamental para o cumprimento da conservação e manutenção da Bacia Una após o término das obras, como fica evidente no Artigo II do documento:

O PDGU/Una tem por finalidade promover ações de monitoramento, manutenção e recuperação das obras e serviços do Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém, onde habitam 600 mil pessoas distribuídas em 16 bairros. (PARÁ, 2004, p. 5).

O Artigo IX, por sua vez, mostra que o plano previa não apenas a manutenção técnica, mas ações que integravam os aspectos físicos aos elementos humanos e culturais na Bacia do Una:

A valorização urbana e o resgate da Produção Cultural, Artística e Patrimônio Histórico existente na nova Bacia do Una, no que se constitui um rico potencial de desenvolvimento, sejam garantidos a conservação e fortalecimento de sua identidade, através da preservação da memória com a criação do Memorial da Macrodrenagem. (PARÁ, 2004, p. 16).

O Memorial da Macrodrenagem deveria ser parte de uma iniciativa mais ambiciosa, o Instituto Una. Este instituto teria como finalidade manter, pesquisar e difundir acervos técnicos e humanos para futuros projetos similares à Macrodrenagem, tendo em vista que Belém possuía outras bacias hidrográficas que ainda seriam alvo de intervenção na próxima década (PARÁ, 2005).

Trago os exemplos do Memorial da Macrodrenagem e do Instituto Una para mostrar que havia uma série de ações integradas na forma de museus e instituições para produção e troca de conhecimento. Essas ações não visavam apenas conservar a funcionalidade das obras de macrodrenagem, mas fomentar vínculos entre as comunidades da Bacia do Una e o conjunto de políticas públicas trazido pelo PMU. Vale lembrar que a Bacia do Una era constituída, antes do PMU, em grande parte por áreas de periferia autoconstruída onde a presença do Estado durante décadas se deu apenas através da polícia. Logo, se havia projetos para solidificar os laços entre a sociedade e o Estado após a conclusão da Macrodrenagem do Una, o CONGEB/Una seria uma ferramenta indispensável nesse processo por agrupar e organizar os interesses das diversas comunidades da Bacia do Una. Sua função era a de representar a sociedade civil diante do Estado, sendo mediador em potencial da continuidade de políticas públicas para as áreas beneficiadas, além de exercer - em teoria - seu papel de cobrança, denúncia e fiscalização de eventuais problemas que ocorressem na Bacia do Una envolvendo o recém-concluído Projeto de Macrodrenagem.

Com o término do PMU, com a aprovação do PDGU/Una e com a criação do CONGEB/Una, as bases para um envolvimento comunitário duradouro e para a continuidade de ações sociais e educativas na Bacia do Una pareciam sedimentadas. Porém, como se observou ao longo de uma década após a conclusão do Projeto Una, as diretrizes do PDGU/Una foram esquecidas. Durante este período o CONGEB/Una também se manteve tímido, senão passivo diante dos alagamentos e irregularidades que agravaram a situação de insalubridade ambiental na Bacia do Una.

Alexandre se queixa de que o CONGEB/Una não se manifestou quando da ausência de manutenção do sistema de drenagem. Seus membros também ficaram em silêncio pelo sumiço das máquinas, veículos e equipamentos para a conservação da Bacia do Una. Não cobraram a continuidade de ações socioeducativas que contribuiriam para a sustentabilidade do Projeto Una. Para completar, as suas vozes não se somaram às de Alexandre e Antônio Carlos quando estes resolveram denunciar o que estava acontecendo na Bacia do Una. Como está destacado no início deste capítulo, as denúncias partiram de dois cidadãos comuns cansados de verem suas casas cheias d'água. As lideranças comunitárias eleitas para o Conselho Gestor, os portadores de títulos e representantes oficiais estavam em silêncio. Por estas razões, Alexandre se ressentiu de certas lideranças comunitárias e prefere não ser reconhecido como tal.

Em 2013, quando iniciei o trabalho de campo etnográfico, já estava evidente que algo havia desarticulado o CONGEB/Una. Eu não via seus membros nas reuniões ou audiências públicas às quais eu comparecia na tentativa de fazer contatos e entender melhor o universo da pesquisa.

As páginas de um Diário Oficial da União confirmaram os boatos de que Salvador Viana da Silva - aquele eleito como coordenador geral do CONGEB/Una - havia sido nomeado para um cargo público temporário na SESAN:

Figura 36 - Nomeação do Sr. Salvador Viana da Silva para cargo público temporário na SESAN

DECRETO Nº 47.304/2005-PMB DE 14 DE JANEIRO DE 2005.

O Prefeito Municipal de Belém, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 94, inc. XX, da Lei Orgânica do Município de Belém, e

Considerando a competência do art. 13, inc. II, da Lei nº 7.502, de 20 de dezembro de 1990, quanto à nomeação de funcionários,

DECRETA:

Art. 1º A nomeação de SALVADOR VIANA DA SILVA (2038153-013), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR-DAS-202.6, na Secretaria Municipal de Saneamento, a contar de 01 de fevereiro de 2005.

Palácio Antônio Lemos, 14 de Janeiro de 2005.

DUCIOMAR GOMES DA COSTA

Prefeito Municipal de Belém

OSÉAS BATISTA DA SILVA JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração

LUIZ OTÁVIO MOTA PEREIRA

Secretário Municipal de Saneamento
em exercício

Fonte: BELÉM. Prefeitura Municipal. Decreto Nº 47.304/2005-PMB de 14 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a nomeação de Salvador Viana da Silva (2038153-013), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR-DAS-202.6, na Secretaria Municipal de Saneamento, a contar de 01 de fevereiro de 2005. **Diário Oficial do Município**, Belém, 18 fev. 2005.

Hoje sabemos, através de autoridades administrativas do Projeto Una, que não apenas Salvador Viana da Silva recebeu cargo de assessor DAS em órgãos da Prefeitura, mas também grande parte dos membros do CONGEB/Una. Se isto não é ilegal, configurar-se-ia no mínimo como antiético. A presença de membros do CONGEB/Una em secretarias e órgãos que estes deveriam fiscalizar é algo que pode comprometer os poderes de cobrança e denúncia do Conselho Gestor. A distribuição de cargos públicos temporários aos membros do CONGEB/Una, bem como suas implicações, é algo que merece ser investigado de forma mais cuidadosa. Para tanto, esta pauta foi encaminhada para a Assembléia Legislativa do Pará e para a relatoria da CPI instaurada na CMV a respeito do sumiço dos equipamentos para a manutenção da Macrodrenagem do Una. O mesmo problema também foi levado ao conhecimento MPE do Pará, através da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa. Esta Promotoria, cujas responsabilidades incluem casos de improbidade administrativa do poder público, nunca se posicionou diante das denúncias de Alexandre e Antônio Carlos.

6.4 A Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una

Quando conheci Alexandre e Antônio Carlos no primeiro semestre de 2013 a FMPBU ainda não existia enquanto tal. Na época eles ainda participavam de reuniões e audiências públicas como "moradores prejudicados" ou "representantes das comunidades", termo que ambos abominam. Nessas ocasiões os dois eram acompanhados pela presença flutuante de vizinhos que conseguiam arregimentar e outros cidadãos sensibilizados ou vítimas de alagamentos. Não havia, ainda, um movimento organizado independente das estruturas da política local ou comunitária.

O nome "Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una" só se consolidou durante as "Jornadas de Junho" de 2013, período que em Belém também abrangeu o mês de julho, tendo sido caracterizado por uma intensa onda de protestos onde variados segmentos da sociedade expressaram nas ruas seus descontentamentos sobre, entre outras coisas, a postura do Governo Federal diante das obras da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e as políticas do regimento da Federação Internacional de Futebol (FIFA) – organizadora do evento – para as cidades sede dos jogos. É evidente que estes protestos, sendo realizados em diversas cidades do Brasil, adquiriram contornos regionais que incorporaram agendas políticas diversas. Observando o clima de efervescência política e cultural, Alexandre e Antônio Carlos imprimem mil cópias do seguinte comunicado para distribuir durante as manifestações:

COMUNICADO

Diante ao agravamento da situação calamitosa causadora de sofrimento, transtornos, prejuízos materiais e danos de ordem moral a significativa parcela da população de Belém, com os constantes alagamentos. Em face à incessante busca por nossos direitos ao saneamento básico e ambiental, ao ir e vir, à moradia com dignidade, à saúde pública, à melhoria da qualidade de vida e, no mínimo, à dignidade humana. Comunicamos aos Cidadãos da Bacia do Una, (constituída por 20 bairros, sendo 4 de forma parcial: Marco, Nazaré, São Brás e Umarizal e 16 de forma integral: Barreiro, Benguí, Cabanagem, Castanheira, Fátima, Mangueirão, Maracangalha, Marambaia, Miramar, Parque Verde, Pedreira, Sacramenta, Souza, Telégrafo, Una e Val-de-Cans, sendo desde a fase de execução do projeto dividida em 7 sub-bacias), que tramita no Poder Público Judiciário do Estado do Pará, o Processo de nº 0014371-32.2008.814.0301, relativo à Ação Civil Pública Ambiental, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará (3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém), onde a Prefeitura Municipal de Belém, a Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA e o Estado do Pará, respondem desde o dia 16 de abril de 2008 ao MM. Sr. Juiz de Direito, Dr. Marco Antônio Lobo Castelo Branco, (Titular da 2ª Vara de Fazenda Pública

da Comarca da Capital), pela "Obrigação de Fazer" a execução das várias obras complementares de Microdrenagem que ficaram pendentes espalhadas pelas 7 Sub-bacias e a manutenção periódica do Conjunto de Obras executadas pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, agrupado em três grandes sistemas: Viário, Macrodrenagem (17 canais, 6 galerias e duas comportas) e Saneamento, nos termos especificados pelos Manuais de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Sanitário e Água Potável da Bacia do Una, agosto de 2001; Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una – Volume I, maio de 2002 e de Operação e Manutenção das Comportas do Una e Jacaré, com a utilização dos equipamentos, maquinários e veículos, avaliados em R\$ 21.977.619,75, que foram adquiridos pelo Estado do Pará (mutuário final) com os recursos do contrato de financiamento firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (órgão financiador), repassados no dia 02 de janeiro de 2005 ao Acervo Físico Patrimonial do Município de Belém. Valendo ressaltar, que o uso inadequado, o desvio e o paradeiro dado, por parte da Prefeitura Municipal de Belém de tais equipamentos, maquinários e veículos são hoje, objeto de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instalada na Câmara Municipal de Belém.

Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una.

Este texto que cabia em uma folha A4 não foi entregue apenas nas manifestações de junho e julho de 2013, mas em órgãos públicos, gabinetes de vereadores, de deputados estaduais e até mesmo em espaços públicos de lazer como a Praça da República aos domingos. Alexandre conta que, redigido o documento, era necessário que o mesmo fosse assinado por alguém. Ele e Antônio Carlos não queriam expor seus nomes de forma pública, temendo represálias dos resquícios do coronelismo da política local. Ao mesmo tempo, tinham consciência de que a assinatura de dois moradores não seria capaz de conferir legitimidade a uma questão que envolvia um universo tão amplo como o da Bacia do Una. Era necessário pensar em uma denominação coletiva que chamasse atenção das autoridades administrativas e do Poder Judiciário, ao mesmo tempo em que colocasse Antônio Carlos e Alexandre em condições de diálogo com outros movimentos sociais e organizações. Assim surgiu a “Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una”, entidade responsável pelo comunicado distribuído nas ruas de Belém.

O documento definia a área geográfica da Bacia do Una (20 bairros) e explicava porque estes moradores estavam sendo prejudicados. Em primeiro lugar, eram prejudicados pela falta de manutenção das obras de macrodrenagem, o que resultava em inundações causadas pela baixa capacidade de carga dos canais assoreados e cobertos de vegetação. Em segundo lugar, a manutenção dos canais e galerias não acontecia porque ninguém sabia exatamente o que havia acontecido com os equipamentos, veículos e maquinários destinados a esta tarefa. Em terceiro lugar, eram prejudicados pela demora do Poder Judiciário em julgar o

processo referente à Ação Civil Pública movida por Alexandre, Antônio Carlos e seus vizinhos. O comunicado não pedia a interveniência de órgãos ou atores políticos individuais. Ele era destinado à população de Belém e da Bacia do Una, destacando a violação de seus direitos coletivos.

Quanto à sua importância simbólica, o comunicado representava a consolidação de uma entidade civil organizada que na prática já existia desde 2008, mas só em 2013 materializou-se em um documento distribuído nas ruas. No comunicado a problemática da Bacia do Una estava delineada de forma concisa e acessível a um grande público. A partir de então, passou a existir um movimento com uma causa específica, com um nome e com uma sigla, o que apontava para permanência de um coletivo de pessoas a resistir e a fazer reivindicações por seus direitos. Isso deveria ser o suficiente para chamar a atenção de políticos, do Poder Judiciário, do MPE e da sociedade civil.

6.5 O Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém

A chuva de 13 de fevereiro de 2013 havia atingido índices pluviométricos alarmantes. Segundo a imprensa local, caíra sobre a cidade de Belém em apenas um dia a quantidade de água que caberia ao mês inteiro. As perdas materiais foram significativas em função dos alagamentos de ocorrerem em vários pontos da cidade, não apenas na Bacia do Una. Diante deste quadro de grande fragilidade da sociedade civil e da falta de perspectiva a respeito de ações que inibissem o problema das inundações em Belém, dois parlamentares resolveram criar um canal de comunicação com a população das áreas baixas da cidade para discutir os últimos acontecimentos que haviam causado prejuízos materiais e morais. Assim, por iniciativa da Vereadora Ivanize Gasparim (PT) e do deputado estadual Carlos Bordalo (PT) - o mesmo que vinha investigando as irregularidades do Projeto de Macrodrenagem do Una através de uma Comissão Temporária Externa da Assembleia Legislativa - foi formado o Fórum Municipal das Vítimas dos Alagamentos de Belém (FMVAB) ou Fórum dos Alagados.

As reuniões do fórum aconteceriam nos distritos administrativos da cidade, a fim de atender as pessoas em suas respectivas regiões de residência. Compareci a duas dessas reuniões a convite de Alexandre e Antônio Carlos. A primeira dessas reuniões ocorreu no DASAC, que coincide com boa parte da área geográfica da Bacia do Una. A segunda aconteceu no Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), que abrange bairros pertencentes às Bacias da Estrada Nova e do Tucunduba. Neste tópico escrevo sobre a experiência de

participar da reunião do dia 26 de fevereiro no DASAC, por se tratar de um evento onde foram discutidas questões específicas da Bacia do Una.

O encontro aconteceu na casa de shows A Pororoça, localizada no bairro da Sacramento. Um ônibus fretado pelo gabinete da Vereadora Ivanize levou Alexandre, alguns de seus vizinhos e eu até o local da reunião. Chegando lá, outros ônibus semelhantes ao nosso estacionavam cheios de passageiros trazidos das regiões mais distantes da Bacia do Una. No salão as cadeiras da casa de show estavam dispostas em forma de auditório. O público era composto em grande parte por mulheres acompanhadas de crianças pequenas que corriam pelo salão ou que ainda estavam no colo devido à sua pouca idade.

Com aproximadamente 45 minutos de atraso a reunião começou. A mesa do Fórum era composta pela Vereadora Ivanize Gasparim e pelo já conhecido Deputado Estadual Carlos Bordalo. O Ministério Público fora convidado, mas o Promotor Raimundo Moraes, da 3ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo do MPE-PA, mandou aos leões um representante chamado Tarcísio Feitosa. Este representante também compôs a mesa. Alexandre e Mariana, dois moradores de áreas atingidas por alagamentos, completavam a formação da mesa, representando os demais moradores presentes. O primeiro representava a área do Canal do Galo no Bairro da Pedreira e Mariana representava a comunidade Água Cristal, às margens dos Canais São Joaquim e Água Cristal no Bairro da Marambaia.

Além de Alexandre e Mariana, o Fórum também reunira um grande número de moradores e lideranças políticas de vários bairros e áreas afetadas por alagamentos e falta de saneamento. Caso essas pessoas quisessem se expressar sobre os problemas de seu bairro ou rua, precisavam inscrever-se e esperar sua vez de serem chamados à frente da mesa, onde tinham seu tempo de fala cronometrado. As performances giravam em torno das recentes inundações provocadas pelas grandes chuvas, do abandono das áreas alagáveis por parte do poder público e das promessas descumpridas por políticos no passado. De um modo geral, havia um grande ceticismo em relação aos efeitos daquela que parecia ser apenas mais uma reunião entre tantas outras. Parecia que este contato com parlamentares locais era algo comum para audiência do fórum em sua busca constante pela melhoria de suas condições de vida. Mesmo assim, o evento contava com um grande número de pessoas presentes.

Logo chegou o momento de Alexandre se manifestar. Tendo a palavra diante do público, a questão que Alexandre discutia era a mesma que vinha discutindo deste ano de 2008. O argumento de Alexandre sobre as enchentes que assolam sua área se dirigia em três frentes. Em primeiro lugar, não há manutenção nos canais e galerias que estão assoreados,

cheios de entulho, mato e lixo. Em função disso, explicava Alexandre, a vazão do Canal do Galo que passa em frente à sua casa está reduzida, sendo menor que a vazão combinada dos dois canais (o canal da Rua Antônio Baena e o canal da Rua Visconde de Inhaúma) que deságuam juntos no Canal do Galo. Em segundo lugar, a manutenção nos canais da Bacia do Una não acontece porque o maquinário para executar esta tarefa foi extraviado ou está sendo utilizado de forma inadequada. Em terceiro, os alagamentos também acontecem porque, embora as obras do Projeto de Macrodrenagem do Una tenham sido dadas como encerradas, ao longo das vias principais beneficiadas existem obras pendentes de microdrenagem, isto é, há logradouros que não receberam asfaltamento, terraplenagem e nem esgotamento pluvial, o que facilita o acúmulo da água nas ruas ou no interior de quadras.

Alexandre também falou sobre o sumiço do maquinário que o BID entregou ao Governo do Estado exclusivamente para manutenção das obras de macrodrenagem e que foi repassado à gestão municipal, sendo extraviado logo em seguida. Na presença do representante do MPE, Alexandre também falou sobre a Ação Civil Pública Ambiental movida por habitantes da Bacia do Una - entre eles o próprio Alexandre - contra a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado e a COSANPA em virtude de diversas irregularidades no Projeto Una que estavam provocando alagamentos na Vila Freitas e em outras áreas na Bacia do Una. Diante de tantas improbidades e omissões da administração pública, no fim de seu discurso Alexandre pergunta indignado: “Eu não quero melindrar vossa excelência, mas onde está o Ministério Público?”. O público presente aplaudiu.

Figura 37 - Alexandre (em pé à direita) e o Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém



Fonte: Acervo próprio.

Apesar dos aplausos, poucos pareciam interessados em responder a pergunta de Alexandre. O objetivo primeiro da reunião evidentemente não era falar sobre problemas estruturais ou improbidades administrativas de gestões municipais e estaduais anteriores. Apesar da presença do representante do MPE - evidentemente usado como bode expiatório pelo órgão - discutir o papel do Poder Judiciário e do MPE definitivamente não era a finalidade do Fórum dos Alagados. No entanto, havia interesses específicos em jogo na criação do Fórum, como veremos a seguir.

Antes de a reunião chegar oficialmente ao seu fim, a Vereadora Ivanize proferiu as últimas palavras da noite, dizendo ao público que havia contratado duas estagiárias de Direito para encaminhar processos individuais contra a Prefeitura de Belém com a finalidade de obter indenização pelos danos materiais provocados pelas inundações.

No momento, percebi que a intenção de Ivanize ao conduzir Alexandre à mesa do Fórum consistira em usar a Ação Civil Pública coletiva como base para que a Vereadora pudesse, afinal, trazer a solução para as perdas individuais ocasionadas pelas chuvas. Alexandre concordou comigo quando lhe expus esta opinião, pois achou que a questão coletiva da Ação Civil Pública fora ofuscada pela possibilidade de obter indenizações individuais oferecidas pela Vereadora. Ora, o discurso da Vereadora Ivanize obedecia à seguinte lógica: se existe uma ação coletiva, então também é possível o encaminhamento de ações individuais por danos materiais e morais, o que será proporcionado por ela própria em seu mandato.

É certo que o juízo feito por mim do que pareceu ser finalidade última do Fórum partiu de uma pessoa que vivia no quarto andar de um prédio de classe média em um bairro que não é alagado pelas chuvas e marés de inverno. Mas Alexandre também compartilhou da opinião de que a proposta de Ivanize esvazia o sentido da Ação Civil Pública Ambiental que ele e seus vizinhos vêm movendo há 5 anos. Lurdinha, uma vizinha e amiga de Alexandre que mora em frente ao Canal do Galo, falou para mim após a reunião do Fórum: “Eu não concordo com isso! Vão me indenizar hoje, mas e no ano que vem?” - fazendo referência ao ciclo das chuvas inverniais que se repete ano após ano. Alexandre também se mostrou bastante crítico em relação às indenizações, dizendo: “Se te pagam indenização, eles compram o direito de fazer o que quiserem contigo!”.

Depois da reunião, Alexandre e eu saímos caminhando enquanto falávamos sobre nossas impressões a respeito da reunião. Alexandre estava indignado. Seu discurso inspirado sobre a Ação Civil Pública Ambiental e a necessidade de cobrar a manutenção dos canais da Bacia do Una com um maquinário desaparecido pareciam ter sido em vão. A possibilidade de indenização por perdas materiais era o que havia motivado grande parte dos moradores e lideranças comunitárias que compareceram à reunião. Compartilhei com ele minha opinião de que as pessoas, de um modo geral, se motivam mais facilmente por questões individuais, práticas e de retorno a curto prazo. Era mais fácil para o público do Fórum se mobilizar em função de “meus móveis perdidos”, “minha geladeira arruinada”, “minhas compras do mês estragadas” do que e em razão de uma Ação Civil Pública coletiva que ainda parecia um procedimento jurídico difícil de entender para algumas pessoas, embora possa ter resultados mais efetivos em longo prazo. Alexandre pareceu concordar comigo, mas não se fez menos insatisfeito com a proposta do Fórum.

Ativo durante o primeiro semestre de 2013, o Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos não tinha provocado grandes repercussões ou gerado resultados positivos em

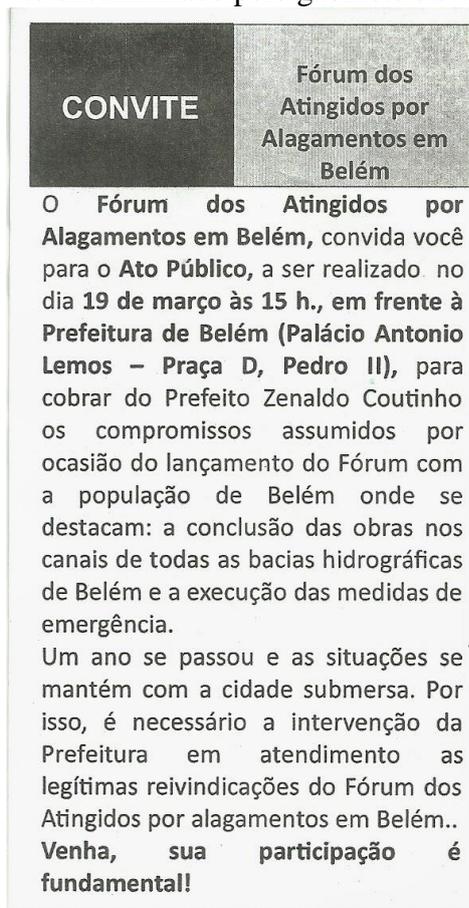
termos da melhora das condições infraestruturais em áreas vulneráveis a alagamentos. O resultado da principal proposta do Fórum também havia sido de curto alcance: mais tarde fiquei sabendo que apenas duas pessoas procuraram as estagiárias de direito contratadas pela Vereadora Ivanize Gasparim para auxiliar em processos individuais por danos materiais contra a Prefeitura. O Fórum ainda promoveu reuniões em diferentes distritos administrativos da capital e eventualmente voltou a ouvir os habitantes da Bacia do Una.

Em uma outra reunião ocorrida no dia 21 de maio no SINPRO-PA, a Vereadora e seus assessores pediram que os moradores da Bacia do Una falassem sobre que obras seriam prioritárias em cada comunidade afetada por alagamentos. O objetivo da enumeração de obras prioritárias e pontuais era que a Vereadora pudesse, posteriormente, levar essas demandas pessoalmente ao Prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB). Levar as demandas diretamente ao Prefeito podia parecer, para a Vereadora e os comunitários presentes, um meio eficaz de obter atenção para a resolução de problemas de falta de infraestrutura urbana. Por outro lado, a Vereadora transformava o que deveria ser uma questão de cidadania em algo que seria resolvido através de mecanismos de ordem pessoal. Com isso, reforçava a velha máxima que sustenta a exclusão social e a existência de cidadanias diferenciadas (HOLSTON, 2013) no Brasil: "Aos amigos, tudo. Aos inimigos a lei". Ou seja, se os direitos dos moradores ao saneamento e salubridade ambiental não eram garantidos pela lei, então estes deveriam esperar que suas demandas fossem atendidas por meio da amizade, do compadrio ou da negociação direta entre a Vereadora e o Prefeito.

Além disso, ao tentar estabelecer prioridades entre as obras necessárias para cada comunidade, a equipe da Vereadora insistia na realização de obras pontuais e paliativas dentro de uma Bacia Hidrográfica cuja realidade física e das obras implantadas devem ser consideradas enquanto um sistema interdependente. A personalização das reivindicações em torno de Ivanize e a individualização das comunidades e das obras a serem realizadas seguia a lógica das trocas entre políticos e lideranças comunitárias. No dia 21 de maio de 2013 pude perceber que, para algumas lideranças, resolver o problema dos alagamentos era tão importante quanto à regularização de seu centro comunitário ou associação de moradores. A Vereadora ajudaria nesse processo de legalização e regularização de entidades comunitárias e em troca aumentaria sua influência política sobre uma determinada área. A mesma lógica se aplicaria à realização de obras pontuais como aterramento, pavimentação e dragagem de canais em determinados logradouros ou comunidades. Toda a política representativa no nível municipal parece funcionar dessa forma: pessoalizada e fragmentada.

A partir do segundo semestre de 2013 Ivanize Gasparim distanciou-se das discussões sobre alagamentos em Belém. Manteve, porém, o vínculo com algumas comunidades que haviam participado do Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos, bem como com Alexandre e Antônio Carlos. Porém, quando as chuvas retornaram no primeiro semestre de 2014, recebemos o seguinte convite encaminhado pelo gabinete da Vereadora Ivanize:

Figura 38 - Convite encaminhado pelo gabinete da Vereadora Ivanize



Fonte: Acervo próprio.

A trama envolvendo o ato público possuía outras camadas. Enquanto a manifestação acontecesse do lado de fora do prédio da Prefeitura, a Vereadora se reuniria com o Prefeito para a negociação de obras que mitigassem o problema dos alagamentos em Belém. O objetivo deste arranjo era o de que o ato público pressionasse o Prefeito a assumir um compromisso efetivo com a questão nos termos mais próximos daqueles propostos por Ivanize.

O ato estava marcado para as 15 horas. Sendo assim, cheguei ao local do ato público pouco antes do horário estipulado. Alexandre já me esperava. Antônio Carlos não compareceu, sua participação nesses eventos é bastante dificultada pelo fato de ser o

responsável por uma tia que possui problemas crônicos de saúde. Ainda estava cedo, mas estranhei o número reduzido de pessoas presentes. Não havia ônibus fretados e nem assessores da Vereadora por perto. Apenas um grupo de pessoas ligadas a movimentos sociais e alguns moradores prejudicados por alagamentos se reuniam na praça em frente à prefeitura.

Os que se fizeram presentes naquela tarde na verdade não tinham sido avisados de que o ato público fora cancelado. Ainda às 11 horas da manhã o Prefeito havia suspenso a audiência com a Vereadora Ivanize em função de uma reunião urgente com todos os seus secretários sobre os preparativos para o recebimento da Presidente Dilma Roussef, a qual visitaria Belém no dia seguinte. Vendo que a sua reunião pessoal com o Prefeito havia sido desmarcada, a Vereadora também resolveu dissolver o ato público que ocorreria naquela tarde.

Por um lado, teria sido melhor conjugar a audiência da Vereadora com o Prefeito e o ato público do lado de fora da prefeitura, havendo assim a sobreposição de diferentes formas de reivindicação por saneamento e melhores condições de vida. Por outro lado, o condicionamento do ato público ao encontro da Vereadora com o Prefeito se torna incômodo porque evidencia a dependência de formas de cidadania civil organizada em relação à agenda política pessoal de líderes parlamentares. Nesse caso, teria sido melhor prosseguir com o ato público mesmo sem a reunião do Prefeito com Ivanize, sobretudo diante do fato de que agora todos os seus secretários estariam presentes no prédio da prefeitura, inclusive os de saúde e saneamento.

Após este evento, Alexandre e Antônio Carlos não mais receberam convites de reuniões ou atividades do FMVAB. Acreditamos que o referido Fórum encerrou suas atividades, uma vez que outros amigos da Bacia do Una também não tiveram mais notícias a respeito do Fórum ou ações da Vereadora Ivanize relacionadas à questão dos alagamentos.

A etnografia dos eventos ligados ao Fórum Municipal dos Alagamentos mostra que existe um descompasso entre os métodos da política representativa no nível local e as formas de reivindicação da sociedade civil organizada. A política representativa local - arbitrariamente personificada na figura da Vereadora Ivanize Gasparim em virtude da etnografia realizada - funciona de forma fragmentada, isto é, através da intermediação junto ao Poder Executivo por obras pontuais em comunidades isoladas. Os resultados dessa intermediação são buscados em curto prazo, pois precisam acontecer no intervalo de um mandato parlamentar. Por fim, essa política é voltada para interesses individuais, sejam eles os interesses dos parlamentares em se manterem em seus cargos por maior tempo possível, sejam os interesses de lideranças das comunidades que, através dos contatos com gabinetes de

políticos, buscam ganhos pessoais ou o entrincheiramento em seus Centros Comunitários ou Associações de Moradores.

Em contrapartida, formas de cidadania civil organizadas representadas - para o caso desta pesquisa - por Alexandre, Antônio Carlos e a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una parecem superar o modelo de reivindicação da política representativa. A Ação Civil Pública, além de ser um processo de caráter coletivo, postula sobre a manutenção das obras implantadas na Bacia do Una como um todo. Isso significa que, na Ação Civil Pública, as intervenções exigidas devem considerar a Bacia Hidrográfica enquanto sistema interdependente de galerias e canais, além das comportas na foz no Igarapé do Una. Isso implica que obras ou ausência de obras podem gerar impactos em outros pontos totalmente diferentes da Bacia. Sendo assim, parte da solução para os problemas na Bacia do Una não dizem respeito ao trabalho em obras pontuais e paliativas, mas à revitalização do conjunto de obras implantado e à realização da manutenção periódica nos termos dos manuais técnicos³⁶ produzidos por profissionais da COSANPA e revisados pela SESAN e pela Leme Engenharia³⁷ (empresa consultora que realizou as obras). Além do mais, os resultados pretendidos pela FMPBU só podem ser alcançados em longo prazo, até pela morosidade com que a justiça brasileira trata estas questões. Isso acarreta a perda de interesse de cidadãos indignados e aliados políticos, os quais não conseguem vislumbrar a possibilidade de efeitos positivos em curto prazo. No entanto os resultados almejados pela Ação Civil Pública se mostram mais efetivos e duradouros, caso sejam alcançados.

As abordagens da política representativa e das formas de cidadania civil organizada também divergem em questões que dizem respeito a práticas de cidadania que evocam diferentes relações de diferença e igualdade sociais na democracia brasileira (HOLSTON, 2013). De um lado, o modelo posto em prática por vereadores e deputados assinala a diferença entre os cidadãos e os donos do poder, estimulando a dependência de figuras carismáticas que sirvam como intermediários entre as comunidades e o Prefeito ou Governador. Do outro, a perspectiva de Antônio Carlos e Alexandre se baseia no princípio democrático da igualdade perante a lei, tendo o Poder Judiciário como intermediário entre os cidadãos e o Poder Executivo em nível municipal e estadual.

A experiência de Antônio Carlos e Alexandre com redes de políticos, lideranças comunitárias e movimentos sociais é mais uma expressão da memória da Bacia do Una. Sua

³⁶ Manual de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Sanitário e Água Potável da Bacia do Una, agosto de 2001; Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una – Volume I, maio de 2002 e Manual de Operação e Manutenção das Comportas do Una e Jacaré.

³⁷ Empresa consultora que realizou as obras de macrodrenagem do Projeto Una.

trajetória como cidadãos - que implica na busca pelo reconhecimento de seus direitos e pela sua inclusão igualitária na democracia brasileira - está intimamente relacionada a camadas recentes da experiência de Belém com o saneamento e com o manejo de seus recursos hídricos. As decisões técnicas pela canalização dos riachos e igarapés da cidade resultaram em um amplo sistema de contenção de águas que necessitava de bastante trabalho e investimento para se manter sua funcionalidade. A perda dessa funcionalidade resultou em alagamentos, que por sua vez deram origem à Ação Civil Pública Ambiental ajuizada a partir da denúncia de Antônio Carlos, Alexandre e mais quatro de seus vizinhos.

Este processo judicial agenciou diversas alianças e rupturas, motivou discussões e chamou a atenção de diversos atores - incluindo o pesquisador - sobre os problemas ainda existentes na Bacia do Una mesmo após o Projeto de Macrodrenagem. Hoje, as decorrências da denúncia realizada por 6 cidadãos da Bacia do Una se entrelaçam à trajetória de Alexandre e Antônio Carlos como atores políticos, redefinindo suas narrativas biográficas e seus projetos para o futuro. Para além das trajetórias de seus autores, a trama envolvendo a Ação Civil Pública já se constitui como mais uma camada narrativa na memória ambiental da Bacia do Una. Para compreender melhor esta trama, o próximo capítulo trata da Bacia do Una judicializada.

CAPÍTULO 7

7 A BACIA DO UNA JUDICIALIZADA

O capítulo anterior mostrou alguns aspectos dos conflitos desencadeados pelos alagamentos na Bacia do Una. Entendemos que os alagamentos exacerbaram conflitos ambientais entre parte da população e o Poder Executivo nos âmbitos Municipal e Estadual. Por um lado, habitantes da Bacia do Una queixam-se de alagamentos e atribuem sua causa à incapacidade da prefeitura em manter a funcionalidade de um grande sistema de drenagem. A isso, ainda, se soma o sucateamento do sistema de esgoto da capital, cuja responsabilidade é do Governo do Estado. Por outro lado, o poder executivo municipal e estadual garante que executa a manutenção de canais, galerias e fossas, transferindo para a população a responsabilidade pela própria situação de vulnerabilidade ao dano ambiental, conforme foi mostrado no quinto capítulo³⁸.

Este conflito motivou alianças e rupturas dos interlocutores desta pesquisa com políticos locais e movimentos sociais, o que suscitaram narrativas e experiências sobre a Bacia do Una que se confundem com a trajetória de Alexandre e Antônio Carlos enquanto cidadãos. Em um determinado momento desta trajetória o Poder Judiciário se tornou o principal mediador desse conflito através de uma Ação Civil Pública Ambiental contra a Prefeitura Municipal, o Estado do Pará e a COSANPA pela obrigação de dar manutenção, à rede de drenagem e ao sistema de esgoto, implantados pelo Projeto Una concluído em dezembro de 2004.

Este capítulo enfoca outro aspecto das práticas de cidadania (HOLSTON, 2013) na democracia brasileira, isto é, o contato com o poder judiciário que funciona a partir de um discurso igualitário de acesso universal à Justiça. Tal como no capítulo anterior, essas interações com o judiciário e suas consequentes sensibilidades jurídicas (SCHUCH, 2001; LIMA, 2009) são mostradas através da trajetória de habitantes da Bacia do Una que buscaram o apoio da justiça para a defesa de seus direitos ao saneamento básico e ao bem-estar ambiental. Para o caso dessa pesquisa, as interações entre moradores da Bacia do Una e o Judiciário foram observadas por mim através do acompanhamento de reuniões e atividades do MPE que tinham como objeto a Bacia do Una. Dentre essas atividades, destacam-se as visitas técnicas realizadas pelo MPE para averiguação das condições físicas das obras de macrodrenagem na Bacia do Una. Nessas ocasiões tive contato mais próximo com o Promotor

³⁸ A culpabilização dos pobres é um aspecto recorrente dos conflitos ambientais e em Belém isso ganha força através da abordagem de parte da mídia regional sobre as situações de inundações pelo transbordamento dos canais em Belém, como foi mostrado no capítulo 5.

de Justiça e sua equipe técnica de modo a observar seus procedimentos e formas de produção da verdade.

Ao longo deste capítulo se tornará evidente que, assim como as pessoas, os processos judiciais também ordenam a realidade e são capazes de tecer uma intriga narrativa (RICOEUR, 1992). A elaboração de sentidos, o manejo de símbolos, bem como a relação da experiência urbana no tempo, são encadeados em processos judiciais que tem a cidade como cenário. Os problemas abordados por técnicos do judiciário e pelas partes envolvidas em processos judiciais possuem uma profundidade temporal que é mostrada em seus discursos e narrativas. Esses sujeitos são, antes de tudo, habitantes de Belém e expressam seus pontos de vista sobre a cidade a partir de seus espaços de enunciação politicamente situados no conjunto da cidade.

7.1 A Ação Civil Pública Ambiental

Uma Ação Civil Pública é um instrumento de solução judicial e pacífica de conflitos onde são colocados em questão os direitos coletivos ou difusos garantidos pela Constituição Federal. Este procedimento cabe em situações nas quais é necessária a proteção de grupos sociais cujos indivíduos são indetermináveis, tais como no caso dos danos ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, bem como os danos ao meio ambiente (GOMES, 2010). Uma Ação Civil Pública de responsabilização civil por danos ambientais pode ser impetrada contra indivíduos, empresas privadas e mesmo contra o Estado.

Atualmente este instrumento é o mais utilizado na tutela do meio-ambiente, tendo em vista que a sua pretendida eficácia social não consiste apenas na punição dos réus, mas na possibilidade de alterar condições ambientais inadequadas. A esse respeito, três possibilidades se apresentam aos réus: a recuperação *in loco* do dano ambiental, a compensação ecológica no caso da impossibilidade de recuperação *in loco* e a indenização em dinheiro pelo dano causado. No caso da Ação Civil Pública Ambiental tratada neste tópico o que está em jogo é justamente a recuperação *in loco* dos canais, galerias e comportas instalados pelo Projeto Una. A petição do processo postula sobre uma "obrigação de fazer", isto é, de desempenhar serviços que deveriam ter sido executados na Bacia do Una, mas não o foram.

Como já foi mencionado anteriormente, o Processo de nº 0014371-32.2008.814.0301 relativo à Ação Civil Pública Ambiental movida contra o Estado, a Prefeitura e a COSANPA foi ajuizado em 2008 em função do acúmulo de denúncias no Ministério Público Estadual

referente a alagamentos. Essas denúncias deram origem a processos investigativos onde os alagamentos apareciam não mais como fenômenos estritamente naturais, mas como sintomas da falha de estruturas políticas destinadas à contenção destes eventos desastrosos que se repetem a cada ano em Belém. A proposição de que as causas das inundações são técnicas e não naturais é reforçada. Esse era, desde o princípio, o posicionamento intuitivo de Antônio Carlos e Alexandre sobre as inundações na área do Canal Antônia Nunes e no Canal do Galo, respectivamente.

A Promotoria responsável por receber as denúncias sobre falta de manutenção e existência de obras pendentes na Bacia do Una foi a Promotoria de Defesa do Meio-Ambiente, Patrimônio Histórico, Habitação e Urbanismo do MPE. Três Promotores já foram substituídos na condução da questão. O Julgamento do processo ficou nas mãos do Juiz Marco Antônio Lobo Castelo Branco, titular da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os réus do processo são a Prefeitura Municipal, o Estado do Pará e a COSANPA. O Governo no Estado do Pará foi impetrado por ser o mutuário final do empréstimo com o BID para realização do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. A falta de manutenção no Projeto Una após sua conclusão pode significar a quebra de cláusulas contratuais de empréstimo. A COSANPA se tornou réu do processo em virtude de ter sido o órgão gerenciador do Projeto Una. Logo, seriam de sua responsabilidade quaisquer irregularidades na execução do referido projeto, tal como a exclusão de áreas a receberem benefícios ou a permanência de obras inacabadas. Além do mais, como ficou evidenciado no relatório final da Comissão Temporária Externa da ALEPA, a COSANPA não vem dando manutenção ao sistema de fossas individuais e coletivas implantado pelo Projeto Una. Há também a necessidade da conclusão de uma nova Estação de Tratamento de Esgotos na Bacia do Una, o que ainda não aconteceu. A prefeitura, por sua vez, entra no processo como réu por estar responsável pela manutenção do conjunto de obras do Projeto Una após sua conclusão através de sua SESAN, assumindo também o compromisso de dar prosseguimento a obras de microdrenagem pendentes, tais como a Vila Freitas, a Passagem Antônia Nunes e muitas outras que permaneceram sem revestimento, terraplenagem e drenagem superficial.

No entanto, Alexandre, Antônio Carlos e seus vizinhos não foram os primeiros a recorrer ao Poder Judiciário em virtude de possíveis irregularidades no Projeto Una. Moradores de outras áreas da Bacia do Una não beneficiadas pelo PMU já haviam procurado o Ministério Público. A etnografia junto a habitantes da Bacia do Una revelou que as denúncias de Antônio Carlos e Alexandre possuíam antecedentes.

7.2 Antecedentes

A Bacia do Una possui três áreas que, conforme a opinião de técnicos e militantes políticos é reconhecida como "áreas críticas" do ponto de vista da salubridade ambiental e do saneamento básico. Estas áreas e seus personagens já foram apresentados no capítulo 3. É o Conjunto Santos Dumont, no Bairro da Maracangalha, a Comunidade Água Cristal, no Bairro da Marambaia e a Nova Aliança na intersecção entre os Bairros da Sacramento e do Barreiro. Trata-se de locais que, apesar de fazerem parte do território geográfico da Bacia do Una, não foram beneficiadas em nenhuma das três vertentes do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, isto é, saneamento básico, renovação urbana e promoção socioeconômica, o que corresponde à instalação da infraestrutura urbana necessária para uma vida digna e regularização fundiária dos imóveis, muitos deles localizados em áreas pertencentes a terceiros.

Durante o trabalho etnográfico em eventos e fóruns para discussão sobre inundações, assim como a partir do contato com profissionais da área do saneamento, ouvi algumas justificativas para a exclusão dessas áreas do Projeto Una. Os técnicos defendem-se dizendo que na década de 80, época em que o projeto foi concebido, estas áreas ainda não existiam como espaço estabelecido de moradia. Sendo de ocupação recente (e em grande parte irregular por se localizarem em áreas da União ou de proprietários particulares), estes lugares acabaram ficando à parte da grande obra de reforma urbana que pretendia sanear as baixadas da Bacia do Una e regularizar as propriedades fundiárias de seus habitantes. Isto poderia ser verdadeiro ao menos para locais como a Comunidade Água Cristal, cuja ocupação realmente se deu apenas no início dos anos 2000.

Especialistas que trabalharam no PMU também relatam que o projeto foi revisitado durante a década de 90 quando houve uma pausa nas obras em função da suspensão do financiamento do BID. Quando o financiamento e as obras retornaram – e devido ao baixo preço do dólar na época – foram incluídos muitos logradouros que inicialmente não seriam beneficiados. Ou seja, mesmo sem contemplar as três "áreas críticas" e deixando diversas pendências de microdrenagem, os técnicos defendem o Projeto Una dizendo que este ainda teria cumprido mais do que prometeu a princípio, beneficiando mais pessoas.

Os moradores dessas áreas e os movimentos sociais contrariam o argumento dos técnicos dizendo que se o projeto foi revisto nos anos 90 com a interrupção do financiamento, então seria possível incluir pelo menos o Conjunto Santos Dumont e a Nova Aliança como

beneficiários do Projeto Una. Estas áreas não apenas já existiam como espaço habitado há um bom tempo na década de 90, como também muitos de seus moradores já participavam ativamente da luta pelo saneamento na arena política e das discussões promovidas pela administração do Projeto Una, como era o caso de Dona Barroso da Nova Aliança e Seu Jorge Luís do Conjunto Santos Dumont. A existência dessas áreas como locais necessitados de urbanização não era um segredo.

Em uma de nossas entrevistas, Seu Jorge Luís conta como gestores do PMU reconheciam o Conjunto Santos Dumont como uma pendência do projeto ainda na fase de execução das obras de macrodrenagem. No trecho abaixo, Seu Jorge fala sobre o momento em que começa a perceber que sua vizinhança seria excluída das obras do Projeto Una:

Daquele momento em diante, nós começamos a sentir uma falta de apoio da Prefeitura de Belém. Uma falta de apoio técnico da Prefeitura de Belém. O movimento começou a sentir isso, que era um engajamento e a colocação das áreas atingidas na execução do projeto. A gente chamava, e chamamos várias vezes, o Comitê Assessor³⁹, que era o comitê fiscalizador do projeto pra tentar fazer esse trabalho, que eles poderiam fazer isso, mas eles se negavam: “Não, primeiro nós temos que fazer a parte estrutural, o grande rio”[...] Era o aterramento das marginais: “Vamos primeiro construir isso”. Porque era assim era a ideia que eles colocavam: quando a gente vai fazer uma coisa, primeiro a gente constrói a base e depois a gente faz os arremates. O problema é que esses arremates até hoje não foram feitos, mestre.

A "base", no entendimento de Seu Jorge Luís e do Comitê Assessor, seria a abertura dos grandes canais e o trabalho de urbanização a ser realizado nas margens dos mesmos. Quanto aos "arremates", estes seriam realizados posteriormente segundo a estrutura administrativa do Projeto Una. Segundo essa lógica, era necessário assegurar a execução das obras prioritárias para depois urbanizar as "áreas de acesso", isto é, logradouros e conjuntos de vias localizados nas proximidades dos principais canais da Bacia do Una. De todo modo, para Jorge Luís e seus vizinhos estava, aparentemente, garantido que sua vizinhança receberia obras do PMU. Havia promessas verbais e informais por parte da administração do Projeto Una. Tais promessas não constavam em documentos oficiais, mas eram reforçadas pela lógica de execução do projeto. Segundo essa lógica, os canais realmente eram a prioridade, mas pouco a pouco vias transversais também começavam a ser urbanizadas.

³⁹ O Comitê Assessor do Projeto Una foi entidade administrativa formada por representantes da Prefeitura Municipal, do Estado do Pará e das comunidades da Bacia do Una durante a execução do referido projeto. Após o término das obras de macrodrenagem, o Comitê Assessor e as COFIS deram lugar ao CONGEB/Una enquanto órgão regulador e responsável pelo diálogo entre a sociedade civil e o Estado no que diz respeito ao Projeto Una.

Como foi mostrado no capítulo 3, o Conjunto Santos Dumont não recebeu obras do PMU, o que resultou na criação de um bolsão de alagamentos e insalubridade sanitária. Seu Jorge Luís conta que ele e seus vizinhos recorreram ao MPE. A denúncia dos moradores postulava que o Projeto Una havia deliberadamente colocado o Conjunto Santos Dumont à parte das suas obras de saneamento, vias e drenagem. Para eles, parecia óbvio que sua vizinhança deveria ter sido contemplada pelo referido projeto. Afinal de contas, moradores como Seu Jorge Luís estavam envolvidos nas discussões sobre o Projeto Una desde a fase de sua concepção através de movimentos sociais pela reforma urbana. Além disso, muitos moradores da área haviam trabalhado no Projeto Una como operários, entre eles o próprio Jorge Luís. Por último, eles ainda contavam com a palavra do Comitê Assessor do Projeto Una, entidade administrativa formada por representantes da Prefeitura, do Estado e das comunidades da Bacia do Una.

Tomado o conhecimento sobre a denúncia, a resposta do MPE aos moradores não podia ser mais desanimadora: a acusação feita pelos moradores seria "infundada segundo informação técnica do Governo do Estado". A "informação técnica" era a de que o Conjunto Santos Dumont não estava incluso no plano de obras do Projeto Una. No entanto, outras áreas sem plano de intervenção haviam sido contempladas pelo PMU, o que tornava muito confusos os critérios de inclusão e exclusão nas obras. No que diz respeito à realização de obras no Conjunto Santos Dumont, os moradores do local contavam apenas com a palavra dos gestores do Projeto Una. Acontece que, para fins judiciais, as palavras não tinham grande serventia. Eram necessários documentos comprobatórios como um plano de implementação de obras – que sofreu muitas alterações desde o início do PMU – ou um mapa com as obras de microdrenagem deixadas pendentes pelo Projeto Una. O acesso a estes documentos é dificultado pela COSANPA e pela SESAN.

Sobre a situação enfrentada pelos moradores do Conjunto Santos Dumont junto ao Poder Judiciário, algumas possibilidades de interpretação se apresentam. Pode ser que, a princípio, o Projeto Una tivesse planos de intervenção para a área, mas não fora possível realizá-los por falta de recursos ou urgência política de dar o projeto como concluído no fim de 2004. É possível também que o conjunto não fosse uma área prioritária para intervenção. Não constando no planejamento formal do PMU, a área foi naturalmente esquecida. Talvez a intervenção na área tenha sido dificultada devido a problemas para a regularização fundiária dos imóveis, uma vez que aquelas terras pertencem a terceiros e há conflitos pelo reconhecimento da sua propriedade. Ou pode ser que realmente nunca tenha havido a intenção de beneficiar o Conjunto Santos Dumont com obras do Projeto Una.

Minha posição é a de que o Conjunto Santos Dumont, pela sua localização e pela não regularização de seus imóveis, foi mantido como uma grande reserva especulativa de terras urbanas. Seu Jorge Luís até hoje acredita – baseado em sua experiência como militante político – que os recursos destinados a urbanizar o Santos Dumont foram deslocados para o asfaltamento de ruas no Bairro da Pedreira, também na Bacia do Una. Porém, não há como comprová-lo diante da justiça.

Estes antecedentes vêm mostrar as limitações da concepção liberal de justiça. Os princípios democráticos e liberais do acesso universal à justiça encontram obstáculos na distribuição desigual do acesso à informação e aos procedimentos técnicos do Poder Judiciário que conduzem a regimes de verdade específicos (LIMA, 2009, p. 41-2). Estes regimes de verdade que são construídos tecnicamente estão bastante afastados do cotidiano vivenciado por pessoas como Jorge Luís, seus vizinhos ou seus companheiros de movimento social. Como seria de se esperar em uma sociedade democrática, o Ministério Público Estadual não questionou a reivindicação dos moradores pelos direitos ao saneamento básico e à moradia digna. No entanto, se não era inverídica, a acusação foi tida como "infundada" devido à ausência daquilo que o Poder Judiciário considerava como documentos comprobatórios e como provas materiais inequívocas. O impasse não estava no reconhecimento dos fatos, mas na constatação de que os modos de produzir verdades para os moradores do Conjunto Santos Dumont simplesmente não se alinhavam às formas técnicas de produção de verdades jurídicas.

7.3 As Visitas Técnicas do MPE à Bacia do Una

Desde o início, a Ação Civil Pública movida por Alexandre, Antônio Carlos e seus vizinhos não apresentava perspectivas de resultados satisfatórios para os moradores da Bacia do Una. A continuidade dos trabalhos investigatórios e dos debates com o Poder Público e com a sociedade civil era prejudicada pela troca constante dos Promotores responsáveis pela condução do processo. A Promotora que ajuizou a questão em 2008 havia sido Daniella Dias, que logo em seguida foi substituída por Benedito Wilson Corrêa de Sá, que em 2011 já tinha dado lugar a José Godofredo Pires dos Santos. Em 2013, quando iniciei a pesquisa etnográfica, o responsável pela 3ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Habitação e Urbanismo era Raimundo Moraes. À troca de Promotores, somava-se ainda a dificuldade de diálogo com representantes da Prefeitura que insistiram, em um

primeiro momento, em desqualificar a denúncia apresentada ao MPE, como foi mostrado no capítulo anterior.

No segundo semestre de 2013, o Juiz responsável pelo julgamento do processo Marco Antônio Castelo Branco – aquele mesmo que havia declarado "ausência de provas inequívocas" em 2008 – manifestou-se novamente depois de 5 anos. Não se sabia exatamente o porquê desta manifestação tardia. As catastróficas inundações daquele ano podem ter aberto os olhos dos órgãos judiciários, ou talvez este fosse um efeito do trabalho da Comissão Temporária Externa da ALEPA no primeiro semestre de 2013. Pode ser que o trabalho da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una nas ruas, em órgãos públicos e na internet, tenha surtido o efeito de mostrar que havia setores da sociedade interessados na Ação Civil Pública Ambiental, o que pode ter provocado certa pressão sobre o Poder Judiciário. Diante da manifestação do Juiz, o Promotor Raimundo Moraes convocou uma reunião entre sua equipe e os autores da denúncia para compartilhar informações.

Estive presente nesta reunião, na qual também participaram Antônio Carlos, Alexandre, sua vizinha Neide, além do Promotor e sua assistente. Neste encontro, Raimundo Moraes basicamente informou a manifestação do Juiz e falou sobre aqueles que seriam os próximos passos do processo. Antes, ele revelou que o Juiz tinha sido levado a se manifestar pelo Conselho Nacional de Justiça e que na opinião de seus pares estava protelando a resolução do conflito. Pressionado, o Juiz havia optado pela criação de um acordo entre os réus e os autores da denúncia. A princípio, esta decisão significava um retrocesso do ponto de vista dos procedimentos técnicos do Ministério Público. Geralmente, tentativas de acordo entre as partes são realizadas antes do ajuizamento da Ação Civil Pública como uma forma prática de solucionar conflitos e evitar processos longos e onerosos.

Raimundo Moraes contou que no início foi refratário a esta decisão do Juiz. O momento de fazer acordos já havia passado. Ele sabia que um acordo não era a sentença esperada por ele nem pelos autores da denúncia, não depois de tanto trabalho envolvido, de tantas provas reunidas e de tanto tempo transcorrido. No entanto, o Promotor disse que havia refletido bastante e concluíra que um acordo poderia ser algo positivo. Ele explicou que, levando em conta o problema apresentado na Ação Civil Pública Ambiental, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) seria mais eficaz que uma sentença. A sentença correspondia a um procedimento pontual: uma vez cumprida a sentença, o réu estaria livre e desobrigado de compromissos posteriores. O TAC, por sua vez, representava a possibilidade de um trabalho contínuo de observação do cumprimento das obrigações do réu. A "obrigação de fazer" da Prefeitura, do Estado e da COSANPA não residia apenas na recuperação *in loco* de obras e

conclusão de pendências, mas também na manutenção contínua de um sistema de macrodrenagem. Ou seja, era necessário um trabalho de longo prazo e, para este caso, um TAC seria mais adequado.

O TAC também apresentava outra vantagem. Além da observação contínua do cumprimento de seus termos, o acordo também possibilitava o envolvimento direto das comunidades envolvidas. Isso significava que os autores da denúncia participariam da formulação dos termos do acordo, tendo também responsabilidades ao longo desse processo. Afinal de contas, o que parecia ser uma condescendência do Juiz, poderia ser usado como trunfo pelo MPE e pelos autores da Ação Civil Pública.

Além disso, Alexandre e Antônio Carlos foram chamados pelo Ministério Público para participar de verificações das condições das obras de macrodrenagem em diversas áreas da Bacia do Una. O objetivo dessas visitas técnicas não era meramente investigativo, uma vez que os procedimentos investigatórios por parte do MPE também são etapas cronologicamente anteriores ao ajuizamento de Ações Cíveis Públicas. Na verdade, essas visitas técnicas tinham como objetivo coletar subsídios técnicos para a realização do TAC com a Prefeitura, a COSANPA e Estado. Para tanto, o MPE formou uma equipe técnica composta por representantes da SESAN, da COSANPA, uma engenheira civil como consultora técnica do MPE e uma estagiária para registrar o processo fotograficamente. O convite para essa comissão também se entendeu aos habitantes da Bacia do Una e demais cidadãos interessados na questão, entre os quais estava eu.

7.3.1 A Primeira Visita Técnica: 05 de novembro de 2013

A primeira visita técnica ou diligência do MPE pela Bacia do Una foi marcada para uma terça-feira pela parte da manhã. Neste dia participaram o Promotor Raimundo Moraes, sua assistente Luiza Tabosa, a engenheira civil e consultora do MPE Maylor Lêdo e uma estagiária responsável pelo registro fotográfico das atividades. O técnico da Prefeitura Vitor Vianna compareceu representando a Secretaria Municipal de Saneamento e o engenheiro sanitarista Amadeu Frade representava o Estado do Pará e a COSANPA. Alexandre, sua vizinha Neide e eu – na época também morador da Bacia do Una – representávamos os habitantes da Bacia do Una e os interessados na Ação Civil Pública. A formação deste grupo heterogêneo refletia a tentativa do Ministério Público de averiguar as condições das obras na Bacia do Una naquele momento e obter informações técnicas para pautar o TAC ao mesmo tempo em que envolvia a sociedade civil diretamente interessada no processo.

Encontramos-nos, todos, às oito e meia da manhã nas Comportas do Una, local onde é realizado o controle do fluxo de água da Baía do Guajará para a Bacia do Una e vice-versa. O primeiro aspecto do local que chamou atenção foi o acúmulo de lixo nas proximidades das comportas, contido apenas por uma ponte flutuante construída com barris de plástico e madeira. Por um tempo, a conversa do Promotor com o funcionário do local girou em torno do lixo e das impurezas que desaguavam no local. O jovem funcionário Arthur, que trabalha nas comportas há 8 anos e mora no Bairro da Terra Firme (Bacia do Tucunduba), contou que um cavalo morto já foi trazido pelas águas e que certa vez também encontraram um cadáver humano. Em seguida, fez uma demonstração do trabalho que realiza todos os dias: com uma grua mecânica, ele retirou parte do lixo contido pela ponte flutuante. Nessa experiência o elemento sensorial do olfato era o que mais se destacava até mesmo para o funcionário: "Eu já tô acostumado com o cheiro daqui, mas hoje tá demais". "Vocês não deram sorte", comentou Arthur.

Em seguida, o Promotor conversou com o funcionário responsável pela operação das comportas naquele período, Valdemar. Registrei no gravador essa conversa, na qual Valdemar respondia as perguntas do Promotor e explicava o funcionamento das comportas:

Aqui é uma bacia, quando a maré tá enchendo é de contenção e fica recebendo a água que chega das casas e se acumula no canal. Quando a maré seca, eu abro as comportas pra dar vazão. E vice-versa. Nós fazemos mais ou menos uma vez por dia. É cinco horas vazante, só que vai alterando os horários de acordo com a maré. Quem manda aqui é a maré. A gente não manda nada, ela que pede a hora pra abrir, a hora pra fechar.

Valdemar deixa claro que a função da rede técnica dos canais é acumular água enquanto as comportas estão fechadas por causa da maré alta. Com base nisso, o Promotor questionou o que acontece nos períodos de inverno, quando chove ao mesmo tempo em que as marés estão elevadas. Valdemar respondeu que, nesse caso, não abria as comportas, pois o prejuízo seria maior. A maré cheia, as comportas fechadas e os canais cheios eram uma combinação que resultava em inundações na Bacia do Una. Valdemar contou sobre a reação dos moradores das proximidades quando estes percebem o risco de inundações:

Quando tá cheio demais aqui, que a gente não pode abrir as comportas, que a maré tá subindo quase pra entrar na casa deles, eles já vêm pra cá com pau, com terçado. Do outro lado de lá deram um tiro no rapaz que trabalhava lá, ele pediu até desligamento. Reclamam da gente. Eles pensam assim: "Abre esse negócio aí, isso aqui tá cheio, é culpa tua!". Eles não entendem que isso aqui é a maré que manda.

Ao dizer que "é a maré que manda", Valdemar tenta explicitar que embora seu trabalho seja técnico e manual, ainda assim é condicionado pela oscilação dos níveis da Baía do Guajará. Estrangulados pelas comportas e marés cheias, os canais acabam transbordando⁴⁰. Os moradores não entendem o funcionamento das comportas e acham que se Valdemar abri-las, o canal recuperará sua vazão em direção à Baía e será esvaziado. Valdemar, por sua vez, explica que se as comportas forem abertas, os resultados serão ainda mais catastróficos.

Em março de 2012 a Comissão Temporária Externa da ALEPA já havia visitado as Comportas do Una. No relatório final desta comissão, seus membros chegaram à conclusão de que as comportas não estavam sendo operadas de forma adequada (COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA, 2013, p.50). Um ano e meio depois, a visita do MPE constatou que as comportas estavam sendo utilizadas corretamente. No entanto, os próprios funcionários das comportas indicam que os canais estão assoreados e sem vazão. Com sua capacidade de armazenamento reduzida, o sistema de macrodrenagem composto pelos canais, galerias e comportas não é mais eficiente no controle de cheias e inundações no interior da Bacia do Una. A causa do assoreamento nos canais ainda seria objeto de discussão com o Promotor ao longo do dia.

Saindo das Comportas do Una, nos dirigimos à montante do Canal do Jacaré. Este canal foi criado como uma forma de aliviar a demanda do canal do Una como armazenador da água que entra pela Baía do Guajará. Este canal também possui comportas que tem a função de desonerar as comportas do Una. Trata-se de um canal pequeno e pouco utilizado que começa no Una e termina na Baía do Guajará. Seu fundo é revestido e quase não há assoreamento. De um lado há casas, de outro um muro que separa a rua de um terreno da Eletronorte.

Enquanto examinava o canal juntamente com sua equipe técnica, Raimundo Moraes emitiu uma opinião que desagradou uma parte da comitiva que lhe acompanhava. O Promotor falou que para que ocorresse a preservação dos canais era necessário que outra camada social ocupasse as suas margens. Sabe-se que majoritariamente a Bacia do Una é composta por bairros pobres. Segundo o raciocínio do Promotor, eram necessários investimentos imobiliários que fossem capazes de dar contrapartidas em relação à infraestrutura de saneamento implantada no local. Entre essas contrapartidas – além da valorização fundiária que "compensaria" os investimentos em macrodrenagem – estavam a reformulação do sistema de esgoto local e mudanças no manejo dos resíduos sólidos na área. Ou seja, camadas médias

⁴⁰ Por esta razão, como veremos no capítulo seguinte, alguns especialistas defendem a retirada das comportas ou a não utilização das mesmas em projetos de macrodrenagem.

zelariam melhor pela rede de esgoto e não jogariam lixo no canal. O Promotor justificou-se: "Esse é o processo natural de redistribuição da população na cidade".

Pode ser que o Promotor estivesse apenas impressionado pelo odor da água e quantidade de lixo que vira nas Comportas do Una. Talvez ele estivesse fazendo referência ao processo de urbanização sob a ótica da teoria marxista do valor, tal como discutido por vários autores dentro da Ecologia Política Urbana (GANDY, 2014) e do Urbanismo (FERNANDES JÚNIOR, 1989). No entanto, estes autores criticam a substituição de populações pobres e a elitização de espaços urbanos onde houve intervenções urbanísticas. Claramente utilizando ideias científicas, mas indo na contramão analítica, o Promotor parecia reificar este processo de exclusão e remanejamento de populações pobres de áreas valorizadas.

Nas diligências e encontros seguintes Raimundo Moraes já havia mudado seu posicionamento e o tom de seu discurso. No entanto, Alexandre e Neide não se esqueceram do que o Promotor disse às margens do Canal do Jacaré. Esse posicionamento também foi levado ao conhecimento de outros amigos e moradores da Bacia do Una, gerando grande dose de antipatia ao Promotor. Se a situação foi ou não um mal-entendido, é certo que as palavras do Promotor trouxeram à tona velhos fantasmas para habitantes das periferias que passaram por projetos de reforma urbana em Belém: o medo da remoção compulsória, do desenraizamento e, conseqüentemente, da perda do direito à cidade (FERNANDES JÚNIOR, 1989; ABELÉM, 1988).

Em um comboio de três carros, margeamos o Canal do Jacaré até chegar ao Canal São Joaquim. Canal largo e de taludes grandes – também em função dos assoreamentos – o São Joaquim tem as suas margens utilizadas pela população para os mais diferentes propósitos como criação de galinhas e porcos, garagem, pomar, quintal ou depósito de material de construção. Em duas paradas que o grupo fez ao longo do Canal São Joaquim pudemos observar lógicas opostas no que diz respeito à utilização do canal e de suas margens.

Na Marginal do Canal São Joaquim com a Rua Mirandinha, próximo à feira de São Benedito, observamos a criação de um depósito de entulho e lixo que começa na pista e se espalha pelo talude do canal. Nas proximidades movimentam-se os carroceiros, personagens de uma economia paralela de manejo de resíduos sólidos na periferia de Belém. Movendo-nos da Mirandinha em direção à Avenida Júlio César, começamos a ver alguns trechos do talude do canal cercados, como se pertencessem a um proprietário particular. Paramos em frente ao que parece ser o maior desses terrenos. Amadeu Frade, representante da COSANPA e ex-gestor do PMU, já conhecia o local. A cerca era alta, sendo possível olhar para dentro da "propriedade" apenas pelas frestas do cercado. Andando rente á cerca, chegamos a frente de

um portão onde havia um placa de madeira talhada dizendo: "Sítio Onga-Monga". Por entre as frestas do portão podíamos enxergar que dentro do "sítio" havia um grande número de árvores frutíferas e pequenas hortas. O portão estava trancado com cadeado. A equipe do Promotor procurou pelo "proprietário", mas não o encontrou.

Nas margens do Canal São Joaquim, o uso dos taludes do canal como depósito de lixo e entulho contrastou com a "privatização" das margens do canal para a criação de pomares, hortas, pracinhas e pequenos bosques. Em muitos desses lugares a vegetação tinha sido removida, restando apenas o chão de terra batida. Vitor Vianna, técnico da SESAN, falou que esse procedimento de limpar as margens dos canais era prejudicial, uma vez que a vegetação dos taludes não revestidos tinha como uma de suas finalidades impedirem que os taludes sofressem erosão e que a terra revolvesse para dentro do canal.

Sobre essa apropriação privada de um espaço público, o Promotor declarou que essas práticas eram menos nocivas do que o arremesso de lixo nos canais. A visita técnica ao Canal São Joaquim mostrou que a identificação dos moradores com a política pública implementada através do PMU se dava majoritariamente através da apropriação privada das grandes faixas de terra deixadas entre a pista marginal e a água do Canal São Joaquim. Os espaços públicos dos taludes e dos canais eram vistos como uma "terra de ninguém" ou então eram simplesmente apropriados como propriedade privada.

A próxima parada da diligência seria o Canal Água Cristal no Bairro da Marambaia. Vitor e Amadeu Frade constataram que o canal possuía boa vazão e profundidade. A engenheira Maylor Lêdo ouvia atenta fazendo anotações. Em alguns pontos existia vegetação dentro do canal, o que poderia prejudicar sua vazão no futuro. Vitor opinou que aquela área não sofria inundações e que, se as casas eram construídas em um nível mais alto que a rua, isso se devia a uma herança cultural anterior ao Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Do Canal Água Cristal, seguimos em direção a última parada do dia, o Canal do Benguí, no Bairro do Benguí já próximo ao Estádio de Futebol do Mangueirão e à Rodovia Augusto Montenegro.

O Canal do Benguí foi o primeiro lugar onde a comitiva do MPE foi interpelada por moradores locais. Primeiro chegaram as crianças. Em pouco tempo os adultos começaram a se aproximar, querendo se informar sobre quem éramos nós e o que fazíamos ali. A afirmação de que aquela equipe não era da Prefeitura causava certa decepção nos moradores. As obras do PMU naquele local estavam incompletas. O canal estava concluído, mas a microdrenagem na região continuava pendente. Apenas as casas de um lado da rua haviam sido ligadas ao esgoto sanitário, sendo que as do outro lado despejavam seu esgoto na rua ou diretamente no canal.

Um senhor chamado Onildo, liderança comunitária do local, conversava com o Promotor. Em determinado momento, os dois se antagonizaram. Raimundo Moraes afirmou que a população jogava lixo no canal. Seu Onildo respondeu que o canal não estava cheio de lixo, e sim de terra por causa das obras de um condomínio na área. Diante dessa resposta o Promotor ficou em silêncio. De fato, havia muita terra dentro do canal e duas obras nos arredores. A primeira era a obra de um programa habitacional do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) iniciada em 2007 e ainda não concluída. A segunda obra estava relacionada a um condomínio de luxo cujos fundos dão para o Canal do Benguí.

O relógio marcou meio-dia. Cumprindo horário, os funcionários da Prefeitura e do Estado. O Promotor e sua equipe também partiram depressa. Restamos Neide, Alexandre e eu conversando com Seu Onildo e os demais moradores. Seu Onildo queria ter mostrado os problemas da área com mais calma para Raimundo Moraes e sua equipe, o que não foi possível. O morador também estava frustrado por outro motivo: arrependera-se da resposta que deu ao Promotor quando discutiam sobre a razão do assoreamento do canal. "Eu deveria ter pedido desculpa pra ele, porque ele é uma autoridade", lamentou Seu Onildo. Alexandre e Seu Onildo ainda conversaram por mais tempo e trocaram experiências. Essas visitas técnicas eram importantes para meu trabalho, na medida em que eu coletava mais material sobre áreas distintas da Bacia do Una. Para Alexandre, porém, era a oportunidade de buscar interlocução e fazer alianças com outros moradores da Bacia do Una que tivessem o mesmo problema que o seu. Quando o relógio chegou à uma e meia da tarde a visita técnica chegara ao fim para nós também.

7.3.2 A Segunda Visita Técnica: 27 de novembro de 2013

Semanas depois o Promotor Raimundo Moraes convocou uma nova visita técnica para visitar os canais remanescentes. Dessa vez Amadeu Frade deu lugar a Manoel Martins Dias, ex-gerente do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Vitor Vianna continuou representando a Prefeitura e a equipe do MPE permaneceu a mesma com a estagiária fotógrafa, a Luiza Tabosa, o Raimundo Moraes e a engenheira Maylor Lêdo. Para as atividades desse dia o MPE também disponibilizou transporte para os moradores da Bacia do Una e demais cidadãos interessados na Ação Civil Pública. As visitas técnicas dessa vez também aconteceriam nas áreas de moradia de Alexandre e Antônio Carlos, o que permitiu a estes que se articulassem aos seus vizinhos e lideranças comunitárias das proximidades para uma presença popular mais maciça. Seu Marvão e Dona Laudicéia foram alguns dos vizinhos

que participaram das atividades até o fim, além de Neide, que compareceu novamente. Outro que acompanhou os trabalhos do MPE naquele dia foi Jorge André, um amigo membro de movimentos sociais pela causa urbana em Belém.

Os trabalhos do dia 27 de novembro começaram também às oito e meia da manhã no Canal Antônia Nunes próximo à casa de Antônio Carlos. O trajeto das visitas técnicas incluía as sub-bacias I, III e IV, abrangendo os bairros do Umarizal, Fátima, Pedreira, Telégrafo e Sacramento. Trata-se da área nobre da Bacia do Una, onde há proximidade do centro, grande valorização fundiária e relativa presença de classes médias. Ainda assim, há bastante incidência de alagamentos nesses locais. Seguimos o fluxo dos canais que se conectavam, partindo do Canal Antônia Nunes e passando pelo Canal 3 de maio, início do Canal do Galo, Canal Antônio Baena e Canal da Visconde de Inhaúma. Na segunda parte da diligência, cobrimos o Canal do Galo até a Ponte do Galo no Bairro da Sacramento e de lá percorremos o Canal da Pirajá até a Avenida Doutor Freitas.

A maior presença de moradores acompanhando os trabalhos do MPE e interpelando a equipe do Promotor foi experimentada logo no início da manhã às margens do Canal Antônia Nunes. Houve pelo menos dois encontros significativos entre o Promotor e moradores locais. Um senhor que dizia morar há 30 anos na área se dirigiu a Raimundo Moraes oferecendo uma solução prática para o problema do transbordamento do Canal Antônia Nunes. Operário da construção civil, dizia ele que por conta própria cobriria o canal de concreto, transformando-o em uma galeria subterrânea: "Fica pronto em noventa, cento e vinte dias", disse ele. Depois de colocado o tampão de concreto sobre o canal, o morador disse que transformaria aquele espaço em um estacionamento. A reação unânime foi contrária a essa proposta. Seu Marvão comentou que o trabalho no canal devia ser feito no fundo, com dragagem, e não no topo. O Promotor assinalou que, se fechado, a manutenção do canal seria ainda mais difícil.

O posicionamento do morador, por mais questionável que pudesse ser do ponto de vista técnico, chamava atenção para dois temas recorrentes ao longo desta pesquisa. Por um lado, expressava a negação simbólica e material do curso d'água, sintoma da dissociação entre a água dos canais e a vida cotidiana dos moradores de seus arredores. Por outro, revelava a ambição de transformar um espaço associado com inundações, doenças e prejuízos materiais em um estacionamento, algo que naquela região da cidade certamente daria um bom retorno monetário.

O segundo encontro direto entre Raimundo Moraes e um morador foi menos amigável. Vendo a movimentação pelas margens do canal, um senhor que se dirigiu ao Promotor

questionando a atuação do Ministério Público. O seguinte diálogo foi captado pelo meu gravador:

Ronaldo: Prazer, Promotor. Sou o Ronaldo, empresário, que ajuda a pagar o salário do senhor também. Pagamos os impostos aqui. E eu tô de saco cheio já, o senhor desculpa eu estar falando com o senhor dessa forma, mas ponto final. Nós vamos fechar isso tudo aqui e vamos botar fogo nas principais vias, queimar pneus todo dia aqui pra criarem respeito para conosco aqui, o senhor me entende? Chega! Eu soube que o senhor está com boa vontade de vir aqui, mas antes do senhor vieram quantos aqui? Três? Quatro? Infelizmente, doutor, não resolve. Não resolve conversar mais.

Raimundo Moraes: Pois é, mas deixe eu lhe dizer uma coisa. O cidadão ele não precisa fazer isso.

Ronaldo: Não?

Raimundo Moraes: É, porque parece criança fazendo uma reclamação.

Ronaldo: Tem que fazer mesmo, pra tomarem vergonha na cara.

Raimundo Moraes: Olhe, a responsabilidade é sua. Nós estamos fazendo uma discussão, nós vamos fazer um acordo com a Prefeitura. Teve oito anos de um governo sem-vergonha e a gente vai tentar...

Ronaldo: Me cita um governo honesto que passou.

Raimundo Moraes: Essa discussão não vem ao caso agora. Eu vim pra olhar. O senhor pode passar lá no Ministério Público antes do recesso, tá?

Ronaldo: Eu gostaria que vocês cumprissem com a coisa, que pressionassem, pressionassem mesmo as autoridades competentes pra fazer cumprir com essa obrigação, que o nosso dinheiro não é capim!

Raimundo Moraes: É isso mesmo que nós estamos fazendo. Eu também sou cidadão e o dinheiro também é meu.

Ronaldo: Tudo bem, eu espero isso. Eu espero que dessa vez a coisa venha a ser resolvida. Porque vir aqui bater papo e fazer andar igual palhaço que nem nós já andamos aqui tanta vezes, só palhaçada!

O diálogo acima mostra que, para moradores como Ronaldo esta visita técnica era acomodada no conjunto de suas experiências com órgãos e instituições do Estado. As visitas do Ministério Público se somam e se confundem com as visitas de outras autoridades, de candidatos, da Secretaria de Saneamento e até mesmo da imprensa no local⁴¹. A presença do Promotor no local se aglutinou à esporádica presença de técnicos da prefeitura realizando "levantamentos" na área do canal. Isso é algo que provoca em moradores como Ronaldo Borges a sensação de um círculo vicioso interminável de visitas técnicas, levantamentos de dados e avaliações que nunca trazem resultados. O Promotor Raimundo Moraes, que assumiu

⁴¹ Em Belém uma parte da imprensa assume compromissos em nome da prefeitura e acaba criando a sensação de ser uma espécie de agente do poder executivo. O Jornal Liberal, transmitido na hora do almoço por uma filial da Rede Globo, possui um quadro chamado "Calendário JL", no qual os repórteres visitam áreas com grande necessidade de obras de infraestrutura urbana. O quadro mostra os repórteres interagindo com os moradores da área em questão. Ao final, estipula-se uma data ou prazo para execução das obras por parte da Prefeitura dentro de um calendário extra-oficial.

a Ação Civil Pública recentemente e não tem relação com as tentativas passadas de resolução dos problemas do Canal Antônia Nunes, tenta destacar a singularidade do trabalho que vem desenvolvendo e a possibilidade de resultados positivos. Porém, para os habitantes da região o Promotor não é visto apenas como um agente individual engajado na questão, mas também como mais um braço do Estado e de suas instituições que tem negligenciado sucessivamente a Passagem Antônia Nunes.

Terminada a discussão, Ronaldo desapareceu de nossa vista da mesma maneira que surgiu. Acuado, o Promotor seguiu rapidamente em direção a outro ponto de observação determinado por Manoel Dias. Antônio Carlos, que neste momento estava ao meu lado, reclamou que Raimundo Moraes havia passado pouco tempo observando o Canal Antônia Nunes. Para o morador, havia mais a dizer e a mostrar para a equipe do MPE, mas esta etapa dos trabalhos havia sido abreviada pela postura agressiva do senhor Ronaldo.

A caminhada prosseguiu dessa vez em direção ao Canal 3 de maio que atravessa o Bairro de Fátima. Na Rua 3 de maio nas proximidades da Rua Antônio Barreto a equipe do MPE encontrou mais um exemplo de privatização das margens de canais da Bacia do Una. Uma pequena construção de alvenaria que funcionava como boteco se erguia da pista em direção ao canal, ocupando o talude que, via de regra, é um espaço público. O dono do estabelecimento e responsável pela construção morava bem em frente e saiu de casa para conversar com a comitiva. O Promotor primeiro lhe comunicou que precisava de autorização para fazer uma obra daquelas e que a construção era ilegal. Em seguida, falou que a ocupação dentro do canal prejudicava a vazão da água, o que resulta em inundações na região. O dono do estabelecimento respondeu que sabia que não podia construir na área do curso d'água. Justificou-se dizendo que antes jogavam muito lixo no canal e que depois da construção o lugar vive limpo. Manoel Dias interveio dizendo que se todo mundo tivesse a mesma ideia e começasse a obstruir o canal não sobraria mais espaço para a água. O Promotor então informou que em breve seria feito um acordo com a Prefeitura para a revitalização das obras de macrodrenagem e que a construção teria que ser retirada. O morador reconheceu que fizera o boteco em um local público e disse que esperaria uma ordem oficial. A equipe deixou o local e se pôs a caminhar novamente.

Ao afastar-se Raimundo Moraes afirmou que aquela forma de apropriação dos canais não era necessariamente algo negativo. Seu ponto de vista sobre a questão aparece nos trechos abaixo captados pelo meu gravador durante a diligência:

Mas olha, esse tipo de apropriação, se fosse um investimento que ajudasse a manter e a valorizar não tem problema. Faria de uma maneira, por exemplo, poderia fazer até um, em vez de ocupar a área fechando, que construisse um tablado aqui que pudesse ser uma valorização. [...]

Se fosse um uso pra amar, pra compreender e pra ajudar, não tem problema nenhum, Pelo contrário, precisa até ser estimulado. Então é nesse sentido que a gente tem que trabalhar: de desmontar essa coisa e remontar. Sem tirar o uso, sem tirar a presença, sem tirar a funcionalidade. Agora, realmente, porque primeiro: é fedorento e feio. [...]

Faltou ao poder público fazer a parte da funcionalidade do canal. Fazer com que ele seja limpo, não só a questão da vazão, mas também de vida. O canal continuou com a mesma função de jogar lixo. Tem que mudar essa função. Eu acho que as pessoas tem que se apropriar, tem que criar responsabilidade, tipo assim: "Você é responsável por isso aqui". Lotear mesmo a peça. A comunidade sendo responsável pela tarefa de cuidar do canal.

Os registros da fala de Raimundo Moraes mostrados acima mostram uma mudança de tom em relação aos discursos do Promotor na visita técnica anterior. Ao invés de justificar uma "redistribuição da população na cidade", o Promotor agora defendia que houvesse maior interação entre a população e os equipamentos urbanos implementados pelo Projeto de Macrodrenagem do Una. Nesta segunda diligência seus discursos estavam balizados por ideais de restauração ecológica, embelezamento urbano e criação de espaços de convivência nas margens dos canais, de modo que os moradores se identificassem com a política pública e preservassem os espaços criados pelo PMU.

Havia diferentes concepções no que dizia respeito à "revitalização" da Bacia do Una. Para o Promotor, "revitalizar" significava restaurar nos canais a "condição natural" de rio. A pauta da Ação Civil Pública, no entanto, postulava sobre a restauração da condição original dos canais em suas dimensões propostas pelo Projeto de Macrodrenagem. A perspectiva do Promotor ia à direção da transformação dos usos dos canais e das águas urbanas, enquanto que a Ação Civil Pública tratava da recuperação da função dos canais e da continuidade do seu uso conforme as diretrizes do PMU, isto é, como bacia de acumulação. A reconfiguração dos canais em rios urbanos também dependia de uma série de medidas, entre elas o investimento em Estações de Tratamento de Esgoto para redirecionar o esgoto despejado nos canais. Por outro lado, nos termos da Ação Civil Pública a recuperação da Bacia do Una se daria a partir do cumprimento de normas técnicas e do uso de equipamentos e maquinários a serem usados nos canais.

Estes contrastes mostravam como a pauta proposta pela Ação Civil Pública Ambiental era a partir da perspectiva do Ministério Público e seu Promotor, parte de uma agenda mais ampla que incluía mudanças na concepção das obras do PMU que as tornassem mais

alinhadas a paradigmas do urbanismo contemporâneo⁴². Era certo que Raimundo Moraes tinha ideias arrojadas. No entanto, ele acabou encontrando obstáculos de ordem prática ao longo de seu percurso à frente da Ação Civil Pública, tais como a falta de recursos e dificuldades para obter financiamento para execução de novas obras.

7.3.3 A Terceira Visita Técnica: 03 de dezembro de 2013

A terceira visita técnica organizada pelo Ministério Público foi a mais curta de todas. A equipe da última visita se repetiu. Nessa vez, o cenário não foram os canais da Bacia do Una. Guiada por Manoel Martins Dias e por Alexandre, a equipe do MPE visitou a Passagem Santa Teresinha, no bairro do Umarizal. Também visitada na época dos trabalhos da Comissão Temporária Externa da ALEPA, a Passagem é uma viela estreita e sem saída localizada na Travessa 9 de janeiro entre as ruas Domingos Marreiro e Antônio Barreto.

Vários moradores da vila acompanhavam a visita. Pelas reclamações dos moradores e pelas observações do engenheiro Manoel Martins Dias, ficou evidente que os problemas da Passagem Santa Teresinha eram dois. Em primeiro lugar, se tratava de uma pendência de microdrenagem do Projeto Una. A via era pavimentada com cimento, mas não havia mecanismo de drenagem superficial para a água da chuva. Em segundo lugar, o sistema de esgotamento sanitário implantado no local pelo PMU estava comprometido. A fossa séptica coletiva que recebia os dejetos sanitários dos moradores estava sem manutenção desde a conclusão do projeto. Como a fossa estava sobrecarregada com material sólido, o líquido transbordava pelos poços de visita localizados ao longo da passagem.

Identificados os problemas técnicos na Passagem Santa Teresinha, houve o consenso de que a COSANPA era a principal responsável pelo esgotamento sanitário no local, o que parecia ser a questão mais urgente e importante. O Promotor então perguntou a Manoel Martins Dias qual era o objetivo das visitas técnicas daquele dia. Manoel Martins Dias respondeu que, já tendo visitado as principais áreas de canais, as diligências do dia seriam feitas em áreas com pendências de microdrenagem. Com a resposta, Raimundo Moraes cancelou a visita técnica imediatamente, entrou no veículo oficial do MPE com sua equipe e foi embora. Os que ainda ficaram na Passagem Santa Teresinha não sabiam exatamente o que havia acontecido.

⁴² Sobre estes paradigmas, conferir os trabalhos de Matthew Gandy sobre modelos de intervenção e imaginação urbana relacionada ao manejo de recursos hídricos (GANDY, 2014; GANDY, 2006).

7.4 Onde Está o Ministério Público

Na primeira reunião do Fórum Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém, Alexandre terminou seu discurso com uma indagação: "Onde está o Ministério Público?". Em outras palavras, Alexandre questionava na ocasião a inércia do órgão ministerial que até 2013 havia apenas esporadicamente se interessado pelas denúncias dos moradores da Bacia do Una, sem dar continuidade ao seu trabalho. Hoje a pergunta de Alexandre ainda reverbera entre aqueles envolvidos na questão dos alagamentos e inundações. Entretanto, "onde está o Ministério Público?" é uma pergunta que hoje poderia adquirir outros significados, sendo facilmente substituída por questionamentos do tipo: como trabalha o Ministério Público e quais os seus procedimentos? Suas decisões são baseadas sobre quais pressupostos?

O episódio descrito no tópico anterior em que o Promotor cancela repentinamente uma visita técnica foi importante para que Alexandre, Antônio Carlos e eu ficássemos a par dos procedimentos jurídicos adotados pelo Promotor e sua equipe. Em uma reunião posterior Raimundo Moraes explicou que o acordo com a Prefeitura, com o Estado e a COSANPA referente ao objeto da Ação Civil Pública tinha sido dividido em duas partes. A primeira parte dizia respeito à recuperação das dimensões originais dos canais da Bacia do Una, o que incluía somente a limpeza e a dragagem dos canais. A segunda etapa do acordo, por sua vez abrangia obras maiores de infraestrutura ao longo da Bacia, entre elas as microdrenagens pendentes. Naquele momento, o Promotor se ocupava apenas da primeira parte do acordo e esta etapa seria de responsabilidade da Prefeitura. No dia da terceira visita técnica o Promotor percebeu que os problemas identificados faziam parte da segunda etapa do acordo e, por esta razão, resolveu cancelar as atividades daquele dia. Fomos informados de que as diligências entre áreas com pendências de microdrenagem faziam parte de um segundo grupo de visitas técnicas. Estas deveriam ser realizadas no futuro e que seríamos convocados novamente.

Transcorridos dois anos após o término da primeira etapa de visitas técnicas, Alexandre, Antônio Carlos e seus vizinhos não receberam qualquer notícia sobre a retomada das diligências do MPE. Os resultados das primeiras visitas técnicas também permanecem incógnitos. É verdade que o processo de registro e de coleta de informações técnicas realizados pelo MPE foi feito de maneira mais profissional, em comparação ao trabalho da ALEPA no primeiro semestre de 2013. Em compensação, nunca tivemos acesso a um relatório oficial dessas visitas técnicas com as conclusões e pareceres do Ministério Público sobre o que foi averiguado.

No que tange à participação popular nas atividades relativas à Ação Civil Pública, o Promotor fez uma ressalva: disse que Alexandre e Antônio Carlos estavam chamando muitas pessoas para acompanhar a equipe do MPE. De fato, o número de moradores e membros de movimentos sociais participou das diligências, assim havia aumentado exponencialmente desde a primeira visita técnica. Alexandre e Antônio Carlos, no entanto, estavam fazendo aquilo que haviam sido orientados a fazer diversas vezes pelo próprio Poder Judiciário: envolver a sociedade civil nas discussões sobre a Ação Civil Pública que estava em trâmite. Agora o Promotor voltava atrás quanto a esta questão. Com base nesse novo posicionamento, entendi que a participação popular deveria ser moderada, de modo a não atrapalhar os critérios de objetividade das visitas técnicas do MPE.

De todo modo, depois de dois anos de intervalo, as diligências do MPE ainda não foi retomada. Em outubro de 2013 e em janeiro de 2014 o Ministério Público realizou audiências extrajudiciais com os réus da Ação Civil Pública e com o Juiz responsável por julgar o processo. Segundo a ata de uma dessas reuniões (digitalizada no DVD em anexo) e informações do próprio Promotor a concretização do Termo de Ajustamento de Conduta estava condicionada à obtenção de um novo recurso da ordem de 90 milhões de reais junto ao BID para revitalização da Bacia do Una.

Porém, a obtenção desse recurso era cercada de incertezas. Em mais de uma ocasião, Manoel Martins Dias – ex-gerente do Projeto Una e então gerente do Projeto de Macrodrenagem da Estrada Nova – afirmou que esta quantia não era suficiente para fazer as obras de revitalização necessárias. Outra questão importante diz respeito ao fato de que, conforme o próprio Manoel Martins Dias e representantes do BID, o dinheiro não seria repassado à Bacia do Una, mas ao atual Projeto de Macrodrenagem cujas obras ainda estão em andamento, isto é, a do PROMABEN. Uma parte deste financiamento seria convertida para obras na Bacia do Una, numa espécie de gambiarra financeira realizada pela Prefeitura Municipal em conjunto com os gestores do Projeto Estrada Nova. Mesmo assim, não há oficialmente nenhuma garantia por parte do BID e da Prefeitura de que os 90 milhões serão de fato realocados para a Bacia do Una. Em 2015 A última notícia que tivemos do Promotor foi a de que a liberação desse novo financiamento aguardava aprovação no Senado.

No momento da defesa desta tese a Ação Civil Pública movida por Antônio Carlos, Alexandre e seus vizinhos estará perto de completar 8 anos em tramitação. Além da demora do Juiz em se manifestar sobre a questão – lembrando que primeiramente este alegou "ausência de prova inequívoca" contra os réus – outros fatores também dificultam a resolução dos problemas apontados pelas denúncias realizadas ao MPE. Na área do Direito, Ana Gomes

(2010) examinou a eficácia da Ação Civil Pública Ambiental como instrumento de defesa dos direitos difusos. Tendo como universo de pesquisa a cidade de Viamão (RS)⁴³ a autora delinea os resultados de uma amostragem de processos ajuizados sobre dano ambiental pelo MPE no município. A concepção de "eficácia" trabalhada pela autora não diz respeito apenas à punição dos réus, mas à eficácia social da alteração das condições prejudiciais ao ambiente, o que envolve a interrupção de práticas danosas ao meio e a restauração da qualidade ambiental no local prejudicado. Sob essa perspectiva, 9% das Ações Cíveis Públicas pesquisadas foram eficazes. Isso significa que em um total de trinta e cinco processos apenas três alcançaram eficácia social, sendo que dois diziam respeito à poluição sonora em bares e um tratava sobre maus tratos a animais (GOMES, 2010, p. 7).

É evidente que a eficácia e o tempo de duração dos processos dependiam do processo em questão. Havia grande diversidade entre os objetos das Ações Cíveis Públicas tramitando no Município de Viamão. Os já citados processos contra particulares e comerciantes que mantinham a altura do som em um volume considerado inaceitável eram de simples e rápida resolução. Além desses, a autora dava exemplos de processos contra empresas privadas que loteavam terras sem licenciamento ambiental ou contra proprietários que realizavam extração de minério de forma ilegal em seus terrenos. Por último, havia também processos muito semelhantes ao que existe sobre a Bacia do Una, nos quais o réu é o próprio Estado. De fato, estes representavam a maioria das ações. Segundo os números da autora, em 63% dos processos era o Município de Viamão que aparecia como réu.

Em alguns casos, o Município era processado por conta de falhas em sua política administrativa. Nesse caso, a autora dá o exemplo de Ação na qual se sustenta que a Prefeitura não fiscalizou a ocupação irregular de uma área de várzea onde os habitantes estavam sujeitos a inundações ao mesmo tempo em que despejavam efluentes sanitários no rio. Em outros casos o próprio poder público era o autor do dano ambiental, como no exemplo em que o Município respondia à justiça por ter removido árvores consideradas imunes ao corte por lei.

Assim como em Belém, estes casos se prolongavam por bastante tempo. A autora indicou que 80% dos processos em Viamão estavam em trâmite há mais de 5 anos. Do ponto de vista do Poder Judiciário, há uma razão técnica para essa demora. Como a proposição de um acordo entre as partes é o procedimento que antecede o ajuizamento e a sentença da Ação

⁴³ O Município de Viamão localiza-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Viamão é cercada por áreas verdes, propriedades de produtores rurais e parques ambientais. Daí o interesse da autora em discutir a eficácia da Ação Civil Pública Ambiental nesse contexto.

Civil Pública, os réus quase sempre optam pela realização de um acordo, tal como ocorre atualmente na Bacia do Una com a Prefeitura, o Estado e a COSANPA. No entanto, a autora afirma que é recorrente o não cumprimento dos compromissos acordados, sendo que o grande obstáculo para o cumprimento desses acordos é a alegação de falta de recursos por parte do Município para obras ou ações que compensem os danos ambientais em andamento. Em Viamão, por exemplo, a Prefeitura fez um acordo para remoção de populações de áreas de várzea, mas aguardava recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras habitacionais. A Prefeitura de Belém, por sua vez, acatou o compromisso de revitalizar e dar manutenção regular às obras de macrodrenagem da Bacia do Una, mas aguardava novo financiamento do BID para fazê-lo.

Com base nisso, é possível dizer que recorrer a um acordo é a maneira mais fácil que os réus tem para ganhar tempo e assim adiar a solução dos problemas apresentados nas Ações Cíveis Públicas. Fica evidente também que a resolução do acordo muitas vezes extrapola as relações de poder ao nível local, o que limita a autoridade do Poder Judiciário em fazer cumprir acordos e sentenças. A restauração de dano ambiental em áreas urbanas, como observado em Belém e Viamão, quase sempre depende de obras habitacionais e de saneamento. Dada a complexidade das políticas públicas nessas áreas, os acordos que envolvem o Estado, como réu, acabam introduzindo na dinâmica das relações locais atores pertencentes a outras esferas éticas, tais como o Governo Federal para Viamão ou o BID no caso de Belém. Desconectados das realidades locais e regionais estes atores possuem sua própria temporalidade de ação e atuam de acordo com seus próprios critérios e procedimentos.

Os números da pesquisa de Ana Gomes (2010) em Viamão e a experiência etnográfica em Belém questionam a eficácia da Ação Civil Pública Ambiental como instrumento de defesa do direito ao saneamento e ao bem-estar ambiental. No entanto, não é somente a eficácia desta medida que interessa a Alexandre e Antônio Carlos quando estes recorrem ao Poder Judiciário. Mais do que a possibilidade de uma sentença favorável, o recurso ao Judiciário aparece para eles como uma questão de cidadania.

O antropólogo Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2011) argumenta que, historicamente, a igualdade prescrita nas várias constituições brasileiras nunca foi acompanhada da igualdade efetiva. Em diálogo com o americano James Holston (2013) o antropólogo brasileiro afirma que a cidadania no Brasil sempre foi inclusiva, isto é, estendida a todas as classes sociais livres. No entanto, a distribuição dos direitos garantidos por lei sempre se deu de forma diferenciada e arbitrária. Para dar um exemplo relacionado ao objeto

desta tese, consideremos a existência da Lei 11.445/2007 que universaliza o acesso ao saneamento em um país onde 82,5% da população tem acesso a água tratada, 48,5% é atendida por sistemas de coleta de esgoto e 39% tem acesso ao tratamento de esgoto, o que mostra uma situação profundamente desigual⁴⁴. Para o autor, em um contexto social em que há uma disjunção muito grande entre as igualdades prescritas e as igualdades efetivas, a dignidade humana se transforma em uma categoria relevante, na medida em que a dignidade de um indivíduo ou grupo depende do reconhecimento do seu *status* igualitário (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011, p. 38). O desejo desse reconhecimento aparece justamente em um trecho do comunicado da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una que foi mostrado no capítulo anterior:

Diante ao agravamento da situação calamitosa causadora de sofrimento, transtornos, prejuízos materiais e danos de ordem moral a significativa parcela da população de Belém, com os constantes alagamentos. Em face à incessante busca por nossos direitos ao saneamento básico e ambiental, ao ir e vir, à moradia com dignidade, à saúde pública, à melhoria da qualidade de vida e, no mínimo, à **dignidade humana**. (grifo nosso).

Para Antônio Carlos e Alexandre o Poder Judiciário apresenta esta possibilidade, constituindo-se como uma alternativa a práticas clientelistas e à excessiva pessoalização das relações no espaço público como foi mostrado no capítulo anterior a respeito das trocas de favores e demandas entre parlamentares e comunidades individuais. Em vez disso, o Sistema Judiciário promete a inclusão em um sistema formal e universal de leis que se apresenta como democrático por permitir a insurgência de cidadãos comuns contra o Estado através de mecanismos legítimos como uma Ação Civil Pública. No entanto, essa inclusão ainda se desenvolve de forma incompleta, como se observa através dos excessos burocráticos, das arbitrariedades do Poder Judiciário e dos entrincheiramentos de classe e das diferenças entre os regimes de conhecimento e de produção de verdades de grande parte da população e da casta judiciária.

Convém lembrar que apenas uma Ação Civil Pública foi ajuizada pelo MPE quando ainda havia mais uma denúncia de semelhante gravidade. No capítulo anterior foi mostrado que os equipamentos, veículos e maquinários destinados à manutenção das obras do Projeto Una foram extraviados. Mesmo que a falta do equipamento dragagem e limpeza dos canais e galerias resultasse em inundações, isso não constava como dano ambiental e sim como

⁴⁴ Dados do Instituto Trata Brasil, disponíveis em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil>>. Acesso em: 12 set. 2015.

improbidade administrativa. A improbidade administrativa da Prefeitura deveria ser examinada por outra Promotoria que não a responsável pela defesa do meio ambiente. Logo, em 2008 Alexandre e Antônio Carlos também apresentaram essa denúncia à sua Promotoria correspondente, isto é, a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, mas à Promotoria de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa. Mesmo com a denúncia de habitantes da Bacia do Una e fortes indícios de corrupção corroborados publicamente pelo Secretário de Saneamento daquela gestão municipal, esta Promotoria nunca ajuizou uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa.

Além disso, o relacionamento entre os autores da denúncia e o Promotor Raimundo Moraes nunca deixou de ser tenso e antagônico. Famoso pela resolução de conflitos ambientais no mundo rural, o Promotor parecia não se sentir tão confortável no mundo urbano belemense, onde a proximidade com o objeto da Ação Civil Pública implicava constante o desafio de estranhar o familiar (VELHO, 1994). De forma bastante diferente do mundo rural, onde a distância geográfica naturaliza as diferenças culturais entre campo e cidade, em Belém a proximidade espacial escancarava a coexistência muitas vezes conflitiva de universos simbólicos diferentes no espaço público urbano, sobretudo em relação ao convívio de classes sociais distintas. Por mais que buscasse a imparcialidade da justiça, os posicionamentos do Promotor Público refletiam os regimes morais próprios à sua trajetória como habitante de Belém, ao seu pertencimento a uma classe social e a uma comunidade profissional.

Isso ficou evidente no dia da audiência para a formalização do Termo de Ajustamento de Conduta com a Prefeitura Municipal, o Estado do Pará e a COSANPA. A audiência aconteceu em uma quinta-feira, dia 26 de setembro às 9 da manhã na Sala de Audiências da 2ª vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital. Dias antes o Promotor havia dito que Antônio Carlos e Alexandre seriam os únicos que poderiam participar da audiência em que o acordo seria feito, uma vez que os dois eram os autores da denúncia que originou a Ação Civil Pública Ambiental. Mesmo sabendo que não entraríamos na sala da reunião, Neide, seu filho e eu também fomos ao local para registrar o acontecimento e dar apoio à causa.

Porém, nem Alexandre e nem Antônio Carlos puderam participar da audiência. O Promotor se desculpou e disse que não havia espaço suficiente na sala. Ainda assim, pediu que ficássemos tranquilos, pois o acordo seria realizado conforme ele havia combinado conosco em reunião prévia. Ficamos todos esperando do lado de fora. Na sala de reunião estava Raimundo Moraes, sua assistente, o juiz responsável pelo julgamento do processo, o procurador legal da Prefeitura, o procurador do Estado e a procuradora da COSANPA

acompanhada de um advogado. A reunião não demorou. Quando finalmente saíram da sala, o clima entre os participantes parecia bem diferente da atmosfera tensa das reuniões dos moradores da Bacia do Una com o Promotor. Ao invés disso, procuradores, advogado, juiz e Promotor saíram da audiência conversando, rindo e dando tapinhas nas costas uns dos outros. Naquele momento todos que havíamos ficado do lado de fora percebemos que o Promotor, o Juiz e os representantes dos réus se tratavam como iguais, sendo que a relação entre os moradores da bacia do Una e os agentes do judiciário é que eram, por sua vez, relações de alteridade. Esta relação de alteridade não se estabeleceu apenas naquele momento, mas ao longo das reuniões subsequentes e participações nas já citadas visitas técnicas pela Bacia do Una.

Assim, a impessoalidade do Poder Judiciário pretendida no discurso igualitário da universalização das leis, dos direitos e da justiça, ainda é um processo em aberto no Brasil, como mostra o caso da Bacia do Una estudado neste capítulo. Também é ficcional a separação da figura pública e da figura privada de Promotores e juízes, como ficou evidente nas interações etnográficas com o Promotor Raimundo Moraes. A manifestação de um Juiz ou a postura de um Promotor diante de um acordo também ocorre em função de suas inserções sociais e de seus referenciais simbólicos pessoais. A este respeito, a antropóloga Patriche Schuch (2001, p. 193) escreve, em sua pesquisa em delegacias que atendem adolescentes em conflito com a lei, que a atuação do Poder Judiciário não se dá sem que réus e vítimas sejam construídos enquanto "pessoas- morais".

Ainda assim, os agentes do Judiciário são detentores de um conhecimento técnico e prescritivo das normas e procedimentos jurídicos que estão fora do alcance da maior parte de cidadãos mesmo que estes, universalmente, possam recorrer à justiça. Como foi mostrado ao longo do capítulo, disso resulta um abismo existente entre as formas de produzir verdades judiciárias e os modos de produzir verdades no cotidiano entre aqueles que procuram o Poder Judiciário para defender seus direitos.

Há também uma dissonância entre o tempo do cotidiano dos moradores da Bacia do Una e o tempo dos trâmites e procedimentos do Judiciário. No dia 26 de setembro de 2013, após a já citada audiência de conciliação na qual foi formalizado o Termo de Ajustamento de Conduta, o Promotor se dirigiu a Alexandre para informar os resultados daquele encontro. Conforme Raimundo Moraes, a Prefeitura Municipal tinha se comprometido a realizar as medidas necessárias na Bacia do Una de forma gradual. No entanto, o prazo para o início das ações emergenciais nos canais da Bacia do Una só começariam em janeiro de 2014. O Promotor justificou-se dizendo que já era quase outubro, mês da festa regional do Círio de

Nazaré, e que nada funcionaria nos meses de novembro e dezembro durante o período de final de ano. O calendário do Poder Judiciário, do funcionalismo público e de seus órgãos não se afinava de modo algum ao calendário dos moradores da Bacia do Una. Em janeiro já começaria um novo inverno repleto de chuvas e altas da maré. O adiamento das obras emergenciais por parte da prefeitura – com anuência do Judiciário – significava mais um inverno de inundações e danos de ordem moral e material para Alexandre e seus vizinhos.

Esta situação estabeleceu um conflito de temporalidades. De um lado, o tempo dos habitantes da Bacia do Una marcado pela sazonalidade das águas e do eterno retorno das chuvas nos meses de inverno. Do outro, o tempo da Prefeitura e do Poder Judiciário, que por sua vez estavam subordinados ao calendário dos órgãos públicos através dos quais funcionam. Mesmo assim, o início dos trabalhos na Bacia do Una não começou em janeiro de 2014. A prefeitura alegou falta de recursos. Desde então, a Bacia do Una e seus habitantes passaram por mais dois anos de desnecessários alagamentos.

A judicialização da Bacia do Una mostra como as sensibilidades jurídicas não apenas refletem a realidade, mas também a constroem (SCHUCH, 2001). Essa construção se dá por meio de representações técnicas da realidade que criam um tempo e um espaço específicos para a atuação judiciária. Representações da realidade que criam tempos e espaços dissociados da vida cotidiana podem ser notadas em procedimentos técnicos como dividir o processo em duas etapas, postular um acordo ou determinar os deveres de cada uma das partes envolvidas em um processo.

A trajetória de Antônio Carlos, Alexandre e seus vizinhos em suas interações com a Justiça aponta que o olhar do Poder Judiciário se constitui como uma forma de representação técnica da realidade. No capítulo seguinte, a atitude epistemológica e as práticas de representar um objeto tecnicamente serão discutidas com mais profundidade. A última parte e o último capítulo desta tese se dedicam ao ponto de vista dos técnicos, interventores e especialistas que trabalharam na Bacia do Una como profissionais e vivenciaram suas transformações enquanto habitantes de Belém.

CAPÍTULO 8

8 A VOZ DOS ESPECIALISTAS

Este capítulo se dedica a apresentar, examinar e compreender o ponto de vista de especialistas em saneamento sobre as questões sanitárias que envolvem a cidade de Belém e a Bacia do Una. Assim como antropólogos, estes interlocutores também se engajam em uma forma de ciência, o que implica em maneiras específicas de delimitar problemas e isolar esses problemas de aspectos que prejudicariam as análises dentro de um campo de conhecimento. De modo a avaliar os aspectos da realidade que concernem ao seu trabalho, estes especialistas abstraem outros elementos que poderiam ser caros a *experts* de outras áreas. Da mesma forma que técnicos subestimam – em diferentes graus – os aspectos sociais relativos ao seu trabalho, cientistas sociais também tem pouco conhecimento sobre elementos de engenharia, hidrodinâmica, geomorfologia, sanitarismo ou mesmo sobre o contexto político das tomada de decisão que presidem grandes projetos como a Macrodrenagem da Bacia do Una.

O capítulo anterior já havia refletido sobre as práticas e as formas de produção de verdades para o poder judiciário. Da mesma forma, este capítulo final examina a produção de verdades para outro tipo de técnico: os especialistas e planejadores da cidade. Isso significa realizar um exame das operações de abstração e representação da realidade por parte de técnicos que estiveram vinculados de alguma forma a projetos de drenagem e urbanização de baixadas em Belém. Este tipo de análise pode contribuir para a compreensão sobre como pensam os técnicos, como formulam seus problemas e definem seu campo de atuação, além de trazer estas questões para apreciação de um público diferente. Ao mesmo tempo, as perspectivas da técnica também serão consideradas dentro de contextos mais amplos da ação do Estado moderno na organização das cidades e da articulação entre cultura e natureza.

Ao longo do capítulo serão apresentados dois personagens desta pesquisa, os engenheiros sanitaristas Euirbe e Miguel. A escolha de ambos se deu pelo fato de que cada um apresenta experiências diferenciadas com saneamento em Belém. Seus pontos de vista são contrastantes inclusive no tempo, uma vez que demarcam experiências geracionais distintas. Miguel é um professor universitário com uma longa carreira que se estende da década de 60 até os dias de hoje. Suas experiências profissionais remontam às tomadas de decisão nos bastidores de um insipiente Projeto Una na década de 80. Euirbe, embora mais jovem, participou ativamente em outros projetos como a Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba nos anos 2000, o qual já segue paradigmas diferentes no que diz respeito às intervenções urbanísticas em bacias hidrográficas.

Pois mais que este capítulo apresente apenas dois especialistas, suas falas reverberam nas de outros especialistas e agentes do Estado com quem tive contato ao longo da pesquisa e que são citados ao longo desta tese, tais como o atual secretário de saneamento Luiz Otávio Pereira, o ex-secretário de saneamento Francisco Eduardo Pasetto, o ex-gerente do Projeto Una – e atual gerente do Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova – Manoel Dias, além de outros que também possuem o saneamento e meio-ambiente como plataformas de seu trabalho, a exemplo do Promotor de justiça Raimundo Morais e do Deputado Carlos Bordalo. Apesar das diferenças entre seus pontos de vista individuais, esses sujeitos concordam de um modo geral na identificação dos principais problemas da Belém contemporânea, tais como as deficiências do saneamento, a incapacidade da rede de drenagem e a permanência de habitações subnormais.

Miguel e Euirbe, ao falarem sobre o seu trabalho relembram parte de sua trajetória profissional. Ao fazerem este esforço de rememorar, também narram a cidade e seus problemas, bem como episódios em que se propuseram – com ou sem sucesso – a contribuir para a melhoria da qualidade de vida de uma parcela da população ou da cidade de Belém como um todo. Por mais que situadas em níveis discursivos diferentes – uma entrevista para o caso de Euirbe e uma palestra para o caso de Miguel – estes pontos de vista complexificam ainda mais o objeto de estudo e a experiência temporal com o saneamento em Belém, trazendo outras camadas de entendimento para as discussões presentes nessa tese.

8.1 “Comporta é Bom ou é Ruim?”

Euirbe é um engenheiro sanitarista que começou a trabalhar na Prefeitura de Belém há quase três décadas. Sua carreira começa quando, ainda um estudante universitário, ingressa na recém-criada Secretaria Municipal de Saneamento. Um importante fato escapou da entrevista que realizamos, mas apareceu depois em conversas informais: Euirbe é um habitante da Bacia do Una. Morador do Bairro da Marambaia, no limite da segunda légua patrimonial de Belém, Euirbe mora próximo ao Canal Água Cristal, um dos canais que fazem parte da Bacia do Una. Por morar em uma área mais alta da Bacia felizmente nunca passou por alagamentos, embora tenha se queixado da irregularidade do serviço de abastecimento de água no seu bairro: às vezes a água que sai das torneiras é fraca e em pouco volume. Em outras ocasiões simplesmente não há água durante um dia inteiro ou parte do dia. A precariedade do abastecimento de água é um problema comum em vários bairros da capital e não apenas na Bacia do Una.

Conheci Eduirbe através de Pedro Blóes, um dos diretores do STIUPA, organização com quem mantive diálogo ao longo da pesquisa e que foi responsável em grande parte pela abertura da rede etnográfica nos primeiros meses de 2013. De posse do seu número de telefone, contatei Eduirbe e marcamos uma entrevista em seu escritório na Secretaria Municipal de Saneamento em Belém.

Conforme se recorda, Eduirbe começou a trabalhar na Prefeitura Municipal no ano de 1986. O momento de transição democrática por que a sociedade brasileira passava na época também marcou a transformação nas formas de lidar com o saneamento. As políticas de saneamento em Belém até então recebiam muita influência do DNOS, o antigo órgão que tinha papel de realizar obras infraestruturais de grande porte nas capitais e no interior brasileiro. Em contraste com as abordagens do DNOS, o grupo que Eduirbe passou a integrar era responsável por projetos na então incipiente SESAN. Este “grupo de projetos” lidava com questões sanitárias que na época eram consideradas diferentes, conforme Eduirbe conta:

Eu era um estudante de Engenharia Sanitária, me formei, sabia fazer projetos de drenagem. E quando eu me apresentei eu disse que sabia e entrei num teste pra mim, pra ver se eu sabia fazer [projetos de drenagem] e a partir daí montamos uma equipe com desenhistas, topógrafos pra desenvolver projetos de drenagem na cidade de Belém. E assim, no primeiro momento, a gente montava só pedidos de comunidades, que era pequenas passagens, ruas que alagavam na cidade. Então era essa a nossa meta. Eu passei anos e anos vendo isso, vendo os problemas, onde alagava, vários problemas que tinha e a gente procurava dar soluções.

A trajetória profissional de Eduirbe vai acompanhando a mudança do caráter fragmentado dessas obras emergenciais em pontos determinados da capital paraense em direção a intervenções sanitárias mais ambiciosas e abrangentes, tais como os dois primeiros projetos de macrodrenagem em bacias hidrográficas ocorridos em Belém: o Projeto Una e o Projeto Tucunduba. Se Eduirbe não teve participação significativa no Projeto Una, anos depois o engenheiro foi convocado para fazer parte da gestão do Projeto Tucunduba. Neste projeto, o engenheiro sanitário e sua equipe imprimiram um enfoque distinto em relação ao que havia sido realizado no Projeto Una:

No projeto do Tucunduba o que foi que a gente fez? A gente deu uma repensada no Paradigma. Tentar mudar esse paradigma, que na verdade é retomar um paradigma da cidade que é criar o que a gente chamou de “rios urbanos”.

Como Eduirbe explicou-me a seguir, o paradigma escolhido para o Projeto Tucunduba não incluía comportas ou *floodgates*, isto é, barragens artificiais controladas mecanicamente

que são instaladas na montante dos rios para evitar a invasão das marés nos corpos hídricos que percorrem a cidade. No entanto, as comportas haviam sido uma peça fundamental no projeto desenvolvido na Bacia do Una, o que conduz ao dilema observado pelo engenheiro sanitaria:

Uma coisa interessante também, nesse acompanhamento eu começo a trabalhar algumas observações. Comporta é bom ou é ruim? Os custos das comportas equivalem quase a 40% do valor da obra. Então vale a pena você fazer uma comporta ou você investe em levantar os níveis das casas, elevando os níveis das ruas? E nessa avaliação eu cheguei à conclusão que: por que a gente não faz canais com os níveis das ruas mais altas, organizando a cidade em níveis mais altos e num primeiro momento esquece as comportas? Avalia se há alagamentos ou não. [...] O que é mais bonito? Um canal com uma maré que enche e sai e limpa o canal, porque onde a maré entra e sai com facilidade, o canal tá limpo e você pode ter navegabilidade. Então, esteticamente pra cidade é melhor uma vala fechada ou uma vala aberta? Eu com meu pequeno conhecimento acho que é melhor você ter um canal aberto, com água entrando e saindo, podendo até, quem sabe futuramente, você ter um transporte interno dentro da cidade através dos próprios rios.

Durante a entrevista ficou evidente o diálogo de Euirbe com a produção de conhecimento dentro de sua área e as experiências de outras cidades com manejo de suas águas urbanas, tais como Amsterdam e Veneza, que segundo o engenheiro sanitaria “seguem esse paradigma e fazem os rios da cidade ambientes de convivência, de navegabilidade, de lazer”. Também transpareceu o conflito baseado em divergências políticas e técnicas com o então secretário de saneamento Luiz Otávio Pereira, notório adepto do uso de comportas em seus projetos, entre eles a Macrodrenagem do Projeto Una e, mais recentemente, a Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, esta última iniciada em 2013.

A fala de Euirbe traz à tona os dilemas e modelos de projetos de drenagem disponíveis para a realidade de Belém. As comportas ajudam a controlar o fluxo das marés nos canais, evitando inundações no interior da cidade. Porém, a presença da comporta impossibilita navegação, além de representar grandes impactos no ecossistema hídrico com o bloqueio do fluxo livre da água com as marés, fluxo que em termos técnicos é denominado conectividade hidrológica (PRINGLE, 2001). A comporta transformaria o canal em uma espécie de armazenador de água das chuvas e receptor de esgotos, uma vez que a concepção de projetos com comportas se baseia na criação de um grande reservatório de água para controle de cheias no interior da cidade. A prioridade deste tipo de projeto não é a recuperação dos rios urbanos, mas sim a criação de canais que façam parte de uma rede técnica de escoamento e acumulação (RODRIGUES et al., 2013, p.9). Sem comportas, porém,

o risco de alagamentos com a entrada das marés em uma cidade repleta de terrenos baixos é maior, o que implica na necessidade e nos respectivos custos de elevar o nível das ruas e casas, alternativa defendida por Euirbe.

Figura 39 - Comportas do Uma



Fonte: Acervo próprio.

Contemporaneamente, o debate em torno da utilização de comportas ou *floodgates* em regiões costeiras e planícies de alagamento ganha novo fôlego no contexto das mudanças climáticas e da elevação dos níveis dos oceanos, como aparece em trabalhos acadêmicos na área do manejo de áreas costeiras (KLEIN et al., 2001), em guias para o uso de comportas (JOHNSTON et al., 2003) e em relatórios técnicos de órgãos estatais (NSW Department of Primary Industries, 2007).

Nestes trabalhos se discute alguns pontos positivos da retirada de comportas como, por exemplo, a melhora nos níveis de oxigênio da água, mudança da composição mineral, melhoria da qualidade da água, maior biodiversidade e melhoria nos sedimentos do leito dos rios (JOHNSTON et al., 2003, p. 19). Ao mesmo tempo, a retirada de comportas implica em maior risco de inundação e aumento da salinidade de rios para regiões em contato com água do mar (JOHNSTON et al., 2003, p. 28-9). Nesse sentido, partindo da concepção de que o uso de comportas é necessário em alguns casos, o debate nessa área se dá na direção da escolha de lugares prioritários para instalação de comportas, considerando que este é um procedimento que causa impactos sensíveis no ambiente e nos modos de vida de populações. De todo modo,

os trabalhos citados concordam que o emprego ou a rejeição de comportas não são decisões definitivas, apresentando-se como parte de um processo que deve ser observado em longo prazo.

Há decisões políticas e condicionantes técnicas que envolvem a escolha de um modelo de macrodrenagem em detrimento de outro. Para além desses aspectos, as intervenções ocorridas nas bacias hidrográficas de Belém também dialogam com discursos sobre a relação entre cidade e natureza que caracterizam diferentes momentos históricos e escolas do urbanismo. O geógrafo e estudioso de cidades Matthew Gandy (2006) situa no tempo duas correntes do urbanismo que articulam cidade e natureza nos respectivos moldes do Projeto Una e do Projeto Tucunduba. Gandy (2006) identifica no final do século XIX e início do século XX na Europa e nos Estados Unidos o abandono das tentativas consideradas utópicas de criar sínteses entre natureza e cultura que haviam caracterizado o século XIX. No seu lugar se encontravam os ideais científicos do planejamento urbano que consistiam em remodelar completamente a natureza em favor da cidade moderna em processos de transformação nos quais a função se sobressai à plasticidade.

Esta abordagem se alinha ao que foi realizado no Projeto Una, uma vez que o referido projeto correspondeu em uma de suas vertentes à retificação e canalização dos antigos igarapés e braços de rio que cortavam a cidade – entre os quais alguns já haviam sofrido intervenção – de modo a criar um “sistema de escoamento de micro e macrodrenagem, presenciando-se a mudança do rio para o canal, expressando a instrumentalização do curso d’água para garantir condições sanitárias e permitir as funcionalidades do que seria uma cidade moderna” (RODRIGUES et al., 2013, p. 9).

No fim do século XX, porém, o autor observa no Norte Global a mudança de paradigmas e tendências no que concerne à urbanização da natureza. O trabalho de planejadores urbanos, engenheiros sanitaristas, arquitetos e urbanistas consistiria agora em refletir e colocar em prática formas de sintetizar cultura e natureza na cidade. Enfatiza-se cada vez mais a articulação entre controle de inundações, restauração ecológica e acesso público aos espaços ribeirinhos, como é mostrado no trabalho de Gandy (2014) no qual se discute o plano de revitalização do Rio Los Angeles a partir do ano de 2007.

Em um trecho de nossa entrevista Euirbe manifesta este desejo de síntese entre natureza e cidade ao falar sobre o Projeto Tucunduba:

Na minha concepção a cidade pode se reestruturar dentro de visões com mínimo impacto à população e preservando as áreas, buscando novamente aquele riozinho que está ali na cidade e trazer o estético, o belo da cidade, o

belo do rio de volta sem precisar estar colocando placas de concreto ou paredes de concreto na lateral e trazendo benefício pra população⁴⁵.

Observa-se a preocupação com a preservação do leito e dos taludes do canal de modo a convertê-lo em rio novamente tendo em vista os usos sociais da água, o que se dá no lastro do processo de ambientalização (LEITE LOPES, 2006) da sociedade refletido em políticas públicas de saneamento. Além disso, o modelo defendido por Euirbe representa a retomada dos ideais oitocentistas de embelezamento e plasticidade do mundo urbano (GANDY, 2006) a partir da institucionalização de áreas verdes como parques, praças e bosques. Assim, Euirbe e o Projeto Tucunduba expressam um desejo de renaturalização das paisagens ribeirinhas urbanas. Ao mesmo tempo este retorno ao natural também segue motivações estéticas e, assim como os projetos com uso de comportas, constituem mais uma forma de organização do espaço mediada pela técnica e pela política.

O Projeto de Macrodrenagem do Tucunduba foi interrompido em 2009. Concluiu-se uma etapa da obra que vai da montante do igarapé do Tucunduba percorrendo o interior da Universidade Federal do Pará até chegar à Rua São Domingos no Bairro do Guamá. A etapa concluída do Projeto Tucunduba tornou-se uma referência internacional para projetos de melhoria da qualidade de vida urbana, apresentando progressos significativos nos âmbitos da participação popular envolvida, da concepção urbanística adotada e dos procedimentos de remanejamento compulsório empregados (BARBOSA, 2003). Porém, a Bacia do Tucunduba ainda possui várias áreas não beneficiadas apresentando problemas habitacionais e de inundações no interior dos bairros do Guamá, Terra Firme e principalmente na área conhecida como a Baixada do Marco, localizada no Bairro do Marco. Atualmente, o Projeto encontra-se em fase de reestruturação, tendo recebido 77 milhões de dólares do BID⁴⁶ para retomada de suas obras. Sob o comando de Luiz Otávio Pereira, novamente secretário de saneamento desde o início do ano de 2013, estuda-se a possibilidade da instalação de comportas no Tucunduba.

A experiência de Euirbe junto a um projeto de macrodrenagem que não o Projeto Una chama atenção para a pluralidade de alternativas técnicas e soluções de drenagem para a capital paraense na contemporaneidade. O seu relato sobre seu trabalho no Projeto Tucunduba

⁴⁵ “Através deste projeto, muda-se o paradigma das intervenções urbanísticas dos igarapés que entrecortam a cidade de Belém, que consideram apenas o aspecto físico de sua drenagem, não levando em consideração outras variáveis, como, os aspectos ambientais e a inclusão social. Para tanto, o revestimento de seu talude é trabalhado, a maior parte com o leito natural, diferenciando-se da concepção anterior de revestir todo o leito em concreto que dificultaria a navegação e inibiria a biodiversidade do canal.” (PREFEITURA DE BELÉM, 2002, p. 2).

⁴⁶ TUCUNDUBA vai custar R\$ 77 milhões. **O Liberal**, Belém, 7 maio 2013. Caderno Cidades, p. 10.

se mostra em vários momentos como uma discreta crítica à concepção geral do Projeto Una, no qual o uso de comportas transformou sensivelmente a relação entre homem e ambiente sem trazer muitos dos resultados que eram esperados. Como foi visto nas diligências com o Ministério Público, mostradas no capítulo 7, o sistema de comportas tem sido insuficiente para evitar inundações na Bacia do Una. O volume de chuvas da cidade – coincidindo com as altas da maré – se encontra além da capacidade de armazenamento dos canais que estão rasos e estreitos. Estrangulados pelas comportas quando a maré está cheia, estes canais acabam transbordando.

Obviamente está além do escopo desta tese determinar se a etapa do Projeto Tucunduba da qual participou nosso interlocutor foi bem sucedida, ou mesmo se o uso de comportas como no Projeto Una é recomendável. Porém, a fala de Eudirbe ajuda a ressituar a relação entre homem e natureza na capital paraense dentro de outro modelo no que diz respeito aos arranjos socioecológicos entre cidade e água. Um paradigma que considere a humanização do rio não mais em termos de incorporá-lo ao artifício do concreto urbano, mas que abra possibilidades para a existência de canais e rios como lugares vividos, isto é, onde haja relações mais estreitas entre os habitantes da cidade e um curso d'água onde é possível a navegação, pesca, o banho e a contemplação estética da paisagem hídrica.

8.2 “Não Podemos Transigir Tecnicamente”

No dia 28 de novembro de 2013 o auditório do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará (ITEC) foi quase totalmente preenchido por estudantes, professores, pesquisadores e ativistas políticos. O motivo foi um debate promovido pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU/UFPA) sobre as consequências das intervenções sofridas na Bacia do Una sob o título de “Urbanização e desigualdade em Belém: a Macrodrenagem da Bacia do Una”. Junto aos outros que lotavam o auditório estava eu. Compareci mediante o convite de Alexandre, que seria um dos participantes da mesa redonda proposta pelo evento. Registrei as falas do público e dos participantes da mesa redonda com meu gravador por dois motivos. Primeiro, por estar interessado na construção dos discursos sobre a Bacia do Una nas diferentes esferas éticas que seriam defendidas naquela ocasião. Segundo, por pedido de Alexandre, que já mantinha um acervo pessoal sobre sua participação nas reivindicações por saneamento e condições dignas de moradia.

Na mesa redonda, Alexandre deveria apresentar sua perspectiva êmica de morador da Bacia do Una atingido por alagamentos, o que fez acompanhado de um grande acervo de

imagens dos últimos dez anos de inundações na Bacia e de um bom número de informações técnicas e jurídicas sobre o Projeto Una. Em seguida falou a assistente social, professora e pesquisadora Joana Valente Santana sobre alguns aspectos sociais e habitacionais da Bacia do Una, focando seu trabalho no espaço do Conjunto Habitacional Paraíso dos Pássaros, local para onde foi levada a maioria dos remanejados em função das obras do Projeto Una. A apresentação do ponto de vista técnico sobre a Macrodrenagem da Bacia do Una ficou ao encargo do engenheiro sanitarista Miguel, personagem a quem dedico este tópico.

Miguel, hoje aposentado, foi professor da Universidade Federal do Pará e diretor da Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental na mesma instituição. Realizou consultorias e trabalhou em projetos para grupos de diferentes orientações políticas e ideológicas no Estado do Pará. Trata-se de uma figura importante no campo da pesquisa e da prática profissional da Engenharia Sanitária, mas confesso que seu nome era desconhecido por mim até aquela tarde de novembro de 2013.

Naquela ocasião, Miguel falou sobre sua participação no início do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una durante a primeira metade da década de 80, ainda sob a administração do então nomeado Prefeito Almir Gabriel. O recuo no tempo servia de embasamento para o seu diagnóstico profissional sobre a atual situação da Bacia do Una:

Nós não podemos transigir tecnicamente. E onde foi que a Macrodrenagem [do Una] transigiu tecnicamente? Mariano Klautau. Vocês conhecem o Mariano Klautau? Sociólogo. Responsável por tudo isso que foi falado aqui. Movimentos de reforma urbana com pauta política! Não pode! Porque com base na pauta política, a pauta técnica foi desrespeitada. O Projeto de Macrodrenagem era pra ser projetado com chuvas num período de retorno de vinte anos, por padrão de drenagem pra áreas urbanas.

Eu tinha chegado de um doutorado e me convidaram pra trabalhar na COSANPA, o Wady, saudoso Wady Homci da Costa, meu amigo: “Imbiriba, vamos trabalhar”. E eu calculei que o projeto do Canal do Una pra armazenar água de chuvas tinha que ter duzentos metros de largura pra não haver alagamentos. Duzentos metros de largura. Foi construído com oitenta. Tem alagamento! Pra ter capacidade de armazenamento, eu cheguei e disse: “Wady, tem que ter duzentos daqui à ponta!” E ele disse: “Não pode, porque senão nós vamos ser demitidos”. Por causa das forças do movimento social! Eles tinham força política tremenda ali com o Almir Gabriel.

Aí o que foi que eu fiz? Eu procurei áreas na cidade de Belém pra colocar, pra fazer uma coisa que na época era chamado de áreas de parque de várzea, pra que no momento da chuva abrigasse a água e que nos meses de verão servisse de campinho de futebol. E bem naquela época, em 1984, Belém ainda tinha muito time de pelada na rua. Então fiz um artigo pro O Liberal⁴⁷

⁴⁷ Um dos jornais impressos de maior circulação no Pará.

sobre armazenamento de águas de chuva em pequenos parques, aproveitando aquele terreno onde é hoje a Unama⁴⁸ que antes era uma grande baixada.

[...] A solução foi a seguinte: eu publiquei um artigo no Jornal O Liberal dizendo pra aproveitar todas essas áreas de baixadas pra fazer campo de várzea e o Almir Gabriel gostou e me chamou. Só que ao invés de me chamar sozinho, ele me chamou junto com meu chefe, o Wady. E o Wady ficou com ódio porque eu passei por cima dele. Ele [o prefeito Almir Gabriel] me perguntou o que era e eu disse: “Olha, [os canais] não tem capacidade”. Aí o Wady falou o seguinte: “Olhe Doutor Almir, essa é apenas uma etapa do projeto”. Porque eu falei o seguinte: “Se não for assim, senão colocar a dimensão do Rio Una lá com 200 metros, nós vamos ter que colocar bomba pra bombear água de chuva”. E o Wady: “Olha, Doutor Almir, isso é uma etapa. A primeira etapa é de se estudar por um tempo. Depois, no futuro, se coloca bomba”.

O posicionamento de Miguel gerou um imenso mal-estar no auditório. A plateia formada por estudantes, professores e pesquisadores de Serviço Social, Geografia, História, Direito, Ciências Sociais e militantes de movimentos sociais ouvia incrédula àquilo que, em um primeiro momento, chamou mais atenção na fala do técnico: este culpabilizava os movimentos sociais de reforma urbana da época pelo fracasso atual do Projeto Una. Para Miguel a pauta política dos movimentos sociais, isto é, o direito à moradia e à cidade, sobrepôs-se aos aspectos técnicos do projeto, impossibilitando que fossem realizadas mais remoções das margens dos canais ou que fossem criados parques de várzea que armazenassem o excesso de água nos meses do inverno.

Se em um primeiro momento as declarações de Miguel geraram desconforto, em segunda instância elas causaram espanto. Suas ideias sobre o aparente fracasso do Projeto Una contrastavam vivamente com os diagnósticos anteriores sobre o problema. Como visto em capítulos anteriores, há vários indícios apontando para a falta de manutenção dos canais e da rede de drenagem da Bacia do Una como o fator preponderante a causar alagamentos em diversos pontos da cidade. As discussões sobre alagamentos promovidas pela Frente de Moradores da Bacia do Una e pelo Ministério Público Estadual e por alguns parlamentares se apoiam todas nas evidências de improbidade administrativa que levaram à permanência do problema de alagamentos na Bacia do Una. Jorge André, um amigo do Comitê Popular Urbano, em certo ponto da apresentação interrompeu o palestrante chamando atenção justamente para a falta de manutenção nos canais:

⁴⁸ A Unama ou Universidade da Amazônia é hoje a maior instituição privada de ensino superior no Pará. Localiza-se em um imenso quarteirão na divisa dos bairros do Umarizal e da Pedreira. Sua frente dá para a Avenida Alcindo Cacela e seus fundos para a marginal do Canal do Galo.

Jorge André: Limpar os canais não é uma opção?

Miguel: Não, não, não. Não é eficaz. Os canais são subdimensionados. O canal que muda de 200 pra 80 metros, quanto é mais ou menos? É um terço da capacidade. Se limpar não vai resolver.

Jorge André: Não ajuda?

Miguel: Não ajuda! Porque só tem um terço da capacidade livre. Por enquanto ele tem o quê? Se ele tá metade sujo, ele vai precisar de um terço da capacidade? E ele não tá metade sujo, porque a água leva muita coisa. A questão não é a limpeza, a questão não é o lixo.

Dizer-se que o elemento causador de transtornos atualmente na Bacia do Una é o assoreamento dos canais, o arremesso de lixo doméstico, de entulho, a falta de manutenção ou canais que foram subdimensionados ainda nos prolegômenos do projeto é assunto para outros especialistas. Também não cabe a este trabalho julgar um projeto como bem ou malsucedido, e sim observar a produção de sentidos sobre a cidade e a relação entre homem e natureza que transbordam dos discursos sobre o fracasso e o sucesso de intervenções como a macrodrenagem. Pois como aponta David Mosse (2005), o relativo sucesso ou fracasso de grandes projetos de desenvolvimento é sempre construído em termos técnicos e de acordo com os parâmetros existentes no interior da rede em que estes projetos são constituídos. Para todos os efeitos o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una é considerado bem-sucedido. Pelos seus números e pela sua extensão, aquele ainda é considerado o maior projeto de reforma urbana já realizada na América Latina por pessoas que estiveram envolvidas em sua execução.

Miguel, no entanto, parece acreditar que o Projeto Una não apresentou os resultados esperados. A diferença é que, ao invés de enfatizar a omissão do poder público após a conclusão das obras, o engenheiro critica a concepção do projeto, no qual se percebe os dilemas acerca dos usos do solo urbano em projetos de saneamento, isto é: precisa haver remanejamento compulsório de populações para a realização de grandes obras, ao mesmo tempo em que estas obras devem beneficiar os habitantes do seu entorno.

O posicionamento de Miguel sobre a abertura de canais com 200 metros evoca uma retórica do bem comum em que a questão do direito à cidade e à moradia digna está subsumida na promessa de desenvolvimento trazida pelo Projeto Una. Esta perspectiva lembra a dos planejadores de reservas florestais na Indonésia, conforme é discutido no trabalho de Tania Li Murray (2007). Naquele contexto também é o uso da terra que está em questão. A criação de reservas florestais na Indonésia se justifica pela necessidade universal de preservar a biodiversidade das florestas e os níveis de carbono no planeta. No entanto, os camponeses que habitavam nas franjas da reserva e sobrevivendo à custa dos recursos da

floresta deveriam ser removidos do local. O incentivo a novas atividades econômicas deveria compensar as perdas dos camponeses. Porém, na medida em que a criação da reserva florestal para preservar a biodiversidade afastava aqueles que deveriam ser os principais beneficiados pela sua preservação, a autora questiona para quê ou para quem a biodiversidade está sendo preservada.

A abertura de canais com 200 metros de largura também se baseava em necessidades universais, isto é, ampliar o alcance do saneamento e resolver o problema das inundações na Bacia do Una, o que traria benefícios para a cidade de Belém como um todo. O bem comum, nesse caso, emerge como um valor independente da posterior distribuição do bem estar ambiental na cidade, tendo em vista que as remoções a serem realizadas excluiriam os moradores das baixadas de receberem os reais benefícios do projeto. Assim, também caberia o dilema moral de para quem ou para quê melhorar o bem estar ambiental da cidade de Belém.

A fala de Miguel, entretanto, ofereceu *insights* importantes em relação a dois aspectos que merecem atenção neste trabalho e que serão tratados no próximo tópico. O primeiro é a forma como o conhecimento técnico se constitui e se posiciona diante da realidade na qual precisa intervir, já que o fracasso e o sucesso de intervenções são traduzidos por profissionais como Miguel e Eduirbe em termos técnicos. O segundo aspecto são as concepções, dilemas e contradições que cercam o Estado e seus agentes na aplicação do conhecimento técnico na forma de políticas públicas como a intervenção ocorrida há alguns anos na Bacia do Una.

8.3 O Olhar do Estado e Seus Agentes

8.3.1 A Prática da Técnica e a Técnica na Prática

O que aparece na fala de Miguel como revelações sobre os primórdios do Projeto Una, isto é, a discrepância entre o que deveria ter sido feito – canais com duzentos metros – e o que de fato aconteceu – canais com no máximo oitenta metros nos pontos mais largos – chama atenção para os bastidores de grandes projetos como a Macrodrenagem da Bacia do Una. Estamos diante das “práticas subterrâneas” de que fala Tani Li Murray (2007) sobre programas de desenvolvimento. Fazer “vista grossa” diante da inobservância de regras ou omitir informações que prejudicariam a narrativa linear do projeto (problema – intervenção – resultados) seria práticas comuns em iniciativas do porte da Macrodrenagem do Una. Isso demonstra que as diretrizes e concepções técnicas de projetos sofrem constrangimentos de

forças externas, estando sujeitas a revisões diante de contingências e reveses. Em outras palavras, existe o projeto que está no papel e o projeto que ocorre na prática.

Esta discrepância entre planos técnicos e a prática está a todo tempo presente nos debates que presenciei sobre a Bacia do Una. Entre os casos discutidos estiveram, por exemplo, os acordos entre a Prefeitura, o Governo do Estado e o BID sobre o prosseguimento da execução de obras complementares na Bacia do Una após a conclusão do grande projeto e a manutenção do conjunto de obras realizadas. Por mais que estivessem nas cláusulas do contrato de empréstimo junto à agência internacional, a continuidade e manutenção das obras não aconteceram. Ou poderíamos citar também a existência do PISA (Plano de Integração Socioambiental) que previa a participação social dos moradores e medidas de sustentabilidade do Projeto Una após a sua conclusão. O Plano que, como diz o próprio nome, buscava integrar a comunidade da Bacia do Una à paisagem recém-transformada existe como um documento oficial do Projeto, mas nunca chegou de fato a ser posto em prática, com exceção de esparsas tentativas que não perduraram⁴⁹.

Voltando às questões levantadas por Miguel, estas remetem invariavelmente ao trabalho de David Mosse (2005) sobre projetos de desenvolvimento em países ou regiões empobrecidas. Este autor, que etnografou e trabalhou como profissional em um projeto de apoio e aperfeiçoamento de agricultura familiar no interior da Índia, discute criticamente as possibilidades e limites destes programas, oferecendo um olhar “de dentro” ao mesmo tempo em que realiza uma (auto)avaliação das condutas que orientam o projeto de modo a compreender como este funciona na prática. Com base em suas experiências etnográficas e profissionais, Mosse (2005) chega à conclusão de que existem éticas e coações inerentes aos projetos de desenvolvimento que estão além da sua formulação enquanto programas de ação política. Isto reflete a máxima do trabalho deste autor, segundo a qual não são as políticas que produzem práticas, e sim as práticas que geram políticas, influenciando na forma como projetos são administrados e implementados (MOSSE, 2005).

Vejamos o exemplo trazido pelo depoimento de Miguel. Com base no conhecimento científico adquirido em sua formação e prática profissional em Engenharia Sanitária e Hidrodinâmica de Canais, o técnico estabelece que um canal deva ter duzentos metros de largura para armazenar a água das chuvas e esgotamento pluvial durante vinte anos. Por fatores extrínsecos ao conhecimento técnico disponível para o projeto, o canal é construído com oitenta metros. É possível afirmar que esta situação é constituída enquanto um problema

⁴⁹ Conforme aparece no Capítulo 1.

em função dos modos pelos quais o conhecimento técnico concebe a si mesmo em relação à realidade sobre a qual é aplicado, o que incide diretamente nas condutas práticas dos agentes dessa forma de conhecimento.

A “pauta política” a que se referiu Miguel no trecho destacado da sua conferência corresponde às disputas pelo uso do solo urbano que surgem diante do risco de serem realizados remanejamentos compulsórios para construir canais mais largos ou parques de várzea. Há duas considerações preliminares sobre essa forma de representar o problema identificado pelo engenheiro. Em primeiro lugar, ao invés de considerar esta “pauta política” como obstáculo à “pauta técnica”, seria necessário considerar que o conhecimento técnico também é atravessado por processos históricos e culturais, pelas condições materiais e técnicas disponíveis, além das redes atuando em projetos e políticas de intervenção na cidade. Em segundo – e em virtude do que fora exposto anteriormente – as decisões técnicas também são decisões políticas, uma vez são avaliadas e calculadas pelos gestores urbanos na relação com outros atores naturais ou culturais, orgânicos ou inorgânicos. Entre estes fatores estão, por exemplo, a “força” das águas de chuvas e marés ou a “força” dos movimentos sociais de reforma urbana que atuam nas redes responsáveis pela produção do espaço urbano, o que também resulta na dimensão dos canais e nas concepções urbanísticas que orientam intervenções nas bacias hidrográficas em Belém.

Pensar nas decisões técnicas como decisões políticas também implica adotar algumas das reflexões de Michel Foucault (2002) sobre Estado Moderno e Governo. Para Michel Foucault, a noção de governo está ligada à gestão de coisas. Entre essas “coisas” estão as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades tais como clima, seca, fertilidade, além dos costumes, hábitos, formas de agir e de pensar (FOUCAULT, 2002, p. 282)⁵⁰. No contexto de Belém, o conhecimento técnico oferecido por profissionais como Miguel ou Euirbe se torna mais um elemento a ser gerenciado pelo Estado na relação com outras variáveis da equação social que dá origem a um “bem comum” que seriam a Bacia do Una transformada e funcional.

Em um primeiro plano encontram-se várias condicionantes a serem gerenciados pelo Estado conjugados em redes (LATOURET, 2005) formadas por atores sociais e naturais. Entre eles está o próprio estado e seu quadro técnico-administrativo, mas também as chuvas e marés, movimentos sociais de reforma urbana e outras entidades civis organizadas, representantes parlamentares, o capital imobiliário, a baixa topografia de Belém (abaixo da

⁵⁰ Esta concepção de governo traz consigo a ideia de um Estado regulador das relações entre os homens e as coisas, tendo em vista o que se constrói ideologicamente na arena política como “bem comum”.

cota de 4 metros em relação ao nível do mar) e as grandes empresas de engenharia envolvidas nas obras de transformação da cidade.

Para dar mais exemplos, recorro à dissertação de mestrado do engenheiro civil Kléber Silva (2004), trabalho no qual o autor enumera uma série de outras condicionantes técnicas ligadas às características geológicas dos solos da Bacia do Una. É o caso das obras que são executadas por meio de “escavações e aterros em depósitos aluvionares de argilas orgânicas muito moles”, o que para Silva (2004, p. 52) representa “um desafio para engenheiros”, na medida em que essas condições dificultam a estabilização de taludes de canais e de pavimentos. Para este autor, a capacidade de carga dos canais da Bacia do Una é mais uma condicionante que deve ser considerada juntamente com outras para o sucesso do projeto, tais como o tipo de aterro utilizado nas obras, o tipo de revestimento dos canais, o nível de elevação das vias marginais, as características do curso d’água, o tipo de ocupação humana na área e as já citadas características geotécnicas do terreno (SILVA, 2004, p. 119).

O arquiteto e urbanista Dário Fernandes Júnior (1989) também destaca como condicionante às obras na Bacia do Una o trabalho da Comissão das Baixadas de Belém. Esta comissão era organismo municipal composto por especialistas de áreas diversas que atuava desde 1973 realizando pesquisas junto às comunidades da Bacia do Una com vistas à realização de futuras obras de saneamento. Desde as obras de retificação do Igarapé São Joaquim, a Comissão havia estipulado que as intervenções na Bacia do Una seriam realizadas com o mínimo de remoções, sendo essencial para futuros projetos a permanência dos moradores nas áreas beneficiadas. Estas medidas talvez representassem o exorcismo de intervenções anteriores como, por exemplo, a drenagem da Avenida Doca de Souza Franco. Neste caso, o projeto teve como objetivo deliberado a substituição das populações originais por camadas de maior poder aquisitivo, de forma a valorizar a área e integrá-la ao centro da cidade que naquele momento (década de 60) se encontrava em processo de expansão. A Comissão das Baixadas de Belém postulava que estas experiências autoritárias não deveriam mais se repetir, o que certamente influenciou as decisões técnicas sobre o dimensionamento, na prática, dos canais da Bacia do Una.

A dimensão dos canais em obras de macrodrenagem também depende da tecnologia e dos materiais utilizados, o que por sua vez se dá em função do contexto demográfico em que ocorrem tais obras. Em relação a políticas de contenção de alagamentos urbanos, autores como Matthew Gandy (2014) apontam que a solução tecnocrática de canalização dos rios – ao invés do investimento em campos de inundação naturais – está ligada ao objetivo econômico de evitar perdas de solo urbano. Em seu trabalho sobre o Rio Los Angeles, Gandy (2014)

observa que a canalização do rio foi condicionada não apenas pela existência de ferrovias nas proximidades das margens do rio, mas também por interesses especulativos do mercado imobiliário local (GANDY, 2014)

Kléber Silva (2004) também aponta em seu trabalho para o fato de que as obras da Bacia do Una acontecerem em um contexto de alta densidade populacional e construída, no qual os rios, igarapés e canais se encontravam estrangulados por habitações e pelo processo de urbanização que já estava em curso em algumas áreas desde a década de 70. Assim, compreende-se que a concentração populacional em algumas áreas da Bacia do Una foi um fator decisivo na tomada de decisões técnicas sobre a construção de canais com taludes de concreto inclinados, mas ao mesmo tempo mais estreitos (SILVA, 2004, p. 96). Porém, ao mesmo tempo em que essa decisão tem como imperativo a realização do mínimo de remoções possíveis das áreas beneficiadas pelas obras, usar a canalização dos rios para evitar a perda de solo urbano também pode representar uma tentativa de “preservar” grandes faixas de terra para futuros empreendimentos imobiliários, sobretudo em áreas que se valorizam por estarem próximas ao centro da cidade. De todo modo, observa-se como as políticas do uso de terras influenciam intervenções urbanísticas, algo que já havia sido constatado pelo engenheiro Miguel.

Existem também fatores mais diretamente relacionados às redes de pessoas e instituições que condicionam as práticas cotidianas em grandes projetos como o PMU. Em um segundo plano encontram-se questões inerentes ao Estado no que diz respeito às disputas de poder. Destaca-se o contexto político-partidário local com suas alianças e conflitos internos que comumente refletem o entrave de realizações e, em outros casos, a necessidade urgente de iniciar e concluir obras de grande porte, uma vez que o reconhecimento público da autoria dessas obras serve como plataforma eleitoral. Ainda hoje técnicos como Manoel Dias relembram a disputa nos bastidores pelo reconhecimento da autoria do Projeto Una entre o então Governador Jader Barbalho – que assinou o contrato de financiamento com o BID – e Almir Gabriel que iniciou as obras como Prefeito nos anos 80 e as retomou como Governador na década de 90. Sobre essa questão, Manoel Dias prefere reservar-se ao seu papel profissional: “Bem, isso aí, eu sou técnico, eu não olho. É aquela história, eu sempre vejo aquilo que eu posso ajudar”.

Em um terceiro plano, mas ainda em estreito diálogo com os anteriores, há ainda agências multilaterais que financiam projetos de desenvolvimento e mitigação da pobreza

como o BID. O trabalho de Joana Valente Santana sobre a atuação do desenho ideológico⁵¹ do BID para o caso do PROMABEN em Belém constitui um exemplo interessante sobre como estes organismos internacionais influenciam a implementação de políticas de reforma urbana. Os dados da previsão orçamentária do BID para o PROMABEN, apresentados pela autora, revelam uma diferença muito grande entre o investimento em infraestrutura física (36,9%) e o investimento em infraestrutura social (3,92%) em relação ao total do orçamento (SANTANA, 2012, p. 26). Assim como aconteceu na Bacia do Una, no PROMABEN prevaleceu o modelo tecnocrático criticado por Euirbe, onde há gastos expressivos nas obras físicas (vias urbanas, comportas, obras de arte) e poucos recursos destinados a desapropriações, reassentamentos, educação ambiental e sustentabilidade do projeto em questão.

A agência dessas organizações supranacionais não é percebida apenas no financiamento e na negociação orçamentária dos projetos. Instituições como o BID também exercem pressão sobre o início e retomada de obras, além de cobrar relatórios sazonais sobre os projetos financiados durante e depois de sua execução, determinando o nível de êxito ou fracasso do programa. No caso do Projeto Una, uma das condições de financiamento – cujo contrato foi assinado em 1989 – foi a participação popular na forma de Conselhos Gestores e Comissões de Fiscalização *in loco* formados por moradores das áreas atingidas. Além de constituir uma inovação diante da então recente redemocratização do país, a participação popular sofisticou o processo de tomadas de decisão no Projeto Una, introduzindo novas dinâmicas nas relações entre Estado, ambiente e sociedade civil. À gestão pública coube equacionar estes diversos atores, ao mesmo tempo em que o fez dentro de um determinado modelo de gestão estabelecido no acordo de empréstimo com o BID.

Assim, em um projeto como a Macrodrenagem do Una as práticas produzem políticas – retomando a máxima de David Mosse (2005) – atravessando níveis e escalas de análise e sendo produzidas na intersecção das agências de diversos atores e instituições. Se o diagnóstico de um especialista não serve aos interesses da rede que produz as transformações requeridas, procura-se outro profissional cujos discursos não prejudiquem a narrativa linear do projeto formada pela identificação de problemas, práticas de intervenção e obtenção de resultados. Na maioria das vezes essa narrativa já está pronta, se encontrando apenas à espera das condições materiais de realização. Dessa forma, a técnica pode ser flexibilizada, na medida em que problemas são reinterpretados não somente conforme as soluções técnicas

⁵¹ Para a autora, instituições multilaterais como o BID se utilizam do discurso social e ambiental como eufemismo para a necessidade de infraestruturação física do espaço urbano em iniciativas voltadas para grandes investimentos de capital (SANTANA, 2012, p. 27).

disponíveis (LI MURRAY, 2007), mas também de acordo com as soluções politicamente negociadas. Então, opta-se por determinados modelos de intervenção em detrimento de outros e canais que foram projetados com duzentos metros podem ser construídos com capacidade de carga e dimensionamento reduzidos.

8.3.2 O Olhar do Estado e as Representações Tecno-materiais da Cidade

No tópico acima discutimos sobre o abismo existente entre o conhecimento técnico disponível e as soluções técnicas politicamente negociadas nas intervenções sofridas pela Bacia do Una. Vimos que a técnica muitas vezes concebida como algo independente de processos sociais como a política do uso de terras na cidade, além de interesses econômicos e construções culturais, o que reflete posicionamentos como o de Miguel sobre a relação entre movimentos sociais e intervenções urbanísticas tidas como necessárias. Este tópico ainda é dedicado às concepções e representações tecno-materiais sobre a cidade que se apresentam nos discursos de *experts* como Miguel e Euirbe. No entanto, o enfoque dado a partir de agora é centrado na proposição de que a produção material do ambiente urbano também está repleta de discursos e entendimentos sobre a relação entre cidade e natureza (GANDY, 2006). Estes discursos incidem na maneira como o Estado e seus agentes articulam suas ideias sobre a legitimidade de formas de intervenção técnica no espaço urbano. Quanto ao Estado, este deve ser entendido como um sistema administrativo centralizado e racionalizante que é experimentado pelas pessoas no cotidiano através de suas políticas e de seus agentes (Scott, 1998).

Observa-se nos discursos de especialistas como Miguel e Manoel Dias a tentativa constante de separar a técnica da política. O mesmo tipo de discurso também é adotado pelo atual Secretário de Saneamento Luiz Otávio Pereira, como ficou evidente em uma reunião no Ministério Público Estadual na qual participei. Nesta ocasião, o secretário falava do seu trabalho na atual gestão municipal:

Mas o que eu quero dizer é o seguinte. A administração atual do Zenaldo e que me convidou pra ser secretário de saneamento, **sem nenhuma vinculação política**, eu sou só um técnico que tem algum conhecimento sobre a coisa e que tem entusiasmo em trabalhar nisso, foi realmente de fazer o dia-a-dia dentro de nossas possibilidades e das possibilidades de natureza técnica. (Grifo nosso).

A separação entre técnica e política também aparece em outras situações de pesquisa como mostra o trabalho de Maria Carmen Lemos (2003) sobre políticas de mitigação dos

efeitos negativos da seca no interior do estado do Ceará. A autora mostra que a previsão climática se apresenta como uma alternativa técnica aos problemas políticos relativos às formas tradicionais de combate à seca no Ceará. Vale lembrar que naquele contexto o histórico das políticas do Estado para mitigação da seca tem sido mediado por lideranças políticas das áreas atingidas, o que resulta no fortalecimento do poder local dessas lideranças e pelas trocas desiguais de favores entre pequenos agricultores e os “coronéis”.

A mudança para abordagens de mitigação da seca com base na ciência representava a superação do círculo vicioso do coronelismo no interior do Ceará. Ao invés dos políticos de municípios atingidos pela seca, os principais agentes no combate à seca passariam a ser os tecnocratas dos órgãos responsáveis pela previsão climática. Maria Carmen Lemos (2003) sustenta que estes novos atores, na medida em que obtinham resultados por meio da técnica, considera sua ciência um instrumento apolítico. No entanto, a autora problematiza a perspectiva desses técnicos, tendo em vista que a linguagem científica isola outros atores das tomadas de decisão relativas ao que fazer com as informações obtidas pela previsão climática. Para a autora, a pretendida neutralidade axiológica da ciência reflete, para os seus interlocutores, uma tentativa de legitimar seu trabalho através do isolamento da técnica em relação ao seu contexto social e político. Agindo dessa maneira, técnicos também se protegem contra eventuais consequências negativas dos projetos nos quais participaram e evitam críticas de leigos e do senso comum.

Os profissionais que conheci durante a etnografia em Belém acreditam, com boa fé inclusive, que esta distinção entre técnica e política é benéfica para o seu trabalho. Ela constituiria uma virtude para o especialista e para as políticas públicas, as quais devem executadas para a satisfação do “bem comum” independente de orientações partidárias ou ideológicas, como bem destacou o atual secretário de saneamento. Ao longo do processo de pesquisa pude perceber que para alguns dos especialistas com que tive contato a segmentação entre aspectos técnicos e aspectos políticos em grandes projetos de intervenção urbana é positiva por duas razões.

Primeiro, porque a “política” – ora vista na forma de disputas entre partidos ou oligarquias, ora experimentada como as pressões de movimentos sociais – muitas vezes constitui um obstáculo à boa aplicação da técnica. Isso foi exemplificado pela percepção do engenheiro Miguel sobre os movimentos sociais de reforma urbana da década de 80. Além disso, o anedotário da política local está repleto de narrativas sobre administradores que boicotaram as obras e projetos de seus adversários. Segundo, porque ao excluir da técnica a “política” – e conseqüentemente uma série de fatores concebidos como extrínsecos à técnica

que dizem respeito à realidade cultural e socioeconômica – os tecnocratas definem seu campo de atuação e seu objeto de intervenção: a natureza. A técnica age sobre a natureza para produzir o bem-estar humano, mas em troca não pode sofrer interferência das idiossincrasias do homem, das confusões do diálogo e das negociações que prejudicariam sua legitimidade.

Para isso, o exercício da técnica implica em um modo de separação entre cultura e natureza. No entanto, a complexidade dos arranjos socioecológicos nas cidades torna porosas e móveis as fronteiras entre elementos humanos e naturais, sobretudo em uma metrópole amazônica como Belém. Então, para se apropriar da cidade enquanto objeto de ação e reflexão ou para lidar com as constantes e incômodas incursões da cultura na natureza – ou da política na técnica – especialistas lançam mão de representações tecno-materiais das cidades (ACSELRAD, 1999). A representação tecno-material corresponde à “redução da cidade à sua dimensão estreitamente material, o que tende a descaracterizar a dimensão política do espaço urbano” (ACSELRAD, 1999, p. 87). Essa redução acontece geralmente mediante o uso de termos que “biologizam” as dinâmicas urbanas tal como “metabolismo” ou “organicidade”.

Estas representações que biologizam o urbano também são discutidas por Matthew Gandy (2006), autor que também problematizou a utilização das metáforas do metabolismo, circulação e organicidade nos discursos técnicos sobre a cidade. Para Gandy (2006), estas imagens do mundo natural não são simples metáforas, mas formas de interpretar a realidade e produzir conhecimento que naturalizam a cidade e despoltizam a natureza. É a partir dessas representações que técnicos realizam a distinção entre cultura e natureza, legitimam intervenções e definem seu campo de atuação profissional.

Não é raro encontrar entre especialistas o uso de termos que remetem ao mundo natural e à biologia para designar dinâmicas urbanas. Tal é o caso de Euirbe ao explicar o processo de conquista e ocupação do solo nas periferias alagadas de Belém:

Porque se ocuparam os espaços urbanos que não eram salubres, que não eram locais adequados pra se viver? O que eu identificava na época quando eu vi? Eu via muito assim: o interior do estado não tinha perspectiva de vida, de emprego, né, de renda. Então a pessoa vinha do interior pra Belém, geralmente eram pessoas que tinham hábitos ribeirinhos, moravam em beira de rio e vinham morar pra cá. Então como eles moravam na baixada, aquilo pra eles não tinha muita diferença. E a arrumação orgânica que não é uma arrumação geométrica, né, eles não se arrumavam geometricamente. Eles se arrumavam dentro da visão deles. Eram prolongamentos de ruas, mas elas não eram retas e não existia uma ordem.

No discurso de Eduirbe a “arrumação orgânica” corresponde ao que se encontra na literatura sobre cidades como “ocupação desordenada”⁵², designando as formas de ocupação do espaço em assentamentos ilegais. Nesse sentido, a “arrumação orgânica” opõe-se à “arrumação geométrica” da cidade retificada e dos espaços onde houve intervenção organizada pelo Estado e seus agentes. Nesse caso, o “orgânico” se refere ao crescimento espontâneo e rizomático que resulta na formação de inúmeros, curvilíneos e estreitos becos e vielas, tal como ocorreu e ainda ocorre nas baixadas de Belém.

Isso não quer dizer que o engenheiro não seja capaz de reconhecer que existe um sentido e um significado naquelas práticas de ocupação. Ele certamente compreende que existam outros modos de conceber o que se entende por ordem naquelas formas de povoamento que obedecem às exigências do ambiente biofísico, à permanência de hábitos ribeirinhos e aos laços de parentesco e redes de compadrio ou amizade entre migrantes. Eduirbe está plenamente consciente desses aspectos da cidade informal que se estabelece na periferia. No entanto, seu discurso chama atenção para a recorrência da desordem como categoria explicativa do fenômeno urbano⁵³ dentro de comunidades interpretativas formadas por especialistas em cidades e suas dimensões socionaturais. Além disso, a busca pelo ordenamento do espaço urbano exemplifica uma das formas pelas quais especialistas representam a relação entre cultura e natureza na cidade, relação no trabalho do técnico é representada como algo conflituoso. A desordem referente ao crescimento orgânico “biologiza” e assim caracteriza o objeto técnico cidade que precisa ser ratificado pelo especialista.

Ana Luiza C. da Rocha (2008) também assinala que a associação da cidade não planejada a imagens que remetem à desordem e ao caos se origina da ideia de que as cidades seriam a medida do triunfo ou do fracasso do complexo civilizacional brasileiro. Para a autora, esta valoração sobre a cidade se reflete na maior ou menor adesão de seus espaços aos postulados da razão, o que poderia corresponder, em um determinado nível de análise, a uma

⁵² Exemplos de trabalhos que utilizam a ideia de desordem para designar o espaço urbano autoconstruído podem ser encontrados na Geologia (CARMONA et al., 2010) que discute impactos da urbanização de bacias hidrográficas em relação às águas superficiais e subterrâneas, na Engenharia Civil (SILVA, 2004) que avalia as condicionantes geológicas e geotécnicas para implantação de obras de macrodrenagem, na Engenharia Sanitária (PEREIRA; TAVARES, 1997) que propõe modelos de gerenciamento de resíduos sólidos em Belém e mesmo em trabalhos multidisciplinares como o de Carvalho (2011) na área de Desenvolvimento e Meio Ambiente e o de Targa et al (2012) que transita entre a Geografia Urbana, as Ciências Ambientais e a Geologia para lidar com a questão do escoamento superficial de águas em áreas urbanizadas.

⁵³ A categoria desordem também remete à crise dos paradigmas no planejamento urbano na segunda metade do século XX (GANDY, 2006). Esta crise se baseia na conclusão de que, sobretudo no sul global, o Estado falhou na produção de ambientes urbanos salutaros, tendo sido sobrepujado pelas forças do mercado na tarefa de principal proponente de políticas urbanas.

razão administrativa que organiza e legitima os espaços urbanos. Levando em conta estes aspectos, é interessante notar como a perspectiva de *experts* – em seus conflitos e adesões às políticas urbanas – enquanto agentes da gestão pública pode ajudar a compreender as lógicas do Estado em relação ao ordenamento da cidade.

Sobre o ordenamento do espaço a partir da perspectiva do Estado para o caso de Belém, Eduirbe traz à tona uma contradição que percebeu ao longo de sua trajetória profissional. Conta ele que a própria estrutura administrativa da Prefeitura de Belém muitas vezes foi um obstáculo para que houvesse um controle maior sobre a ocupação “orgânica” das baixadas:

Eu tinha na época uma ideia assim: de que a Prefeitura tinha que ter uma ação preventiva. Tipo assim: houve uma área que está começando a ser ocupada em áreas não adequadas. Mas independente de ser ou não ser [adequada], a Prefeitura tinha que ir lá logo e marcar: “Aqui é uma rua, vocês não vão ocupar isso aqui”. Está previsto uma rua, eu vou lá e demarco essa rua. Se ele vai botar o terreno com 10, com 20, com 5, não dependia da Prefeitura. Mas assim, a questão de que eu deveria ter uma visão de organização antecipada, isso lá atrás. Áreas que hoje são densamente ocupadas como o Guamá, a Terra Firme, o Marco, aqui essa área do Marco. Eu cheguei a visitar esse Marco quando tinha poucas casas, tu contava assim 30 casas numa rua que se estendia pra área alagada. [...] Mas enfim, o cuidado de definir a rua não vinha. Então era tipo assim: “Eu não vou me mexer porque aquilo não me pediram pra fazer, eu não vou me preocupar com isso”. E ao mesmo tempo você vê a população entrando nessas áreas e desorganizando as ruas. As ruas são feitas conforme o desvio que ele faz da estiva. Se tinha um obstáculo ele desviava a estiva e a casa ficava ali. Não tinha o objetivo de retidão. Sem visão de futuro, né? Porque quando chega no futuro, o que acontece? Aquela rua é larga e ela vai estreitando, vai virando uma vielazinha muito difícil de ser acessada e como consequência você tem um alto custo de desapropriação.

“Ação preventiva”, “organização antecipada” e “o cuidado de definir a rua” para que uma ocupação espontânea não prejudicasse o traçado retilíneo da cidade são algumas das medidas propostas por Eduirbe que foram recusadas pelo fato de que os terrenos que começavam a ser ocupados pertenciam a terceiros. Ele me explicou que na época seus colegas de trabalho acreditavam que a Prefeitura não deveria investir esforços em áreas de ocupação ilegal das quais os moradores seriam possivelmente remanejados depois de um certo tempo. De todo modo, Eduirbe chama atenção para o fato de que esta ocupação foi realizada com a conivência do Estado devido à inexistência de mecanismos de controle e à ausência de políticas habitacionais que dessem conta da migração campo-cidade.

Como se sabe nos dias de hoje, estas áreas não foram desapropriadas. Com o passar dos anos e diante do advento de grandes projetos de saneamento a necessidade de intervir

nesses lugares é apropriada pelos discursos oficiais. Nesses momentos o olhar planejador do Estado e seus agentes, se volta a essas áreas por meio de técnicas que visam tornar a cidade legível para as suas autoridades administrativas (SCOTT, 1998). A conversa com Eudirbe foi capaz de mostrar como a argumentação em torno da necessidade de intervenção nas baixadas é articulada em vários níveis. No trecho de entrevista a seguir, o engenheiro explica porque o traçado irregular das estivas de palafitas é um problema do ponto de vista técnico para os interventores:

É uma arrumação que não tá muito preocupada, ela vai conforme os desejos, o modo estrutural daquele pessoal viver. Eles põem uma casa do lado. Aí foi uma outra montada do lado, o irmão chega, não tem onde morar, aí põem ali do lado e às vezes fica um pouco mais avançado. Então não tem uma visão muito de futuro, de ordem, de organização, né? E é complicado depois você arrumar essas coisas, né? Mas porque você arruma? Porque a questão é a seguinte: quando envolve custos, as ruas tortas elas se tornam absurdamente caras pra você fazer uma infraestrutura nelas. Porque quando tu pões a curva, tu já tens que colocar tubos que poderiam ter 100 metros, eles passam a ter 230, porque se tu vais fazer isso, vais fazer aquilo, pra cá e pra lá. E as quedas, os níveis de saneamento. O saneamento é todo baseado em uma hidráulica. Então a hidráulica requer distância e desnível, senão você não tem queda. E tem que ter desníveis que possam levar aquele dejetos sem entupir na tubulação. Então são esses pontos aí que a hidráulica trabalha. Então quanto mais reto, melhor pra hidráulica.

O trabalho de técnicos e agentes do Estado implica na construção de interpretações técnicas a respeito de conjunturas complexas, tal como discute Tania Li Murray (2007). No caso descrito acima, as problemáticas das baixadas e ocupações espontâneas são construídas em torno da relação entre distância e desnível fundamental para a hidráulica de sistemas de esgoto sanitário e pluvial. Observa-se a agência de fatores naturais nas decisões técnicas, mas que também são considerados em função do custo das obras. Quanto maior a sinuosidade da área a sofrer intervenção, mais custosa é a obra por duas razões: pelas dificuldades de implantar sistemas de drenagem e esgoto e pelos custos envolvendo desapropriação de áreas e remanejamento de moradores. Isso explica, do ponto de vista do Estado e dos planejadores, a preferência por ruas largas e formas retilíneas. Estas condicionantes técnicas também influem na opção por modelos de drenagem que canalizam cursos d'água antes sinuosos. A sua retificação também representa.

Mas este aspecto é apenas complementar em relação a muitos outros que fazem com que ruas estreitas e curvilíneas se constituam como um pesadelo para os administradores da cidade. Com o decorrer da entrevista realizada em seu escritório, Eudirbe exemplificou de que

forma projetos como a Macrodrenagem da Bacia do Una transformaram a paisagem urbana belemense de forma a adequá-la às planificações do Estado moderno:

É, uma coisa interessante do Projeto Una, talvez vendo essa questão da transformação. Nós tínhamos muitos problemas com essa questão do transporte. Consequentemente: você não tem um acesso a certas áreas da cidade, você tem uma população de baixa renda onde você tem bons locais para o tráfico de drogas [...].

Pois é, então você vê que essa população, que é onde você vê que tem grande violência, ela se estrutura nessas áreas. O Projeto Una ele traz uma coisa positiva que é, por exemplo: você tem a [avenida] Pedro Álvares Cabral e tinha a [rua] São Benedito. A São Benedito era um ponto perigosíssimo. Eu fui assaltado duas vezes. Houve duas tentativas de assalto pra roubar a mesma coisa e das duas vezes ele não teve êxito, né. Mas eu peguei um soco na cara. Eu tava dentro de um carro, eu tava esperando na parada do sinal e o cara veio me abordar vindo de lá de dentro da área mais crítica, né, que era o São Joaquim, aquela área ali da Feira de São Benedito. Eles entravam nuns bequinhos, eles saíam de lá e vinham assaltar as pessoas. [...]

Então o Projeto Una ele vem e cria uma situação interessante, que é abrir as ruas. Você abre aquelas ruas, mas ao mesmo tempo expulsa os bandidos. Porque você melhora aquela rua e ao mesmo tempo o pessoal que tá naquela condição, poucos conseguem se reerguer.

No trecho acima, a perspectiva de técnico de Euirbe se encontra à de habitante da cidade. O saber fazer se sua profissão está em diálogo constante com as suas experiências e percepções sobre o que acontece no cotidiano. O seu relato de tentativas de assalto na Avenida Pedro Álvares Cabral é apenas mais um em um vasto repertório de depoimentos de amigos que ouvi, matérias de jornal que li e até mesmo de experiências pessoais de assalto sofrido naquela rua. A proximidade da pista principal da grande avenida com as vielas e becos transversais facilitava a evasão dos criminosos que dificilmente eram vistos após deixarem a via principal por onde transporte público e carros de classe média se deslocam do centro à periferia de Belém.

O relato se Euirbe também oferece mais uma oportunidade de pensar em como o problema socioambiental das áreas baixas da Bacia do Una é caracterizado tecnicamente, desta vez traduzida em termos de segurança pública. A abertura de ruas favorece o policiamento dessas áreas e, em parte, desarticula o crime que se organizava – também em parte – alheio aos olhos da polícia nesses territórios ilegíveis e inacessíveis. O traçado das palafitas privilegiava o conhecimento local em detrimento do de autoridades externas. Policiais ou quaisquer outros *outsiders* que entrasse nesses lugares se sentiria perdido em um labirinto suspenso sobre a água. A abertura de ruas uniformiza o traçado urbano e o incorpora à lógica do Estado em locais onde antes havia uma ordem reconhecida apenas pelos seus

moradores. Assim, através de projetos de infraestrutura urbana o Estado estende seu olhar às suas margens (DAS; POOLE, 2004), redesenhando-as para torná-las progressivamente mais legíveis e administráveis.

A questão da segurança pública está intimamente relacionada com a criação de um sistema viário uniforme e funcional que possibilite a comunicação de áreas baixas e alagáveis com o restante da cidade. A solução técnica para este caso é novamente tentar uniformizar o relevo da cidade, alinhando as ruas em direção aos eixos principais de deslocamento. Nesse sentido, os canais e cursos d'água preexistentes à intervenção na Bacia do Una foram retificados às ruas não apenas por uma questão de hidráulica e disposição do encanamento para abastecimento e escoamento de água. Os canais são alinhados às pistas e redesenhados funcionalmente em relação ao sistema viário, passando a funcionar como corredores de serviços. É o caso, por exemplo, do Canal São Joaquim, ao longo do qual se estabeleceram pequenos comércios e feiras, tendo se transformado em um eixo de deslocamento entre os bairros da Sacramento, do Barreiro e da Maracangalha.

A reorganização do espaço pelo Estado que integra as áreas irregulares à malha urbana facilitando a administração da cidade como um todo também cria um quadro sinóptico (SCOTT, 1998) através do qual a máquina administrativa pode melhor localizar os cidadãos. Essas mudanças implicam em uma melhoria sensível no sistema de comunicação por meio de correios, por exemplo. Ao mesmo tempo, isso também se reflete na regularização de serviços urbanos prestados por empresas estatais ou privadas, responsáveis pelo fornecimento de energia, abastecimento de água e tratamento de esgotos. Luz e água eram obtidos anteriormente de forma ilegal, mesmo que precariamente, através de “gatos” para o caso de energia e por meio de bombas, fontes ou redirecionamento de canos para o caso da água, como pude observar em algumas áreas da Bacia do Una não haviam sofrido intervenção.

Empresas estatais e privadas passam a ter novos clientes, atualizando seu mapa cadastral. A regularização desses serviços significa a tributação sobre os mesmos através de taxas sobre a água recebida, iluminação pública, conta de luz e até mesmo taxas sobre tratamento e coleta de esgotos, o que geralmente cria conflitos. Em alguns casos como na Comunidade Água Cristal – que não recebeu qualquer benefício do Projeto Una – as empresas privadas se antecipam ao Estado. Na última vez em que estive na Água Cristal a principal queixa dos moradores girava em torno dos valores da sua conta de luz. Recentemente a CELPA, empresa privatizada nos anos 90, havia instalado seus medidores de energia nas residências, passando a fornecer luz elétrica regularmente para os moradores do local. Uma moradora mostrou-me sua conta de luz que havia passado de 600 reais, afirmando que o valor

na conta era irreal uma vez que em sua casa só havia um ventilador, uma geladeira e uma televisão. A CELPA, por sua vez, contra argumenta as reclamações dos consumidores dizendo que o problema está na qualidade das fiações elétricas empregadas nas casas, disponibilizando a opção de renegociação ou parcelamento da dívida. Alguns moradores aguardam a resolução do problema na justiça, outros retornam à ilegalidade.

Empresas estatais também aperfeiçoam seu sistema de coleta de tarifas a partir do reordenamento do espaço dentro de cânones administrativos. No mês de fevereiro de 2014 moradores de diversos logradouros da cidade de Belém receberam o seguinte comunicado da COSANPA anunciando a cobrança de uma taxa sobre coleta de esgoto:

Figura 40 – Comunicado da COSANPA



Fonte: Acervo próprio.

O comunicado chega a diversas residências da Bacia do Una, muitas delas as quais não são contempladas com coleta e tratamento de esgoto adequado. A questão chegou à

Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da, que intercedeu contra a cobrança abusiva, fazendo a COSANPA desistir da tarifa em algumas localidades⁵⁴.

Enfocar as representações técnicas pelas quais o Estado aprimora o controle administrativo sobre a cidade não quer dizer que este trabalho não considere o ponto de vista dos moradores sobre este aspecto. De fato, a maior parte das pessoas – senão a sua totalidade – reivindicava maior presença do Estado em seus locais de moradia e pertencimento. Programas como a Macrodrenagem da Bacia do Una geralmente trazem mudanças que as pessoas de fato querem e solidificam processos que já estavam em andamento antes do grande projeto como, por exemplo, o aterramento das ruas e quintais. Andar nas estivas sob a água é perigoso para crianças e idosos, sendo praticamente impossível para deficientes físicos. O aterramento e pavimentação das baixadas também possibilita a construção de casas de alvenaria no lugar das casas palafitas e de madeira, o que é sempre narrado pelas pessoas como um sinal de ascensão social. Na maioria das vezes os moradores de locais que visitei também estão dispostos a regularizar sua situação de água e luz e a pagar preços justos por serviços que tenham qualidade.

Em relação à presença da polícia passando com automóveis nas ruas alargadas da Bacia do Una urbanizada, o sentimento dos moradores ainda oscila entre a confiança e o medo. No relato de Euirbe sobre as tentativas de assalto que sofreu na Avenida Pedro Álvares Cabral próximo à Rua São Benedito o problema da falta da segurança aparece como vindo das baixadas em direção às áreas altas, pondo em risco a integridade física e o direito à propriedade das classes médias que circulam por esses espaços. No entanto, as conversas que tive nas comunidades onde me demorei mais tempo mostraram que o problema da falta de segurança interna preocupava os seus moradores.

Na Mena Barreto, uma área beneficiada integralmente pelo Projeto Una, as narrativas sobre os antigos traficantes e grandes bandidos locais ainda são assunto para conversa durante um cafezinho no meio da tarde. Os moradores contam que no passado, a ausência de estruturas sólidas de crime organizado criava um ambiente em que nem mesmo os moradores estavam livres de assaltos, agressões e atos arbitrários por parte de traficantes e criminosos dentro da própria comunidade. Com as ruas abertas a polícia dispersa, prende ou assassina a maior parte dos bandidos locais. O que significa mais segurança para alguns, implica em maior aflição para outros. A polícia que hoje protege a área é a mesma que ronda os becos da

⁵⁴ Mais referências a esse episódio podem ser encontradas no blog da Frente de Moradores Prejudicados da Bacia do Una. Disponível no link: <<http://frentebaciadouna.blogspot.com/2014/05/cosanpa-cobra-tarifa-por-servico-de.html>>.

Mena Barreto fazendo vista-grossa – mediante pagamento – para os pequenos vendedores de drogas, aviões e as viúvas dos antigos traficantes que ainda permaneceram no negócio.

As intervenções na Bacia do Una no sentido de ordenar o espaço e torná-lo inteligível para os que vêm de fora não são indicativas apenas dos anseios do Estado Moderno em ampliar do controle, a taxação e a produtividade de seus cidadãos. Os moradores das áreas transformadas por grandes projetos agenciam essas mudanças e dialogam com essas transformações. O pequeno comerciante do interior da comunidade observa uma melhora em seus negócios, os idosos e enfermos se beneficiam do acesso mais fácil a transporte público e a serviços de saúde como ambulâncias que antes não podiam entrar nas estivas suspensas sobre o alagado. Supõe-se que a coleta de lixo seja realizada com mais frequência e em pontos mais próximos às residências.

Logo, os esforços de legibilidade do Estado nos moldes discutidos por James Scott (1998) não trazem resultados necessariamente negativos. De acordo com o autor, é certo que estas medidas representam abstrações, simplificações e uniformizações afastadas da realidade que são características de um olhar administrativo e sinóptico. No entanto, grande parte dos habitantes da Bacia do Una esperava há muito tempo pela presença do Estado na periferia da cidade materializado em bens de consumo coletivo e serviços urbanos que proporcionassem alguma forma de inclusão na sociedade e exercício da cidadania.

Ainda assim, como foi visto ao longo da tese, as intervenções realizadas na Bacia do Una não foram capazes de promover a inclusão social de seus moradores na cidade de forma satisfatória. Embora tenha havido melhorias significativas para grande parte da população da área estudada, na Bacia do Una ainda persistem áreas não urbanizadas e com obras pendentes, o que evidencia falhas nas vertentes "renovação urbana" e "saneamento básico" do Projeto Una. Em relação aos problemas na vertente "promoção socioeconômica", ainda existe moradores que não tiveram sua propriedade regularizada, seja em áreas remanescentes de ocupação irregular, seja nas áreas de remanejamento realizadas pelo próprio Projeto Una. Além disso, mesmo em locais integralmente beneficiados com macrodrenagem e saneamento básico a população vem sofrendo com alagamentos e inundações. Assim, o Estado chega à periferia de Belém, mas o faz de maneira incompleta e ineficiente, produzindo desigualdades urbanas não mais pela sua ausência, mas através de políticas públicas.

A reflexão realizada neste capítulo parte de uma discussão sobre como as visões do Estado e seus agentes aparecem em suas representações tecno-materiais sobre a cidade. A cidade é naturalizada nos seus discursos e nas narrativas lineares de projetos que estipulam problemas, soluções técnicas e resultados. Questões sociais são vistas como questões naturais

do ponto de vista de sua representação técnica. Abrir um canal de duzentos metros ao invés de oitenta, remanejar o triplo de famílias para outro lugar e criar campos de várzea são ações que apresentam o mesmo *status* diante da solução técnica apresentada. As metáforas biológicas da organicidade corroboram a naturalização da cidade. Para Matthew Gandy (2006), estas metáforas naturalizantes representam a cidade como o resultado de uma dinâmica cíclica que pode ser alterada por meio de intervenções técnicas e não mais como um produto de mudança histórica, resultado de contestação política ou das práticas cotidianas de seus habitantes. Neste processo a técnica é separada da política.

Este capítulo, entretanto, não representa uma crítica ao trabalho de especialistas. Este trabalho de planejar e intervir apresenta-se como a prática de traduzir questões como desigualdade social, distribuição social do risco e do acesso a recursos naturais em questões a serem resolvidas por intervenções técnicas, tais como as leis de coincidência de chuvas com marés, a hidráulica, a segurança pública e o tráfego urbano. Técnicos como Euirbe e Miguel são muito bem sucedidos em realizar essas operações de tradução. Não é por menos que se trata de profissionais cuja competência é reconhecida não apenas em seu campo de trabalho, mas também no âmbito acadêmico. Realizar esta tradução do social em técnico é o seu trabalho, assim como o trabalho da Antropologia muitas vezes consiste na tradução inversa, isto é: examinar as práticas e a construção discursiva de soluções técnicas para entender os discursos subjacentes sobre a cidade e seus problemas, bem como sobre a relação entre homem e natureza em processos de urbanização como o ocorrido na Bacia do Una.

Ainda que de uma maneira mais tímida em relação ao restante da tese, neste capítulo o tempo também está vibrando. A cidade construída com grandes projetos de saneamento dialoga com uma cidade sonhada pelos interventores. Continuidades são imaginadas e o fio da memória ainda é tecido na busca por explicações sobre o que aconteceu com Belém e a Bacia do Una. Do ponto de vista da memória dos interlocutores deste capítulo, estas imagens da cidade fazem parte de um passado reconstruído em função do presente para justificar decisões técnicas ou explicar negligências administrativas. São imagens da cidade que Belém deveria ter sido sem as transigências técnicas cometidas no início do Projeto Una ou sem as comportas e canais de concreto que acabaram com o rio.

Nos depoimentos de Euirbe e Miguel também aparece uma cidade vivida por estes interlocutores em que a experiência profissional se mescla à de habitante. Às reminiscências de Miguel sobre sua atuação no início do projeto estão vinculadas as imagens dos antigos campinhos de futebol de várzea na periferia e a imensa baixada que existia no lugar onde é hoje uma das mais afluentes instituições privadas de ensino superior da Amazônia. Euirbe,

ao mesmo tempo em que se recorda do seu começo como funcionário da Prefeitura, traz à tona as antigas estruturas de administração do saneamento em Belém, o desenho das baixadas que começavam a ser povoadas e a inércia do poder público diante desse processo de ocupação.

É a cidade que se encontra em um passado idealizado que nunca foi experienciado por Euirbe ou Miguel, mas que ainda guarda suas chances de se realizar no futuro. Tal é a cidade sem alagamentos, de canais largos e profundos com parques de várzea ao longo de suas margens onde os habitantes jogam futebol todas as tardes durante o verão. Tal é a cidade sem comportas, com menos impacto à população às margens dos canais que podem desfrutar deste, não como meros corpos drenantes, mas como os rios que em algum momento do passado existiram belos, piscosos e preservados.

Quando sonham sobre a cidade, Miguel e Euirbe recorrem a antigas imagens que nos são familiares. Como discutiu Gilbert Durand (1996) os regimes da imaginação humana estão sujeitos a rupturas, reformas e recurso a modelos do passado. Isto não é diferente para a imaginação sobre a cidade. Os planejadores devaneiam sobre uma Belém que nunca chegou a existir, da mesma forma que também não se concretizaram os projetos dos engenheiros Gaspar João Gronfelts e Abílio Augusto do Amaral. Ao questionar a presença de comportas e seu referido modelo de drenagem, Euirbe parece por vezes evocar uma Veneza onde o belo e o funcional fazem dos rios urbanos espaços vividos. Por sua vez, o discurso de Miguel aponta para a valorização da eficiência técnica e ressoa nas resistentes tentativas de controle irrestrito da natureza que poderiam se assemelhar a um paradigma parisiense.

Neste ponto já ficou evidente que, como um ciclo que se renova por tempo indefinido, este último capítulo reconduz ao primeiro, assim como os meses do ano reconduzem ao eterno retorno das chuvas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos momentos finais de escrita desta tese chega até mim uma reportagem de internet⁵⁵ contendo dados do IBGE sobre favelas em Belém. Segundo o IBGE, Belém é a quarta cidade Brasileira e a capital com maior proporção de favelas do país com 54,5% de seus habitantes residindo em áreas irregulares e sem infraestrutura urbana. À frente de Belém em termos da proporção de áreas favelizadas estão apenas Vitória do Jari (AP) com 73,7% de seus habitantes em favelas e mais dois municípios da Região Metropolitana de Belém: Marituba com 77,2% e Ananindeua com 61,2%. O artigo também veio acompanhado de um mapa de Belém mostrando as áreas de maior concentração de favelas, que no contexto regional chamamos de *baixadas*.

Figura 41 - Baixadas de Belém



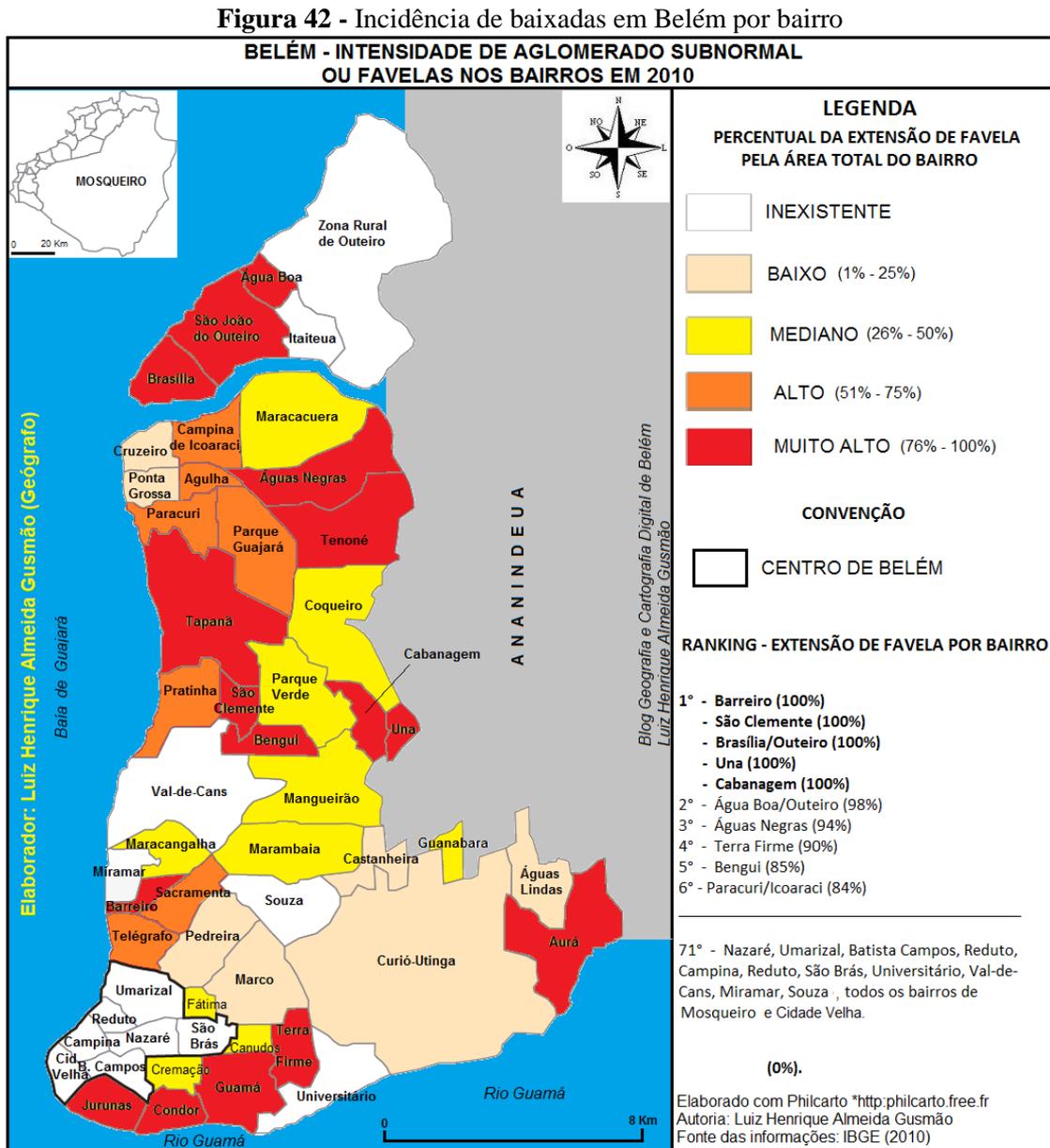
Fonte: LIMA, 2011..

O mapa mostra apenas a zona central e a zona sul do sítio urbano belemense. Rapidamente são identificados como "aglomerados subnormais" as áreas em contato com o Rio Guamá pertencentes aos bairros do Jurunas, Condor e Guamá. Trata-se de bairros que compõem a Bacia da Estrada Nova, aonde vem ocorrendo as obras de um novo projeto de

⁵⁵ LIMA, Wilson. Pará tem a capital e a cidade com a maior proporção de moradores em favelas. **iG Maranhão**, 21 dez. 2011. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/para-tem-a-capital-e-a-cidade-com-a-maior-proporcao-de-moradores/n1597418140326.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

macro drenagem. A Bacia do Una, por sua vez, encontra-se fora do mapa, com exceção de alguns de seus bairros mais próximos do centro como o Umarizal e Fátima.

A busca por representações mais abrangentes sobre a incidência de baixadas conduziu ao trabalho de um grupo de Geografia e Cartografia Digital de Belém que disponibiliza os resultados de suas pesquisas *online*. No site do grupo tivemos acesso a um panorama mais completo das baixadas em Belém, ainda conforme os critérios do IBGE⁵⁶.



Fonte: GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. Avanço da verticalização em Belém/PA usando geotecnologias. In: ____ . **Geografia e cartografia digital de Belém (Pará)**. Out. 2014. Disponível em: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com/2014/10/o-avanco-da-verticalizacao-em-belempa.html>>.

⁵⁶ O IBGE define aglomerado subnormal como sendo um conjunto de domicílios com no mínimo 51 unidades que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais.

No mapa acima o núcleo Bacia do Una aparece representado por bairros visitados por mim ao longo da pesquisa etnográfica em Belém como o Umarizal, Fátima, Pedreira, Telégrafo, Sacramento, Barreiro, Marambaia e Maracangalha. Observa-se que, de acordo com a legenda do mapa, bairros beneficiados pelo Projeto Una ainda apresentam alta incidência de baixadas em seus territórios. O índice de baixadas no Barreiro, por exemplo, é considerado "muito alto" (de 76% a 100%). Outros como Telégrafo e Sacramento, também beneficiados, apresentam intensidade "alta" (de 51% a 75%) de áreas favelizadas. Bairros como Fátima, Marambaia e Maracangalha estão apenas como "medianos" (de 26% a 50%). A Pedreira aparece como bairro onde o índice de baixadas é "baixo" (de 1% a 25%). No Umarizal e São Brás, destacados no mapa como parte do centro da cidade, a incidência de baixadas aparece como nula.

Por um lado, o mapa mostra como ainda existem áreas de ocupação irregular e com deficiências infraestruturais em bairros onde ocorreu um grande investimento em saneamento, drenagem e regularização fundiária através do Projeto Una. Por outro, a pesquisa etnográfica desenvolvida por mim em Belém contribui para uma reflexão sobre como as experiências concretas dos habitantes desses bairros tensionam os números do IBGE. O Bairro da Pedreira, local onde mora Alexandre, ainda sofre os efeitos de alagamentos e da falta de esgotamento sanitário. Na confluência entre os bairros do Umarizal, São Brás e Fátima, o Canal Antônia Nunes ainda transborda, enchendo com águas contaminadas as casas das ruas próximas, inclusive a de Antônio Carlos.

Estes são apenas exemplos de áreas ao longo da Bacia do Una que foram urbanizadas, mas que se encontram ao lado de canais que transbordam e que dependem de fossas sépticas coletivas sem manutenção ou que ainda possuem logradouros com obras de microdrenagem pendentes. Isso mostra que, para além da permanência no interior da Bacia do Una de comunidades efetivamente favelizadas, ainda há os casos de áreas dadas como urbanizadas, mas que continuam a sofrer com os problemas de esgoto e inundação que são próprios de favelas ou baixadas.

Neste ponto, cumpre ressaltar o diferencial da Antropologia e da etnografia como alternativa analítica frente às dinâmicas e transformações do mundo urbano. Partindo do pressuposto de que o cotidiano dos habitantes da cidade não aparece em mapas e recenseamentos, a narrativa antropológica de cunho etnográfico permite a descrição de paisagens e relações de forma menos totalizante e mais particular, valorizando as experiências dos sujeitos. Nesse caso, uma abordagem que focalize a memória contribui para que personagens a princípio periféricos como Alexandre, Antônio Carlos, Dona Lourdes, Seu

Jorge Luís e Dona Barroso inscrevam sua história na cidade e sobre a cidade, distanciando-se das narrativas oficiais e de abordagens excessivamente estruturais.

O destino da Bacia do Una e de alguns de seus personagens é incerto. Dona Lourdes segue morando na Mena Barreto, cuidando de seus próprios problemas de saúde e do marido Laércio, que se encontra cada vez mais debilitado pela diabetes e pela perda de uma perna. Sobre a Rua São Benedito, sempre ouço notícias de Nair e fui convidado para o aniversário de 81 anos de Seu Evandro. As três "áreas críticas" da Bacia do Una continuam sem projetos e sem previsão de obras. Surpreendi-me quando recebi a notícia de que a Água Cristal receberia saneamento. No entanto, logo percebi que se tratava apenas de uma comunidade que possuía o mesmo nome da qual eu havia visitado. O Conjunto Santos Dumont permanece o mesmo e ainda tem Seu Jorge Luís como morador.

Na Nova Aliança ocorreram mudanças maiores. Durante as eleições de 2014 o vereador e então candidato a deputado federal "acimentou" as estivas de madeira no interior da comunidade. Alguns moradores declararam que o chão regular de cimento melhorou a locomoção dos deficientes físicos e a segurança das crianças. Outros chamaram atenção para o fato de o local continuar sem água de qualidade e sem esgotamento sanitário. Também houve uma reviravolta envolvendo um dos interlocutores da pesquisa neste lugar. Por motivos de saúde, Dona Barroso retirou-se da vida política. Em uma reunião na Defensoria Pública no segundo semestre de 2015 eu conversava com uma jovem moradora da Nova Aliança. Ela portava fotografias da comunidade. As imagens eram familiares. Logo eu as identifiquei como fotos tiradas por mim durante o trabalho de campo no local. A jovem moradora se chamava Andressa e era neta de Dona Barroso. Ela seguia os passos da avó na luta pelo saneamento e carregava as fotografias que eu havia dado de presente a Dona Barroso.

Alexandre e Antônio Carlos continuam em busca de apoio e alianças. No segundo semestre de 2015 os dois iniciaram um diálogo com a Comissão de Meio Ambiente da OAB. A comissão ensaiou uma pressão sobre o Ministério Público e o Juiz responsável pela Ação Civil Pública sobre a manutenção das obras do Projeto Una. Outra importante aliada foi a Promotora Annelise Freitas da Defensoria Pública do Estado do Pará. Este órgão promoveu algumas audiências públicas sobre alagamentos e a Promotora ajuizou outra Ação Civil Pública para indenização dos danos morais e materiais dos habitantes da Bacia do Una atingidos por inundações.

O cumprimento do TAC do MPE com a Prefeitura, o Estado do Pará e a COSANPA continua suspenso. Os recursos obtidos junto ao BID ainda aguardam liberação no Senado Nacional e não há previsão para o início das obras de revitalização da Bacia do Una.

Enquanto isso, a chuva retorna e inundações se repetem. Apesar de todas as irregularidades e quebras de contrato no Projeto Una, o BID continua financiando projetos de macrodrenagem semelhantes em Belém que, ao que tudo indica, tendem a reproduzir as mesmas falhas do projeto anterior.

Aliás, a repetição e o eterno retorno (ELIADE, 2002) foram temas recorrentes nesta tese. Os capítulos primeiro e oitavo mostram como as políticas de saneamento e drenagem em Belém, seguem o fluxo de progressos e regressos, havendo sempre o retorno periódico a antigas ideias e ideologias sobre o bem comum, o bem-estar ambiental, desenvolvimento e crescimento urbano. Compreende-se que as experiências de cidades com suas bacias hidrográficas se refletem em outras bacias, isto é, as "bacias semânticas" de que fala Gilbert Durand (1996). No caso de Belém e de outras cidades construídas sobre a água, estas bacias semânticas alimentam o renascimento de um mito prometeico. Este mito se manifesta em determinados momentos da história com a racionalização do espaço e com a tecnização da relação com a natureza, sendo encarados como virtudes de uma visão progressista sobre o homem e a sociedade.

No entanto, há uma ideia sobre retorno e repetição que esteve subjacente às discussões realizadas ao longo desta tese. Trata-se do processo de urbanização à brasileira que está sempre produzindo margens do Estado (DAS; POLLE, 2004) e, conseqüentemente, a necessidade de novos projetos de drenagem e saneamento. Entre as 14 bacias hidrográficas de Belém, houve projetos de macrodrenagem para apenas 6 dessas bacias. Isso significa que ainda há uma variedade de vetores de urbanização na cidade e um grande território a ser explorado por políticos, empreiteiras e empresas imobiliárias.

Em um trabalho clássico sobre recuperação de baixadas na década de 80, a socióloga Auriléa Abelém (1988) já se mostrava pessimista quanto a este processo. Ela identificava em Belém o que chamou de "paradoxo de Haussmann". Este paradoxo recebera este nome por ter sido observado na grande obra de reforma urbana empreendida em Paris no século XIX pelo então intendente do departamento do Sena Georges-Eugène Haussmann. Assim, o "paradoxo de Haussman" consistia no fato de que a higienização de áreas insalubres no centro das cidades tem como conseqüência imediata o surgimento de novas favelas em lugares bem próximos. Este é um processo que se repete indefinidamente. A nova favela, quando urbanizada, dá origem à outra mais distante, tendo como resultado o afastamento cada vez maior das populações pobres do centro das cidades.

Como vimos ao longo da tese, não é objetivo expreso dos projetos mais contemporâneos de macrodrenagem a substituição ou requalificação de populações no espaço

urbano. No entanto, o êxodo de moradores em locais beneficiados por grandes projetos continua a acontecer de forma lenta e gradual, ora motivada pela pressão imobiliária, ora pela fuga das enchentes e inundações que ainda assolam estas áreas. Muitas vezes estes dois fatores trabalham em conjunto. É curioso que, apesar dos constantes alagamentos e destruição progressiva de seus equipamentos urbanos, a especulação imobiliária na Bacia do Una e em seus arredores não pára de crescer. Basta conferir os índices de verticalização na última década em bairros da Bacia do Una próximos ao centro como a Pedreira, o Telégrafo e partes de Fátima e do Umarizal.

Portanto, existe um deslocamento das margens do Estado (DAS; POOLE, 2004) para cada vez mais longe, não apenas no sentido espacial das margens, mas também pela criação de configurações urbanas em que as fronteiras entre a cidade legal e a cidade ilegal estão embaçadas. A repetição deste processo implica na existência de novos projetos como os da Bacia do Una, da Bacia do Tucunduba e da Bacia da Estrada Nova. Porém, a existência de novos projetos se dá de maneira imperativa pela necessidade de urbanizar novas áreas e não considera as experiências de projetos anteriores. Acredita-se que o problema de áreas sem saneamento e drenagem seja apenas a falta de políticas públicas. No entanto, regiões como a Bacia do Una – onde houve um investimento de mais de 312 milhões de dólares – vêm sofrendo com os efeitos negativos de políticas públicas mal executadas e de obras sem manutenção.

Atualmente são aguardados 90 milhões de reais do BID para a recuperação da Bacia do Una. Todavia, revitalizar as obras de macrodrenagem e saneamento e evitar a repetição do seu sucateamento são atos completamente diferentes. Movimentos sociais como a FMPBU e setores da academia como o PARU/UFPA preocupam-se não apenas sobre quando este dinheiro chegará à Bacia do Una, mas também sobre como ele será aplicado. Em outras palavras, pergunta-se quem fiscalizará as obras de recuperação da Bacia do Una, qual a garantia de que sua funcionalidade será mantida e como os erros do presente podem ser evitados no futuro. Antes que isso aconteça, é necessário repensar o PISA e recuperar o PDGU/Una para dar prosseguimento a projetos de educação ambiental e de sustentabilidade dessas políticas públicas. Porém, o elemento mais importante nesse processo continua sendo a sociedade civil organizada. Com o CONGEB/Una inativo, é fundamental a renovação desta entidade e a recuperação dos mecanismos de participação popular na Bacia do Una.

As experiências da Bacia do Una no devir do tempo podem servir como alicerce para as discussões sobre futuros projetos na Bacia do Una e nas demais bacias que eventualmente sofrerão intervenções na cidade de Belém. A memória ambiental ajuda a situar os acertos e

equivocos observados durante a pesquisa não somente em termos da implementação de políticas públicas, mas como parte de um processo de longa duração de embate e assimilação entre a cidade e suas águas. Ao mesmo tempo, as vivências dos habitantes da cidade em meio a esses processos chamam atenção para os gestos cotidianos de criação e recriação da cidade, o que pode acontecer por meio da ocupação e domesticação do solo ou mesmo quando grupos e indivíduos interferem em processos políticos e jurídicos para negociar a produção do espaço urbano. Esta tese de doutoramento apresentou um quadro parcial e situado das experiências e vicissitudes das relações com o saneamento e com a água em Belém, principalmente na Bacia do Una. No exato momento da finalização da escrita, novas questões surgem e novos personagens se apresentam, dificultando ainda mais o encerramento do processo de pesquisa. Contudo, se este for um projeto para uma vida de trabalho, esta tese pode representar apenas o início de uma jornada.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléa G. **Urbanização e remoção: por que e pra quem?** Belém: UFPA, 1988.
- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, n.1, p.79-90, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo. W. B. de; SPRANDEL, Márcia. A. Palafitas do Jenipapo na Ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, p. 25-76, jun. 2006.
- ALMEIDA, Conceição M. R. de. Belém do Pará, uma cidade entre as águas: História, natureza e definição territorial em princípios do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#C>>. Acesso em: 13 ago. 2015.
- AMARAL, Abílio Augusto do. Projeto para Saneamento de Belém. **Revista Comercial de Belém**, Belém, anos 22/23, n. 38/39, p. 43-7; 59-61, 1936.
- BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1988.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém: Typ. de Santos & Menor, 1839 apud PENTEADO, Antonio R. **Belém – Estudo de Geografia Urbana**. 1º Volume. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968a. p. 113-4
- BARBOSA, Maria J. de S. **Estudo de caso: Tucunduba: Urbanização do Igarapé Tucunduba, Gestão de Rios Urbanos – Belém/Pará**. Belém: UFPA, 2003.
- BATES, Henry Walter. **O naturalista no Rio Amazonas**. São Paulo: Brasiliana, 1944.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BELÉM. Câmara Municipal. Extrato de Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2014. [Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2014 referente ao processo nº 1123/2014 que trata de alterações quantitativas e qualitativas do objeto do Contrato nº 008/2014, tendo como partes a Câmara Municipal de Belém e Monteiro & Leal Ltda-Me]. **Diário Oficial da Câmara Municipal de Belém**, Belém, v. 31, n. 1607, p.2, 15 a 19 dez. 2014.
- _____. Prefeitura Municipal. **Canal São Joaquim recebe ações de limpeza da PMB**. 2013. Disponível em: <ww3.belem.pa.gov.br/www/?p=15350>. Acesso em: 7 fev. 2014.
- _____. _____. Decreto Nº 47.304/2005-PMB de 14 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a nomeação de Salvador Viana da Silva (2038153-013), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR-DAS-202.6, na Secretaria Municipal de Saneamento, a contar de 01 de fevereiro de 2005. **Diário Oficial do Município**, Belém, 18 fev. 2005.
- _____. _____. Secretaria de Saneamento de Belém. **Macro drenagem e Urbanização do Tucunduba**. Belém, 2002.

BIRKMANN, Jörn. Measuring vulnerability to promote disaster-resilient societies: Conceptual frameworks and definitions. In: _____. **Measuring vulnerability to natural disasters: towards disaster resilient societies**. New Dehli: TERI Press, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº-6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 5 ago. 2016.

BROWN-JEFFY, Steve; KROLL-SMITH, Shelly. Recovering inequality: Democracy, market economy, and the 1906 San Francisco earthquake and fire. In: JONES E. C.; MURPHY, A. D. (Org.). **The Political Economy of Hazards and Disasters**. Lanham: AltaMira Press, 2009, p. 83-103.

BUTTON, Gregory V. Popular media reframing of man-made disasters: a cautionary tale. In: HOFFMAN, S.; OLIVER-SMITH, A. (Org.). **Catastrophe and Culture: the Anthropology of disaster**. Santa Fe: School of American Research Press, 2002, p. 143-58.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **A política dos outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Concepções de igualdade e cidadania. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, n.1, p. 35-48, jan.-jun. 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2000, p. 17-36.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís. R. **Ensaaios antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____. **A aventura antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 95-106.

CARMONA, Karen M. et al. Ocupação urbana da Bacia do Mata Fome, Belém-PA e sua relação com a qualidade das águas superficiais e subterrâneas. In: XVI Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas e XVII Encontro Nacional de Perfuradores de Poços. 2010. São Paulo. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/23124/15239>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

CARVALHO, José R. F. **Avaliação da qualidade da água: um estudo na sub-bacia do Canal São Joaquim (Belém-PA)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente, Universidade da Amazônia. Belém, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COELHO, Roberta F. C. de. **Ribeirinhos urbanos: vida e modos de vida no Puraquequara**. Manaus: Edua, 2013.

COLTEN, Craig E. **An unnatural metropolis: wresting New Orleans from nature**. Louisiana: Louisiana State University Press, 2005.

_____. Vulnerability and place: flat land and uneven risk in New Orleans. **American Anthropologist.**, New York, v. 108, n. 4, p. 731-4, dez. 2006,

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA. Assembleia Legislativa do Pará. **Relatório Final**. Belém, 2013.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM – CODEM. **Termo de referência para um plano de recuperação de um trecho da Bacia do Una. Projeto Grande Sacramento**. Governo do Estado do Pará. Belém, 1984.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ. Governo do Estado do Pará. **Informações gerais sobre o Projeto Una**. Belém, 2006.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

DA MATTA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter. “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. O. (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAS, Veena. Suffering, legitimacy and healing: the Bophal case. In: _____. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. Dehli: Oxford University Press, 1995, p. 137-75.

_____; POOLE, Deborah. State and its margins. In: _____. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, p. 6-32.

DESCOLA, Phillippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2003.

DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. Habitantes do Arroio: memória ambiental águas urbanas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 22, p. 51-64, jul.-dez. 2010.

DEVOS, Rafael. A memória ambiental de cronistas e “memorialistas”. **Mouseion**. Canoas, v. 2, n. 3, p. 64-90, 2008.

_____. **A Questão Ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DIÁRIO DO PARÁ. **Canais estariam sem manutenção há 3 anos**. 30 set. 2011. Disponível em: <<http://diariodopara.com.br/impresao.php?idnot=143032>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Ex-assessor do prefeito é sócio da Belém Ambiental**. 12 set. 2009. Disponível em: <<http://diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=60361>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

DOUGLAS, I; ALAM, K.; MAGHENDA, M.; MCDONNELL, Y.; MCLEAN, L.; CAMPBELL, J. Unjust waters: climate change, flooding and the urban poor in Africa. **Environment & Urbanization**, London, v. 20, n.1, p. 187-205, 2008.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Campos do Imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. **Ciência do homem e tradição**: o novo espírito antropológico. São Paulo: Triom, 2008.

EAKIN, H.C.; LEMOS, M.C.; NELSON, D.R. Differentiating capacities as a means to sustainable climate change adaptation. **Global Environmental Change**, London, v.27, n.1, p. 1-8, 2014.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ELIADE, Mircea. Las aguas y el simbolismo acuático In: _____. **Tratado de Historia de las religiones**. Ciudad de México: Biblioteca Era, 1972, p. 178-200.

_____. **O mito do eterno retorno**. Lisboa: Edições 70, 2000.

FARIAS, Glorgia Barbosa de Lima. **Cidades, Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças Climáticas**: Um estudo na Região Metropolitana de Belém. 89f. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

FEITOSA, Dantas de. **Macro drenagem e água potável em Belém do Pará**. Documentário histórico. Belém: COSANPA: Multisoft, 1994.

FERNANDES JÚNIOR, Dário. **Recuperação de áreas urbanas**: o problema das baixadas de Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, A. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p.77-86.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade, Curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 285-315.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREUDENBURG, William R.; GRAMLING, Robert; LASKA, Shirley; ERIKSON, Kai T. **Catastrophe in the making**: the engineering of Katrina and the disasters of tomorrow. Washington, D.C., 2009.

GANDY, Matthew. **Fabric of space: water, modernity, and the urban imagination**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2014.

_____. Urban nature and the ecological imaginary. In: HEYNEN, N. C.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. (Org.). **In the nature of cities**. New York: Routledge, 2006, p. 62-72.

GEERTZ, Clifford. O dilema do antropólogo: entre "estar lá" e "estar aqui". **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 7 n. 7, p. 205-35, 1991.

GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-85, jul.-set. 1995.

GOMES, Ana Laura L. A eficácia da ação civil pública frente aos danos ambientais. **Âmbito Jurídico**, v.8, n. 75, abril de 2010.

GOMES, Débora Bueno. "No tempo da enchente de 2008": redes de emergência e de solidariedade em face da catástrofe em Itajaí, SC. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 12, n. 27, 2011. <<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/21089>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. Avanço da verticalização em Belém/PA usando geotecnologias. In: _____. **Geografia e cartografia digital de Belém (Pará)**. Out. 2014. Disponível em: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com/2014/10/o-avanco-da-verticalizacao-em-belempa.html>>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Félix Alcan, 1925.

HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik. Urban Political Ecology: politicizing the production of urban natures. In: HEYNEN, N. C., KAIKA, M.; Erik SWYNGEDOUW, E. (Orgs). **In the nature of cities**. London and New York: Routledge, 2006. p. 1-19.

HOFFMAN, S.; OLIVER-SMITH, A. (Org.). **Catastrophe and Culture: The Anthropology of disasters**. Santa Fe: School of American Research Press, 2002.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Pará-Belém**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150140&search=para|belém>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

JOHNSTON, Scott et al. **Restoring the balance: Guidelines for managing floodgates and drainage systems on coastal floodplains**. NSW Agriculture: Wollongbar, Australia, 2003.

KAIKA, Maria. **City of flows: Water, modernity, and the city**. New York: Routledge, 2005.

KLEIN, Richard J. T. et. al. Technological options for adaptation to climate change in coastal zones. **Journal of Coastal Research**. West Palm Beach, v. 17, n. 3, p. 531-543, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: An introduction to Actor-Network Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEMOS, Maria C. de M. A tale of two policies: The politics of climate forecasting and drought relief in Ceará, Brazil. **Policy Sciences**, New York, n. 36, p.101-23, 2003.

LEROI-GOURHAN, Andre. **O gesto e a palavra 2 – memória e ritmos**. Lisboa: Edições 70, 1987.

LIMA, Roberto Kant de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**. Brasília, 2009/2, p. 25-51, 2010.

LIMA, Wilson. Pará tem a capital e a cidade com a maior proporção de moradores em favelas. **iG Maranhão**, 21 dez. 2011. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/para-tem-a-capital-e-a-cidade-com-a-maior-proporcao-de-moradores/n1597418140326.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.12, n.25, p. 31-64, jan.-jun. 2006.

MARQUES, Ana Flávia; CAMPOS, Heleniza Ávila; ETGES, Virginia Elisabeta. Territórios e desenvolvimento. O papel das bacias hidrográficas e do zoneamento ecológico-econômico. **Race.**, Videira, v.6, n.2, p. 103-16, jul.-dez., 2007.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: _____ . **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro: CosacNaify, 2003, p. 399-422.

MEIRA FILHO, Augusto. **Contribuição à História de Belém**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

MONTEIRO, Walcyr. **Visagens e assombrações de Belém**. Belém: Smith, 2007.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

_____. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Vol. VII. Belém: Cejup, 1989.

MORIN, Edgar. **O Enigma do homem: para uma nova antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

MOSSE, David. **Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice**. London: Pluto Press, 2005.

MURRAY, Tania Li. **The will to improve: Governmentality, Development and the practice of politics.** Durham: Duke Press University, 2007.

NELSON, Donald R.; FINAN, Timothy J. Week winters: dynamic decision-making in the face of extended drought in Ceará, Northeast Brazil. In: JONES, E. C.; MURPHY, A. D. **Political economy of hazards and disasters.** Lenham: Altamira Press, 2009, p. 107-32.

NORA, Pierre. Between Memory and History: les lieux de mémoire. **Representations.**, Berkeley, n. 26, p. 7-24, 2009.

NSW DEPARTMENT OF PRIMARY INDUSTRIES. **The Assessment and Management of Floodgates on the NSW South Coast.** Report to the National Heritage Trust. NSW Department of Primary Industries: Sydney, 2007.

OLIVER-SMITH, Anthony. Theorizing disasters: Nature, Power, and Culture. In: HOFFMAN, S.; OLIVER-SMITH, A. (Org.). **Catastrophe and Culture: The Anthropology of disasters.** Santa Fe: School of American Research Press, 2002. p. 23-48.

_____.; HOFFMAN, Susanna M. Introduction: Why anthropologists should study disasters. In: HOFFMAN, S.; OLIVER-SMITH, A. (Org.). **Catastrophe and Culture: The Anthropology of disasters.** Santa Fe: School of American Research Press, 2002, p. 3-22.

PARÁ (Estado). **Encontro de moradores da Bacia do Una – Macro conquistas sociais.** Relatório Final. Belém, 2001.

_____. **Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una – Volume I.** Belém, 2002.

_____. **Programa de Inclusão Sócio-ambiental – PISA.** Belém, 2005.

_____. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. **Processo nº 0014371-32.2008.814.0301.** Decisão interlocutória. Despacho do Juiz Marco Antônio Lobo Castelo Branco. Belém, 2008.

PARANAGUÁ, P. et al. **Belém Sustentável.** Belém: Imazon, 2003. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/belem-sustentavel-1>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

PENTEADO, Antonio R. **Belém – Estudo de Geografia Urbana.** 1º Volume. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968a.

_____. **Belém – Estudo de Geografia Urbana.** 2º Volume. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968b.

PEREIRA, Luiz O.; TAVARES, Antônio N. Proposta para a gestão integrada dos resíduos sólidos em Belém. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, XIX Feira Internacional de Tecnologias de Saneamento Ambiental. 1997. Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos.** Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/abes97/belem.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

PORTAL ORM. **Capital paraense sofre com 51 pontos de alagamento.** Lixo despejado na rua seria um dos maiores 'vilões'. Disponível em:

<<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=509355>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

_____. **Morte misteriosa de peixes**. 12 mar. 2011. Disponível em: <<http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=520996&%7Cmorte+misteriosa+de+peixes#.VWYwgc-4TIU>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

PRINGLE, Catherine M. **Hydrologic connectivity and the management of biological reserves**: a global perspective. *Ecological Applications*. Washington D.C., v. 11, n. 4, p. 981-998, 2001.

QUINTILIANO, Aylton. **Grão Pará**: resenha histórica. Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1963.

RAMOS, José. Poluição e contaminação da Orla de Belém-PA. In: UHLY, Steven; SOUZA, Eliene L. (Org.) **A questão da água na Grande Belém**. Belém: Casa de Estudos Germânicos/UFPA, 2004. p. 103-120.

RECHENBERG, Fernanda. **Imagens e trajetos revelados**: Estudo antropológico sobre fotografia, memória e circulação das imagens junto a famílias negras em Porto Alegre. 297f. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

_____. Notas etnográficas sobre o retrato: repensando as práticas de documentação fotográfica em uma experiência de produção compartilhada das imagens. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 9-22, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa. Tomo I**. Campinas: Papyrus, 1992.

ROBBINS, Paul. **Political Ecology**: a critical introduction. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2012.

ROCHA, Ana Luiza C. da. A terra e seus filhos monstruosos: a gestão da cidade sob os trópicos. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, 2008. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9270>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

_____. As Figurações de Lendas e Mitos Históricos na Construção da Cidade Tropical. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9177>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Coleções etnográficas, método de convergência e etnografia da duração: um espaço de problemas. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9304>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. ECKERT, Cornelia. Imagem recolocada: pensar a imagem como instrumento de pesquisa e análise do pensamento coletivo. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 2 n. 3, 2001. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9119> acesso em 18 de março de 2015.

RODRIGUES, Roberta M. et al. Urbanização das baixadas de Belém (PA): transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. In: Encontros Nacionais da ANPUR Vol. XV: Desenvolvimento, Planejamento e Governança. Recife. 2013. **Anais eletrônicos**. Disponível

em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4405/4274>>.

Acesso em: 8 ago. 2014.

SANSOT, Pierre. **Les formes sensibles de la vie sociale**. Paris: PUF, 1986.

SANTANA, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. **Katálysis**. Florianópolis, v. 15, n. 1, pp. 21-31, jan.-jun. 2012.

SARGES, Maria de N. Belém. **Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHUCH, Patrice. Trama de significados: uma etnografia sobre sensibilidades jurídicas e direitos do adolescente no plantão da delegacia do adolescente infrator e no juizado da infância e da juventude de Porto Alegre (RS). In: LIMA, Roberto Kant de (org.) **Antropologia e Direitos Humanos 2**. Niterói: EdUFF, 2001, pp.159-204.

SCOTT, James C. Seeing like a state. **How certain schemes to improve the human condition have failed**. Yale: London: Yale University Press, 1998.

SILVA, Andressa Macêdo e. **Gestão de conflitos pelo uso da água em bacias hidrográficas urbanas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2003. p. 24.

SILVA, Kleber R. M. **A implantação de obras civis na Bacia do Una, em Belém do Pará, e as condicionantes relacionadas às características geológicas e geotécnicas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SILVA, Roberto A. C. da. **Água de novembro: Um estudo antropológico sobre memória e vitimização de grupos sociais citadinos e ação da Defesa Civil na experiência de calamidade pública por desastre ambiental (Blumenau, Brasil)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVEIRA, Flavio L.; SOARES, Pedro P. M. A. As paisagens fantásticas numa cidade amazônica sob o olhar dos taxistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.27, pp.153-167, outubro de 2012.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOARES, Pedro P. M. A. **“E a minha vida foi dentro do carro”. Dialogos com antigos taxistas da cidade de Belem (PA)**. Monografia de Conclusão de Curso. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará, Belem, 2010.

TARGA, Marcelo. S. et al. Urbanização e escoamento superficial na bacia hidrográfica do Igarapé Tucunduba, Belém, PA, Brasil. **Ambi-Agua**. Taubaté, v. 7, n. 2, p. 120-42, 2012.

TEXIER, Pauline. Floods in Jakarta: when the extreme reveals daily structural constraints and mismanagement. **Disaster Prevention and Management**, Wagon Lane, v. 17 n. 3, p. 358-72, 2008.

TUCUNDUBA vai custar R\$ 77 milhões. **O Liberal**, Belém, 7 maio 2013. Caderno Cidades, p. 10.

VALLE, Arthemisia de S.; OLIVEIRA, José A. de. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés. In: OLIVEIRA J. A. et. al. (Org.). **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: EDUA, 2003, p. 151-84.

VASQUEZ, Pedro. **Mestres da fotografia no Brasil: Coleção Gilberto Ferrez**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, pp. 123-132.

ZALUAR, Alba. “Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas”, In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, pp.107-126.

_____. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANEXOS

Documentos técnicos e jurídicos sobre a Bacia do Una

- Ata de Reunião Extrajudicial do MPE-PA com o Governo do Estado do Pará, a Prefeitura Municipal e a COSANPA.
<https://www.sendspace.com/file/y4a5dv>
- Ata de Reunião entre técnicos da Prefeitura Municipal e a 1ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do MPE-PA.
<https://www.sendspace.com/file/c0i5w8>
- Ata de Reunião entre o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal para transferência de equipamentos da Bacia do Una.
<https://www.sendspace.com/file/w3ai1u>
- Reportagem do Jornal Diário do Pará do dia 30 de setembro de 2011.
<https://www.sendspace.com/file/oza0bi>
- Diário Oficial da Câmara dos Vereadores dos dias 15, 16, 17, 18 e 19 de dezembro de 2014 – Resultados da CPI sobre o desaparecimento e mau uso dos equipamentos para manutenção das obras do Projeto Una.
<https://www.sendspace.com/file/qmxesh>
- Programa de Inclusão Socioambiental – PISA.
<https://www.sendspace.com/file/shcsdg>
- Relatório Informações Gerais sobre o Projeto Una.
<https://www.sendspace.com/file/dg7lbt>
- Relatório Final da Comissão Temporária Externa da Assembleia Legislativa do Pará para investigação de irregularidades e omissões no PMU.
<https://www.sendspace.com/file/kxnk5e>
- Sugestões de encaminhamentos para os trabalhos da Comissão Temporária Externa da Assembleia Legislativa do Pará.
<https://www.sendspace.com/file/4j35a4>